

OSWALDO ARANHA

POLÍTICA ECONÔMICA
E FINANCEIRA

1) discurso

Marques

Galvão

- Discurso proferido em 18 de junho de 1953 ao assumir pela segunda vez o cargo de Ministro da Fazenda.
- Exposições feitas no Senado Federal a 1.º de setembro de 1953 e na Câmara dos Deputados a 1.º e a 30 de outubro do mesmo ano — Transcrição completa dos debates com os Srs. Parlamentares.

OSWALDO ARANHA

POLÍTICA ECONÔMICA E FINANCEIRA

- Discurso proferido em 18 de junho de 1953 ao assumir pela segunda vez o cargo de Ministro da Fazenda.
- Exposições feitas no Senado Federal a 1.º de setembro de 1953 e na Câmara dos Deputados a 1.º e a 30 de outubro do mesmo ano — Transcrição completa dos debates com os Srs. Parlamentares.

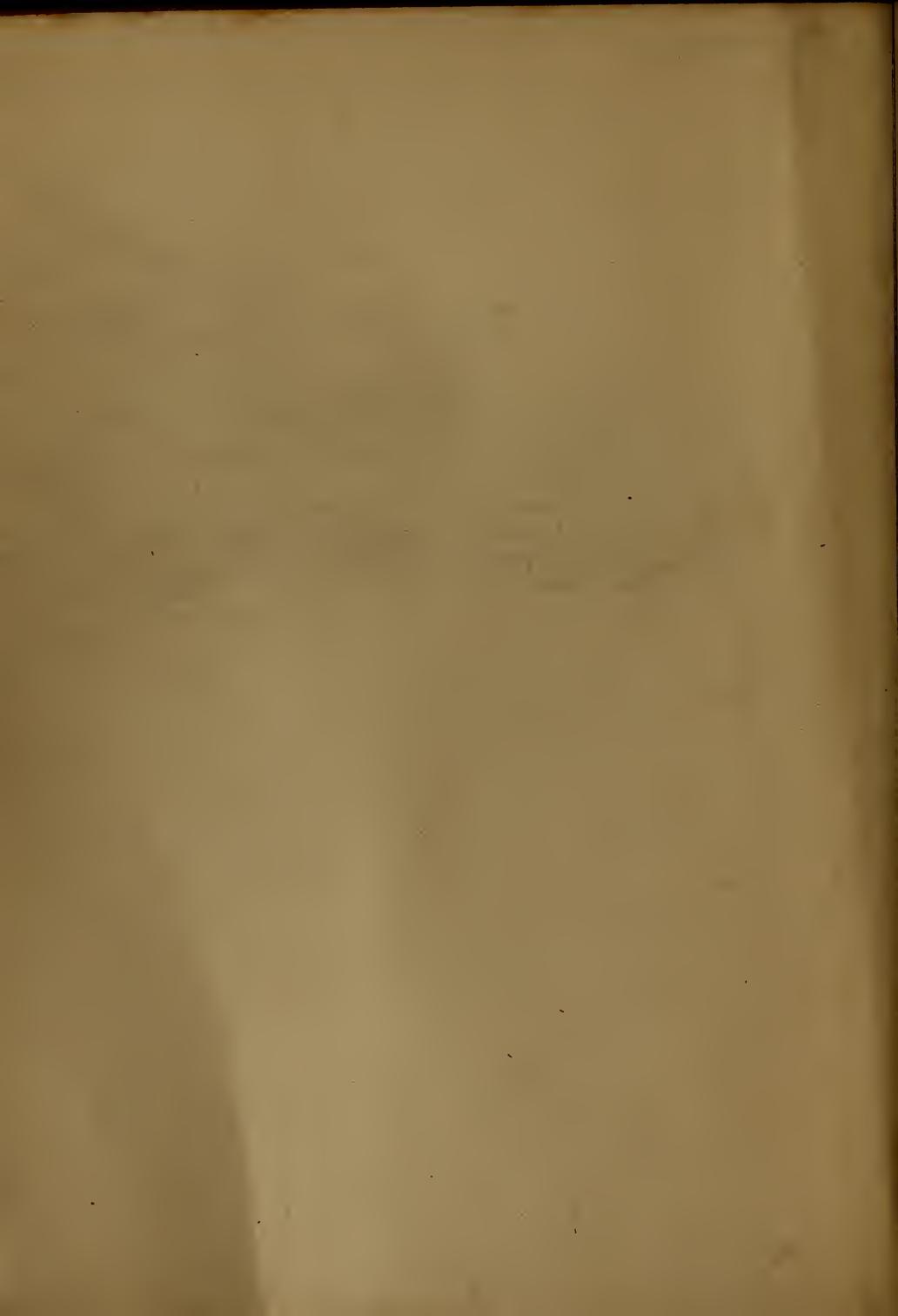
330.4
P2662

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1954

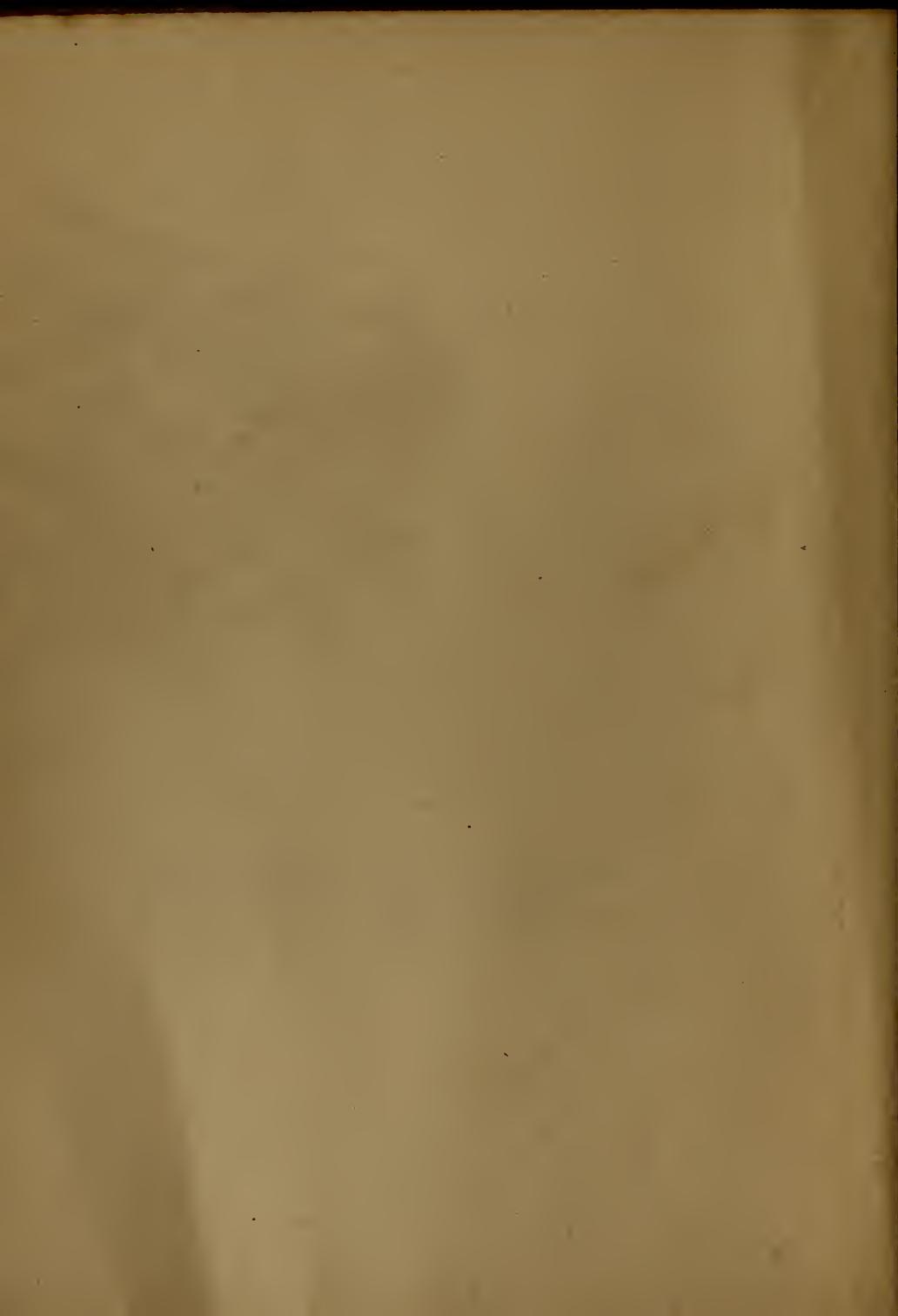
499 6 4 1977

INDICE

	Fág.
Discurso proferido pelo Ministro Oswaldo Aranha ao assumir pela segunda vez a Pasta da Fazenda	7
Exposições de natureza económico-financeira feitas pelo Ministro Oswaldo Aranha ao Congresso :	
— no Senado Federal, sessão do dia 1.º de setembro de 1953..	13
— na Câmara dos Deputados, sessão do dia 1.º de outubro de 1953	61
— segunda exposição na Câmara dos Deputados, sessão do dia 30 de outubro de 1953	171



DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO OSWALDO
ARANHA, AO ASSUMIR PELA SEGUNDA VEZ A
PASTA DA FAZENDA



DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO OSWALDO ARANHA, AO ASSUMIR PELA SEGUNDA VEZ A PASTA DA FAZENDA

"I — Não imaginei e nada fiz, passados vinte anos, para voltar a exercer estas funções públicas. Mas devo tanto ao meu país, a todo o meu país, fui por êle tão cumulado de posições e honras jamais procuradas ou merecidas, que não lhe poderia negar, nesta ou em qualquer outra emergência, o meu concurso e, mesmo, o meu sacrificio pessoal.

Esta dívida, que paira acima de qualquer outra obrigação, é a razão íntima de me haver decidido a renunciar à vida particular, tranqüilla, próspera e feliz, e à profissional, rendosa e agradável, para assumir a direção do setor mais exposto, trabalhoso e responsável do Governo.

E' esta, além do mais, uma posição sem atrativos para quem já a exerceu em dias tão ou mais críticos do que os dêste dramático entreguerras em que vivemos.

Senti-me, porém, moralmente obrigado a não recusar os meus préstimos e a aceitar esta tarefa, nuna tentativa de saldar minha dívida pessoal de reconhecimento à generosidade do meu país para comigo, e de corresponder à confiança do Presidente Getúlio Vargas, a quem me ligam deveres pessoais e laços de afeição, que as divergências políticas não conseguiram afrouxar, antes estreitar e aprimorar, tornando-os mais íntimos e confiantes, acrescidos da inalterável admiração pelo seu grande destino, já inseparável da consciência e da gratidão dos brasileiros.

São estas as razões de minha decisão, ao assumir a pasta da Fazenda, e dos meus propósitos, sem outros motivos políticos, partidários ou pessoais.

II — Não será, pois, difficil para mim uma tarefa que emana de sentimentos tão naturais e de deveres elementares e comuns à vida de todos os brasileiros.

A administração pública, sobretudo a fazendária, deve obedecer a normas tão simples que poderiam ser ensinadas, compreendidas e praticadas nas escolas primárias.

A complexidade da administração é uma criação nossa, sobretudo dos interesses que se chocam e das imaginações que se desprendem da realidade e a ela não sabem voltar. E', não raro, um vêzo burocrático, fomentando dificuldades para valorizar as facilidades, criando complicações para encarecer as soluções.

A gestão dos negócios públicos, entretanto, é e deve ser, sob pena de falhar às suas finalidades, semelhante à direção dos afazeres domésticos, familiares e até pessoais.

E, se não o fôsse, seria necessário assim compreendê-la, a fim de que todos quantos contribuem para a vida fazendária do país a possam entender, acompanhar, fiscalizar e dela conscientemente participar.

A esta casa vem ter o dinheiro do povo para ser aplicado no interesse e ao serviço do povo. E' indispensável, pois, que aqui se trabalhe de maneira que o povo saiba ou possa, fácil e diretamente, saber, como e no que se gasta ou se vai gastar a contribuição do seu trabalho, do seu sacrificio e do seu suor.

III — O nosso primeiro empenho será o de simplificar as práticas, os processos, as organizações fazendárias, da cobrança ao pagamento, do orçamento à contabilidade, da despesa à prestação de contas, das teorias às práticas, de modo que o povo — o único proprietário do país — possa acompanhar, e dêles participar, através da inspeção direta ou da publicidade obrigatória e diária, os propósitos e decisões da administração pública, como procede em sua casa, com sua familia e os próprios bens.

Sem essas práticas, sadias e simples, a Democracia será sempre uma ilusão e talvez a estrada mais curta para chegarmos aos regimens sem liberdade, sem dignidade e sem contas.

Necessitamos provar a nós mesmos, nestas épocas de dúvida, incerteza e ânsia por que passamos com os demais povos, que a vida democrática é a mais digna, a mais moral e até a mais eficaz das formas de viver, de trabalhar, de governar e, mais do que tudo, de sermos governados.

Este, para mim, não é sômente o dever dos deveres, mas o remédio dos remédios para a crise que atravessamos, hoje e ainda por muito tempo, homens, governos e povos.

IV — Teremos, assim, sem transigências, de banir da administração fazendária tôdas as práticas antidemocráticas, como o segredo, a obscuridade, a complexidade, a discrição decisória, a confusão das interpretações, a diversidade dos critérios, o arbítrio das imposições fiscaes, o vexame das ameaças tributárias, a sonegação causada pelas demoras, o confisco oriundo das multas e desigualdade no tratamento das partes. E' inadivél, proscrever da intimidade administrativa e dos bastidores burocráticos e até mesmo das salas e ante-salas ministeriais e da influência dos gabinetes a turbamulta dos sabidos, dos informados, dos intermediários, dos mercadores de prestígio político, familiar e pessoal, enfim, dos apontados senhores dos segredos fiscaes, dos canais burocráticos e dos corredores das repartições públicas.

Tudo isso terá de ser feito no menor tempo possível, porque o Tesouro deve ser o primeiro a receber, sem jamais ser o último a pagar. E, através de suas repartições e funcionários, não poderá a Fazenda Pública — sem que o mau exemplo venha de onde deve vir o bom, senão o melhor. — ser considerada pelo povo como o devedor relapso, o credor sem entranhas, o agente opressor e extorsivo dos governos, mas, antes, como instrumento indispensável ao bem comum, ao mesmo tempo coletor, contador e protetor do bem-estar da família brasileira.

Necessitamos, pelo concurso de cada um e de todos, tornar o Tesouro um padrão de moralidade e de eficiência dentro dos quadros da administração pública e privada do país, e, para

isso, conto com todos os funcionários da Fazenda, que me acostumei a estimar, e com os contribuintes, de todos os setores da vida do país, cujo sacrifício saberei apreciar.

E' necessário que alguém assuma, como assumirei, perante a Presidência, o Congresso e a Justiça, responsabilidade completa e pessoal pela ordem administrativa, pela moralidade funcional e eficiência das medidas, aplicação das leis fiscaes e financeiras, e pelo tratamento dos negócios e das partes que transitarem, sob minha gestão, no Ministério da Fazenda, suas repartições e dependências.

V — A jurisdição desta casa alcança tôda a vida financeira e econômica do Brasil. A administração fazendária federal foi, é e será responsável pela boa marcha das finanças públicas estaduais e municipais e dos demais departamentos do Governo, e as próprias atividades rurais, comerciais e industriais não poderão fugir à influência da Fazenda Nacional. Foi essa impressão da amplitude de jurisdição fazendária e do alcance e repercussão d'este Ministério, no campo das atividades econômicas, públicas e privadas, que me levou a elaborar a reforma, ainda em vigor, pela qual se reorganizaram os seus serviços de maneira a separar as funções propriamente administrativas das financeiras, a fim de permitir que através dessa divisão, sem prejuízo dos serviços inerentes ao Tesouro, pudesse a administração federal orientar, assistir e impulsionar a economia do país.

VI — Um dos índices de incompreensão da vida contemporânea é o divórcio da economia, da finança e da política, que muitos povos apresentam, inciúdo, infelizmente, o Brasil. Um povo ou faz a política da sua economia ou, em períodos excepcionais, é forçado a fazer a economia da sua política. Não é possível, sob pena de males irreparáveis, procurar separação e, mesmo, luta e conflito, entre o progresso material e o político e moral de uma nação. E' o esforço para conciliar êsses termos e extremos que marca o grau de visão e eficiência de ação dos governos contemporâneos. Devemos estar muito atentos a êsse imperativo de nossos dias. Não é possível que nos deixemos arrastar pelas confusões reinantes e que, com o Legislativo e o Executivo, percamos o senso objetivo da oportuni-

dade para retardar ou contrariar, sob invocações políticas que não são nossas, os reclamos mais urgentes da economia nacional e do bem-estar do povo.

E' necessário, justamente, que a economia nacional, que o progresso material e as exigências do bem-estar do povo contem com a visão e até com a coragem políticas quer do Legislativo, quer do Executivo, para a provisão das inadiáveis necessidades públicas e privadas dos brasileiros.

VII — Não seria possível anunciar, nesta oportunidade, programas e planos administrativos e financeiros. Não sou estranho a esta casa, que auxiliei a projetar, mas cuja construção devemos ao grande Ministro Arthur de Souza Costa. Ainda hoje aqui vigoram, praticamente, tôdas as leis por mim elaboradas, desde as de sua organização até as das providências fiscais, econômicas e financeiras. Por isso mesmo, sei que somente depois de aprofundar-me no conhecimento dos dados, números e elementos da situação atual e de entrar em convivência com o parecer e o conselho dos funcionários, poderei formular juízos e conclusões dignos de serem expostos ao país.

Antes disso, seria aventuroso e temerário procurar traçar planos e fazer projetos. O país está cansado de palavras e promessas.

Esperarei, assim, êsse contacto com a realidade, o conhecimento dos dados indispensáveis a uma orientação segura para, com tôda a verdade, sem fantasias, expor ao Presidente da República as conclusões e receber a sua inspiração e ordens, procurando ao mesmo tempo, com as Comissões de Finanças e de Economia do Senado e da Câmara, encontrar as bases para a formulação de uma política esquecida, como queria o esquecido Patriarca, fundada na sã moral e na razão.

VIII — Sou um convencido de que é destino da nossa geração demonstrar que se pode e deve viver, trabalhar, administrar, construir e sobreviver, com eficiência, ordem e dignidade, dentro do regime cristão das democracias republicanas. O mundo é um corpo que não pode ser dirigido por duas almas. O espírito é um só para cada um de nós. A democracia cristã é essa alma. Não há outra, e nem possível é a opção.

O Brasil é um campo de experiência do futuro. Aqui, entre nós, ter-se-á de decidir, tanto ou mais do que em qualquer outra parte da terra, se somos, ou não, nós, os brasileiros, capazes de resolver os nossos problemas, por nós mesmos, com as nossas idéias, as nossas leis, as nossas instituições e os nossos homens. Tenho fé no Brasil e sempre afirmei e repeti que êle seria grande com, sem e até contra a nossa vontade. E' preciso, porém, que o seja por nós mesmos. Neste mundo, aliás, não há mais lugar para os fracos, os preguiçosos e os descrentes. O futuro será sempre um contraste, uma provação, uma vitória sôbre si mesmos para o homem e para os povos.

Creio que o desafio de nossos dias terá, como na formulação de Toynbee, uma criadora e nobre resposta da cultura e da civilização brasileiras. O tempo vence-se pela consciência. E' o sentido do que poderemos ser o que nos faz perdurar. E o Brasil, sem ufanias, tem um futuro imenso, que escapa à nossa visão. Êle está destinado a grandes missões humanas, culturais e civilizadoras. Não o reduzamos às proporções de nossa humildade e insignificância pessoais. Êle será grande demais para as medidas por nós conhecidas ou mesmo pressentidas. O pessimismo que, por vêzes, nos assalta nem é criação e nem é brasileiro. E' uma negação até do passado. Os males que nos assoberbam são criados por nós, decorrentes da nossa falta de ajuste às realidades, da ausência de objetivismo em nossa decisões, da pobreza de orientação administrativa ou técnica de nossas providências. Estes males são, porém, mais passageiros do que os seus causadores, e o Brasil será um dos grandes líderes dos fins do nosso século e dará à nova ordem humana contribuições materiais e espirituais, que não serão excedidas por outros povos, mesmo os que, hoje, se mostram mais avançados e poderosos.

IX — A civilização brasileira é cósmica, uma fusão de raças, terras e climas. Dela hão de surgir, inevitavelmente, a superação e a formulação de culturas capazes de reconciliar os conflitos contemporâneos. Conscientes da missão reservada aos nossos filhos e aos filhos de nossos filhos, devemos preparar desde já o Brasil para sua ascensão mundial. Não nos impressionemos com as pe-

que nas misérias de todos os dias e acreditemos menos em problemas insolúveis. A História mostra que a inteligência, a energia, o amor e o trabalho de um povo podem, ajudados por Deus, realizar obras imperecíveis. Tomemos, pois, a decisão de corresponder ao destino do Brasil, de não falhar ao seu futuro e de nos elevarmos, pelo trabalho, à altura dos imensos deveres que todos temos, uns para com outros e, sobretudo, todos com a pátria.

Farei tudo que de mim depender para corresponder à expectativa pública, à confiança do Presidente da República e a esta fé que deposito no Brasil.

X — Estou convencido, Ministro Horácio Lafer, de que foram sãos os propósitos e princípios que orientaram a ação de V. Excia. neste Ministério. A carta do Presidente Vargas, agradecendo a sua colaboração, é uma honrosa quitação dos seus deveres governamentais. Mas, como V. Excellência sabe, é do livre debate, do livre exame e da crítica livre que os homens bem formados esperam não só orientação como sanção para suas idéias e atos.

Nesse transe, acredito que V. Excellência, a tudo haja provido, como revela seu eloquente discurso, para evitar ou corrigir os efeitos contrários à economia do país. Nosso poder e capacidade pessoais, meu prezado colega e amigo, são muito relativos nas circunstâncias que se lhe depa- raram, e as quais terei eu, agora, de enfrentar.

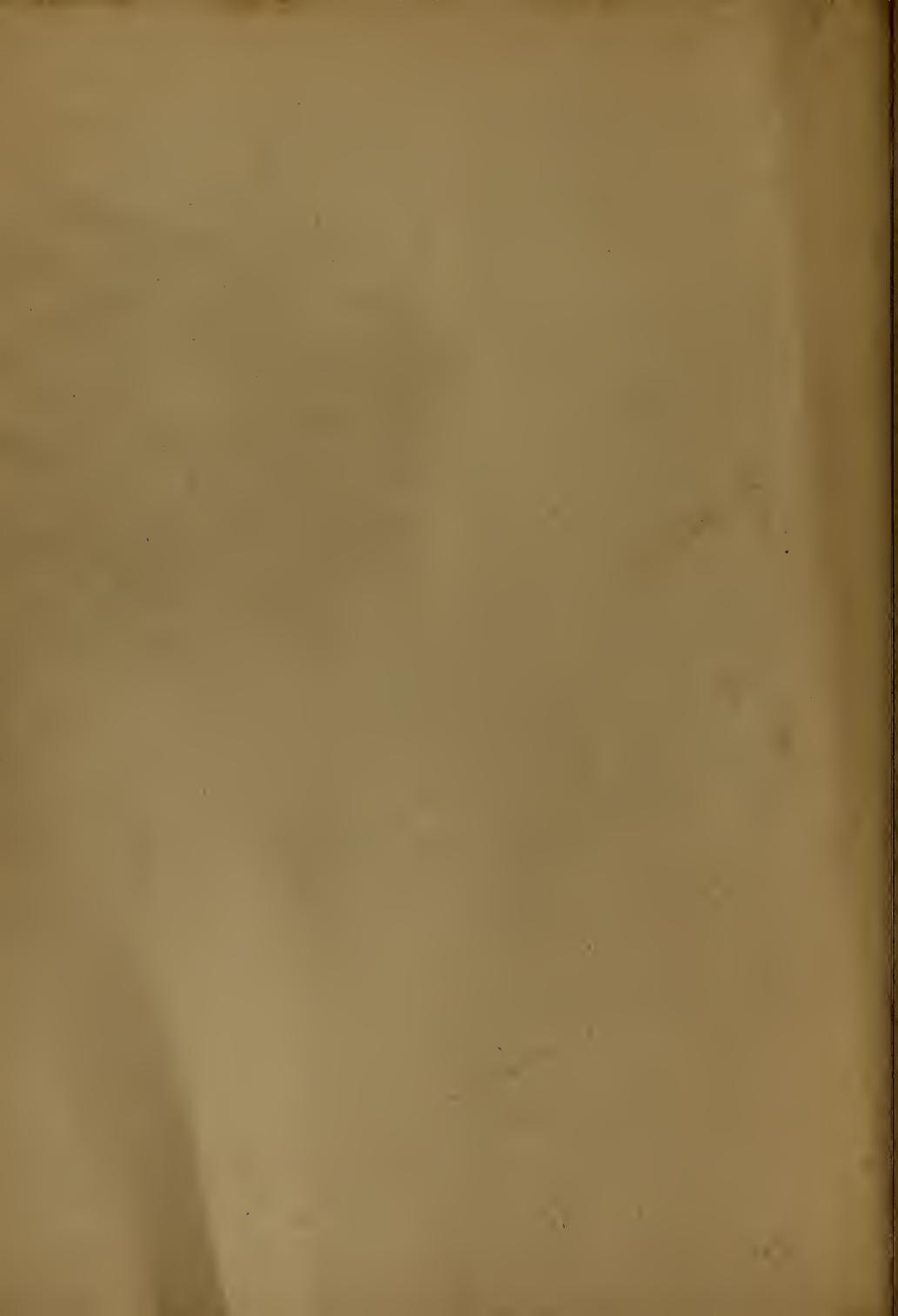
O discurso de V. Excia. é uma veemente explicação e o que é muito

mais, uma reafirmação das suas qualidades de cultura, de compreensão, de fé e de amor ao Brasil.

Ao receber de V. Excia. a transmissão das responsabilidades, que resolveu renunciar, quero reafirmar-lhe a minha admiração pessoal e esperar a colaboração da sua experiência e dos seus conselhos, sobretudo quanto às medidas urgentes, que V. Excia. não teve tempo de adotar, no sentido da retomada dos pagamentos interrompidos de nossos atrasados comerciais e do conseqüente efeito no nosso crédito no exterior. Não quero entrar na consideração e no exame, neste momento, da conjuntura econômica e financeira do Brasil e das providências e soluções mais indicadas para corrigir a soma de crises, que assorberba a vida de cada um e de todos os brasileiros, sobretudo das classes menos favorecidas. Espero fazê-lo dentro de algum tempo e para essa tarefa estou certo de contar com as contribuições de seu patriotismo e conhecimentos.

Nesta oportunidade quero, apenas, com os agradecimentos às generosas palavras de V. Exa. e à bondade de quantos nos honraram com sua presença, renovar a inspirada invocação a Deus, para que me dê energia para conservar as coisas que não devem ser mudadas, coragem para mudar as coisas que não devem ser conservadas, sabedoria nas horas críticas para distinguir umas das outras e, mais do que tudo, para que me dê diariamente essa energia, essa coragem e essa sabedoria para que eu possa servir cada dia mais e melhor o meu povo e o meu país”.

**DISCURSO DO SR. OSWALDO ARANHA, MINISTRO
DA FAZENDA, PROFERIDO NO SENADO FE-
DERAL, NA SESSÃO DO DIA 1 DE SETEMBRO
DE 1953**



DISCURSO DO SR. OSWALDO ARANHA, MINISTRO DA FAZENDA, PROFERIDO NO SENADO FEDERAL, NA SESSÃO DO DIA 1 DE SETEMBRO DE 1953.

Sr. Presidente, senhores Senadores:

1. É para mim uma grande honra vir, hoje, ao Senado, em uma hora conturbada e difícil à nossa vida e à dos demais povos, em virtude de requerimento dos eminentes Senadores Alencastro Guimarães, Mozart Lago, Vivaldo Lima, Domingos Velasco, Kerginaldo Cavalcanti e Arêa Leão, para *prestar esclarecimentos sobre a situação financeira e econômica do Governo e do País*, notadamente para informar o Senado sobre a vida orçamentária, econômica e fiscal, no período de 31 de janeiro de 1951 a 30 de junho de 1953.

2. Procurarei corresponder à convocação do Senado, falando com precisão e simplicidade, como convém ao assunto e às tradições de serenidade desta Casa. Não há nesta atmosfera de circunspeção e responsabilidade lugar para discursos. Tudo aqui é medida, síntese, austeridade.

Informarei, pois, com absoluta serenidade, o Senado, para que conclua e julgue, na base de elementos reais, da superior orientação que deve imprimir ao debate e solução dos problemas criados por essas realidades.

BREVE BALANÇO DA SITUAÇÃO ENCONTRADA

3. Antes de iniciar a resposta aos quesitos, objeto de minha convocação, quero oferecer ao Senado alguns elementos indispensáveis à interpretação das informações que irei prestar.

Ao assumir a Pasta da Fazenda, em fins de junho, a situação econômica e financeira era a seguinte:

a) o boletim diário do Banco do Brasil, de 30 de junho de 1953, acusava na conta "*Receita e Despesa da União*" um saldo contra o Tesouro de 5 bilhões e 14 milhões;

b) a moeda em circulação montava, na mesma data, a 41

bilhões e 522 milhões;

c) a taxa cambial no mercado livre era, sem vendedores, de 53 cruzeiros por dólar;

d) os meibs de pagamento no *último semestre* haviam sido acrescidos, aproximadamente, de 10 bilhões de cruzeiros e o custo da vida de cerca de 15%;

e) havia na Fazenda mais de 46.000 processos de "Restos a Pagar" e "Exercícios Findos" a despachar, totalizando soma a ser apurada;

f) as dívidas, entre antigas e orçamentárias, por pagar, ascendiam a soma igualmente difícil de ser calculada;

g) os atrasados comerciais somavam, com os cambiais, mais de 1 bilhão de dólares em quase todas as moedas e a quase todos os países;

h) o Eximbank, com o qual fôra ajustado um empréstimo de US\$ 300 milhões, havia recusado, sob a invocação de falta de cumprimento de promessa de nossa parte, a 2.ª prestação de 60 milhões;

i) a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que estudava projetos de reaparelhamento econômico, segundo um plano elaborado pelo meu eminente antecessor, suspendera os seus trabalhos, quando os financiamentos somavam 139 milhões e 696 mil dólares — dentre os 500 milhões anteriormente fixados como de maior urgência;

j) as nossas exportações em 30 de junho último somavam 11 bilhões 458 milhões e as nossas importações 11 bilhões 715 milhões de cruzeiros, enquanto o balanço de pagamento, em 30 de abril era deficitário em 826 milhões e 500 mil cruzeiros;

k) os financiamentos e aquisições de algodão e outros produtos pelo Banco do Brasil e pelo próprio Tesouro, através da Comissão de Financiamento da Produção, montavam a cerca de 8 bilhões de cruzeiros.

l) a Lei n.º 1.807, chamada do "Câmbio Livre", ao invés de promover a entrada de capitais estrangeiros, vinha favorecendo a saída de lucros aqui represados, do que era indice a alta, no mercado livre, do preço de todas as moedas;

m) as perspectivas da Receita e da Despesa, para o ano corrente, segundo informações das repartições competentes e dentro da mais prudente execução da lei orçamentária, levavam os técnicos a prever um *deficit* financeiro da ordem de 10 bilhões de cruzeiros;

n) a essa situação financeira, agravada pela dos Estados, juntava-se uma conjuntura econômica caracterizada por uma soma de crises, desde a das exportações, dos transportes, de energia, a de câmbio, de bancos e outras, trazendo a elevação de preços, salários, custos, — enfim, a inflação em seu estágio mais intenso e prejudicial.

4 Um outro fato, Senhor Presidente, que me parece indispensável ao esclarecimento do Senado, antes de entrar no exame das proposições de meus ilustres convocadores, refere-se à evolução do meio financeiro nacional, do dia em que deixei de ser Ministro da Fazenda, há quase 20 anos, e a situação que vim encontrar, ao reassumir essas funções, em que todos os fatores se multiplicaram, os da receita, os da despesa, a circulação monetária e, para fixar um ponto de re-

ferência, basta registrar que a Receita foi menor do que a Despesa nesse período, isto é, de 1935 a 1953, de Cr\$ 50.802.385.187,00, importância que, em última análise, corresponde ao *deficit* crônico da República, em proporção maior do que o do Império, atendido com emissões de papel-moeda, de títulos públicos e outras operações financeiras.

5. Quanto à posição em 30 de junho último, em números que não exprimem uma situação definitiva, as cifras eram as seguintes: Receita — Cr\$ 18.893.994.092,80; Despesa — Cr\$... 23.031.720.248,10, acusando um *deficit* de Cr\$ 4.187.726.155,30.

6. Os quesitos do Senado, particularmente os dois primeiros, que dizem com a execução orçamentária e as dívidas do Tesouro, são difíceis de responder com absoluta precisão, tendo-se em vista nossa contabilidade e os dados disponíveis. Tudo fiz, porém, para consultar e compulsar, com a colaboração dos melhores técnicos fazendários, os elementos ajustados, no propósito de informar o Senado da realidade das contas públicas.

HERANÇA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

7. Para maior clareza na apreciação dos resultados da execução orçamentária até 30 de junho de 1953 e em virtude do conhecido fenômeno da solidariedade natural dos diversos exercícios, vamos examinar, destacadamente, o quinquênio 1946 a 1950, em seguida o biênio 1951-1952 e, finalmente, o primeiro semestre do corrente ano.

O QUINQUÊNIO DE 1946 A 1950

8. Segundo os dados apresentados nos Balanços da Contadoria Geral da República, o quinquênio 1946-1950 produziu os seguintes saldos orçamentários:

		Déficit (—) ou Superavit (+)
1946	—	2.633 milhões de cruzeiros
1947	+	460 milhões de cruzeiros
1948	+	3 milhões de cruzeiros
1949	—	2.810 milhões de cruzeiros
1950	—	4.297 milhões de cruzeiros
Soma	—	9.277 milhões de cruzeiros

A cobertura dêsse *deficit* opeiou-se com o produto de recursos extraorçamentários, de conformidade com a seguinte demonstração:

Variações operadas no quinquênio

	Milhões de cruzeiros
Operações de crédito (saldo da emissão de Obrigações de Guerra)	+ 2.544
Emissão de papel-moeda (utilizada pelo Tesouro como receita)	+ 7.550
Soma	+ 10.094
Soma dos <i>deficits</i> acumulados no quinquênio	— 9.277
Saldo	+ <u>817</u>

Dêsse saldo, 434 milhões de cruzeiros foram empregados na redução da dívida fiutuante e o restante se distribuiu por diversas outras contas.

9. Deve-se, contudo, ressaltar que êsse *deficit* traduz apenas o movimento das contas registradas pela contabilidade. Não obstante, diversos outros debitos foram sendo acumulados a margem da execução orçamentária e dos registros contábeis, como resul-

tado de despesas realizadas por meio de adiantamentos feitos pelo Banco do Brasil.

Esses débitos foram finalmente liquidados em 1951 com os recursos resultantes da encampação de emissões de papel-moeda autorizada pela Lei número 1.419, de agosto de 1951.

Tais recursos, no total de 9.135 milhões de cruzeiros, tiveram em resumo a seguinte aplicação:

	Milhões de cruzeiros
a) Despesas extraorçamentárias já contabilizadas até 1950	1.162
b) Liquidação de debitos de contas orçamentarias	995
c) Resgate de Letras do Tesouro	2.000
d) Liquidação de compromissos junto à Carteira de Câmbio	4.159
e) Encampação da E. F. Leopoldina	819
Total	<u>9.135</u>

A liquidação dessas operações realizou-se, como é do conhecimento do Senado, durante o exercicio de 1951, influndo, por conseguinte, nos resultados financeiros do primeiro biênio do atual Governo.

O BIÊNIO DE 1951 A 1952

10. Com base nos elementos constantes dos Balanços elaborados pela Contadoria Geral da República, os exercicios de 1951 e 1952 se encerraram com os seguintes saldos orçamentários:

		Milhões de cruzeiros
Receita arrecadada:		
1951	27.428	
1952	30.740	58.168
Despesa realizada:		
1951	24.609	
1952	28.461	53.070
Superavit orçamentário do biênio		<u>5.098</u>

11. Interessa, certamente, aos meus eminentes interpeladores tomar conhecimento não apenas dos resultados orçamentários, mas também de toda a posição financeira. Considerando o biênio em conjunto, e a fim de não alongar esta exposição, resumirei o movimento geral das contas extraorçamentárias, que se exprime num *deficit* global de 5.161 milhões de cruzeiros, em cuja cobertura foram utilizados o saldo orçamentário de 5.098 milhões e mais 63 milhões de cruzeiros das disponibilidades de caixa.

12. Embora êsses saldos estejam claramente consignados nos Balanços Financeiros já divulgados pela Contadoria Geral da República, procura-

rei satisfazer a curiosidade natural do Senado, tentando traduzir em linguagem simples e tão clara quanto possível a composição geral das contas de Receita e Despesa, de cujo balanceamento resultou êsse *deficit* compensatório, de natureza extraorçamentária, dentro da técnica normalmente usada pela contabilidade pública.

13. Além dos encargos orçamentários, que se elevaram no último biênio a 53.070 milhões de cruzeiros, teve o Tesouro Nacional que atender, nesse mesmo período, a compromissos outros, de natureza extraorçamentária, no montante global de 16.003 milhões de cruzeiros, assim especificados :

<i>Despesa</i>	<i>Milhões de cruzeiros</i>
1 — Débitos orçamentários e extraorçamentários de exercícios anteriores, liquidados nos termos da Lei n.º 1419, de agosto de 1951	8.079
2 — Liquidação de operações de compra e financiamento de produtos diversos, inclusive suprimentos a CAN e à COFAP	4.313
3 — Contrapartida de contribuições não pagas pela Prefeitura do Distrito Federal e escrituradas como receita orçamentária	972
4 — Outras despesas a regularizar e levadas a débito da conta "Diversos Responsáveis"	1.126
5 — Encampação da Estrada de Ferro Leopoldina, nos termos também da Lei n.º 1419	819
6 — Resgate de operações de crédito	313
7 — Liquidação de diversos outros compromissos discriminados na conta "Bancos e Correspondentes"	381
Total das despesas extraorçamentárias do biênio 1951-1952	16.003

14. Na cobertura dêsses compromissos extraorçamentários, utilizou o Tesouro Nacional os seguintes recursos :

<i>Recursos</i>	<i>Milhões de cruzeiros</i>
1 — Saldo orçamentário do biênio	5.098
2 — Recursos extraorçamentários :	
a) Emissões de papel-moeda autorizadas pela Lei n.º 1419	9.102
b) Receita arrecadada nos termos da Lei n.º 1474	984
c) Restos a Pagar, Depósitos, Fundos e Provisões — acréscimo líquido no biênio	763
3 — Utilização de disponibilidades de Caixa	63
Total dos recursos no biênio	16.003

15. Confrontando-se, agora, os recursos extraorçamentários — 10 842 milhões de cruzeiros — com as despesas da mesma natureza — 16 003 milhões — obteremos o *deficit* extraorçamentário de 5 161 milhões de cruzeiros a que já me referi anteriormente.

16. Como é do conhecimento dos nobres Senadores, as operações extraorçamentárias compõem, com as orçamentárias e o movimento de saldos, o conjunto natural de contas do sistema financeiro. Talvez se possa considerar um pouco altas as cifras representativas desse movimento, no biênio 1951-1952. Todavia, não se deve perder de vista o fato de que mais de 9 bilhões representaram a simples regularização de uma situação de fato oriunda do Governo anterior, regularização essa processada nos termos da lei expressamente votada pelo Congresso Nacional. Do mesmo modo, puderam os recursos provenientes dos saldos orçamentários dar cobertura a uma parte de outros compromissos, como o da liquidação das operações de financiamento autorizadas pela Lei n.º 615, os quais, de outra forma, teriam contribuído para avolumar ainda mais o montante atual da dívida flutuante da União.

17. Na movimentação geral dessas contas, é possível que se tenham deixado de cumprir certas formalidades impostas pelas boas normas contábeis e administrativas. Trata-se, todavia, do resultado de praxes consagradas por decênios de rotina, muitas das quais exigindo por certo correções inspiradas nas modernas técnicas da contabilidade pública.

18. No propósito de não voltar a incidir nesses mesmos erros, estamos seriamente empenhados, neste momento, na tarefa de aparelhar, convenientemente, o sistema federal de contabilidade e de disciplinar o movimento de contas entre o Tesouro e o Banco do Brasil, de forma a imprimir a maior clareza e simplicidade possíveis na apresentação das contas públicas.

PERSPECTIVAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO CORRENTE EXERCÍCIO

19. Analisados os resultados financeiros do biênio 1951-1952, resta-me apresentar a situação relativa ao corrente exercício examinando as tendências gerais da execução orçamen-

tária no período compreendido entre 1.º de janeiro e 30 de junho de 1953, que, mesmo com a compressão de despesas ordenada no 1.º semestre pelo Presidente da República, já acusava uma diferença para mais na despesa sobre a receita de quase 5 bilhões de cruzeiros e emissões na ordem de 3 bilhões de cruzeiros.

20. O orçamento ora em execução estima a receita em Cr\$ 34.295.230.000,00 e fixa a despesa em Cr\$ 34.004.996.741,00, prevendo, por conseguinte, um *superavit* de Cr\$... 290.233.259,00.

A estimativa da receita no Orçamento superou a arrecadação efetiva do exercício anterior na importância de 3 556 milhões de cruzeiros, equivalente a uma taxa de crescimento de 11,5%. Contudo, a análise das tendências da receita neste semestre não nos conduz a conclusões muito otimistas quanto à concretização dessas previsões. As receitas estão aquém da estimativa orçamentária.

21. Os três maiores e mais representativos impostos brasileiros apresentaram, de 1950 a 1952, as seguintes taxas anuais de crescimento:

Impostos	1950 %	1951 %	1952 %
Renda	16,6	45,2	23,3
Consumo	13,7	28,2	11,1
Vendas e Consigna- ções	20,4	42,4	11,1

Excluindo o imposto de renda, cuja arrecadação corresponde a rendimentos auferidos no exercício precedente, demonstram os impostos de consumo e de vendas e consignações uma queda violenta no ritmo de crescimento de suas arrecadações, reduzido de 28 e 42%, em 1951, para apenas 11%, em 1952, apesar de substanciais aumentos de taxas ocorridos no último exercício.

Todos os fatores justificativos desse decréscimo, como restrições impostas ao comércio exterior, intervenção do Governo no mercado de certos produtos, fenômenos climáticos, a seca, a geadas, e outros — permaneceram ou mesmo se agravaram no presente exercício. Assim, nada nos autoriza a esperar que a receita federal venha a confirmar ou, muito menos, a exceder a taxa de crescimento de 11,5%, resultante das estimativas orçamentárias. Se estamos no propósito de imprimir maior eficiência ao aparelho

arrecadador, combatendo por todos os meios a evasão de impostos, no mesmo firme e também nossa decisão de opor diques ao desenvolvimento da onda inflacionária, aplicando medidas de contenção aos preços que, inevitavelmente, afetarão as cifras nominais das arrecadações.

22. Se as perspectivas da receita são, na melhor das hipóteses, no sentido de confirmar-se a previsão orçamentária, vejamos como se apresenta o quadro relativo à despesa.

Adicionando-se ao total taxado no orçamento em vigor os créditos transferidos de 1952 e mais os abertos no corrente exercício obtem-se um total de Cr\$ 36.333.235.975,80 de despesas legalmente autorizadas até 30 de junho do ano corrente.

Em confronto com a receita orçada, esse novo total da despesa já transforma o *superavit* previsto em um *deficit* potencial de 2.038 milhões de cruzeiros, em números redondos. Não param ainda nestas cifras os compromissos reais do corrente exercício. Como resultado preliminar de um tremendo esforço de pesquisas, depois de examinar alguns milhares de processos em curso, dentro e fora da Fazenda, já posso apresentar a seguinte relação de encargos absolutamente inevitáveis e sem qualquer possibilidade de cobertura orçamentária:

	Cr\$
Créditos autorizados e a abrir	1.064.984.979,30
Suplementação para o Código de Vencimentos e vantagens	983.271.000,00
Suplementação para gratificações adicionais	427.570.722,60
Abono de emergência (projetos em andamento no Congresso)	38.876.010,00
Salário-família (projeto no Congresso Nacional)	7.482.700,00
Suplementação já pedida ao Congresso Nacional	15.476.760,00
Créditos (suplementares e especiais) a solicitar ao Congresso	657.824.832,90
Suplementação para reposições e restituições	39.847.744,10

Crédito especial para "dividas relacionadas"	46.919.825,60
Crédito especial para os concessionários dos portos ...	94.500.000,00
	<hr/>
	3.376.754.574,00

23. Reconstituo, agora, o quadro esboçado até aqui e para não cansar a imaginação de meus eminentes interpeladores com uma exaustiva citação de cifras intermináveis, encerrorei essa rápida análise das tenências gerais da execução orçamentária, relativa ao corrente exercício, com a seguinte síntese:

	Cr\$
Despesa realizada até 30 de junho de 1953	14.197.188.740,00
Saldo das despesas orçamentárias e adicionais já legalmente autorizadas	22.186.047.235,80
Compromissos dependendo da abertura de créditos adicionais	3.376.754.574,50
	<hr/>
Despesa provável em 1953	39.759.990.550,30
Menos: Receita orçada para 1953	34.295.230.000,00
	<hr/>
Deficit presumível	5.464.760.550,30

Se a receita for menor do que a orçada, como tudo indica, e a despesa acrescida, no segundo semestre, como parece inevitável, inclusive pelos compromissos de exercícios anteriores, o *deficit* já mencionado de 5 bilhões e 500 milhões de cruzeiros alcançará, como prevêem os especialistas, a casa dos 10 bilhões, sobretudo se considerarmos que, agora, já atinge ele metade dessa previsão.

DÉBITOS DO TESOURO NACIONAL EM JUNHO DE 1953

24. Não é fácil determinar com precisão as dividas do Tesouro, considerando parte de um período financeiro, nos termos do segundo quesito proposto pelo Senado.

O que se pode oferecer, com mais segurança, é a posição contabilizada

das responsabilidades diretas, de pronta exigibilidade, ao termo de cada exercício financeiro.

Não me esquivo, porém, de responder à interpegação, ainda mesmo tenham de ser consideradas as cifras

a) Dívida Flutuante (em 31-12-52)	6.491.118.772,80
b) Fundos e Provisões (em 31-12-52)	1.694.449.104,60
c) Caixas e Institutos de Aposentadoria	11.444.719.448,00
d) Municípios (10% sobre o imposto de renda), até abril de 1953	669.645.731,00
e) Diferença de proventos e benefícios a: segurados (funcionários públicos)	100.000.000,00
f) Exercícios findos compromissos sem crédito	900.000.000,00
g) Banco do Brasil - - débito líquido do Tesouro, em 30-6-53 inclusive adiantamentos para atender a despesas orçamentária e extra-orçamentárias de 1953	4.187.726.155,60

25. Cumpre salientar que no total indicado não foram incluídas as responsabilidades do Tesouro resultantes das garantias dadas ao Banco do Brasil, por empréstimos feitos aos Estados e Municípios, as quais pela sua natureza podem se transformar em encargos orçamentários.

26. Além dessas responsabilidades indiretas, convém não deixar de mencionar as que emanam das entidades autárquicas e sociedades de economia mista, as quais, em última análise, são também assumidas por ordem de conta da União.

Os desequilíbrios financeiros de várias dessas entidades, como é público e notório, têm sido, até aqui, cobertos pelo Tesouro, representando sempre um ônus a mais para os cofres da Nação.

E' de salientar-se que, embora nesses casos, a despesa resultante da regularização dos citados desequilíbrios recaia sempre sobre o Tesouro, a este não cabe, em regra, exercer o controle das aplicações, e isto porque a maioria dessas entidades não está subordinada ao Ministério da Fazenda.

Como exemplos mais frisantes citam-se os suprimentos feitos à Estrada de Ferro Central do Brasil, a Leopoldina e outras estradas de ferro, ao Loide Brasileiro, à Companhia Nacional de Navegação Costeira e às Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional.

27. Além do total acima indicado, Cr\$ 25.897.659.213,10, referente às responsabilidades do Tesouro, de

parciais, de 1953, sujeitas a variações para mais ou para menos, no fim do exercício.

Em 30 de junho de 1953, o total apurado dessas responsabilidades era de Cr\$ 25.587.659.213,10, sendo:

pronta exigibilidade, há ainda a consignar as de longo prazo, como sejam:

	Cr\$
Dívida Externa	
Consolidada	4.481.201.996,00
Dívida Interna	
Consolidada	4.481.201.996,00

EMISSÕES EFETUADAS DE 31-1-51 A 30-6-53

28. Foi o seguinte o total das emissões no período a que se refere o quesito da letra d, proposto pelo Senado:

	Cr\$
Saldo em 31-12-50	31.202.342.115,50
Idem em 30-6-53	41.253.726.960,50
•	
Acréscimo no período	10.051.184.855,00

Essas emissões, na sua quase totalidade, foram feitas para atender às operações da Carteira de Redescontos. Em 1951, a importância de Cr\$ 9.135.160.000,00, correspondente a emissões já incluídas no total do meio circulante em 31-12-50, embora destinadas à Carteira de Redescontos, passou à responsabilidade definitiva do Tesouro, por força da autorização constante da Lei n.º 1.419 de 28-8, de 1951.

DÍVIDA DE EXERCÍCIOS FINDOS

29. O montante das contas de exercícios findos, objeto do quesito da letra e, como indicamos anteriormente, aproxima-se de 900 milhões de cruzeiros, mas, na realidade, só poderá ser apurada, definitivamente, quando se ultimar a liquidação de reclamações, contas, créditos e restos a pagar.

ATRASADOS COMERCIAIS E SUA REGULARIZAÇÃO

30. O total dos atrasados comerciais, em todas as áreas, em 30-6-53, era de 1 bilhão e 2 milhões de dólares, montante que se desdobrava nas seguintes parcelas:

	milhões
a) — Fila de Câmbio — Fiscalização Bancária, aguardando fechamento	628,0
b) — Operações de crédito, antes realizadas pelo Banco do Brasil, por ordem do Governo, para o mesmo fim	168,9
c) — Posição de câmbio em 30-6-53	205,5
Total geral	1.002

Essa foi a situação que encontrei ao assumir a pasta da Fazenda, em junho último, isto é — de dívida em quase todas as moedas e a quase todos os países.

Entrei em entendimentos com os nossos principais credores, não só para regularização desses débitos comerciais no exterior, como para a retomada dos negócios de importação de extraordinária significação para nós e nos quais, pela posição desfavorável de todo devedor, estaríamos pagando mais nas compras e recebendo menos nas vendas.

Felizmente, estou em condições de poder informar ao Senado que essas conversações já deram resultados positivos e, em breve, estarão regularizadas nossas contas comerciais com o exterior. Assim é que, em relação aos americanos, a quem devíamos a expressiva soma de 480 milhões de dólares, sendo 320 milhões por atrasados comerciais e 160 milhões por responsabilidades cambiais, a situação, pelo acordo feito com o Eximbank, a ampliação e utilização das linhas de crédito de bancos particulares ao Banco do Brasil e o apêlo ao Fundo Monetário, permitirá a completa regularização de nossos compromissos, transferindo para a responsabilidade direta e consolidada do Governo a soma de débitos vencidos, prementes e até vexatórios, oriundos de exagêros e abusos de importações nos últimos anos.

31. Quanto aos ingleses, a situação já se mostra também favorável para o Brasil, pois foi possível chegar-se a

um acordo que permitirá a regularização de nosso débito, da ordem de 65 milhões de libras. Nesse caso, também fizemos apêlo ao Fundo Monetário, para adiantamento da soma de 10 milhões de libras. As negociações chegaram, praticamente, a um ponto de acordo definitivo, estando agora os técnicos encarregados dos pormenores finais do plano, que reabrirá as portas do nosso comércio com a Inglaterra, fato altamente benéfico para as duas Nações.

32. Estamos, outrossim, em entendimento, com os demais países credores, especialmente a Alemanha, esperando chegar a um acordo geral, que determinará o restabelecimento do nosso crédito internacional. A orientação geral do Governo, quanto à política de comércio exterior, é de estimular as exportações, mantendo as importações, ainda por algum tempo, sob o regime de contingenciamento, tendo em vista o desequilíbrio acentuado da balança comercial. Estamos atentos às consequências das restrições que seremos forçados pelas circunstâncias a adotar nas importações. A tarefa é difícil, mas deve ser levada a bom termo, com determinação e moralidade. A prorrogação da lei de licença prévia é, pois, no entender do Governo, medida indispensável. Espero, assim, que o Senado, ao examinar a questão, tendo em vista a aprovação da Câmara ao texto final da lei, adote orientação favorável à sua prorrogação por seis meses, a fim de permitir nesse período seja a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil reformada, transformada ou substituída por novos mecanismos. Até qualquer decisão em definitivo, tudo será feito, administrativamente, no intuito de atenuar e anular as dificuldades atuais.

33. Quanto às exportações, temos confiança em que poderão ser criadas condições capazes de permitir o escoamento das nossas safras e o aumento dos recursos cambiais. A Superintendência da Moeda e do Crédito, o Banco do Brasil e o Instituto Brasileiro do Café trabalham em estreita cooperação e os resultados já estão sendo obtidos. É importante persistir na política de recuperação e confio em que um crédito será dado ao Governo para vencer os óbices tremendos resultantes do processo inflacionário e da conjuntura mundial, que reduziram de forma drástica os termos de nosso comércio internacional.

NOVOS MÉTODOS E NOVOS RUMOS

34 Eram estas, Senhor Presidente, as informações, quase fotográficas, que me cumpria prestar ao Senado e aos meus ilustres interpeladores.

Ao assumir as minhas funções, em 18 de junho, determinei, de logo, o levantamento da situação financeira e econômica do país. Ao receber a convocação do Senado, renovei essas recomendações, escolhendo, mesmo, funcionários especializados em contabilidade, para que eu pudesse apresentar a Vossas Excelências o quadro verdadeiro das nossas contas públicas. Não há, porém, problema mais difícil. A contabilidade pública espelha detentuosamente a realidade, porque ainda obedece e tem de obedecer a normas e leis já superadas pelas modernas fórmulas contábeis e, por vezes — o que é mais grave, atende a ordens, portarias e instruções ministeriais. Procurei, assim, mandar proceder a uma revisão das contas públicas, dos balanços orçamentários, dos extraorçamentários, dos financeiros e, até mesmo, dos econômicos. Era necessário procurar a verdade onde estivesse, para trazê-la ao Senado e oferecê-la ao país.

Tudo quanto foi apurado procurei expor com fidelidade, e neste momento quero de público excluir as responsabilidades pessoais pelos erros, falhas, deficiências, contradições, lançamentos e confusões, porque não creio possa alguém ser responsabilizado pelo mau funcionamento pelo rendimento negativo e pela produção deficitária de uma máquina que desatende às exigências contábeis, públicas e privadas, de nossos dias.

Devo, mesmo, declarar ao Senado e, sobretudo, aos meus eminentes convocadores, em nome do meu ilustre amigo Senador Alencastro Guimarães que, nessa Torre de Babel de números e balanços, que é o Tesouro Nacional, a responsabilidade pela insegurança dos dados e elementos advém dos processos, métodos, praxes, normas e leis que regem a contabilidade pública e jamais dos funcionários ou dos próprios Ministros que, por mais esclarecidos e devotados aos seus misteres, não puderam e nem podem suprir essas dificuldades burocráticas ou superar as confusões orçamentárias e

as contradições financeiras da nossa organização fazendária e fiscal.

Compreendo, pois, Senhor Presidente, que o Senado e os meus ilustres interpeladores, fiéis aos seus mandatos e à alta missão reservada a esta Casa, em nossa organização política, quiseram, ao me convocar não somente conhecer esses dados, quase todos já registrados em balanços e contas oficiais, mas também, minha opinião, como novo responsável pela formulação da política orçamentária e pela execução da política econômica e financeira do Governo.

35. Antes mesmo de ser interrogado pelos Senhores Senadores, quero avançar o meu pensamento, a direção que pretendo imprimir ao setor governamental, fazendário, financeiro e econômico, confiado a minha gestão.

Começarei por declarar, Senhor Presidente, que a administração brasileira precisa de uma reforma radical. Ela funciona mal e cada dia funcionará pior. Reformar, em nosso país, tem, porém, sido complicar mais e gastar muito mais. Tem disso consciência o Senado e temos todos nós que acompanhamos a evolução administrativa do nosso país. Mas a primeira reforma deverá ser a desse vêzo de complicar e gastar. Teremos de simplificar e economizar. Acredito que esta mudança de orientação já será o começo de uma grande reforma. Mas, Senhor Presidente, além do espírito, o corpo administrativo precisa de ajustar-se as suas novas tarefas e aos novos tempos. A aparelhagem de nossa administração é do século passado, entre colonial, imperial e republicana, quase toda importada, e não creio possa, sejam quais forem os gestores públicos, corresponder às exigências contemporâneas de orientação, direção, divisão e gestão dos negócios públicos, internos e externos de nosso país. Não cabe aqui um exame da nossa máquina administrativa, mas, unicamente, Senhor Presidente, a afirmação que quero fazer ao Senado de que, com os processos e métodos administrativos em vigor, o Brasil não será, seja qual for o Governo, dêste, daquele ou de todos os partidos, administrado com a eficácia, com o rendimento, com o proveito que a direção dos destinos de um povo, como

a do nosso, está a exigir dos seus governantes.

Penso, assim, Senhor Presidente, que esta triste realidade, que todos conhecemos, sentimos e deploramos, deve ser modificada sem perda de tempo e que para esta tarefa nos devemos reunir por iniciativa própria e comum a todos nós, porque, se, agora, não o fizermos, acabaremos, convocados ou, talvez, mercedosamente dela excluídos, porque não devemos esquecer que essas transformações administrativas fazem parte da evolução política dos povos na ânsia de se aparelharem para viver e ate para sobreviver.

E' necessário, assim, Senhor Presidente, demonstrar ao povo que através do regime democrático se pode governar com visão, administrar com eficiência e viver com honestidade e, ainda, que nenhuma outra forma de govêrno, de administrar e de viver, se ajusta melhor à tradição, à dignidade e ao destino dos brasileiros.

REORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

36. E' meu propósito modificar a organização da Fazenda, a sua estrutura, direção e funcionamento, por maneira a tornar simples, acessível, fiscalizável e eficaz a velha, emperrada e complicada e confusa vida fazendária e fiscal. Mas a reforma da Fazenda de nada valerá se a administração federal continuar a ser a esfinge indecifrável na encruzilhada dos destinos brasileiros. Não sou autor e nem sequer colaborei na elaboração do anteprojeto de Reforma Administrativa, refundido pela Comissão Interpartidária, presidida pelo eminente Senador Ferreira de Souza e, agora, objeto de Mensagem ao Congresso .

Creio, porém, que ela corresponde a uma necessidade urgente e inadável, de reajuste e, mesmo, de renovação da administração do país, para que possamos enfrentar as exigências econômicas, financeiras e sociais da atualidade, nossas e mundiais e, ainda, que é um reclamo das aspirações regionais e da consciência nacional.

E, Senhor Presidente, quando o povo chega a reconhecer, proclamar e, mesmo, exigir uma reforma, e os

partidos unânimemente a aprovam, é porque de há muito ela se fazia necessária e os poderes públicos nem eram avisados e nem democráticos.

A minha experiência, Senhor Presidente, sobretudo por duas vèzes na Presidência da ONU, que é uma super estrutura estatal de jurisdição mundial, — é de que, sem modernizarmos a nossa organização administrativa, ajustando-a ao tempo, às exigências atuais e às das técnicas, métodos e princípios que regem as demais organizações governamentais, ficará o Brasil sem meios e instrumentos apropriados ao seu progresso, ao convívio com os demais povos, a observar e a incorporar-se ao futuro. A administração pública não é, ainda, uma ciência, mas já deixou de ser uma arte, para ser uma técnica, uma resultante de fenômenos, de fatores, de processos, de números e de observações sem a conjugação dos quais um orçamento será um simples rol de receitas e despesas e jamais o instrumento propulsor de uma política do Govêrno. O nosso orçamento oferece hoje as linhas clássicas de mero documento de previsão da receita e autorização da despesa.

POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA ECONÔMICA

37. O orçamento deve ser, porém, a base da economia moderna, um poder novo, ao mesmo tempo de retenção e de impulso, de distribuição e de equilíbrio, o balanço dos demais balanços, um instrumento fiscal capaz de influir em tôdas as fases e aspectos das atividades econômicas e financeiras do país, num período dado. A elaboração orçamentária entre nós, no que se refere ao setor federal, não tem consultado, como se faz, hoje, em tôdas as grandes nações, elementos dos balanços econômicos, financeiros, comerciais e cambiais e a política fiscal, que cabe ao Ministério da Fazenda traçar e executar.

A intervenção do Ministério da Fazenda só ocorre nas etapas finais do processo de elaboração, quando não é mais possível, em regra, invocar êsses elementos básicos e realizar obra de orientação, coordenação, incidência e de ajustes, sem falar na estrutura fracionária, defeituosa e deficiente, que se reflete no sistema de contabilidade, na conjuntura econômica, na justiça fiscal, nos planos de obras

e na própria execução e seus controles indispensáveis.

E' inadivável se imprima um sentido real e útil ao orçamento e que dentro dêle se processe, num período dado, toda a vida econômica e financeira do país. Não bastará evitar a confusão de termos e de números, de verbas e de dotações, mas é preciso que êle abranja o conjunto do país, os serviços, os bens, as subvenções, as dívidas e as inversões.

E' necessário conhecer a sua incidência sobre as economias realizadas e sobre as promessas ou expectativas de economias, em função do sistema de repartição das massas e da vida das populações e a sua repercussão na renda bruta, no produto nacional, no trabalho individual, enfim no comportamento da nossa economia, em todas as suas fases. A injustiça fiscal, a incidência tributária e a distribuição dos gastos públicos são fatores políticos capazes de alterar a ordem econômica e financeira do país. Todo orçamento é, no fundo, uma forma de transferência dos poderes de compra, um corretivo para desigualdades econômicas, enfim, um processo para promover a melhoria social, através da preservação da comunidade, aumento da produção e melhor distribuição das rendas.

Os cofres públicos recolhem e distribuem, anualmente, através do orçamento, parcelas de vulto da renda do país e do trabalho individual, bastando ver que, só no corrente exercício, as receitas somadas ou globais da União, dos Estados e Municípios ultrapassam, segundo as estimativas, a setenta bilhões de cruzeiros, aos quais se poderia acrescentar cerca de vinte e cinco bilhões arrecadados pelas autarquias federais, estaduais e municipais.

Efeitos diretos e indiretos, atuando frontalmente sobre a conjuntura e a renda nacional, resultam do jogo da Receita e Despesa, dentre os quais se destacam os seguintes:

1.º redistribuição da renda social, com enriquecimento de algumas classes em detrimento de outras; 2.º deslocamento de fatores de produção de umas regiões para outras do país e, ainda, entre diversos setores de atividades privadas; 3.º processo de desenvolvimento econômico sem o devido controle, por meio da capitalização de rendas fiscais invertidas

nos empreendimentos e obras públicas; 4.º oscilação dos impulsos inflacionários pela criação ou absorção do poder de compra excedente — consequência dos saldos ou *deficits* orçamentários.

38. Para sanar todas essas falhas e flutuações prejudiciais, numa segura preparação do caminho ao progresso do Brasil, torna-se imprescindível o advento de um diploma legal que eu denominaria de Lei Nacional de Orçamento e Contabilidade.

O projeto já existe e está submetido no momento à consideração do Senado. E' o de n.º 38, de 1952, originário da Câmara dos Deputados, e que institui normas gerais para elaboração dos orçamentos da União, dos Estados e Municípios. Com a sua aprovação, prestará o Senado valiosa contribuição à estrutura disciplinada da Receita e da Despesa, dentro de técnica revestida de unidade e de conceituação econômica condizente com as realidades, inclusive sob o aspecto contábil, sem prejuízo da União, Estados e Municípios se regularem pelo seu Código de Contabilidade próprio.

Dentro desse sistema de Lei Nacional de Orçamento e Contabilidade, estou empenhado em modificar o atual Código de Contabilidade da União, para isso já existindo em funcionamento uma Comissão no Ministério da Fazenda.

Deixadas para a citada lei, ora na dependência dos sábios estudos do Senado, as normas gerais, por certo se conseguirá que o novo Código de Contabilidade, livre das regras complexas e obsoletas que atualmente concorrem para o aumento da ferrugem burocrática, se transforme num instrumento de racional, rápida e simplificada escrituração das finanças públicas.

NECESSIDADE DE CODIFICAÇÃO DO DIREITO TRIBUTÁRIO

39. Outro problema de urgência é o que se relaciona com a legislação tributária, hoje desconforme, cheia de minúcias e peculiaridades, distribuída em inúmeros textos legais, que dificultam a cada passo os movimentos dos contribuintes e do Fisco.

Pretendendo fazer obra de fundo e de sistema, acabo de nomear uma Comissão de técnicos para elaborar um anteprojeto a ser encaminhado pelo Governo ao Poder Legislativo. Os trabalhos dessa Comissão devem to-

mar por base o anteprojeto de autoria do Professor Rubens Gomes de Souza, que é membro da Comissão e reúne notáveis qualidades de técnico na matéria, anteprojeto este a ser em breve distribuído em avulso pelo Ministério, para receber sugestões.

LEI ORGÂNICA DO CRÉDITO PÚBLICO

40. Noutro plano e em conexão com as leis já aludidas, volto também minhas vistas para um estatuto orgânico de crédito público, cujos estudos foram iniciados no Ministério. Nesse estatuto, segundo parece mais acertado, deverão ser consolidadas, sob forma meramente normativa, vários preceitos gerais relativos aos Corretores, Bolsas, Juntas e Câmaras Sindicais e isto pela simples razão de exercerem esses órgãos função de instrumento na mobilização de créditos e valores.

41. Teremos dêsse modo um trinômio — Lei Nacional de Orçamento e Contabilidade, Código Tributário Nacional e Lei Orgânica do Crédito Público, trinômio que, alcançando embora diferentes ramos do direito, consubstanciará a Legislação Orgânica da Finança Pública, prevista no artigo 5.º, inciso XV, letra b da Constituição Federal.

SANEAMENTO DO MERCADO DE TÍTULOS PÚBLICOS

42. Devo aludir também à Dívida Interna Fundada, assunto objeto da Mensagem n.º 40, de 13 de fevereiro de 1952, do Poder Executivo, e que foi acompanhada do projeto que na Câmara dos Deputados recebeu o número 1.691, de 1952.

A insegurança reinante no mercado dos nossos títulos, criada pelas várias dezenas de emissões e impontualidade no pagamento dos juros, além dos óbices formais impostos às transações dos nominativos, dificultando-lhes a circulação, retirou do Erário Público uma das mais favoráveis fontes de suprimento de numerário a longo prazo. Cumpre consolidar, unificar, simplificar as atuais emissões, reunindo-as nos quatro tipos do citado projeto n.º 1.691, dentro da nomenclatura do *open market* e sob sistema mais atraente de amortizações e juros. Com este saneamento, que está confiado ao Poder Legislativo, lucrará grandemente a economia nacional. Os nossos títulos públicos, que sempre mereceram fé e confiança por parte dos tomadores, entraram em

crise devido à desvalorização do cruzeiro. Mantivemos aquela posição fiduciária, abrindo novas perspectivas à mobilização dos valores de que tanto necessita a União para enfrentar os investimentos inúmeros a que é solicitada pelo crescimento do país.

MODIFICAÇÃO ESTRUTURAL DOS IMPOSTOS FEDERAIS

43. Estamos diante de uma realidade fazendária que não pode continuar privada de meios e instrumentos hábeis. Vejamos, por exemplo, o que ocorre com os impostos de renda e consumo. Quanto ao imposto de renda, dois são os aspectos em que reclama modificação. O primeiro é o da revisão da política fiscal relativa aos lucros retidos das sociedades de capital e, conseqüentemente, da tributação dos dividendos das ações ao portador. É indispensável que não continue à margem tão promissora fonte de renda, numa imunidade que contrasta com as demais tributações do gênero. O segundo aspecto a examinar é o da revisão do sistema de taxaço cecular das pessoas físicas. Urge se adotem critérios justos em que os pobres paguem, efetivamente, em proporção equitativa face aos ricos, dando aos primeiros deduções que não afetem os seus menores proventos em confronto com os seus gastos reais.

O imposto de consumo carece, igualmente, de revisão que se deve orientar no sentido de incidência mais seletiva, consoante maior ou menor se apresenta a essencialidade. Só dessa forma será possível atender aos princípios de justiça fiscal, reduzindo, ao mesmo tempo, a produção de consumo restrito, com a conseqüente migração do capital e da mão-de-obra para a produção de bens de consumo genérico, o que resulta num alívio da pressão inflacionária.

Cumpre, porém, ao Governo Federal entrar em entendimento com o dos Estados, para com estes inaugurar uma política de coordenação fiscal, especialmente no que se refere ao imposto de vendas e consignações e ao de exportação, evitando incoerências e desigualdades, em face dos tributos federais e dos encargos maiores que pesam sobre a União.

44. Chegamos, assim, Senhor Presidente e nobres Senadores, à conclusão final de que necessitamos de uma reforma estrutural dos impostos. O sistema de incidência tributária no

Brasil é desconexo e injusto: recebe a mais de uns, deixando o maior número sem nada pagar. Os contribuintes já começam a compreender que o Fisco recolhe para depois distribuir. Os conhecimentos correntes, transmitidos pelos jornais, rádios, livros e revistas, estão já mostrando ao povo que no Brasil quase tudo depende da União Federal e do dinheiro que ela arrecada. Atravessando ainda a fase econômica dos países em desenvolvimento, onde o dinheiro é sempre escasso, o Governo só pode cumprir sua política com o recebimento oportuno dos tributos legais. O povo sente e sabe que deve ajudar o país, como sempre fez, porque já percebeu e já descobriu onde está o maior instrumento para dominar a inflação, instrumento que reside exatamente nos tributos fiscais. Sejamos, pois, compreensivos, homens do Governo, legisladores, membros de classes e contribuintes, unindo nossos esforços e nosso patriotismo para a obra de readaptação do Brasil em face da conjuntura e para que todos possamos, em breve espaço de tempo, sair da crise atual, trocando a por um bem estar, sereno e pacífico, dentro da ordem jurídico-constitucional e ao calor de um trabalho organizado e construtivo.

Ao lado, porém, dessas medidas, indispensáveis são as leis que, caracterizadas pelo seu cunho fazendário, acaba de enumerar. Delas precisa o Ministério da Fazenda, todo o Governo Federal e o país. As que ainda não constam de projetos em trânsito pelo Senado e pela Câmara serão encaminhadas em breve ao Poder Legislativo. Aguardo confiante, em nome do Governo, que o Senado e a Câmara ofereçam o seu concurso sábio e patriótico, votando com urgência todos esses projetos, pois o que queremos é administrar em tempo útil, sem descansos nem hiatos, nesses dois anos e meio que restam ao atual Governo.

REFORMA BANCÁRIA — SELETIVIDADE NA DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO

45. Falho seria, porém, o meu respeitoso apelo ao Senado se deixasse de mencionar dois outros diplomas que, enquadrados na esfera econômica e não fazendária, também se incluem entre os de maior urgência. Desejo referir-me à Lei Bancária e à reforma da legislação sobre segu-

ros. A primeira está em discussão adiantada na Câmara dos Deputados, onde já se harmonizam as opiniões não só quanto à triplíce classificação dos bancos em *comerciais*, *rurais* e de *financiamentos*, como no que se refere à criação do Banco Central ou de Reservas e do Banco Rural do Brasil.

A falta de estrutura da organização bancária nacional tem sido acentuadamente nociva às aplicações creditórias, que não correspondem às necessidades do trabalho e da produção. Visando a descentralização de funções subordinadas ao Ministério da Fazenda, para os fins de mobilidade e independência que elas reclamam, a Superintendência da Moeda e do Crédito somente nos últimos tempos tem logrado vencer as barreiras que se antepõem à sua ação. Ligada estreitamente às forças que realizam a riqueza — trabalho, crédito e produção — à Superintendência cabem todas as atribuições de um Banco Central, exceto a de emissão, avultando dentre elas a de estabelecer, sob orientação do seu Conselho, a política geral do crédito bancário, e das operações de câmbio e, ainda, a de dirigir a fiscalização dos Bancos. Preparando o advento do Banco Central, no qual se enquadrarão as Carteiras de Câmbio e Redescontos, a Superintendência se habilita, sob expressa recomendação do Ministério da Fazenda, para pôr em execução, desde já, normas capazes de orientar e disciplinar a distribuição conveniente do crédito bancário dentro de um esquema de prioridade.

46. Diante do desequilíbrio que ora perturba o trabalho e a vida, insuflado por vários fatores, de ordem econômica e até psicológica, há uma força de comando que não pode falhar na obra de coordenação e ordenamento — é o crédito bancário.

A missão dos bancos, principalmente no Brasil, reclama seu lugar de especial relevância. Nos países capitalizados pode-se atribuir aos bancos um papel secundário, como elemento atuante na solução das crises, porque as empresas privadas dispõem de mais força diretiva e de reservas bastantes para vencer os desajustes financeiros das praças comerciais. No Brasil, porém, somente os bancos e o Poder Público podem intervir para evitar ou reparar os efeitos das crises, dado que nosso parque industrial

não reúne capitais móveis e de reserva. E o simples fato de formarem os bancos ao lado do Poder Público, numa conjugação das forças de ambos para a ministração do crédito como remédio heróico, define, por si só, a magnitude do concurso que são chamados a prestar. Assim, fecunda e patriótica é a função que cabe aos bancos nacionais, na presente conjuntura. Concentrando a economia para distribuí-la no sentido das reais necessidades das classes produtoras, deles depende, em grande parte, a realização do progresso e da riqueza. Enquanto não se aprova a Lei Bancária e não se instala o Banco Central e o Banco Rural, aos bancos particulares se reclamará que planifiquem, desde já suas atividades, coordenando melhor as aplicações, cada qual dentro do ritmo das especializações que predominam no seu eclético sistema atual. Essa seletividade, sobre traduzir política de segurança creditória, constituirá o primeiro passo de adaptação ao futuro regime da Lei Bancária e da cédula rural, pignoratícia e hipotecária, importante instrumento ora em estudos na Comissão de Economia da Câmara dos Deputados e que se destina, sem dúvida, a emprender a grande mobilização dos valores que o campo concentra e precisamos mobilizar.

Estamos, com efeito, diante de um imperativo: ou as inversões bancárias se submetem a um controle esquemático, de razão econômica, ou a inflação aumenta, ocasionando seus males ruinosos. É preciso evitar o desequilíbrio de tais aplicações, atraindo para as suas justas proporções o capital enclilhado em atividades que dele necessitam em bases menores. Esse capital, exercendo atuação marginal, é nocivo ao bem estar coletivo e irradia germes inflacionários dos preços e salários.

A seletividade na aplicação dos empréstimos bancários, colocados em primeiro plano os financiamentos à produção de gêneros de consumo alimentício, constitui providência de que não podem abrir mão nem as autoridades monetárias, nem os institutos bancários, porque aquelas e a éstes cabe sustentar a estabilidade dos preços e dos salários e, sobretudo, dos depósitos em dinheiro pertencentes ao povo, não apenas para assegurar sua devolução, quando reclamada, mas para que esta se opere dentro da

liquidez ou poder de compra condizente com as variações normais dos mercados e as relações de paridade internacional.

A distribuição ordenada do crédito bancário deverá influir também, em sensível escala, sobre o dinheiro inativo ou entesourado, porque a moeda circula mais e com maior eficácia, sempre que se estabeleça a mobilidade na manipulação do crédito.

47. Focalizando a necessidade de uma consolidação das leis sobre seguros, meu objetivo é o de acentuar a conveniência de uma revisão das diretrizes de aplicação das reservas técnicas, por parte do Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, órgão subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, mas cuja função se liga de modo influente ao problema econômico-financeiro a cargo do Ministério da Fazenda. Não existe qualquer política de subordinação nessas aplicações, o que é de mister fazer-se sob direta vinculação aos planos nacionais de investimentos, providência que, além de garantir eficiente colocação das reservas técnicas, propiciará maior impulso a obras suscetíveis de fomentar a riqueza. Uma parte dessas reservas poderá ser dirigida para o mercado dos títulos públicos, inclusive obrigações do Tesouro, a curto prazo.

48. É necessário fazer o dinheiro sair das cidades e sobretudo da Capital Federal. (*Muito bem. Muito bem. Palmas prolongadas.*)

É aqui que ele se concentra, numa verdadeira congestão monetária cerebral, sugado de todos os recantos, mesmo do mais pobres e necessitados do país. Essa economia concentrada episódica e paradoxal, divide os brasileiros em poucos ricos e muitos pobres, como o próprio país em regiões abastadas e outras miseráveis. (*Muito bem*).

Esta concentração monetária no Rio, além do empobrecimento das regiões já empobrecidas, justamente daquelas para as quais deveriam orientar-se a assistência e a ajuda federais, criou aqui uma mentalidade bancária, de inversão e de aventura que só as páginas do Encilhamento do incomparável Joaquim Nabuco poderiam redescrever. (*Muito bem! Muito bem! Palmas*).

O Sr. Assis Chateaubriand — V. Ex.^a anuncia a grande revolução que o Brasil espera.

O SR. OSWALDO ARANHA — Obrigado.

O Banco do Brasil, como índice dessa política e depositário desses recursos, passou a ser, já não o banco dos bancos, o agente fiscal do Governo, o regulador do crédito, mas o objeto e o alvo de todos os projetos, planos e negócios imaginados ou inventados em nosso país, não só pelos brasileiros, como pelos estrangeiros que aqui vêm, com muito pouco capital, usar e abusar das nossas parcas reservas bancárias. (*Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas.*)

E' urgente a reforma bancária, o saneamento e a ordenação da vida dos bancos, a fim de que, como nos Estados Unidos, os estabelecimentos estrangeiros, cuja utilidade entre nós ainda não pode apreciar, não possam receber depósitos e as organizações nacionais, recebendo esses depósitos, sejam obrigadas a aplicá-los nas próprias regiões onde foram produzidos e recolhidos (*Apoiados gerais. Muito bem*).

E', igualmente, urgente pôr um parâmetro à corrida dos bancos e de particulares, nacionais e estrangeiros, aos cofres do Banco do Brasil em procura de empréstimos, mesmo porque este termina, como tem feito em soma superior a 12 bilhões de cruzeros, recorrendo às emissões.

Nesse sentido tenho confiança na reorganização atual do Banco do Brasil e na sua cooperação à política de saneamento, seleção e moralização das operações bancárias, como me recomendou e ao seu novo e ilustre Presidente o Chefe da Nação. Não pode o Banco do Brasil fazer, conservar ou transigir com operações irregulares, que não consultam os interesses impercíveis do país. (*Muito bem*).

E' preferível ter prejuízos, mas liquidar tais operações — esta é a recomendação do Presidente Getúlio Vargas. O Banco do Brasil é uma organização *sui generis*, mas, em realidade, nele se reflete a vida econômica, a orçamentária, a financeira e a fiscal do Governo e a vida futura do país. Não pode, pois, confundir-se com uma instituição privada, mas procurar preencher as suas altas finalidades de órgão e instrumento da po-

lítica econômica e financeira, nacional e internacional do país.

Feita a reforma bancária e orientados os bancos oficiais, bem como as Caixas Econômicas, dentro dessas diretrizes, acredito que, dada, felizmente, a existência em todo o país de organizações bancárias particulares, tradicionais e modelares, o crédito se venha a organizar e distribuir por maneira a atender e incrementar as atividades nacionais, em tôdas as regiões e sob tôdas as formas úteis ao trabalho dos brasileiros.

49. Eram essas, Senhor Presidente, as providências que desejava pedir ao Senado, depois de expor as necessidades de toda ordem que estão a desafiar e concitar o esforço e o patriotismo dos nossos homens públicos, reclamando soluções profundas, verticais e urgentes.

Os relógios não param quando os fatos se sucedem e se transmudam, gerando uma ordem nova num direito que se aperfeiçoa e humaniza ante os crescentes reclamos políticos, econômicos e sociais. E o Brasil, Senhor Presidente, também não pode parar, porque ninguém o conseguiu ou conseguirá fazer parar, ou, mesmo, diminuir sua marcha histórica e ascensional no sentido de sua grandeza material e moral e no das solicitações dos novos princípios e aspirações que despontam nos horizontes da Humanidade. (*Muito bem*).

FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA ECONÔMICA E GLOBAL

50. Tôdas essas conclusões de ordem administrativa, financeira e fiscal seriam inúteis se não desse eu ao Senado e ao país as razões econômicas, cu considerações de ordem técnica, e as previsões que me levaram a expô-las e a tomar a atenção e o tempo dos Senhores Senadores.

O Brasil não poderia, Senhor Presidente fugir aos desequilíbrios que assaltam tôdas as nações cuja economia entra numa fase de desenvolvimento acelerado em todos os setores de suas atividades.

Realmente, ao passo que nossa produção ascendeu à taxa anual de 2½%, entre 1920 e 1940 — o seu ritmo de expansão na última década, mostrou uma extraordinária elevação, passando a crescer à taxa média de 14% ao ano.

De outro lado, a Renda Nacional Bruta, por habitante, alçou-se, em consequência, na razão de 5,7% anualmente

Apenas pelo exame desses dois índices, portanto, podemos inferir como foi acentuada a aceleração da economia brasileira no último decênio. Não é também menos impressionante o extraordinário perigo que o excesso desse impulso trouxe para a economia brasileira, analisada como *um todo* e no tempo.

A todos nós, brasileiros, que nos detemos no estudo e no exame das coisas de nosso país, incumbe agora, mais do que nunca analisar com percuência e agudeza, as linhas complexas de nossa economia e de nossas finanças, com o objetivo de defender com patriotismo e inteligência as conquistas que fizemos para que seja possível ao país consolidar seus avanços.

51. Nos países democráticos, qualquer política econômica a ser adotada deve basear-se no fato de que o desenvolvimento integrado e harmônico será sempre obstado se ocorrer qualquer crescimento desordenado dos setores privados. Uma interdependência crescente liga estes aos investimentos públicos, levando o Governo e a empresa privada a se ampararem e completarem, sanando, mutuamente, suas deficiências ocasionais.

Se uma das causas mais conhecidas da distorção dos investimentos e dos desequilíbrios estruturais é a inflação, torna-se necessário combatê-la e dominá-la, utilizando-se para tal fim as transferências de poupanças do setor privado para o público, sempre que os investimentos governamentais demonstrarem em atraso capaz de causar a paralisação do desenvolvimento e sempre que no próprio setor privado surgirem hipertrofias e atrofias carecedoras de correção.

Na verdade, a inflação em nosso país vem sendo esporadicamente combatida, mediante providências parciais que se invalidam porque as brechas principais da onda inflacionista permanecem geralmente abertas: os *deficits* governamentais de qualquer nível — federais, estaduais e municipais — e a expansão imoderada do crédito bancário concedido aos setores particulares.

52. Entre 1940 e 1952, os *deficits* governamentais foram da ordem de 32,7 bilhões de cruzeiros, cifra à qual

se devem adicionar os *deficits* acumulados à margem dos orçamentos e cuja liquidação se fez por meio da absorção das emissões da Carteira de Redescontos.

Pode-se avaliar facilmente o peso, nêss período, de quase cinquenta bilhões de cruzeiros sobre a economia nacional. Durante êsses doze anos, o aumento das despesas e dos investimentos públicos determinou um *deficit* anual médio de 4 bilhões de cruzeiros e os efeitos dessa política seriam por si mesmos profundamente perturbadores. Todavia, o crédito bancário aos setores particulares acompanhou e ultrapassou os governos nessa corrida, pois seu volume saltou de 8,8 bilhões de cruzeiros, em 1940, para mais de 102 em 1952. Houve, portanto, uma expansão de mais de 93 bilhões, cuja aplicação não obedeceu à imprescindível seletividade.

Com essa política, não havia como deter a onda emissionista. Assim, a moeda em circulação ascendeu de 5,2 bilhões para mais de 40, nível atingido já neste ano de 1953. Os meios de pagamento galgaram rapidamente cifras altíssimas e, em consequência desses fatos, calcula-se que o poder aquisitivo interno do cruzeiro tenha caído no índice 100, em 1939, para 17, em 1952, perdendo nossa moeda portanto, 83% de sua substância, o que por sua vez se traduziu numa elevação incontrolável do custo da vida e na alta, impossível de conter, de todos os custos de produção.

53. Dentro desse quadro de desvalorização interna constante, os detentores de poupanças e capitais buscaram imediatamente defender-se mediante aplicações que implicavam em gigantescas imobilizações, ou se voltaram para as especulações a curto prazo, ainda mais danosas para a economia nacional.

Para dois campos principais, entre outros, correram as disponibilidades — para as importações, favorecidas pela taxa cambial então vigorante, assim proporcionando lucros capazes de cobrir largamente a desvalorização interna, e para a construção civil, cujo desenvolvimento foi fantástico, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, dando ensejo à desenfreada especulação imobiliária.

Com o leilão dos fatores de produção em pleno auge, modificou-se a formação, a repartição e a aplicação

da renda nacional, tanto vertical quanto horizontalmente. Modificou-se também a composição e a distribuição dos investimentos. Surgiram, pois, desequilíbrios graves em todos os campos de nossa economia, determinando decalagens inter-regionais, desníveis entre um setor e outro e avanços não compensados dentro de cada um dos setores.

Não se pode negar que, em *certa medida*, alguns desequilíbrios e desníveis podem constituir-se em verdadeiros estímulos para os setores onde se verifica um retardamento *relativo*, pois é certo que uma forte procura impulsiona a oferta. Esse automatismo, contudo, é gravemente prejudicado nas conjunturas inflacionárias, durante as quais as respostas aos estímulos da procura demoram excessivamente a surgir, principalmente pela rutura da relação entre os preços. Instalam-se definitivamente e se agravam, em tais circunstâncias, os desequilíbrios estruturais, determinando o aparecimento dos pontos de estrangulamento, cujo maior perigo consiste em impedir e arruinar o desenvolvimento, desencadeando afinal uma crise. Entre outros empecilhos que repontam hoje à vista de todos, conta-se o estancamento das exportações, devido à elevação de nossos custos, o que obviamente tornou as importações extremamente lentas, aplicando-se destarte um violento freio à industrialização, muito dependente do exterior quanto a bens de capital e bens de produção de toda ordem; a insuficiência de nossas parcas disponibilidades de energia e combustíveis líquidos, bem como o atraso dos transportes ferroviários e marítimos, da armazenagem, dos serviços portuários e de todos os serviços públicos em geral.

A simples menção dessas condições dá a todos, Senhor Presidente, uma noção da gravidade do momento e da urgência em vencer tais obstáculos.

54. Há, contudo, outros dados que devemos ainda mencionar. Se tomarmos o ano de 1939 como base, os índices de produção dos diferentes setores econômicos evidenciam um perigoso retardamento da agricultura e da mineração, cujo desenvolvimento entre 1943 e 1952 foi respectivamente de 103 para 125, e de 125 para 135, enquanto a indústria manufatureira açou-se de 125 para 240 — dupli-

cando, praticamente. Esses dados demonstram, não somente as modificações estruturais que estão ocorrendo, mas também que não podemos manter essa tendência sob pena de vêr o chão fugir aos nossos pés.

55. Há também deslocamentos internos, dentro da partilha das diversas zonas, na formação do produto nacional. Assim é que Minas, São Paulo, Paraná, Espírito Santo e Distrito Federal, que concorriam com 60% em 1939, concorreram com 68% em 1951. Mas, em contrapartida, caiu a contribuição do Nordeste, Bahia inclusive, de 21 para 17%; de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, de 14 para 12%.

56. No que diz respeito aos investimentos, as estimativas referentes ao quinquênio 47/51 mostram que o total das inversões públicas no período foi da ordem de 33,4 bilhões de cruzeiros, obedecendo à média anual de 7,2 bilhões.

Mas, no setor privado, o montante foi de 133,4 bilhões, denotando o crescimento médio anual de 26,7 bilhões de cruzeiros, aproximadamente. Para esse resultado, concorreram, preponderantemente, os investimentos em máquinas equipamentos — Cr\$ 75,2 bilhões — e as novas construções com 51 bilhões.

Portanto, adquirimos equipamentos à média anual de 15 bilhões de cruzeiros e construímos na base de 10 bilhões por ano. Tal como ao já diz respeito ao desenvolvimento da indústria manufatureira, ao incremento da participação de certos Estados na formação do produto nacional e da renda, — também quanto às novas construções e às crescentes aquisições de máquinas e equipamentos e ainda ao vultoso aumento dos investimentos privados, de modo geral, nada haveria a objetar, desde que todo esse progresso houvesse sido alcançado sem determinar pressões excessivas sobre as demais partes do conjunto.

57. Não há provavelmente quem duvide, entretanto, que dentro dos estreitos limites da poupança e da renda, das possibilidades de investir e consumir, os avanços realizados foram obtidos mediante deslocamentos que hoje se mostram bastante perigosos. Ao lado da elevação real da renda, *per capita* e globalmente, surgiram condições que põem em grave

perigo o que conquistamos por meio de esforços e sacrifícios de toda a ordem, durante cerca de 12 a 15 anos.

As concentrações e os vazios criados pela inflação, através das modificações e deslocamentos na formação e na repartição da renda tanto quanto na produção e na produtividade dos vários setores da economia e, ainda, no vulto, na composição e na distribuição dos investimentos, colocam hoje sob nossos olhos *um novo mapa do Brasil*.

58. Atingimos um momento crítico, quando, agora, certas condições nos impelem a instalar novas fábricas e indústrias e, também, a ampliar as antigas, sem podermos contar com a imprescindível disponibilidade de energia, de combustíveis e de transportes. Construimos e edificamos sempre mais e mais, sem ter em conta que, de algum tempo a esta parte, são insuficientes os serviços públicos indispensáveis. Alargamos e fazemos subir verticalmente as grandes cidades, cuja insegurança aumenta pela inconstância das correntes de abastecimento de tudo quanto é essencial, ao passo que suas populações se adensam extraordinariamente, em virtude da corrida contínua em busca de maiores salários e melhores condições de vida.

Sem a menor sombra de dúvida, Senhor Presidente, devemos procurar sanar, com a maior urgência, todos êsses males. No ponto em que nos achamos, tudo evidência ser inadivél calçarmos a infra-estrutura e reforçarmos os alicerces, restabelecendo os liames e as amarrações entre as traves.

FORMULAÇÃO DE UMA POLÍTICA FINANCEIRA

59. Resumindo e complementando o quadro esboçado até aqui, conclui-se que se encontra o Ministério da Fazenda, neste momento, diante de graves problemas de ordem financeira, que estão a reclamar providências energicas e imediatas do Governo. Dentre os de maior urgência, creio dever destacar:

a) cobertura do *deficit* previsto para o corrente exercício;

b) garantia do financiamento de um programa mínimo do investimentos públicos, capaz de

assegurar o desenvolvimento equilibrado da economia nacional;

c) criação de um serviço para os títulos públicos e empréstimos internos;

d) liquidação da dívida flutuante, ou, pelo menos, sua redução a limites razoáveis.

Não se apresentam animadoras as perspectivas da execução orçamentária, no corrente exercício, como acabei de expôr. Só no plano federal, estamos ameaçados de encerrar o atual orçamento com um *deficit* superior aos anteriores se providências energicas não forem tomadas nesta emergência. E a situação não se afigura menos sombria na maioria dos nossos Estados.

A queda geral do ritmo de crescimento das arrecadações, agravada por aumentos irrefreáveis de despesas, sob a pressão de necessidades muitas vêzes incontornáveis, está produzindo fortes desequilíbrios no setor das atividades financeiras de quase todos os governos.

Não vemos, no caso, como fugir de uma das seguintes alternativas: reduzir as despesas ou aumentar as receitas, quer por meio de emissões de papel-moeda, da elevação dos impostos ou do lançamento de empréstimos públicos.

60. Não resta dúvida de que a compressão das despesas públicas se impõe como providência preliminar. União, Estados e Municípios precisam acertar, em boa harmonia, uma política geral de austeridade nos gastos públicos.

O Sr. Assis Chateaubriand — Apoiado.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — A gravidade da situação atual está a exigir de patriotismo e do descortino das autoridades governamentais, dos legisladores e do público em geral, grande dose de renúncia e espirito de sacrificio.

O Sr. Velloso Borges — Apoiado.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — Os êxitos transitórios e os objetivos imediatos devem, neste momento, ceder lugar aos imperativos mais altos do interesse nacional.

61. Mas até que ponto poderão ser comprimidas as despesas orçamentárias, sem embarçar o funcionamento normal dos serviços públicos e sem

perturbar o desenvolvimento econômico do País? Há, certamente, limites abaixo dos quais se correria o risco de comprometer a própria estabilidade política e a segurança social da nação.

O Sr. Velloso Borges — Muito bem.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — Já dissemos que o ritmo acelerado de novo processo de industrialização abriu lacunas enormes a serem preenchidas pelos investimentos públicos. Além dos programas normais de obras públicas de maior ou menor urgência, há setores em que o Estado tem de atuar pronta e energeticamente, visando a remover obstáculos e eliminar certos pontos de estrangulamento da economia nacional, por meio da ampliação ou do embasamento dos alicerces de nossa infra-estrutura, que já estala sob o peso de um desenvolvimento industrial inteiramente desordenado.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito bem.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — Impõe-se, por conseguinte, uma revisão geral dos programas de investimentos a cargo dos três níveis de Governo, objetivando coordenar e disciplinar sua execução dentro de uma rigorosa escala de prioridades. Infelizmente, tais providências, embora aconselhadas pelo mais elementar bom senso e inseridas dentro dos objetivos básicos de moderna concepção do planejamento, encontram por vezes obstáculos intransponíveis na prática perniciosas das vinculações de receitas a fins especiais, prática essa de que se tem usado e abusado largamente entre nós, nos últimos anos, inclusive por força de dispositivos constitucionais. Outro fato a lamentar, ainda no tocante aos investimentos, é, como disse antes, o primarismo em que se mantém a nossa técnica orçamentária, obstinando-se na elaboração de um orçamento de tipo puramente administrativo, inteiramente divorciado, no seu processo e estrutura, de certos objetivos fundamentais à vida de países como o Brasil, em que o desenvolvimento econômico depende tão substancialmente da atuação dos poderes públicos.

62 A esse respeito, tenho o prazer de anunciar que, com a colaboração de técnicos do Conselho Nacional de Economia, da Fundação Getúlio Vargas e do Banco Nacional do Desen-

volvimento Econômico, o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda já está ultimando os estudos em torno de uma nova apresentação da Receita e Despesa públicas, visando reagrupá-las dentro do sistema moderno de separação das contas do orçamento ordinário e do orçamento de capital.

Esse novo critério tornara possível a fixação do exato significado dos “deficits” ou saldos financeiros, balanceando-se, separadamente, as operações correntes e os investimentos públicos. O vulto e a natureza desses investimentos passarão a ser nitidamente assinalados em cada exercício e seu esquema de financiamento poderá ser objeto de apreciação em face da política financeira traçada pelo Ministério da Fazenda. Assim, a parcela dos investimentos a ser imediatamente amortizada com os saldos do orçamento ordinário poderá, então, ser analisada em confronto com as somas a serem cobertas com o produto de empréstimos, tanto em função da natureza das obras, como das tendências gerais da conjuntura.

Só assim será possível utilizar, convenientemente, o crédito público, em obediência a princípios racionais de administração orçamentária.

63. Voltando, porém, ao ponto de partida e admitida a necessidade de assegurar um certo ritmo de investimentos, acima das possibilidades de financiamento dos atuais recursos fiscais, defrontamo-nos, agora, com o problema do aumento da receita, sob a triplice modalidade de emissão de papel-moeda, elevação de impostos ou lançamento de empréstimos.

64. Examinando-se a primeira hipótese — emissão de papel-moeda — deve-se esclarecer que a política emisionista contraria fundamentalmente, em primeiro lugar, o desenvolvimento econômico equilibrado a que se visa. É verdade que a alguns se afigura possível obter recursos monetários, capazes de financiar programas de desenvolvimento, mediante o *confisco inflacionário*. Contudo, a inflação não controlada é por si só causa bastante para afastar as economias dos países públicos e privados, uma vez que a taxa de rendimento torna-se nula ou é superada em face do ritmo da desvalorização. No que concerne às economias coletivas e forçadas, não é menos verdade que seu volume se dilui rapidamente pelos mesmos moti-

vos. Por último, tudo quanto se torna disponível pela poupança voluntária e o confisco inflacionário volta-se de preferência para os negócios especulativos a curto prazo ou para o setor imobiliário, precisamente como defesa contra a desvalorização acelerada da moeda. As economias fogem, assim, ao encaminhamento necessário a qualquer programa governamental.

Julgamos fora de dúvida que o país não suportaria, sem graves consequências, a agravação inflacionária que resultaria se os governos insistissem em cobrir seus "deficits" por meio de emissões, tal a velocidade, o descompasso e a desarmonia que daí resultam não sómente para os investimentos, mas, ainda, para todas as atividades econômicas, sem esquecermos o principal foco de perturbação — a relação sempre destruída entre preços e salários.

De outra parte, é de ressaltar-se o esforço desmedido que já vem realizando o Estado para acompanhar o ritmo dos setores privados, levados a se expandirem, buscando a própria preservação, a cada jorro de papel-moeda, exigindo mais crédito, maiores preços e mais lucros.

65 A segunda alternativa seria a de aumento dos impostos. E esta seria, pelo menos teoricamente, a solução indicada. Constituem os tributos a fonte normal de recursos com que conta o Estado para a cobertura dos seus encargos. Mas, até que ponto se poderia considerar oportuno e conveniente dirigir, neste momento, novos apelos à capacidade contributiva do País?

Ressalvada a hipótese de reajustamentos parciais na estrutura de certos impostos, a que me referi anteriormente, considero imprudente, nas atuais circunstâncias, apelar para novos aumentos de taxas. Como consequência em grande parte das restrições impostas ao nosso comércio exterior, denunciam os índices financeiros alguns sinais de recessão no volume geral dos negócios, traduzindo-se na quebra do ritmo de crescimento de nossos principais impostos, conforme demonstrei ao responder aos quesitos de minha convocação.

Não obstante a ocorrência de certos aumentos de taxas, diminuiu o ritmo de crescimento desses impostos de 1951 para 1952, reduzindo-se a ascensão do imposto de renda, sobre o ano ante-

rior, de 45,2 para 23,3%, o de consumo, de 28,2 para 11,1, e o de vendas e consignações de 42,4 para 11,1%. Por outro lado, os dados já conhecidos de 1953 não autorizam prognósticos otimistas quanto aos resultados finais do corrente exercício.

Diante de uma tal situação, o mais elementar bom senso está a contraindicar novos impactos de natureza fiscal sobre nossa economia sensivelmente abalada pela incidência de certos fatores conjunturais ainda não removidos.

E uma tal conclusão nos conduz inevitavelmente para o grave dilema de apelar para o crédito público ou sucumbir diante da fatalidade de inflação monetária.

66. Já ultrapassamos de muito a época em que os empréstimos públicos eram considerados recursos extraordinários, só utilizáveis em circunstâncias excepcionais, por motivo de guerras, revoluções ou calamidades públicas.

Dentro dos modernos princípios da finança pública, os empréstimos constituem uma fonte normal de recursos para o financiamento de certas despesas governamentais, notadamente os investimentos públicos de alta produtividade econômica.

Infelizmente, temos persistido até hoje numa política de confusão orçamentária, baralhando as fontes de receita, trocando as funções próprias dos impostos e dos empréstimos. Vultosos recursos de origem fiscal são freqüentemente vinculados ao financiamento de grandes obras e até mesmo ao equipamento de importantes setores industriais, enquanto se abrem enormes brechas nos orçamentos ordinários, exigindo a cobertura de *deficits* de operações correntes com o produto de operações de crédito.

Corrigida a técnica inadequada atual iríamos encontrar a contrapartida dos *deficits*, acumulados nos últimos anos, precisamente no montante anual dos investimentos públicos, deslocando, conseqüentemente, as discussões sobre o *deficit* orçamentário para o problema mais restrito da forma de financiamento dos investimentos, e do papel conferido aos empréstimos na composição dos recursos destinados a esse fim.

O integral restabelecimento, entre nós, da verdadeira função do crédito

público, exige não apenas a correção de nossas praxes orçamentárias, mas também e principalmente a criação no país de um grande mercado de títulos oficiais.

A criação ou o fortalecimento desse mercado depende, fundamentalmente, de duas ordens de medidas. As primeiras, de natureza administrativa, poderiam ser resumidas nos seguintes itens:

a) liquidação ou consolidação da dívida flutuante;

b) regularização do serviço de amortização e juros dos empréstimos internos;

c) disciplina e programação de novas emissões;

d) defesa dos títulos públicos por meio de operações de "open market policy".

Esse conjunto de medidas terá por sua vez, que ser complementado por uma política enérgica de combate à inflação e de defesa do poder aquisitivo do cruzeiro.

67. Um dos problemas que estão a exigir imediata atenção dos responsáveis pela administração financeira, não apenas no âmbito federal, mas nas três esferas de Governo, é, sem dúvida, o da dívida flutuante.

Em 31 de dezembro de 1952, os restos a pagar, depósitos, letras do Tesouro, bônus rotativos e outras operações a curto prazo elevaram-se a ... 42.569 milhões de cruzeiros, assim distribuídos:

União, Estados e Municípios	Em Cr\$ 1.000.000
Restos a Pagar	11.964.000
Depósitos e Fundos	5.444.000
Letras e Bônus do Tesouro	11.383.000
Diversos	13.778.000
T o t a l	42.569.000

O problema da dívida flutuante, que também se tem constituído em elemento altamente perturbador do crédito público, comporta soluções de várias ordens mediante a conjugação de esforços das autoridades financeiras de todo o país.

É precisamente no âmbito estadual que a questão assume maior gravidade, elevando-se a 29,5 bilhões de cruzeiros os saldos em circulação em 31 de dezembro do ano passado, como contra-partida dos *deficits* acumulados até essa data. No setor federal a situação se apresenta aparentemente menos angustiosa, em virtude da faculdade que possui a União de liquidar, periodicamente, parte desses débitos à custa de emissões de papel-moeda. Não fóra essa circuns-

tância, a sua dívida flutuante já teria atingido, a esta altura, cifras verdadeiramente astronômicas.

A primeira ordem de providências aconselháveis, no caso, deveria, naturalmente, consistir na liquidação parcelada desses encargos com os recursos provenientes de saldos orçamentários. Tal terapêutica não será, contudo, de fácil aplicação, sobretudo nos casos mais graves, como o dos bônus rotativos do Estado de São Paulo, ou das apólices sorteáveis de Minas Gerais. Em tais casos, impõe-se a necessidade de consolidação do débito por meio de sua substituição ou resgate com o produto de empréstimos fundados, cujas características teremos de considerar. De qualquer forma, o Governo Federal não pode alhear-se a

tais problemas e estamos dispostos a cooperar sinceramente com os governos estaduais, num amplo programa de saneamento geral das finanças do país, admitindo a possibilidade de virmos a criar, com taxas especiais, uma câmara de compensações financeiras.

68. Enquanto não se completam as medidas de saneamento do mercado de títulos e não se manifestam, em toda a sua plenitude, os efeitos da política de contenção da onda inflacionária, terá o Governo de apelar para as economias coletivas e outras fontes de reserva de capital, sacrificando uma parcela mínima das disponibilidades para os investimentos privados, a fim de sanear as finanças públicas e restabelecer o necessário equilíbrio no desenvolvimento econômico do País.

Uma parte dessas reservas, representada pelos lucros retidos pelas sociedades anônimas, aumento patrimonial dos órgãos de previdência, reservas técnicas das companhias de seguros e capitalização, depósitos em geral das Caixas Econômicas e depósitos a prazo dos bancos, forneceu, no último triênio, uma quota média anual da ordem de 18,5 bilhões de cruzeiros, sendo 10 bilhões de lucros retidos das sociedades anônimas, 5 bilhões e 500 milhões dos institutos de previdência, 1 bilhão das reservas técnicas de capitalização e seguros, 1 bilhão e meio das caixas econômicas e mais os depósitos a prazo dos bancos.

Por meio da subscrição de títulos e diversos outros mecanismos, parcelas maiores ou menores dessas fontes de capital já vêm sendo canalizadas para o financiamento parcial dos investimentos públicos e custeio de certos encargos governamentais.

Estamos no propósito de determinar o reexame de todas essas medidas, objetivando discipliná-las dentro de um plano geral de mobilização de fundos para o mercado de títulos públicos, de forma a promover uma distribuição equilibrada dos investimentos, sem prejudicar a estabilidade econômica e financeira dos empreendimentos privados.

Paralelamente, e enquanto o mercado financeiro permanecer refratário aos títulos comuns a prazo médio e longo estuda o Ministério da Fazenda, em colaboração com o Banco do Brasil, as possibilidades de emissão de títulos cambiais a prazo curto e de

alto grau de liquidez, com o fim especial de levantar recursos para cobrir compromissos imediatos e inadmissíveis do Tesouro Nacional.

DIRETRIZES BÁSICAS DE UMA POLÍTICA GLOBAL

69. A execução de uma política de fortalecimento geral das finanças públicas e saneamento do mercado financeiro exige, como complemento necessário, a coordenação de uma série de medidas tendentes a fechar as grandes brechas do processo inflacionário.

Os pontos principais da política tendente a recompor e reequilibrar as grandes linhas das finanças e da economia nacionais, em cujo conjunto se insere o futuro do nosso País, podem ser assim resumidos:

1 — Comprimir enérgicamente o volume global dos gastos governamentais de bens e serviços, cuja tendência, em conjugação com os investimentos privados, está determinando uma inflação descontrolada, que procurarei corrigir e, mesmo, suprimir.

2 — Baixar o ritmo anual em que se expandem atualmente as obras públicas, exceto aquelas de absoluta prioridade que contarem com o financiamento adequado.

3 — Promover a adoção desses critérios pelos Estados e Municípios e entidades privadas

4 — Conter prudentemente a velocidade do processo de industrialização, segundo um critério estrito de hierarquia e tendo em conta o alívio ou a sobrecarga no balanço de pagamentos.

5 — Deter o ritmo de expansão das novas construções particulares, liberando fatores de produção para os setores retardados, como o da produção agrícola.

6 — Aplicar às importações rigorosos controles seletivos de acordo com a política de investimentos e as possibilidades do balanço de pagamentos.

7 — Regularizar o pagamento dos atrasados comerciais para ordenar o comércio exterior.

8 — Defender a estabilidade do poder aquisitivo interno do cruzeiro e sua paridade internacional, pela cessação das emissões, pela liquidação de nossas dívidas comerciais, pela

melhoria de nosso balanço de pagamentos, pelo aumento de nossas reservas-ouro, pelo equilíbrio das contas financeiras, bem como por uma sã política de crédito, de produção, de comércio e de investimentos públicos.

9 — Promover a redução do custo da vida e do índice geral dos preços, manter um alto nível de emprego e o bem estar do povo brasileiro, através de deslocamentos internos de renda e investimentos, paulatinos e prudentes, por meio de uma política econômico-financeira global.

CONFIANÇA NO FUTURO

70. São estas, Sr. Presidente, as linhas mestras de orientação que espero seguir na gestão dos negócios públicos a mim confiados.

Devo, porém, tranquilizar a Vossa Excelência, ante este quadro e essas conclusões, porque estou certo de que, se aumentarmos os impostos, melhorarmos as arrecadações, ordenarmos as despesas, pusermos um paradeiro aos favores oficiais, viagens, reformas, nomeações, reestruturações de quadros, isenções e concessões ...

O Sr. *Ferreira de Souza* — Apoiado, esse o caminho a seguir.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — ... e assim, restabelecermos a confiança pública, pondo em ordem nossas casas e o nosso país, ao fim deste ano, a situação deverá estar modificada (*Apoiados. Muito bem!*) e o Tesouro, em 1954, já em condições de fornecer ao Governo recursos internos e externos para a execução de um programa de inversões, obras e providências, que venham a atender às necessidades públicas e privadas da comunhão brasileira.

Estou certo e confiante, Senhor Presidente, em que até o fim do corrente ano, com o apoio do Congresso, e a assistência pessoal do Presidente da República, poderemos criar um mercado interno de títulos, cessar as emissões, ordenar nossas dívidas comerciais no exterior, retomar os pagamentos dos exercícios findos, providenciar a entrega em dia das verbas e dotações orçamentárias, favorecer recursos à execução de obras inadiáveis ou imperiosas, reduzir as importações e crescer as exportações, estabilizar a taxa cambial, restabelecer o nosso crédito público interno e externo e, acima de tudo, propiciar ao

Governo os meios para que possa oferecer uma vida mais barata, mais fácil e mais igual ao povo, por uma melhor e mais equitativa distribuição dos encargos e das rendas nacionais.

Sem querer animar ilusões, porque o Tesouro não pode, ainda que eu o queira, fugir à dura realidade dos números, sempre inflexíveis, posso adiantar ao Senado que nossa arrecadação começa a oferecer indícios de melhoria, devido à recuperação da confiança pública no cruzeiro, no câmbio, nas providências econômicas e financeiras, restabelecendo, assim, o ritmo das atividades agrícolas, industriais e comerciais do país.

71. E' necessário, Sr. Presidente, reconciliarmos a nossas idéias políticas e pessoais com as aspirações do povo, se quisermos corresponder à expectativa do país.

Precisamos, para satisfazer necessidades normais, de retirar quase 80% do que produzem tôdas nossas vendas ao exterior para podermos importar petróleo e seus derivados (12%), matérias primas e semi-manufaturadas (16%), caminhões, peças e acessórios (12%), equipamento industrial (10%) e máquinas e ferramentas (27%). Esta situação se agrava em consequência da lei cambial e de uma balança comercial há seis meses sem saídas, a despeito das compressões impostas às importações.

Este estado de coisas, se continuar, não nos permitirá pagar nossas dívidas, atender nossos serviços no exterior e importar, por falta de saldos comerciais e recursos financeiros, bens de produção, essenciais à vida do país.

É este, em minha opinião, o nosso problema econômico mais sério e premente, a desafiar a nossa coragem e a nossa visão, porque, se o não resolvermos com presteza, o Brasil será forçado a parar e, mesmo, a regredir, à mingua de divisas, de moedas e de créditos do exterior para alimentar a sua crescente urgência de trigo, de petróleo, de energia, de máquinas, de transporte e de aparelhagem para seu progresso, para a montagem de suas instalações agrícolas, de suas fábricas, usinas e indústrias, portos e estradas.

É nessa ameaça, cada vez mais próxima, ao nosso futuro, que se deve encontrar explicação para a perplexi-

dade dos Governos, dos partidos e da administração brasileira ao enfrentar a solução dos problemas econômicos e financeiros.

É nessa hesitação que devem ter origem programas contraditórios ou divergentes, as políticas alternativas que, entre avanços e recuos, põe a esperança em comissões mistas, em empréstimos compulsórios, em expedientes financeiros...

O Sr. Assis Chateaubriand — Apoiado!

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — ... em apelos à escassa renda nacional, às imposições de capitais alienígenas, e em projetos e planos extravagantes e em protelações, como a da Petrobras e tantas outras. (*Apoiados; muito bem; palmas.*)

Não pode o Brasil continuar por muito tempo nessa expectativa, sem adotar uma solução para essa crescente falta de recursos indispensáveis à sua sobrevivência e ao futuro de nossos filhos. (*Muito bem!*)

Não dependerá de mim dar estas soluções, mesmo porque elas terão de vir da conjugação de todos os poderes da República, se quisermos progredir e mesmo, continuar.

O Sr. Assis Chateaubriand — Muito bem!

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — É fora de dúvida que precisamos plantar mais trigo, para termos pão, produzir petróleo, para termos progresso e incentivar a exportação de novos produtos, para termos divisas. (*Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.*)

Nada me preocupa mais, Senhor Presidente, do que a troca forçada da independência pela subsistência, triste espetáculo que nos proporciona todos os dias a vida de povos desapercebidos e dos indivíduos mal avisados. Esta contingência é que temos o dever de afastar de nossos destinos. (*Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas.*)

Representa ela o drama do nosso regime político e econômico, nacional e internacional, porque quer fazer a liberdade preceder a igualdade, quando ambas são gêmeas e inseparáveis e devem ser uma e a mesma para todas as criaturas. Seja como fôr, Senhor Presidente, a solução precisa ser

dada a esse impasse de nosso destino por nós mesmos.

O Sr. Assis Chateaubriand — Muito bem!

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — O Brasil de hoje não é aquele de quando Vossas Excelências foram eleitos Senadores. E' um novo país, com problemas que se renovam, todos os dias, por fatores acumulados e complexos e, por vezes, contraditórios, nacionais e internacionais, econômicos, políticos e sociais, de conjuntura e individual, a exigir e, mesmo, a desafiar a coragem e a visão de todos nós. (*Muito bem! Apoiado! Palmas prolongadas.*)

O temor do futuro é o pior dos medos. E' a traição ao destino. A covardia dos poderosos. E' a renúncia de Pilatos que, entre o império do dever e a fúria da plebe, lavou as mãos. Nada temos a temer, como disse o grande Roosevelt, salvo o próprio medo.

O Sr. Assis Chateaubriand — Muito bem! Bravo!

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — O futuro caminha para nós a grandes passos. Nada mais nos cabe do que nos prepararmos, econômica e financeiramente, com trigo e com petróleo brasileiros e com disponibilidades criadas pelas exportações de minérios e óleos vegetais, que temos em excesso, para acolhê-lo em toda sua expansão, grandeza, força e poder.

O Sr. Assis Chateaubriand — Muito bem; muito bem!

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — Mas o futuro, para ser brasileiro, precisa vir de todo o mundo, de todos os povos, de todas as raças, de todos os credos para, como no passado, tornar-se tão ou mais nosso do que nós mesmos. (*Muito bem! Muito bem!*)

O nacionalismo é a força, a capacidade, o poder de nacionalizar.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — E V. Ex.^a pode acrescentar que nada tememos!

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — Não é o temor do internacional. Este foi o pensamento que abriu nossos portos, que só temos procurado fechar depois de D. João VI, e que aqui reuniu e irmanou raças, religiões e povos que formam, hoje, os 55 milhões de brasileiros, que somos

nós. Não devemos negar esse passado e essa lição. As terras novas transformam e absorvem as velhas raças. Não sei porque, com a experiência feita com a nossa terra, a nossa carne e a nossa consciência, não confiamos em um futuro igual e, mesmo, superior ao das grandes nações contemporâneas. (*Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas*).

Estou convencido, Senhor Presidente de que ao fim deste século, se não tivermos medo aos outros ou a nós mesmos, o Brasil figurará entre os mais ricos, maiores e mais poderosos líderes da comunhão mundial.

72. Nossa formação étnica, iniciada pela mestiçagem, já começa a se desenvolver, criando novos tipos humanos, tão capazes, para a cultura e a civilização, como os mais puros e perfeitos. Nosso progresso material começou o desbravamento dos trópicos e a sua incorporação aos melhores níveis econômicos, como o não fizeram, com igual sucesso em regiões similares, as chamadas raças históricas e civilizadas. (*Apoiados*). Temos, como nenhuma outra nação, terras, riquezas e reservas, por povoar, trabalhar e explorar. Nossa população cresce de um milhão anual e nossa indústria se multiplica numa progressão quase geométrica. Nossas cidades, mesmo as do interior, aparelham-se para assistir suas regiões com hospitais, escolas e bem estar e uma classe média se desenvolve e cresce em influência benéfica para o equilíbrio econômico e social do país. As classes industriais, comerciais e agrícolas se associam em torno dos interesses nacionais. As iniciativas práticas demandam o interior, deixando o litoral, onde viviam como intermediárias, em procura dos grandes rios e no rumo abandonado das bandeiras. O crescimento do país está em toda parte e em intensidade que, em certas regiões, violenta o ritmo normal do progresso conjuntural. Vivemos democraticamente e decididos a não mudar e nem a consentir que se mude a nossa forma de viver. (*Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas*).

Não temos fronteiras para nossos vizinhos e nossas classes militares se armam para a sustentação de nossas leis e a defesa de nossas idéias. (*Muito bem!*) Temos governos tolerantes, emanados da vontade popular, escravos das leis. Nossa imprensa não é somente livre, como, talvez, a mais livre do mundo.

O Sr. Assis Chateaubriand — Apoiado.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — As classes trabalhadoras são ordeiras e as suas reivindicações se operam, mesmo quando recorrem ao direito de greve, por maneira a não abalar a ordem pública ou ameaçar a normalidade das atividades privadas, como sucede em outros países apontados como exemplo. A representação entre nós é uma verdade, assegurada pela justiça. A consciência nacional sobrepujou todas as tendências regionalistas e nossa posição internacional não pode ser mais prestigiosa, sempre solicitada para as mais altas responsabilidades entre as nações. A ciência, a arte, a cultura e a educação nunca foram maiores e melhores. Enfim, entre todos esses títulos e penhores, motivos de confiança e fé entre nós, sobressai o de ser o Brasil, entre os povos, o maior país católico e o melhor dos filhos de Deus. (*Muito bem! Muito bem! Apoiados. Palmas prolongadas*).

Eram estas, Senhor Presidente, as considerações finais que devia a Vossa Excelência, aos ilustres Senadores e aos meus generosos interpeladores, de fé e confiança em nosso país, cujas dificuldades e problemas atuais não pesarão em nosso futuro se nos reunirmos, à sombra da Constituição e em torno de nossos Governos, dando-nos, assim, consciência e unidade para sermos mais brasileiros e ao Brasil para ser mais Brasil. (*Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O Sr. Ministro é vivamente cumprimentado*).

O SR. PRESIDENTE:

Nos termos do Regimento, está aberta a fase das interpelações.

Os Srs. Senadores que desejarem interpellar o Sr. Ministro deverão dirigir-se à Mesa para que esta lhes assegure a palavra.

Nenhuma interpeção poderá ser feita fora do assunto da convocação.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES:

Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Alencastro Guimarães.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES:

(Não foi revisto pelo orador)

Sr. Presidente, Senhores Senadores, o Senado acaba de ouvir com atenção que denota a confiança que o país inteiro depositou na escolha do Sr. Osvaldo Aranha para gestor das finanças do Brasil a brilhante exposição de S. Ex.^a.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito bem.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Como primeiro dos convocadores reconhecendo que, neste país raramente se terá ouvido tão admirável oração, definindo um programa de governo, estou plenamente satisfeito e me congratulo com o eminente Ministro da Fazenda pela prova de sua alta inteligência, acendrado espirito público e pela confiança com que todos encaramos sua gestão.

O Sr. Novaes Filho — Muito bem.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Sr. Presidente ao Senado e à Nação cumpra-me dar uma satisfação devido à luta que por dois anos travei desta tribuna.

As palavras com que o nobre Ministro da Fazenda acaba de retratar a situação por S. Ex.^a encontrada denunciam a verdade de tudo quanto neste plenário foi enunciado.

Aos saldos inverídicos, se contrapõe um deficit real de vinte e cinco milhões de cruzeiros.

O SR. PRESIDENTE (*Fazendo soar os timpanos*) — Pondero ao nobre Senador que, segundo o Regimento, nesta fase da sessão ainda na presença do Sr. Ministro da Fazenda, a palavra só pode ser concedida para interpeleções a S. Ex.^a sobre o assunto da convocação.

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES — Sr. Presidente, vou então formular a interpeleção.

Anunciou o antecessor de S. Ex.^a a existência, no orçamento da República, dois anos consecutivos de saldo financeiro, totalizando a importância de cinco bilhões de cruzeiros. Ora S. Ex.^a se referiu a dívidas a pagar no montante de vinte e cinco bilhões de cruzeiros, afóra outros débitos que não foram nem poderiam ser relacionados e a dívida consolidada que não é objeto da presente interpeleção.

Como explica a contradição?

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Ministro da Fazenda, para responder à interpeleção do nobre Senador Alencastro Guimarães.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA:

Sr. Presidente, conforme procurei demonstrar na resposta aos quesitos formulados per ilustres Senadores — à qual agora me reporto na que devo ao meu prezado e generoso amigo Senador Alencastro Guimarães — insisto na afirmação de que, dados os elementos de contabilidade existentes é inevitável a confusão entre saldos orçamentários, os quais, de fato existiram, perfazendo cinco bilhões de cruzeiros, no biênio, e saldos financeiros.

No processo orçamentário, porém, despesas extraorçamentárias, como autorizações, adiantamentos e outras consubstanciadas em ordens ao Banco do Brasil, fizeram com que esses saldos orçamentários se tornassem deficit quase equivalente àquela soma no orçamento financeiro final do ano em discussão. (*Muito bem. Palmas*).

O SR. ALENCASTRO GUIMARAES:

(Pela ordem) (*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, declaro-me satisfeito com a resposta que acaba de dar o nobre Ministro da Fazenda.

Todos os que conhecem o Sr. Osvaldo Aranha, a sua galanteria, o seu *panache*, compreendem como é extraordinariamente difícil, para um coração como o de S. Ex.^a cumprir, neste instante, o penoso dever de Ministro da Fazenda.

Depois dessa admirável oração, depois dos momentos extraordinários que acaba de viver esta Casa, certo estou de que o Senado e o País ouviram a verdade sobre os fatos dos últimos dois anos concernentes às finanças nacionais.

É só, Sr. Presidente. (*Muito bem. Muito bem Palmas*).

O SR. PRESIDENTE:

Continua facultada a palavra para interpeleções ao Sr. Ministro da Fazenda, dentro do assunto da convocação.

O SR. BERNARDES FILHO:

Sr. Presidente peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Bernardes Filho.

O SR. BERNARDES FILHO:

Sr. Presidente, permita V. Ex.^a que antes da interpelação ao honrado Sr. Ministro da Fazenda, eu faça algumas considerações que a justifiquem.

Ouvi a explanação de S. Ex.^a com a velha admiração e o apreço a que me habituaram, desde sempre, sua fulgurante inteligência e grande poder de sedução pessoal.

Os Sr. Oswaldo Aranha assumiu a pasta da Fazenda num ambiente de simpatias e grandes esperanças, não porque seu ilustre antecessor não estivesse à altura do cargo que exerceu com raro brilho e notória competência... (*Muito bem*).

O Sr. Alencastro Guimarães — Não apoiado.

O SR. BERNARDES FILHO — ... mas porque, dadas as suas relações de amizade com o Sr. Presidente da República e o seu prestígio pessoal, logrou de início que o Sr. Horácio Lafer não conseguira: tornar interdependentes do Ministério da Fazenda e sob a orientação do Ministro os postos-chaves dos setores da nossa economia e das nossas finanças.

Tanto isto é exato que ao Sr. Oswaldo Aranha foi possível, desde logo, levar a presidência do Banco do Brasil, como seu candidato, um nome que, por si só, representa um programa, pela sua tradição de competência bancária, de honradez pessoal e profissional. (*Muito bem*).

O Sr. Ruy Carneiro — Um grande nome.

O SR. BERNARDES FILHO — Traz o Sr. Oswaldo Aranha, para execução do seu programa no Ministério da Fazenda, uma equipe que vai atuar sintonizada com S. Ex.^a, que trabalhará una, sem solapar a orientação do Ministro (*muito bem*) o que ao Sr. Horácio Lafer não foi possível.

O Sr. Victorino Freire — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. BERNARDES FILHO — Com todo o prazer.

O Sr. Victorino Freire — Segundo noticiou a imprensa, o Sr. Ministro Oswaldo Aranha afirmara que não desejaria ter na pasta da Fazenda o poder de nomear nem de demitir. Isto já é um programa.

O SR. BERNARDES FILHO — S. Ex.^a o frisou em seu discurso de há pouco, lamentando que a orientação financeiro, seja ela do Presidente da República ou do Ministro da Fazenda, não tenha ressonância nas várias autarquias, nos vários departamentos ou setores econômicos e financeiros do Governo.

Realmente, Sr. Presidente, não é possível estruturar-se plano de ação financeiro-econômico no país, sem que todos os setores, sejam de economia mista, sejam de autarquias, estejam entrosados para atuar no mesmo sentido, no mesmo rumo.

Ditas essas palavras, desejo congratular-me com o Sr. Ministro Oswaldo Aranha pelas expressões de fé que trouxe a esta Casa do Parlamento, vasadas num otimismo que deve ser o de todos os brasileiros; porque, no dia em que descermos do Brasil, será preferível não mais viver. (*Muito bem! Palmas*).

Ninguém sintetiza melhor essas esperanças, com a sua linguagem fluente, do que o nobre Ministro da Fazenda.

Senhor Presidente, diante da interpelação do nobre Senador Alencastro Guimarães, meu propósito, ao assomar à tribuna, é apenas restabelecer a verdade, sobretudo para que não transite por esta Casa, não ecôe neste recinto, sem o meu protesto formal e solene, a afirmação de que o Senhor Horácio Lafer fôra capaz, de apresentar à Nação balanços fictícios ou falsos.

O Sr. Alencastro Guimarães — Mas é a verdade.

O SR. BERNARDES FILHO — Vou mostrar que não é, e o Senhor Ministro da Fazenda nos dirá.

O Sr. Alencastro Guimarães — Foram apresentados arranjos de contabilidade. Façamos um inquérito no Ministério da Fazenda!

O SR. BERNARDES FILHO — Eu talvez proponha essa solução a V. Ex.^a. Apuremos as responsabilidades. Os balanços vêm com o sinete de responsabilidade da Presidência da República, oriundos do Ministério da Fazenda e, inicialmente, da Contadoria Geral da República e do Banco do Brasil.

O Sr. Alencastro Guimarães — Apuremos as contas da União! Fixemos as responsabilidades!

O SR. BERNARDES FILHO — Apuremos, apurando de verdade para punir responsáveis.

O Sr. Alencastro Guimarães — Quem mentiu, pague.

O SR. BERNARDES FILHO — Apuremos, repito, as responsabilidades, e levemos os responsáveis, sejam eles quais forem, ao tribunal competente.

Senhor Presidente, o que foi dito — e figura no balanço — é que a Receita estimada para o exercício de 1952 foi de vinte e cinco bilhões de cruzeiros e fração; a Despesa autorizada, de vinte e oito bilhões e fração e o *deficit*, de três bilhões.

O Sr. Alencastro Guimarães — Existem vinte e cinco milhões de cruzeiros de contas a pagar.

O SR. BERNARDES FILHO — Refiro-me, meu caro colega, a Orçamento. E V. Ex.^a sabe que há contas a pagar desde 1942, por elas não podendo ser responsável o exercício de 52.

O Sr. Alencastro Guimarães — O nobre Ministro da Fazenda declarou que são contas extra-orçamentárias. Se são contas extra-orçamentárias, não foram aprovadas pelo Congresso; e, se não foram aprovadas pelo Congresso, trata-se de fraude, de ilegalidade que tem de ser apurada.

O SR. BERNARDES FILHO — Parece-me que V. Ex.^a deseja impedir-me de prosseguir nas minhas considerações, e pisa um terreno perigoso para o governo...

O Sr. Alencastro Guimarães — Absolutamente.

O SR. BERNARDES FILHO — ...parece querer impedir-me de demonstrar o equívoco em que labora e

de fazer ao ilustre Ministro da Fazenda interpelação a bem da verdade.

Houve um *deficit* de três bilhões de cruzeiros.

O Sr. Alencastro Guimarães — Acredito.

O Sr. Victorino Freire — Voto com o nobre Senador Alencastro Guimarães, isto é, pela criação de uma Comissão de Inquérito Interparlamentar, a fim de apurar as responsabilidades e desanuviar o ambiente de ódios e recalques que perdura em nosso país.

O SR. BERNARDES FILHO — Verificou-se, Sr. Presidente, que o *deficit* orçamentário de três bilhões ficou transformado num *superavit* de dois bilhões, porque houve maior Receita, no montante de cinco bilhões de cruzeiros.

Ao que me consta — e o nobre Ministro da Fazenda, em sua exposição, fez a diferenciação perante o Senado — as declarações do então titular da Fazenda foram feitas no sentido apenas de saldos orçamentários, não no de saldos financeiros.

O Sr. Alencastro Guimarães — Perfeitamente. Entre as contas que o ex-Ministro pagou e as que não pagou; entre o dinheiro que arrecadou e as contas que não saldou.

O SR. BERNARDES FILHO — Quem pretender confundir saldo financeiro com saldo orçamentário, estará equivocados. E não posso admitir, nem acreditar, que o nobre Senador Alencastro Guimarães esteja fazendo esta confusão propositalmente.

O Sr. Alencastro Guimarães — Absolutamente. Não estou confundindo. Contas não foram pagas. Assim se conseguem saldos: com calotes.

O SR. BERNARDES FILHO — Vou dizer a V. Ex.^a o que entendo por saldo orçamentário. Deixemos as contas da União e passemos ao Orçamento das entidades privadas, de qualquer sociedade anônima.

É hábito, em qualquer empresa organizada, estimar-se a Receita e prever-se a Despesa para o ano em curso. Pode acontecer que determinada sociedade, que tinha sofrido prejuízo de milhões de cruzeiros em exercício anterior, encerre o último Balanço com

apenas dez cruzeiros de saldo, no orçamento que traçou. O saldo de dez cruzeiros existe, é orçamentário, não obstante os compromissos provenientes de dívidas anteriores.

O Sr. Alencastro Guimarães — Dessa maneira irá à falência, porque não terá facilidade de emitir ou de passar calote.

O SR. BERNARDES FILHO — Não argumento com calotes, onde não existem. O problema é outro. A verdade é que o saldo existe.

Pergunto ao Sr. Ministro Oswaldo Aranha se é ou não exato que, sob o ponto de vista orçamentário, o Orçamento de 1952, de acordo com o Balanço da Contadoria Geral da República, apresenta um *superavit* de dois bilhões de cruzeiros.

O Sr. Alencastro Guimarães — De acordo com o balanço da Contadoria Geral da República, está certo. Mas é balanço arranjado.

O SR. BERNARDES FILHO — Sr. Presidente, se porventura o balanço da Contadoria estiver falseado, fôr fictício ou inexacto, estarão sujeitos às penas da lei o honrado Sr. Presidente da República, o ex-Ministro da Fazenda, os responsáveis pela Contadoria Geral da República e quem mais tenha contribuído para que fosse enviado ao Tribunal de Contas um balanço falseado ou fictício.

O Sr. Alencastro Guimarães — Perfeitamente. Não tenho dúvida sobre isso.

O SR. BERNARDES FILHO — Este o esclarecimetno que desejo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (*Muito bem! Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Ministro da Fazenda para responder às interpelações do nobre Senador Bernardes Filho.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA:

Sr. Presidente, é com o maior prazer que, nesta minha longa e acidentada vida pública, encaro as oportunidades que me são oferecidas de reparar injustiças ou de alargar meus juízos, precários como todos os juízos humanos, a respeito da ação daqueles que comigo participaram de atividades em meu país.

Na exposição que fiz nesta Casa, procurei, quanto em mim esteve e quanto é possível áqueles que não são versados em assuntos de contabilidade, esclarecer que, paralelamente, correm, na Contadoria Geral da República, vários orçamentos, traduzidos em balanços publicados anualmente, aos quais se referiu com muita justeza o ilustre Senador Bernardes Filho, cuja generosidade para comigo é um estímulo a mais para servir, neste resto de vida, a este país.

O Sr. Bernardes Filho — É justiça a V. Ex.^a.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — Sr. Presidente, nas contas públicas, faz a Contadoria três balanços: o orçamentário que, de fato, sob a direção do meu ilustre e eminente antecessor Sr. Horacio Lafer, se encerrou, conforme está publicado nos documentos oficiais, no ano de 1951, com um saldo de dois bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros e, no ano de 1952, com o de dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros...

O Sr. Alencastro Guimarães — Está explicado: orçamento com *deficit*.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — ... perfazendo o saldo total, nesse biênio, de cinco bilhões de cruzeiros. que procurei computar na exposição ao Senado. Mas, como o balanço orçamentário é, pela própria natureza, um balanço de números, de autorizações, de verbas e dotações, em que a escrituração se fez segundo regras do Código de Contabilidade, que exprime, apenas, as disposições legais, organizam-se, para resultados positivos, mais dois balanços. Um dêles é o balanço financeiro; e neste o *deficit*, no referido biênio, descontado e pago o saldo orçamentário, foi ainda de outros três bilhões de cruzeiros.

A razão é muito simples e não há motivo para dúvidas, agravos ou discussões. Na execução orçamentária, durante o exercício, vêm créditos especiais e extraordinários votados pelo Congresso, em virtude muitas vezes de autorização do próprio Congresso, de iniciativa própria, e outras, de Mensagem do Poder Executivo e tantas outras de suplementações nas verbas do pessoal. Além dessas, somam-se — e isso, sim, é de lamentar — autorizações e adiantamentos ao Banco do Brasil para essas autarquias, que escapam ao controle do Ministério da Fazenda.

O Sr. Ferreira de Souza — Muito bem!

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — Neste instante, declaro que só duas estradas de ferro estão gastando, além do que recebem — portanto *deficit* indiscutido na exploração delas — mais de cem milhões de cruzeiros mensais de autorizações ao Banco do Brasil, que nem o Tesouro nem o Ministério da Fazenda podem negar, sob pena de, ao fim, pararem esses instrumentos necessários à vida das populações.

Entretanto, o que é natural, o que pretendo e penso devemos fazer, é modificar essas leis, por maneira que, à proporção que esses fatos se verificarem, o Orçamento seja modificado, a fim de se evitar que os *deficits* ocorram ou que tenhamos de nos valer de expedientes e recursos, lançando despesas ora no balanço orçamentário, ora no balanço financeiro, ora no balanço patrimonial (*Muito bem*).

Essa, Sr. Presidente, a resposta que eu devia ao ilustre Senador Bernardes Filho, com a afirmação de que o Governo atual — por maiores que sejam as divergências de opiniões e julgamentos, incluídos os do ilustre e eminente Senador Alencastro Guimarães, sobre a passagem do Ministro Horácio Lafer pelo Ministério — já proferiu o seu julgamento, numa quitação mais ampla, com o reconhecimento do próprio Presidente da República.

De minha parte, declaro que, em tudo quanto tenho sido forçado a fazer, dentro do Ministério, nada em mim existe que não seja de admiração e testemunho pelos esforços, nem sempre felizes, mas sempre patrióticos, do meu eminente antecessor.

O Sr. Bernardes Filho — Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem! muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Domingos Velasco, inscrito em seguida.

O SR. DOMINGOS VELASCO:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, o Senador sabe da minha admiração pelo talento e espírito público do Sr. Ministro Os-

waldo Aranha. Felicito-me por ter sido um dos que promoveram sua convocação, porque assim amanhã, ou hoje mesmo, a Nação tomará conhecimento de um verdadeiro programa do Governo.

O Ministro acentuou — e a meu ver muito bem — que os recursos privados procuram aplicações que lhes garantam lucros compensadores e cubram a desvalorização da moeda — como as importações e as construções civis. Isso quanto ao capital nacional.

Perguntaria a V. Ex.^a se, com a experiência que tem no trato das finanças nacionais, julga que o capital externo virá para o Brasil para se aplicar em empreendimentos de resultados muito distantes ou se têm preferido os empreendimentos de alta rentabilidade e rapidamente liquidáveis. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Ministro Oswaldo Aranha, para responder à interpelação.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA:

Sr. Presidente, o ilustre Senador Domingos Velasco, meu companheiro de tempos saudosos, de esperanças ainda não realizadas e um dos mais generosos desses companheiros, faz-me interpelação realmente complexa e difícil: pretende que opine sobre a aplicação do capital estrangeiro em nosso País.

Devo declarar a S. Ex.^a que o capital estrangeiro, salvo pouquíssimas exceções, se tem instalado e crescido de tal maneira no Brasil que quase impede o desenvolvimento do capital nacional. É esse um dos problemas mais sérios que teremos de enfrentar. É capital que pede garantias para entrar no país, garantias maiores para nele permanecer e ainda maiores para dele sair. Portanto, não parece desejável por qualquer país, e menos ainda o é pelo Brasil. (*Muito bem*).

Reconheço que precisamos de capital. Entretanto, o numerário importado que impede a criação de capital nacional é mais prejudicial que não termos dinheiro estrangeiro.

Se estudarmos, no Brasil, as aplicações aparentemente vultosas, vere-

mos que elas se reduzem a pequenas inversões e que a prosperidade de tais empreendimentos não é senão fruto de reinversões de lucros verdadeiramente fantásticos.

Elaboramos a Lei do Câmbio Livre com o propósito de atrair capitais. Mas, em verdade, proporcionamos a possibilidade, que está sendo usada, de saída dos capitais represados no Brasil. A pressão que sofre o cruzeiro no momento é devida a essa lei. O fato constitui verdadeiro paradoxo, porque os interesses econômicos e financeiros do País exigem se mantenha o dólar a preço alto em relação ao cruzeiro, a fim de que haja tempo para a transferência do capital acumulado e represado no Brasil.

Para concretizar a resposta que devo ao nobre Senador Domingos Velasco darei apenas um exemplo, observado e bem estudado por nós, relativamente às inversões de companhias automobilísticas no país.

Uma grande companhia americana ou inglesa, instalada no Brasil para montagem de automóveis, recebe, pela taxa oficial, dólares para importar vinte mil automóveis. Ela se instalara com capital inicial não superior a duzentos mil dólares. Possui hoje poderosa e extensa organização. Tendo importado vinte mil automóveis, recebeu, provavelmente, pela taxa oficial, quarenta milhões de dólares, para trazê-los à razão de dois mil dólares por unidade. Uma vez aqui chegados, montou os veículos, aproveitou alguns elementos brasileiros na montagem, pintou-os e vendeu-os aos nossos consumidores por preço que lhe permitiu usufruir lucros anuais que somam pouco menos de quinhentos milhões de cruzeiros. Agora, faz pressão no câmbio livre, para esse total ser repatriado ao país de origem. Dêse gênero, há muitas inversões no Brasil.

Igualmente prejudiciais são as inversões feitas inicialmente com capital brasileiro, por empresas que para aqui vieram apenas com créditos concedidos pelos nossos bancos.

Esses são os maus capitais.

Devemos reconhecer, entretanto, que existem os bons, os capitais humanos, que se incorporaram, se integraram no país e, hoje, são parte da nossa grandeza e da nossa terra. A soma desses capitais também é imensa.

Contudo, ao poder público — e nesse sentido estamos procedendo a estudos e providenciando — cabe diferenciá-los e taxá-los de maneira a

evitar que acarrem, sob forma comercial de inversão, os prejuízos que estão causando ao Brasil, ao invés das vantagens que deles deveríamos esperar. (*Muito bem! Muito bem! Palmas*).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Domingos Velasco, para continuar sua interpeação.

O SR. DOMINGOS VELASCO:

(*Não foi revisto pelo orador*)

O Senado acaba de ouvir a brilhante resposta do Sr. Ministro da Fazenda que nós, os nacionalistas, sobretudo do Senado, aceitamos, compreendemos e aplaudimos.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito bem!

O SR. DOMINGOS VELASCO — Esta é realmente a tese que os nacionalistas de todo o país têm defendido: a vinda de capitais que populem nossa riqueza, criando melhores condições de vida para o povo brasileiro....

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — V. Ex.^a fala em nome da bancada nacionalista do Senado.

O SR. DOMINGOS VELASCO — ... e o combate ao emprêgo dessa espécie de capital a que aludiu o Sr. Ministro.

Desejo, agora, fazer uma segunda pergunta a S. Ex.^a, no mesmo sentido da primeira: a tendência atual, nos países sub-desenvolvidos — o fato me aflorou no decorrer do discurso de S. Ex.^a, quando se referiu ao papel do Estado e da iniciativa privada, completando-se para eliminar desequilíbrios — não tem sido a de o Estado, através de empréstimos externos ou de outros recursos, procurar resolver aqueles problemas que, embora fundamentais para o país, não oferecem o atrativo de alta e imediata rentabilidade?

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Ministro Osvaldo Aranha para responder à interpeação do nobre Senador Domingos Velasco.

O SR. MINISTRO OSVALDO ARANHA:

Não sei, Sr. Presidente, se pelo meu veso democrático e liberal não cou-

segui apreender bem a dúvida do meu ilustre e eminente amigo, Senador Domingos Velasco, por isso que ela tomou uns tons um pouco misteriosos de doutrina para mim desconhecida. (Riso)

Creio que S. Ex.^a parte do ponto de vista de que o capital público ou oficial deve preencher os vazios da economia do país, por isso que o empreendimento privado não tem recursos para atender a essas necessidades; e de que, ao invés dessa compensação de equilíbrio, pelo preenchimento recíproco de uma e de outra atividade, deve o Estado tomar a iniciativa de realização desses empreendimentos.

O Sr. Domingos Velasco — Esclareço: num país de economia subdesenvolvida, como o Brasil, ou de desenvolvimento retardado — parece que é a expressão usada por V. Ex.^a — o Estado tem de assumir o papel de desbravador de sua economia em certos empreendimentos que não representam atrativo ao investimento de capitais privados, porque sua rentabilidade não é imediata e só pode ser enfrentada pelo Estado para, depois de executado o papel de desbravador da economia — como é o caso das estradas de ferro que apresentam *deficits*, conforme afirma V. Ex.^a — aproveitar-se a economia privada do esforço conseguido através desse desbravamento.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — É fora de dúvida, Sr. Presidente, que o Estado está absorvendo e exercerá crescente absorção de muitas das atividades privadas, que se deslocam do campo particular para o da iniciativa pública.

O fenômeno do aumento das iniciativas é mundial. Em nosso país, terá que pertencer ao governo a solução, por isso que a falta de capital nacional privado e particular o força a tomar a dianteira em muitas das atividades que deveriam permanecer no campo dos empreendimentos privados.

É fora de dúvida que o fenômeno se caracteriza e sobremodo se impõe nos países em desenvolvimento. Eu não inclui, nem incluiria, o Brasil entre os países subdesenvolvidos havendo mesmo repellido insinuação nesse sentido. Ainda há pouco, convidado pelo Presidente do Banco Internacio-

nal a ocupar uma cadeira entre as nações subdesenvolvidas, para discutir seus problemas, respondi que não me interessava pelas Nações dessa espécie, porque não incluía o Brasil entre elas, nem me manifestaria a respeito de investimentos a serem nela realizados.

Em Nações como o Brasil, no entanto, o Poder Público deve exercitar ação material, orientadora e técnica. Reconheço o fato, entendendo, porém, que o Poder Público no Brasil precisa aparelhar-se para a função a que é chamado ...

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti — Muito bem!

O SR. OSWALDO ARANHA — ... e no desempenho da qual nem sempre tem correspondido à expectativa.

Pertencço à escola que acredita firmemente em que o Poder Público aplica melhor o dinheiro da economia e da poupança particular do que os próprios particulares. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. DOMINGOS VELASCO:

(Pela ordem) (Não foi revisto pelo orador).

Sr. Presidente quero agradecer ao Ministro Oswaldo Aranha as suas respostas.

Não resta dúvida de que há coincidência no exame dessas questões, tanto do ponto de vista do nobre titular da Pasta da Fazenda como daqueles que integram a corrente nacionalista. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Ferreira de Souza, inscrito em seguida.

O SR. FERREIRA DE SOUZA:

(Não foi revisto pelo orador).

Sr. Presidente parece-me não ser necessário dizer a V. Ex.^a e à Casa do conceito e, mesmo, da profunda admiração em que tenho o Sr. Ministro Oswaldo Aranha.

Há poucos dias, desta urtikuna, fazendo referências ao nobre titular, tive a felicidade de destacar a coincidência de pontos de vista entre mim e S. Ex.^a no encarmos dos problemas econômico-financeiros do país.

Folgo ainda, Sr. Presidente, em ressaltar neste instante a clareza e a

elegância com que S. Ex.^a deu ao Senado as diversas explicações pedidas e a forma superior por que se referiu ao seu antecessor, a meu ver homem dos mais dignos que em passado pela Pasta da Fazenda e que deu ao Brasil uma vasta cota de sacrifícios pessoais no sentido de serem evitados males talvez muitos maiores.

Passando, Sr. Presidente, ao assunto da interpelação, declaro inicialmente ao nobre Ministro Oswaldo Aranha, que algumas das suas afirmações me envolvem direta ou indiretamente, razão pela qual desejo ouvir de S. Ex.^a uma explicação. Trata-se da previsão orçamentária para o exercício de 1953.

Disse o eminente Ministro Sr. Oswaldo Aranha ser possível pensar que a renda em 1953 não atinja a cifra constante da lei orçamentária, razão pela qual, somando a despesa orçamentária com os créditos especiais, admite um largo *deficit* no correr deste ano.

Tenho um pouco de responsabilidade, relator que sou do orçamento da Receita no Senado. A mim se deve a previsão, afinal vitoriosa, do orçamento, salvo ligeiras modificações feitas posteriormente pela Câmara dos Deputados.

Nas minhas notas, chego a pensar que a renda vai superar a previsão. Será muito superior à renda de 1952. E vai superar a previsão pelo seguinte: conheço o balancete do Tesouro até o mês de junho; e obedecendo ao método de previsão, o chamado método das médias ponderadas, não tem ele falhado desde 1947, quando o Senado me confiou o tão honroso cargo de relator do orçamento da Receita. Seguido esse método, a minha parece que a conclusão pode ser diversa. Tomando por base a renda do primeiro semestre, tenho a seguinte situação: em anos diversos essa renda em relação a determinados impostos, constitui uma percentagem da renda global; e no que tange à renda geral, ela tem oscilado até junho, entre 36, 37, 38 e 39%. Vale dizer é possível, conhecendo o resultado do semestre, tomar a média dessa variação e prever a renda para o fim do ano.

Até 30 de junho deste ano, a receita do balancete dá como entrados no Tesouro Cr\$ 13.177.600.000,00. Talvez S. Ex.^a já conheça o balancete de julho; eu, porém, só conheço

o de junho. Nos diversos anos, em junho, tem representado: 39,66%, em 1949; 37,73%, em 1950; 38,43%, em 1951 e 40,62%, em 1952. Tomando-se a média, chegaríamos à conclusão, admitindo-se que a renda deste ano oscilasse entre 38 e 39%, que em vez dos Cr\$ 34.295.230.000,00 teríamos Cr\$ 23.734.400.000,00.

Aqui já estão contidas as diversas interferências do primeiro semestre.

O que se dá é que a renda, tanto de consumo como de outros impostos, é muito maior no segundo semestre. O primeiro semestre é fraco, de débito ao Tesouro. S. Ex.^a demonstrou, e gostei dessa parte, que havia dívida do Tesouro no primeiro semestre, ao Banco do Brasil, no exercício de 1951, gestão do então Ministro Lafer; e que no segundo semestre, era o Tesouro credor do Banco do Brasil, em conta normal.

Se tomarmos por base essa norma, chegaremos a essa renda. E' de notar que tivemos a interferência de vários fatores, como a greve dos tecelões, que durou dois meses, sem produção de tecidos, o que diminuiu fortemente o imposto de consumo. Além de outras greves, a crise de energia elétrica, que, queira Deus, tenha atingido o auge no primeiro semestre, e muito contribui para a diminuição da produção de artigos tributáveis pelo imposto de consumo. E assim por diante.

Eu gostaria, se S. Ex.^a quisesse explicar, o fizesse no sentido por que possa eu encarar os erros possíveis, para a previsão de 1954. E se S. Ex.^a desejar ir além, informe sobre a ação dos fatores imprevisíveis no exercício de 1953, alterando inteiramente a previsão feita no fim do exercício de 1952.

Esta, Sr. Presidente, a primeira interpelação. (*Muito bem! Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

Com a palavra o Sr. Ministro Oswaldo Aranha.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA:

Sr. Presidente, as perguntas que me estão sendo feitas, em vez de dúvidas e críticas, encerram palavras amigas e generosas que tornam minha estada no Senado um dos momentos mais agradáveis de minha vida pública.

O Sr. Vitorino Freire — V. Ex.^a as merece.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — Meu prezado e querido amigo, Senador Ferreira de Souza, acaba de me dar notícias alvicaireiras, as quais recebo de coração e braços abertos: as receitas previstas ficarão aquém das que serão arrecadadas.

Nas afirmações e previsões que expus ao Senado, obedeci menos ao meu espírito otimista de cristão sincero, que as observações, aos exames, aos cálculos e estudos dos técnicos, homens da maior probidade mental e pessoal, que trabalham no Ministério da Fazenda; e também às próprias previsões do meu eminente e ilustre antecessor, que calculou, segundo Mensagem do próprio Sr. Presidente da República, seria o *deficit* deste ano nunca inferior a cinco bilhões de cruzeiros.

Se os cálculos — que acredito fundados — do ilustre Senador Ferreira de Souza forem verdadeiros, o país, o Senado e S. Ex.^a estarão de parabéns; mas muito mais de parabéns estará o Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE:

Continua com a palavra o nobre Senador Ferreira de Souza.

O SR. FERREIRA DE SOUZA:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, de fato, se os meus cálculos forem verdadeiros e se a Receita do Brasil, em 1953, atingir à cifra por mim aqui anunciada, estarei, realmente, de parabéns e de parabéns estará o Brasil.

Desejo, porém, afirmar ao Senado e ao nobre Ministro Oswaldo Aranha — a quem me ligam tantos laços de simpatia profunda e até mesmo de solidariedade, em momentos graves da vida política nacional, fazendo S. Ex.^a parte, não rigorosamente do mesmo Partido que eu, mas do mesmo grupo, que sustenta as mesmas idéias — que os cálculos feitos no Senado, não são cálculos vazios de sentido científico. Obedecem, antes, a processo seguro de cálculos orçamentários, dentro da boa técnica das médias ponderadas.

Tomando a renda anual e de cada parte do ano, verificamos a influência dessa renda, em relação à renda global e, depois, examinamos com um

pouco de visão de economista, as interferências possíveis no problema, por forma a aumentar ou diminuir as previsões.

Estas as razões pelas quais eu mesmo estou verificando — aliás confirmando ponto de vista por mim aqui sustentado — que a previsão de impostos de importação e as transiências de fundos para o exterior, conseqüentes deles, vai diminuir. O ano passado declarei que mantinha a previsão mais em homenagem à Câmara dos Deputados, que a propusera, do que por convicção de que fosse verdadeira.

O Sr. Vitorino Freire — É a verdade.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Outro ponto quero focalizar. O nobre Ministro da Fazenda, dando ao Senado, com absoluta honestidade e correção as informações que esta Casa lhe pediu, fez uma distinção, ao meu ver necessária, essencial mesmo à compreensão dos fenômenos político-econômicos do Brasil, e até mesmo ao julgamento dos homens públicos brasileiros: a de que no balanço orçamentário, no balanço financeiro do Tesouro, ele joga não só com o orçamento como também com as despesas e receitas extra-orçamentárias.

Examinando as receitas extra-orçamentárias, S. Ex.^a as delimitou bem, delas retirando a responsabilidade dos seu digno antecessor. São despesas decorrentes de créditos especiais, votados pelo Congresso. Não compete ao Ministro da Fazenda evitá-los. A menos que o Poder Executivo não queira utilizar a autorização de suplementação de verbas aprovadas pelo Congresso.

S. Ex.^a tocou em dois pontos. Eu gostaria de conhecer, no particular, as responsabilidades do Tesouro perante o Banco do Brasil, por créditos, por despesas extra-orçamentárias, inclusive como garantidor das responsabilidades de Estados e Municípios perante aquêlê estabelecimento de crédito.

Não conheço nenhuma lei que tenha autorizado o Presidente da República a determinar faça o Banco do Brasil empréstimo a qualquer Estado ou município, com ou sem responsabilidade da União. Vejo, porém, pelas informações do Sr. Ministro da Fa-

zenda, que a União é responsável, perante aquele estabelecimento de crédito, por dívidas que o Presidente da República não autorizou, nem em função do cargo, nem em decorrência de ato legislativo.

O outro ponto é o seguinte: com o assunto se conjuga o caso das autarquias. Estou de inteiro acôrdo com S. Ex.^a Há poucos dias, na Comissão de Finanças, declarei que um dos maiores males do Brasil atual, a mais terrível diria mesmo, chaga moral da administração nacional, nos últimos tempos, são as autarquias em geral e as sociedades de economia mista.

Dispõem de fortísimos recursos que aplicam como entendem e dos quais não prestam contas a ninguém. Quando deficitárias ou obrigadas a atender a qualquer determinação legal, abrem os braços para o Tesouro, para que vá em seu socôrro, entregando-lhes importâncias que elas deveriam possuir, porque têm patrimônio e recursos próprios

S. Excia., disse muito bem. É uma verdade que folgo em proclamar, em repetir, já que há poucos dias fiz a mesma afirmação perante a Comissão de Finanças do Senado.

Gostaria, se possível — e não seria uma interpelação — de saber se o Governô pensa em uma providencia qualquer por evitar que as cento e cinqüenta e oito ou mais autarquias, com economia própria, dependam do Tesouro para receber dinheiro, mas não dependam dêsse mesmo Tesouro para prestação de contas. (*Muito bem! Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

— Tem a palavra o Sr. Ministro Oswaldo Aranha.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA:

(*Não foi revisto pelo orador*)
— Sr. Presidente, na última resposta que V. Ex.^a me determinou dar ao ilustre Senador Ferreira de Souza, encarei o prazer que me proporcionavam essas perguntas. Confesso, porém, que se vão tornando difíceis para mim.

Devo dizer agora que nomeei — justamente apercebido do fato que S. Ex.^a acaba de denunciar ao Senado — uma Comissão em conjunto com funcionários do Banco do Brasil, a fim de apurar, em definitivo, as contas, as responsabilidades e os

compromissos criados, nestes últimos tempos ou de há muito, entre aquele estabelecimento de credito e o Tesouro Nacional.

As responsabilidades do Tesouro não podem deixar de ser reconsideradas. Como notável jurista o nobre Senador levantou duvida sobre a legalidade dessa situação. É assunto que irei examinar. Na verdade, entretanto, existe na administração um processo legislativo mais amplo, mais extenso, que cria mais leis, dita mais regras, estabelece mais normas de ação conjugada dos poderes públicos do que a própria lei emanada do Congresso. E' a chamada discricão administrativa, que domina, através da burocracia, a vida de todos os Estados contemporâneos. E provável que autorizações se compreendam nesses quadros sem leis, mas legalizados pelo tempo. Verificarei mais tarde. Nem é possível que assim não se tenha procedido ou nao se deva proceder.

Os Estados e Municípios não podem mais recorrer aos empréstimos externos; são obrigados a suprir suas necessidades ou deficiências orçamentarias nos mercados internos, através do Banco do Brasil ou do Tesouro Nacional, que por sua vez, recorre ao Banco do Brasil.

Entre as idéias que tenho — e para as quais pediria a colaboração do Senado e particularmente do Senador Ferreira de Souza — que todos sabemos altamente versado e conhecedor dêsses assuntos — se inclui de criarmos, fora do Banco do Brasil, com algumas taxas ou contribuições do país inteiro, uma Câmara de Compensação para os orçamentos estaduais e municipais de maneira a, pela sua flexibilidade, como a Caixa de Mobilização Bancária ou a câmara comum de compensação entre bancos, suprir e equilibrar as deficiências dos recursos estaduais e municipais.

Devemos ter consciência, nós, do Governô Federal, de que as necessidades dos Estados e Municípios precisam ser atendidas, por uma forma ou por outra, com recursos de que não podem prescindir para sua boa administração. (*Muito bem! Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

Continua com a palavra o nobre Senador Ferreira de Sousa.

O SR. FERREIRA DE SOUZA:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Senhor Presidente, vou abusar ainda da atenção e da tolerância do Sr. Ministro Oswaldo Aranha, fazendo-lhe outra consulta a respeito de matéria que S. Ex.^a debateu com tanto brilho e com tanto encanto para o Senado da República.

S. Ex.^a se referiu, em determinado passo da sua oração, aos gastos do Governo na aquisição de produtos que não suportam os preços internacionais aquisições essas feitas ora pelo Banco do Brasil, ora pelo próprio Tesouro.

Neste passo, valho-me da amizade pessoal de S. Ex.^a para me relevar esta manifestação de vaidade. Num desses casos estou de certa forma pessoalmente compreendido — o do algodão. S. Ex.^a se referiu ao fato de haver o Banco do Brasil por ordem do Sr. Presidente da República adquirido o algodão paulista a um preço inteiramente fora dos mercados internacionais. E acrescentou que o Tesouro Nacional foi forçado, através da Comissão de Financiamento da produção, a adquirir pelo mesmo limite o algodão do Nordeste.

Sabemos que este algodão, sobretudo o paulista — porque o do Nordeste tem consumo nacional seguro — se transformou num elefante branco, de propriedade do nosso maior estabelecimento de crédito. Grande escândalo se anunciou e quase estourou — em fins do ano passado para este ano.

Nesse tempo, eu havia oferecido uma sugestão ao Senado no sentido de ser votada emenda ao projeto de lei cambial, permitindo a venda no câmbio livre, de parte das cambiais referentes a todo o estoque de algodão da safra de 1952 e da possível safra de 1953.

Essa emenda foi rejeitada pela Câmara dos Deputados, por determinação do Sr. Presidente da República, por sua vez influenciado pelo então Presidente do Banco do Brasil.

Gostaria de saber a solução dada ao caso; se está sendo vendido o algodão do governo em estoque; se o Banco do Brasil está vendendo o algodão do seu estoque; qual a cotação — não direi cotação de preço seguro, mas internacional; e se as cambiais resultantes dessa venda são levadas ao câmbio oficial ou ao câmbio livre.

Valho-me do ensejo para declarar ao Sr. Ministro Oswaldo Aranha que

ainda que S. Ex.^a esteja determinando a venda dessas cambiais no câmbio livre — e no tocante ao Banco do Brasil não constar essa permissão da lei cambial — eu lhe dou plena solidariedade porque corresponde sua deliberação à idéia por mim aqui sustentada. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Ministro Oswaldo Aranha.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA:

Sr. Presidente, a dúvida do nobre Senador Ferreira de Souza a respeito da compra e do financiamento do algodão e de muitos outros produtos que a Comissão de Financiamento, dependente diretamente do Ministro da Fazenda, vem adquirindo no país, é fácil de ser desfeita, por isso que a operação se realiza da forma mais normal, natural e comercial possível.

Na realidade, o Banco do Brasil adquiriu esse algodão, conforme disse S. Ex.^a, por autorização do Sr. Presidente da República, mas, sem dúvida alguma, por autorização e co-responsabilidade de quantos o adquiriram direta ou indiretamente, uma vez que ninguém é obrigado a obedecer ou justificar ordens contrárias ao seu modo de ver.

O Sr. Victorino Freire — Muito bem.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — O algodão comprado e acumulado no Banco do Brasil, montava a mais de seis bilhões de cruzeiros. Foi adquirido ao tempo em que eu não participava do governo, a preços acima das cotações do mercado internacional, de que se toma por base as de Nova Iorque.

Ao lado dessa operação e talvez em consequência dela, o meu ilustre antecessor, em virtude de autorização da Comissão de Financiamento, passou a adquirir o algodão do Norte, de época antecipada. Assim procedeu em virtude dessa mesma decisão, posterior em relação à do Banco do Brasil, mas anterior à aquisição que ora se está fazendo do algodão de São Paulo, no valor de quatro bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros.

Ao chegar ao Ministério da Fazenda, defrontei dois problemas: primeiro, saber a quem pertencia o algodão existente no Banco do Brasil e quem deveria arcar com o prejuízo, calculado

em dois bilhões de cruzeiros; segundo, o de continuar eu com as vendas.

Como Ministro da Fazenda, não posso, sem autorização desta Casa, despendir cem cruzeiros. Assim não posso continuar a adquirir não só as safras de algodão do Norte e de São Paulo, como a cera de carnaúba, sisal, agave e tantos outros produtos, incluídos na lei de financiamento, destinada e votada unicamente para aquisição e sustentação dos preços e financiamento de produtos da lavoura.

Sr. Presidente, diante dessa situação, creio ter adotado a única solução que qualquer dos ilustres senadores seguiria, qual a de fazer vender aquela soma imensa, de quase 11 bilhões de cruzeiros, que entre o Banco do Brasil e o Tesouro, estava pesando, cada dia mais, através de onus de armazenagem, de desvalorização de estoques e inúmeros outros em milhões de cruzeiros diários sobre o povo brasileiro, que, em última análise, é quem acaba por pagar todos os nossos erros. *(Apoiados. Muito bem!)*

Determinei, então, a venda do algodão. E neste momento, tenho a honra de declarar ao Senado que já foram vendidos, desses estoques, mais de dois bilhões de cruzeiros.

Hoje, porém, antes de vir para o Senado, com profunda tristeza, tomei conhecimento de que foi para a mesa de operações o funcionário do Banco do Brasil que presidia, com alto descortino, nobre e exemplar probidade, a essas vendas, sem que até hoje se tivesse levantado, no vulto brutal delas — envolvendo firmas nacionais e internacionais — uma só dúvida, uma só queixa sobre a maneira pela qual o Governo procura sair de um onus herdado, independente da minha vontade. *(Muito bem! Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

(Fazendo soar os timpanos)

Está esgotado o tempo da sessão, salvo pedido de prorrogação, a ser submetido ao voto do plenário.

O SR. IVO D'AQUINO:

(Pela ordem) — (Não foi revisto pelo orador)

Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a consulte o Senado sobre se consente na prorrogação da hora da sessão, a fim de que os Senhores Senadores possam continuar a trocar idéias com o eminente Sr. Ministro da Fazenda.

O SR. PRESIDENTE:

Qual o período de prorrogação que V. Ex.^a solicita?

O SR. IVO D'AQUINO:

Sr. Presidente, solicito que a prorrogação seja pelo prazo de uma hora, ainda que não se torne necessário usar todo o período.

O SR. PRESIDENTE:

O Senado acaba de ouvir o requerimento do nobre Senador Ivo d'Aquino, no sentido de ser prorrogada a sessão por uma hora, para que os Senhores Senadores possam continuar a dirigir interpelações ao Sr. Ministro da Fazenda.

Os Senhores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. *(Pausa)*

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Ferreira de Souza.

O SR. FERREIRA DE SOUZA:

(Não foi revisto pelo orador)

Sr. Presidente, gostaria que o nobre Ministro Oswaldo Aranha me respondesse — e responderá com o mesmo brilho e segurança com que o fez na primeira parte, — a uma outra pergunta quanto ao algodão. Isto, para meu governo e não para censuras ou críticas, pois sou solidário com a solução dada por S. Ex.^a.

É a seguinte: as libras esterlinas, resultantes da venda do algodão paulista estão sendo vendidas ao câmbio oficial ou no câmbio livre?

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Ministro Oswaldo Aranha para responder ao nobre Senador Ferreira de Souza.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARÂNHA:

Sr. Presidente, a maneira pela qual o algodão está sendo vendido é muito simples e normal na vida comercial.

Ao chegar ao Ministério da Fazenda, recebi inúmeras sugestões de firmas estrangeiras, de grandes bancos e organizações internacionais, no sentido que já estava sendo encaminhado, de se lhes entregar o algodão adiantando êles 70% das cambiais que deveriam produzir ao Banco do Brasil e ao Tesouro. Depois, feitas as vendas nos mercados internacionais, liquidariam os 30% restantes mediante prestação de contas. Foi e

processo adotado no período de Governo do grande Presidente Franklin Roosevelt, para liquidação dos estoques americanos.

Depois de examinar o problema, chegamos à seguinte conclusão: o melhor seria vender o algodão as próprias firmas nacionais, no mercado nacional, pelo preço das cotações de Nova Iorque ou — dado que parte do nosso algodão era inferior ao do Paquistão — pelo preço das cotações do Paquistão, que estava invadindo e tomando nossos mercados.

Começamos a vender. Algumas operações foram feitas pelas cotações do Nova Iorque. Chegamos, porém, à conclusão de que, pelo ritmo dessas vendas, levaríamos, no mínimo, nove anos para liquidar os estoques. Consequentemente, numa reunião da Superintendência da Moeda e do Crédito, resolvemos autorizar uma Comissão, formada por três funcionários do Banco do Brasil — entre eles, o grande funcionário que espero ao sair daqui visitar e a quem devo a ordenação e organização do serviço — a negociar nas margens que poderiam ser tomadas pelas cotações de Nova Iorque e dos algodões inferiores, com variações até de 10%. Dessa maneira, vendemos quase dois bilhões de cruzelros, isto é, a quarta parte das reservas de algodão desses estoques.

Estou certo de que venderemos e liquidaremos tudo, transformando esse ônus que, em dado momento, alarmou a opinião brasileira, em recursos, ou seja, num acerto que contribuirá para corrigir deficits e preencher lacunas econômicas do nosso desenvolvimento, promovendo inversões necessárias ao nosso país.

Direi ainda ao ilustre Senador que o algodão está sendo vendido pelo câmbio oficial e que o Ministro da Fazenda não concorreu e não concorrerá para violar a lei. Nem acredita que seja necessário para a venda dos estoques.

Mas, perguntar-me-á S. Ex.^a: Qual o segredo? Qual a razão? Qual o fundamento? Qual a esperança que tem o Ministro da Fazenda de recuperar os prejuízos inevitáveis de um algodão que custou dez e está sendo vendido a sete?

Esclarecerei a S. Ex.^a que, em matéria financeira, o mal advém da falta de técnica no manejo dos dados, do hábito e de conjugação dos elementos e no uso de homens capa-

zes e experimentados, que, de fato, devem ocupar e exercer suas funções gozando da confiança do país. (*Muito bem! Muito bem!*).

Os prejuízos que temos com o algodão são apurados na hora da venda. E as firmas brasileiras vendem o algodão e nos entregam, pelo câmbio oficial, o produto da operação.

Mas, que é o câmbio? É formado de que? Qual o mistério que muitos querem atribuir-me ou ao atual Presidente do Banco do Brasil? Que existe em matéria de câmbio?

É muito simples. O câmbio oficial absorve 80% das operações comerciais brasileira. E destas, incluídas as do algodão, 20% representam prejuízo. Mas, ganhamos em 80% e, quando misturamos as operações, o Brasil não pode sair perdendo se os seus homens souberem orientá-las. (*Muito bem! Muito bem! Palmas*).

O SR. PRESIDENTE:

Continua com a palavra o nobre Senador Ferreira de Souza.

O SR. FERREIRA DE SOUZA.

(*Pela ordem*) — (*Não foi revisito pelo orador*) — Sr. Presidente, não tenho mais qualquer interpelação a fazer.

Agradeço ao Ministro Oswaldo Aranha a maneira lhana, segura, de alto parlamentar, com que atendeu às minhas perguntas. Não desejo paire no espírito de S. Ex.^a a menor dúvida ao intuito com que as fiz.

O Sr. Ministro Oswaldo Aranha — Absolutamente.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Confesso que, em muitos casos, conhecia a orientação de S. Ex.^a e sabia por que e como estava agindo. Mas, em se tratando de homens públicos da categoria de S. Ex.^a, de sua inteligência, elevação, respeito e serviços prestados à Pátria, há mister, que, de quando em quando, lhes propiciemos, através de debate público, ocasião de explicarem e justificarem seus atos por que o país bem os conheça e possa louvá-los, criticá-los ou mesmo castigá-los.

Pode S. Ex.^a estar certo de que, quanto a mim, me considero hoje como partícipe de uma festa. Vivemos, no Senado Federal, um dia de grande significação democrática.

O Sr. Alencastro Guimarães — Muito bem.

O SR. FERREIRA DE SOUZA — E esse dia só nó-lo poderia proporcionar um homem de espirito democrático, um homem da lei, cumpridor dos seus deveres, respeitador dos direitos de outrem e tolerante em face das ideias alheias.

O Sr. Alencastro Guimarães — Muito bem.

O Sr. Ministro Oswaldo Aranha — Muito obrigado a VV. Ex.^{as}

O SR. FERREIRA DE SOUZA — Sr. Presidente, o Sr. Ministro Oswaldo Aranha está de parabens e nós, do Senado, também o estamos. (*Muito bem; muito bem*).

O Sr. Café Filho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alfredo Neves.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti, inscrito em seguida.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Sr. Presidente, não desejo menorar a tarde em que nesta Casa esteve o Ministro Horácio Lafer. Trazia S. Ex.^a, com a autoridade de Ministro da Fazenda, a palavra do Governo — e era alviçareira para a Nação — no sentido de proclamar que contávamos com uma vantagem orçamentária de mais de seis bilhões de cruzeiros.

Passam-se as páginas do livro da nossa vida; mais um ano... mais outro ano... e agora, que se vê de tudo isto? O quadro sombrio, trágico mesmo, que nos acaba de pintar o nobre Ministro da Fazenda, Sr. Oswaldo Aranha.

E' certo que S. Ex.^a colocou nessa paisagem sombria, clareiras iluminadas, pinceladas azuis; mas, na verdade, o resumo de tudo isto é que, se não houver um esforço extraordinário, estaremos, realmente, à beira de um abismo.

Nas discussões e debates, confesso, o meu espirito estremeceu porque, até mesmo pela palavra autorizada do meu eminente colega, Senador Alencastro Guimarães, ouvi a afirmativa de serem possíveis, no Tesouro Nacional, arranjos de contabilidade, de modo a se apresentar ao país, não a realidade dos fatos, mas uma in-

verdade merecedora das punições do próprio Código Penal.

Não quero, porém, Sr. Presidente, descer a esse terreno, e vou, como alguns de meus illustres colegas, abusar da benevolência do Sr. Ministro da Fazenda.

Devo dizer que apesar de V. Ex.^a asseverar que nos ateríamos, pelo Regimento, aos termos estritos desta convocação, o nobre Sr. Ministro da Fazenda se sujeitou, em sua grande bondade, a uma verdadeira sabatina, focalizados que foram aspectos vários e múltiplos que não eram, em absoluto, objeto da convocação.

Redigi, Sr. Presidente, quatro perguntas modestísimas, mas vou reduzi-las a duas, porque o honrado Sr. Ministro da Fazenda com aquele sentimento generoso que caracteriza sua pessoa, largueza de coração e abundância de personalidade, declarou que daqui sairá para colocar-se à cabeceira de um seu nonrado e preclaro auxiliar que se encontra na mesa de operações. Seria, portanto, desprimor, deselegância se não contribuísse para que S. Ex.^a tivesse seus momentos abreviados, não obstante o grande prazer que nos dá e a honra com que nos distingue.

Desejaria que, através de V. Ex.^a, Sr. Presidente, o eminente Sr. Ministro da Fazenda respondesse a duas pequenas perguntas. Sacrificio, portanto duas outras.

Disse S. Ex.^a — ao que percebi e possa não estar sendo fiel, mas S. Ex.^a me corrigirá — que, pelo balanço financeiro, o nosso *deficit* ultrapassa um bilhão de dólares. Indago eu: ser-nos-á possível enfrentar ou vencer essa conjuntura com a política de importação adotada pela CEXIM? Se nessa política insistirmos não poderemos sofrer os efeitos de contra-partida das nações que nos compram? (*Muito bem! Muito bem!*).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Ministro da Fazenda para responder à interpegação do nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA:

Sr. Presidente, é para mim prazer muito especial responder ao Senador Kerginaldo Cavalcanti, cuja palavra, nesta Casa, ecoa lá fora, sempre se batendo pelos elevados e permanentes interesses do nosso país.

O Sr. Kerginaldo Cavalcanti —
Obrigado a V. Ex.^a.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — A pergunta cabe bem dentro dos nobres propósitos que orientam sua ação como Senador. É, na realidade, este o drama da economia brasileira. Foi mesmo nesse aspecto que coloquei a maior insistência de tôdas as minhas argumentações.

Nosso país é tão maravilhoso, sob certos aspectos, a imaginação e o imprevisto acodem tanto no curso de nosso destino, que o Brasil promulgou uma lei para reduzir, ordenar e disciplinar as importações, justamente porque o poder público verificara não dispor de recursos suficientes para alimentar a liberdade das compras no exterior. Em nosso país essa lei operou, não um efeito contrário, mas oposto ao seu próprio objetivo.

Em dois anos, de 1951 a 1952, o Brasil, sob o regime de uma lei de restrições, considerada necessária, importou mais do que em quinze anos, e a balança comercial acusou o *deficit* de 800 milhões de dólares, que ora enfrentamos.

Sabemos todos que o devedor, mesmo nas relações pessoais e particulares, quando negocia com os credores, recebe menos ao vender e paga mais ao comprar.

Quando cheguei ao Ministério da Fazenda, o Brasil devia a todos os países da Terra e em tôdas as moedas, menos à Argentina e ao Paraguai, uma soma que, segundo os dados que referi — colhidos no Banco do Brasil — excede de um bilhão de dólares, ou sejam, ao câmbio oficial, vinte bilhões de cruzeiros, ou, ao câmbio livre, 39 bilhões de cruzeiros.

Pois bem, o Brasil estava perdendo somente no comércio com os Estados Unidos — de acordo com a informação do próprio técnico norte-americano representante do *Eximbank*, que aqui esteve, nada menos de um milhão de dólares por dia, por isso que pagava mais ao comprar e recebia menos ao vender.

O fenômeno a que estamos assistindo, da elevação dos preços dos produtos de importação, não é outra coisa senão a repercussão de uma lei natural: quando precisamos mais de dólares do que os norte-americanos de café, este baixa em relação ao dólar.

Era, portanto, imperativo e urgente que ordenássemos as nossas divinas

comerciais no exterior, começando, naturalmente, pelos Estados Unidos da America do Norte, aos quais devíamos quase meio bilhão de dólares. O acerto dessas contas, a transferência dos pagamentos para prazos maiores e, em condições favoráveis, recebendo os exportadores americanos as quantias devidas pelos nossos importadores, desatou o mercado. Vemos, agora, os exportadores nacionais, que não podiam, até há pouco, comprar-se não com prévio crédito aberto e pagamento antecipado, quaisquer mercadorias aos americanos e ingleses, receberem de toda parte, ofertas de créditos a prazos de seis meses e um ano — o que é testemunha da confiança do exterior no nosso futuro — além de financiamentos por dois, três e até cinco anos de importações indispensáveis as inversões e ao desenvolvimento das fábricas, das indústrias e dos próprios empreendimentos governamentais.

O País começa a sentir os benefícios da ordenação do nosso comércio exterior. Estamos ultimando negociações com a Inglaterra, que nos pediu apenas o pagamento imediato de 20 milhões de libras. Pretendiam os ingleses que liquidássemos em 3 anos nossa dívida de 65 milhões de libras, pagando juros de 6% ao ano, sem se comprometerem a adquirir mercadorias nossas. As combinações foram feitas dentro da tradicional amizade e sabedoria dos britânicos e da tendência de sempre se ajustarem ao razoável e justo no tratamento conosco. Acederam finalmente em receber como primeiro pagamento, dez milhões de libras esterlinas, de que já dispomos, e sete milhões de libras por ano. A dívida será paga, portanto, em sete anos e os juros, de 3,5%, correspondem aos que estamos pagando ao *Eximbank*, sendo que a Inglaterra adquirirá nunca menos de quarenta e cinco a cinquenta milhões de libras de produtos brasileiros.

Os mesmos entendimentos estão sendo feitos com a Alemanha e serão entabulados com outros países, porque, infelizmente nós que temos, financiados pelo Tesouro, setenta milhões de cruzeiros de juta compradas pelo Ministério da Fazenda, devemos, até, ao Paquistão novecentos mil dólares de juta, que importamos sem nenhuma razão de ser.

O Sr. Alencastro Guimarães —
Muito bem.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — Espero que os entendimentos com a Inglaterra e a Alemanha se concluem e, dentro em pouco, transferidos aqueles fundos do campo da dívida comercial, vencida e vexatória, para o da ordenação financeira a largos prazos e juros razoáveis, possa o Brasil passar a vender pelo justo preço e a pagar aquilo que deve pagar. (*Muito bem. Muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE:

Continua com a palavra o nobre Senador Kerginaldo Cavalcanti.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

(*Não foi revisto pelo orador*) — Senhor Presidente, o Senado está ouvindo a exposição marcante que ora nos oferece o ilustre e eminente Senhor Ministro da Fazenda.

A minha pergunta — V. Ex.^a teve oportunidade de verificar — adapta-se não só ao Regimento Interno como aos objetivos da convocação.

Ainda desta vez, quero ser objetivo, declarando — se a cortesia assim o permite — que o honrado Sr. Ministro da Fazenda tem inteira liberdade para responder o mais brevemente possível à minha indagação. Digo-o porque, de qualquer forma, S. Ex.^a já fez explanação brilhante em derredor da matéria por ocasião da resposta ao nobre Senador Domingos Velasco. Entretanto, a pergunta que vou formular dará a S. Ex.^a ensejo de dizer ao Senado algo que servirá de estímulo a todos nós, fortalecendo a confiança que depositamos em sua obra administrativa, a qual, estou certo, será fecunda para o Brasil.

Desejaria que o Sr. Ministro Oswaldo Aranha esclarecesse o seguinte: com a chamada Lei do Câmbio Livre, qual a melhora verificada na exportação dos chamados “produtos gravosos” e na entrada de capitais estrangeiros no País? (*Muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Ministro da Fazenda.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA.

Sr. Presidente, a questão proposta pelo ilustre Senador Kerginaldo Cavalcanti a mim mesmo me provonho a todo instante, quando considero a repercussão da chamada “Lei do Câmbio Livre” na economia nacional.

Todos sabem que, há tempo, adverti o País do erro que seria a adoção dessa lei, mas, uma vez lei, a nós só nos cumpre respeitá-la e tirar dela proveitos — se possível. E’ o que tenho procurado fazer.

A Lei do Câmbio Livre nenhum capital trouxe para o Brasil. Ao contrário feita com o objetivo de restringir as importações, acarretou justamente a saída apressada desses capitais represados, de tal maneira que, quando cheguei ao Ministério da Fazenda, o dólar estava cotado a..... Cr\$ 53,00.

Agora, devo confessar ao Senado — porque não me cabe o direito de opôr quaisquer restrições aos que têm tantas responsabilidades perante o país — que, em parte, sou responsável pela alta do dólar no mercado nacional. Não estaria em paz com a minha própria consciência se deixasse esses capitais voltarem aos países de origem, ao preço de Cr\$ 30,00 o dólar. Penso que é um impôsto justo, que tenho o dever de cobrar, mantendo o dólar, como estou fazendo, a Cr\$ 39,00. Baixará imediatamente a cotação quando eu sentir que essas reservas, esses recursos, esses capitais, esses lucros represados cessarem de procurar saída do país. O dólar irá, natural e fatalmente, a casa inferior à vigorante quando estabelecemos a Lei do Câmbio Livre, que, entre outros males, trouxe justamente este: modificar, alterar e criar inúmeras taxas para o cruzeiro, por isso que as diferenciações nas proporções do câmbio livre representam taxas diferentes na vida econômica e financeira do país.

A Lei do Câmbio Livre acarretou a saída de capitais; mas, se continuarmos a trabalhar como estamos fazendo, se não cometermos erros grosseiros, motivados, infelizmente, pela perplexidade que por vezes se apossa da direção do País, sobretudo em épocas como esta, estou convencido de que, prestigiado e transformado o cruzeiro em instrumento da política nacional, virão esses capitais, atraídos pela estabilidade monetária, e, dentro em pouco, o problema se terá invertido: os capitais estarão no Brasil à procura, justamente, de taxas baixas, para depois saírem a taxas melhores.

Devo, mesmo, anunciar ao Senado: querendo evitar as emissões dentro da autorização da lei de meios, que me permite procurar vinte por cento em operações de crédito como antecipação das receitas, que emiti hoje, pela primeira vez, em contrato com o Banco do Brasil, letras cambiais do Te-

souro, contra o nosso principal estabelecimento de crédito, por ele endossadas e que foram as primeiras tomadas por capitais em dólares convertidos em cruzelros, para se applicarem nestes títulos.

Perguntarão os Senhores Senadores: que explicação existe para isto? — É muito simples. Foi feita a applicação com o dólar a Cr\$ 32,00; quando estes títulos se vencerem, daqui a quatro meses, a taxa cambial estará elevada. Isto prova que a confiança na orientação econômico-financeira do governo é a base da mutação da politica de inversões dos capitais de um pais em outro. (*Muito bem! Muito bem!*)

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI:

(*Pela ordem*) — (*Não foi revisto pelo orador*)

Sr. Presidente, permita-me V. Ex.^a que agradeça ao Sr. Ministro Oswaldo Aranha a gentileza de ter atendido às impertinências de minha interpeação. Alegra-me, sobretudo, verificar que S. Ex.^a é o mesmo espirito jovem, de gaúcho ardoroso que tive o prazer e a honra de conhecer em 1934.

O Sr. Ministro Oswaldo Aranha — Muito obrigado a V. Ex.^a.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI — Tenho concluído, Sr. Presidente. (*Muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire, inscrito em seguida.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(*Não foi revisto pelo orador*)

Sr. Presidente, o Ministro Oswaldo Aranha — eu disse já pouco a S. Ex.^a — sofreu verdadeiro bombardeio no Senado. Não seria eu quem iria fatigar mais S. Ex.^a.

Se eu não fôsse ligado ao Ministro Oswaldo Aranha por laços, que jamais serão desprendidos, de gratidão, solidariedade pessoal e amizade, mas ao contrário fôsse um adversário de S. Ex.^a, ainda assim estaria nesta tribuna para aplaudir com todas as forças do meu patriotismo e do meu coração o brilhante discurso que o grande Ministro e eminente brasileiro fez perante o Senado e a Nação.

É a primeira vez neste Governo que vejo um de seus homens falar a verdade e com realismo, pintando a situação como ela se apresenta.

Sr. Presidente, em resposta ao apêlo de S. Ex.^a para que todos ajudem a Nação a vencer a crise que atravessa, ofereço minha completa solidariedade pessoal.

Desejo, no entanto, fazer o Ministro Oswaldo Aranha apenas uma pergunta: a tendência da orientação do Governo, no sentido de cobrir o *deficit* orçamentário, é de aumentar os impostos ou emitir papel moeda? (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Ministro Oswaldo Aranha.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA.

Sr. Presidente, já disse, e não me cansarei em repetir, da alegria e prazer que está sendo para mim este debate; e, agora, de ser interpelado por um querido amigo de longos tempos e até de recordações poucos confessáveis (*riso*), porque cimentadas em horas que talvez a alta investidura de uma senatória não permitam referir, pois poderiam comprometer a austeridade e a autoridade dessa representação (*Riso*).

A verdade é que o Governo terá de enfrentar o *deficit*. E o enfrentará lançando mão das operações de crédito, da venda de títulos no mercado interno, que espera criar, organizar e defender; apelando para as reservas das companhias, dos bancos, das instituições, que as podem aplicar sem prejuízo, ajudando os governos a resolver os seus problemas financeiros.

A emissão, Sr. Presidente, será o último recurso de que, somente orçado, lançarei mão.

Dentro dos meus propósitos de dizer tudo ao Senado, devo confessar, com profunda tristeza, que nao tendo emitido no mês de julho, fui obrigado a subscrever a emissão de quinhentos milhões de cruzelros no mês de agosto. Ainda não foi utilizada, mas fatalmente o será, porque ao fim do mês, o Banco do Brasil, considerado neste pais como sócio obrigatório de todos os negócios e de todas as empresas, sofre tais retiradas que se vê forçado a ir ao Redesconto portanto a procurar na emissão de papel

moeda os recursos para atender aos seus saques.

Mas espero, tenho fé em que recuperarei o dinheiro que fui obrigado a emitir; e que de futuro, terminarei com as emissões neste país, se mecer, como até agora tenho merecido e espero continuar a merecer, o apoio do Presidente da República e o concurso dos melhores homens que me fôr dado escolher — e dos que já escolhi muitos nem sequer conhecia pessoalmente — para colocar nas posições responsáveis pelas finanças públicas. Tenho confiança em que a inflação, que hoje ameaça os nossos destinos, terá um fim, e então o Brasil entrará numa era de progresso que escapa à previsão da mais otimista das imaginações e da fé mais radicada no futuro do país. *(Muito bem; muito bem! Palmas)*.

O SR. VICTORINO FREIRE:

(Pela ordem). *(Não foi revisto pelo orador)*.

Sr. Presidente, estou satisfeito com a explicação do Sr. Ministro Oswaldo Aranha. S. Ex.^a me relevará esclareça ao Senado episódio que cimentou as nossas relações e qual estou certo não fere a austeridade desta Casa.

Quando eu estava cercado, no Maranhão, por todos os lados premido, pela máquina federal, com os Institutos de Aposentadoria demitindo amigos e, pelo mecanismo da corrupção, financiando adversários; e na iminência de ser cassado o mandato do Governador do Tribunal Superior Eleitoral — eu não tinha dinheiro, nem tenho, para pagar grandes advogados — o Sr. Oswaldo Aranha, com a nobreza que o caracteriza, quando viu o velho amigo só e abandonado, apareceu. Foi o primeiro a chegar e a abrir o debate no Tribunal Superior Eleitoral, rechassando a tese cerebrina de um defunto concorrente com um vivo na eleição suplementar. Essa era a tese.

Os meus adversários, em vez de investirem contra mim, o fizeram contra o Sr. Oswaldo Aranha, declarando que teria recebido Cr\$ 300 000,00 para me defender. S. Ex.^a então, tirou o fardão de diplomata, vestiu a bombacha, calçou as botas de gáudio e esporeou os adversários, declarando que não recebera nada, porquanto eu nada possuía para dar, mas se recebesse, daria aos opositoristas do Ma-

ranhão, para curar-lhes a saúde moral e mental.

E', ainda, por um sinal de gratidão que revele ao Senado este episódio. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Vivacqua, inscrito em seguida.

O SR. ATTÍLIO VIVACQUA:

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de associar-me às homenagens com que o Senado da República, no mais alto testemunho de sua admiração, apreço e confiança no patriotismo do Sr. Ministro Oswaldo Aranha, consagra um dos grandes valores da nacionalidade. *(Muito bem)*.

S. Ex.^a bem sabe que, neste encontro, estamos relembando aquelas quadras distantes da juventude, quando cingia a sua frente a auréola do talento, pronunciadora do seu brilhante futuro.

Na sua apreciação tão objetiva e, também, nas respostas às interpelações, ao lado de um quadro real da situação, focalizada com tanta franqueza, ouvimos a sua palavra cheia de fé, precisamente no momento em que não faltam Cassandras, em que muitos homens públicos só vêm no Brasil um país arruinado.

Bem, disse S. Ex.^a que o temor do futuro é o pior dos medos.

Sr. Presidente, desejo formular a S. Ex.^a uma pergunta sucinta.

S. Ex.^a, tratando da compressão de despesas, declara que, no programa do Governo, será baixado o ritmo de obras públicas, exceto as de absoluta prioridade e que contem com financiamento adequado.

Ora, sabemos que o Estado moderno é o grande realizador de empreendimentos, os quais estão fazendo sentir a presença da União em todos os municípios do Brasil. Elas representam um fomento de atividades, um centro de empregos, em fim um fator de desenvolvimento local e nacional; e a cessação dessas obras causaria enormes prejuízos, ao lado de desânimos econômicos.

Consulta, então, a S. Ex.^a, o Sr. Ministro, se as obras previstas no Orçamento vigente sofrerão redução, dentro do critério que S. Ex.^a acaba de enunciar. *(Muito bem! Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Ministro Oswaldo Aranha.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA:

Sr. Presidente, tôdas as interpelações que recebi no Senado me foram gratas, pois partiram de amigos, admiradores e companheiros.

Confesso, entretanto, que a que acaba de me ser feita, é daquelas que mais intimamente dizem à minha sensibilidade. Transporta-me à era mais feliz de minha vida, aquia em que aprendi a servir ao meu país, na velha e saudosa Faculdade de Direito da Praça da República, em que o Senador Attilio Vivacqua já figurava entre os líderes de nossa geração, bem como o Senador Ivo D'Aquino.

Depois, já formados, fomos todos distribuídos pelas atividades do país; e nesta hora nos reunimos aqui, outra vez, numa faculdade maior, que não só ensina, mas decide, legisla e regula os destinos do país — eles como Senadores e eu, para responder às suas interpelações.

A pergunta que me dirigiu o Senador Attilio Vivacqua é, realmente, surpreendente. Confesso que, naquele tempo saudoso, jamais imaginei que S. Ex.^a viria a ser um espírito objetivo e pratico; julguei que seria um dos grandes sonhadores que têm povoado a nossa terra. Vejo, entretanto, que, no meio dêste largo debate, sua preocupação se dirige, justamente, para a aplicação de verbas e inversões, no querido e sempre distante Estado do Espírito Santo, também muito ligado à minha vida.

Devo declarar ao meu querido amigo, Senador Attilio Vivacqua, que as verbas orçamentarias serão cumpridas; tôdas as dotações para inversões em obras serão respeitadas. As grandes economias do nosso Orçamento devem ser feitas em pessoal; nas setenta e duas comissões que temos por aí, gastando, consumindo nenhuma delas menos de vinte milhões de cruzeiros, algumas até centenas de milhões...

O Sr. Alencastro Guimarães — Muito bem.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — ... sem qualquer ação efetiva, eficiente, sem sentido prá-

tico, dentro da obra administrativa exigida e reclamada em todos os recantos do país.

As verbas de material serão respeitadas Serei um guardião da entrega e aplicação delas. O que e de lamentar, é que nesta altura, aos seis meses de execução orçamentaria, a verba não haja sido entregue e possa o Senado da República ter dúvidas a respeito.

O orçamento deve ser distribuído e as verbas imediatamente encaminhadas no começo do ano, para tornarem-se atuais e produzirem os efeitos desejados. As verbas tardiamente entregues, ou não atendem às obras por elas visadas ou, por falta de objetivo, são desviadas em aplicações inúteis. (*Muito bem! Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Walter Franco, inscrito em seguida.

O SR. WALTER FRANCO:

(*Não foi revisto pelo orador*)

Sr. Presidente, tenho uma interpeação a fazer, pedindo antes desculpas ao Sr. Ministro Oswaldo Aranha, não só pelo adiantado da hora, como pela discordância ou restrições que oponho ao brilhante discurso que S. Ex.^a, com senso prático e equilibrado, pronunciou, esclarecendo os pontos sobre os quais o Senado tinha dúvida.

Já conhecia S. Ex.^a pessoalmente. Continuo tendo S. Ex.^a no mesmo conceito de sempre: homem que assume a responsabilidade de seus atos, como por mais de uma vez afirmou a amigos comuns.

Nas diretrizes que S. Ex.^a traçou no seu trabalho, está declarado:

"4 — Conter prudentemente a velocidade do processo de industrialização, segundo um critério estrito de hierarquia e tendo em conta o alívio ou a sobrecarga no balanço de pagamentos."

Natural do Estado de Sergipe, pertença à zona que procura industrializar-se, aproveitando a energia elétrica da Cachoeira de Paulo Afonso, para, através, dela, estender benefícios a muitas regiões de Sergipe, de Alagoas, de Pernambuco e da Bahia. Este o motivo por que fiz restrições mentais ao parágrafo que

acabei de citar, por entender que poderão surgir entraves ao desenvolvimento daquela zona. Esse meu receio vem do fato de, tão logo S Ex.^a ou a Superintendência da Moeda e do Crédito ter dado permissão à Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil para licenciamento de equipamentos industriais pelo prazo de seis meses, aproveitando o câmbio oficial, haver aconselhado a co-estaduanos, bem como a amigos de outros Estados, a adquirirem máquinas que possibilitassem a industrialização da referida zona.

Pensando possa haver qualquer restrição e que fiz minha ressalva ao brilhante discurso do Sr. Ministro da Fazenda, ressalva essa que diz respeito tão somente ao § 4.^o das suas Diretrizes. Desejaria saber se as licenças de importação serão realmente concedidas para aquela região, vivamente interessada em ajudar o Brasil no seu crescimento industrial. *(Muito bem! Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Ministro Oswaldo Aranha.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA:

Sr. Presidente, é para mim grande satisfação conhecer as dúvidas e reservas à enunciação do meu pensamento, a fim de esclarecê-lo. As ponderações que acaba de fazer o ilustre Senador por Sergipe, Senhor Walter Franco, são da natureza daquelas que devem ser feitas a nós mesmos, antes de as enunciarmos como o fiz, entre as normas e as linhas a seguir.

Se S. Ex.^a — dada a dificuldade de uma enunciação exata com palavras e termos que devem refletir quase apenas números, quando se trata de problemas econômico-financeiros — desse maior atenção ao significado das palavras por mim formuladas, teria respondidas suas dúvidas no sentido favorável, não só aos seus propósitos, como aos dos que, em Sergipe, querem melhorar as indústrias. Quando eu digo: "Conter prudentemente a velocidade do processo de industrialização, segundo um critério estrito de hierarquia e tendo em conta o alívio ou a sobrecarga no balanço de pagamentos", mesmo sem saber e sem conhecer os investimentos aconselhados pelo ilustre Senador, não tenho dúvida de que eles se incluem

dentro do programa que procurei traçar. O que pretendi com a enunciação da regra, foi evitar certas inversões através de prioridades de importação para fabricação de produtos que já estão sendo feitos em quantidade e em qualidade suficientes para as exigências do país.

Um dos problemas que têm dado lugar a grande debate nas escolas econômicas e financeiras, é justamente saber quem emprega o dinheiro — o Poder Público ou os particulares. O debate ainda não chegou a termo, mas é fora de dúvida que os particulares levados, como é natural pela ideia imediata do lucro peculiar ao regime capitalista, não levam em consideração, quando fazem investimentos, as razões de ordem geral, econômica, política e social que o Poder Público tem no aplicar e no realizar suas inversões.

Estou certo de que, em Sergipe, não há indústria nova que não mereça, não só o apoio, como o encorajamento do atual Ministro da Fazenda do Brasil. Entre as minhas convicções mais radicais, Sr. Presidente e ilustre Senador Walter Franco, está a de que o nosso país não pode ser, como dizia Lincoln, uma nação metade livre e metade escrava. Nosso país não pode continuar parte rico e parte pobre. Temos que nos voltar para o Norte. O futuro do Brasil está no desenvolvimento, no progresso, nas inversões e na inteligência com que se deve auxiliar o engrandecimento do norte. Dois terços do Brasil estão situados no trópico. E este, segundo todos quantos estudaram o problema, é inimigo do homem e da própria civilização. Nosso país realiza, a meu ver, — e esta é uma das razões que me fazem acreditar profundamente nêl — com, sem e até contra nossa vontade — a maior obra encetada por qualquer outro povo na região tropical. Se olharmos o globo e examinarmos a posição do Rio de Janeiro, notaremos que está montado no Trópico do Capricórnio. Não encontraremos outra cidade em população, esplendor, beleza e cultura como a nossa capital. Se olharmos para o norte, veremos que os brasileiros estão realizando talvez a obra mais importante e de maior significação sociológica do instante, que é a da transformação e incorporação dos Trópicos a todos os níveis superiores da civilização ocidental.

O Sr. Alvaro Adolpho — Muito bem.

O SR. MINISTRO OSWALDO ARANHA — No dia em que tivermos realizado a obra de que são prenúncio cidades como o Salvador, Recife, Fortaleza, Belém do Pará, Manaus, em que levarmos o progresso ao norte através de técnicos e fizermos com que nos seus aspectos econômicos e industriais, concorram para equiparar o "habitat" do homem, economicamente, ao do resto do país, estaremos entrando na era que anunciei em meu discurso e não poderemos ter dúvida de que somos nação civilizada perfeitamente assemelhável às demais.

Certo homem que passou por este País há muitíssimos anos, percorreu o interior, e veio mais tarde a ser o presidente de uma das maiores Nações, Theodore Roosevelt, autor do bellissimo livro "The Wonders of Brasil", ao despedir-se dessa grande figura que é o General Rondon, fêz, como ocorre com os grandes homens esta declaração verdadeiramente profética: "Meu país será, querendo, ou não, o líder do mundo no Século XX, ao fim do qual o Brasil ocupará lugar a seu lado se continuar a demonstrar, como no momento, sua capacidade de civilizar os trópicos".

Esta capacidade, nós brasileiros a temos e se, na missão de que estou investido, alguma coisa puder fazer pelo meu País, será levar para o norte, com os aplausos aos seus empreendimentos, todos os homens do sul e do centro, estendendo o mais possível essa civilização até o Amazonas. Este progresso dará ao Brasil a verdadeira unidade e a verdadeira grandeza. (*Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas*).

O SR. WALTER FRANCO:

(*Pela ordem*.)

(*Não foi revisto pelo orador*)

Sr. Presidente, dou-me por satisfeito com a resposta e cômico de que o Sr. Ministro da Fazenda ajudará tanto quanto possível a zona nordeste do Brasil que, espero, terá a felicidade de, dentro de poucos anos, possuir serviço de energia elétrica à altura de outros países.

Agradeço a brilhante resposta que S. Ex.^a nos proporcionou. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa agradece a maneira por que o eminente Ministro da Fazenda, acedeu à convocação do Senado.

Não precisa desenvolver elogios a S. Ex.^a O Sr. Ministro Oswaldo Aranha em tôdas as intervenções dos Senhores Senadores ouviu a estima, o respeito, a admiração e o alto conceito em que é tido nesta Casa.

Esse conceito e essa admiração, S. Ex.^a os reconhecerá, em tempo oportuno, objetivamente manifestados, quando o Senado tiver o ensejo de colaborar com S. Ex.^a no Ministério da Fazenda.

Deve, entretanto, a Mesa agradecer, mais do que a presença de S. Ex.^a nesta Casa, o otimismo que proporcionou a todos nós, Senadores da República, com grande responsabilidade nos destinos do país.

Convido a Comissão a acompanhar S. Ex.^a.

(*Acompanhado da Comissão retira-se do recinto o Sr. Ministro Oswaldo Aranha*).

DISCURSO DO SR. OSWALDO ARANHA. MINISTRO
DA FAZENDA, PROFERIDO NA CÂMARA DOS
DEPUTADOS, NA SESSÃO DO DIA 1 DE OUTU-
BRO DE 1953

DISCURSO DO SR. OSWALDO ARANHA, MINISTRO DA FAZENDA, PROFERIDO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, NA SESSÃO DO DIA 1 DE OUTUBRO DE 1953.

O SR. PRESIDENTE:

Sabe a Câmara que esta hora da presente sessão se destina à audiência do Sr. Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda, convocado a requerimento dos Srs. Deputados Bilac Pinto e Raimundo Padilha, para prestar informações sobre a matéria constante da resolução que determinou o comparecimento daquele titular.

Tem a palavra o Sr. Ministro Oswaldo Aranha. (*Palmas*).

Os Senhores Representantes não poderão apartear o orador durante sua exposição. S. Ex.^a foi convocado para responder a determinadas questões e não poderá ser perturbado em suas considerações.

O SR. OSWALDO ARANHA, MI- NISTRO DA FAZENDA:

(*Movimento geral de atenção*) — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

1 — Foi uma honra para mim, das mais gratas de minha longa vida pública, expor ao Senado e debater, com a generosidade, a sabedoria e a experiência de nossos Senadores, muitos dos problemas que, agora, graças à convocação da Câmara e à interpegação dos ilustres Deputados Bilac Pinto e Raimundo Padilha, serão objeto da exposição que me cumprirá fazer a esta Casa, bem como das informações, opiniões e respostas que me caberá oferecer aos meus eminentes interpeladores.

2 — O Ministério confiado à minha direção é, mais do que qualquer outro departamento da administração governamental, ligado à autoridade, à orientação e, mesmo, à vida e à razão de ser desta Casa.

E', pois, com a consciência dessa autoridade e dessa subordinação, es-

señciais ao bom andamento dos negócios públicos, econômicos, financeiros e fiscais do país, que me proponho falar, expor e responder, confiado menos em mim mesmo, porém mais, muito mais, na generosidade de Vossa Excelência, Senhor Presidente, dos Senhores Deputados e, pessoalmente, na cooperação e boa vontade, que tenho motivos para pedir e esperar, de meus dois eminentes interpeladores.

3 — Não me perderei, Senhor Presidente, em espirais oratórias que, como a escada da lenda, conduzem às nuvens. Não farei digressões nem tomarei o tempo de Vossa Excelência, Senhor Presidente, nem dos Senhores Deputados, com longas e exaustivas exposições, como fui obrigado a fazer ao Senado que me ouviu com paciência e generosidade. Espero, agora, ser realista e objetivo, direto e simples.

4 — Formulei no Senado as linhas gerais da orientação do Governo, as quais, se merecerem aprovação desta Casa, servirão de base à minha ação no Ministério da Fazenda. Procurarei, pois, senhor Presidente, ser breve, o que é difícil em assuntos desta natureza, reduzindo ao mínimo as considerações a fazer nas respostas às dezenas de quesitos que me foram propostos, quase todos envolvendo matéria controvertida, de ordem econômica, técnica, financeira e, mesmo, de alta indagação para a vida atual do nosso povo e do nosso Governo.

Pego, pois, licença, Senhor Presidente, para iniciar minha exposição pela resposta às arguições feitas pelo ilustre Deputado Raimundo Padilha, de caráter financeiro, deixando para o fim as devidas ao ilustre Deputado Bilac Pinto, de fundo mais econômico e geral.

II — Questionário formulado pelo Deputado Raimundo Padilha

COMPROMISSOS IMEDIATOS DO TESOURO

1 — O volume de pagamentos atrasados de contas do Tesouro, objeto do 1.º item do questionário do eminente Deputado Raimundo Padilha, monta a quantia difícil de ser apurada com exatidão por falta de elementos contábeis que permitam essa apuração. A informação que vou prestar é aproximada e somente com o prosseguimento das revisões já iniciadas poderá o Tesouro, a *posteriori*, fornecer os números exatos.

2 — Conforme acentuei na minha exposição ao Senado, a dívida flutuante da União elevava-se, em 30 de junho de 1953, a 6 bilhões e 400 milhões de cruzeiros, parcela essa que se junta a outros compromissos prontamente exigíveis, perfazendo uma importância global de 25 bilhões e 517 milhões de cruzeiros, assim discriminados:

	Milhões de cruzeiros
Dívida Flutuante	6.491
Fundos e Provisões	1.694
Caixas e Institutos de Aposentadoria	11.445
Municípios (10% s/impôsto de renda) até abril de 1953	670
Diferença proventos benefícios segurados (funcionários públicos)	100
Exercícios findos (despesas s/crédito)	900
Banco do Brasil — débito líquido do Tesouro, em 30 de junho de 1953, inclusive adiantamentos para atender a despesas orçamentárias e extra-orçamentárias de 1953	4.188

Devo ainda acentuar que este quadro não inclui a dívida fundada, interna e externa, as obrigações, avais e responsabilidades comuns ao Tesouro, nem os recursos necessários à cobertura do *deficit* estimado para o 2.º semestre do corrente exercício.

APÊLO ÀS EMISSÕES

3 — A resposta ao segundo problema, aventado pelo eminente Deputado fluminense, envolve matéria transcendente. A emissão, Senhor Presidente, será o último recurso de que procurarei lançar mão para atender às exigências orçamentárias. Nesses três meses fui forçado, por circunstâncias independentes de minha vontade, a emitir 500 milhões de cruzeiros, 4 dias após assumir as minhas funções, a fim de atender a requisições urgentes da Superintendência da Moeda e do Crédito e, em agosto, mais 500 milhões. Não emiti, nem em julho, nem em setembro. Procurei assim, reduzir o volume, a velocidade e continuidade das emissões.

Não sei, porém, Senhor Presidente — e com que amargura faço esta confissão — se poderei deter de todo as emissões. Mas podem Vossa Excelência, a Câmara e o meu eminente interpelador ficar certos de que tudo farei, com o mais completo apoio do Senhor Presidente da República, para pôr um fim a esse recurso que, quando abusivo, como no nosso caso, torna-se, não somente inflacionário, mas confiscatório da riqueza e perturbador do bem-estar do povo. Estaria, além do mais, Senhor Presidente, em dúvida sobre a legalidade dessas emissões, pois excedem de muito as percentagens dos lastros, reservas e limites fixados em 1942.

4 — Julgo, assim, do meu dever voltar oportunamente a esta Casa para solicitar sua cooperação no sentido de corrigirmos a posição de nossos lastros-ouro e reservas, aqui e no exterior. Considero, Senhor Presidente, como o primeiro dos meus deveres dar ao país um cruzeiro são, honesto e estável, o que só será possível se tivermos capacidade para estancar as emissões, suprimindo as suas causas e corrigindo os seus fins.

5 — Quando de minha visita à Câmara fiz sentir a necessidade de retomar o Congresso a autorização das emissões, confiada ao Executivo por uma lei geral.

Foi meu propósito advertir esta Casa e o país contra uma faculdade conferida ao Executivo, que tem praticamente derogado os orçamentos, cuja votação é meramente formal, e que vem retirando do Parlamento, através de emissões, o "contrôle da

administração e da riqueza pública”, por um processo, a meu ver, contrário às bases econômicas e aos princípios financeiros, sobre os quais deveria assentar a democracia brasileira.

POLÍTICA DE CÂMBIO

6 — Quando assumi a pasta, no mês de junho, não eram animadoras as perspectivas, quer do mercado cambial, ainda perturbado com as modificações introduzidas pela Lei n.º 1.807, quer do balanço de pagamentos referente ao segundo semestre do corrente ano.

De um lado, observava-se constante flutuação da taxa de câmbio, no mercado livre, com tendência a degenerar em crescente desvalorização. De outro, via-se o intercâmbio comercial com o exterior ameaçado de paralisação, devido aos grandes atrasos de pagamentos comerciais, com os principais mercados estrangeiros.

7 — A alta excessiva do preço do dólar no mercado livre, como da libra, favorecia as especulações, aumentando os riscos de queda definitiva do cruzeiro e da taxa cambial. Além disso, provocava a retenção de produtos exportáveis, esperando seus detentores maior desvalorização da moeda para realizarem mais elevados lucros.

8 — Ao mesmo tempo, a recente liberdade cambial facilitava a evasão de rendas na muito represadas no País. Os efeitos iniciais se pronunciavam ao inverso das finalidades mais visadas pela lei, de atração ao capital alienígena e estímulo às exportações.

O capital, entretanto, exige clima de confiança e esta parecia comprometida naquele ambiente de quase pânico criado nos quatro primeiros meses de aplicação da Lei n.º 1.807.

9 — O novo sistema de câmbio surgira no momento menos oportuno, quando o país enfrentava grandes débitos comerciais nas áreas monetárias mais importantes. O Banco do Brasil esteve hesitante em sua ação e, além disso, não se verificava perfeito entrosamento entre as Carteiras de Câmbio e a de Exportação e Importação.

10 — Até trinta e um de março, as saídas de capitais, remessas de rendas e transferências diversas atingiram a mais de 80% das compras de câmbio, no mercado livre. Em abril, a notícia da assinatura do contrato com o EXIMBANK, aliada a outros fatores, permitiu breve reação favorável. Já

em maio, e até 22 de junho, quando assumi minhas funções, iniciou-se uma terceira etapa, caracterizada pela ascensão do dólar até atingir o máximo de 53 cruzeiros, nos dias que antecederam a nova orientação administrativa. Era fator decisivo para essa alta a retenção de estoques pelos exportadores, que se firmavam na expectativa de que seria alterado o sistema de variedade de taxas instituído pela Instrução n.º 48 da Superintendência da Moeda e do Crédito, e a denúncia, pelo EXIMBANK, do empréstimo de 300 milhões, para pagamento dos atrasados.

11 — As decisões da Superintendência da Moeda e do Crédito, Senhor Presidente e Senhor Deputado Raimundo Padilha, vieram ao seu tempo, restabelecer o cumprimento integral da nova lei cambial, e ajustá-las às suas próprias finalidades. Não me pareceu aconselhável modificar o Decreto-lei n.º 9.025, de 1946, que assegurava em minha opinião a liberdade cambial. Procurei mesmo advertir, como simples cidadão, nesse sentido, o País e o meu ilustre antecessor. Temia muito pelos efeitos da substituição de uma lei geral por outra particular.

12 — Confesso, porém, que, na prática, graças justamente à latitude dada às decisões da Superintendência da Moeda e do Crédito, acabaremos por tirar dela os melhores resultados para o país, quer no pagamento dos atrasados comerciais, quer exportando mais para importar também mais e melhor. Rendo, pois, minhas homenagens ao Congresso e, em particular, aos seus autores, por essa providência legal.

13 — Trata-se de uma experiência mais comercial do que propriamente cambial, mas, dada sua amplitude e flexibilidade, dela estamos retirando diariamente lições e vantagens e, o Governo, resultados os mais promissores para o País. Estou convencido de que, com a nova lei a ser urgentemente proposta ao Congresso para substituir definitivamente a de Licença-prévia, ficará o Governo aparelhado a ordenar todos os aspectos do nosso comércio exterior e, mesmo, de nosso balanço de contas.

14 — O segredo e a garantia do êxito das providências já em curso ou a serem tomadas daqui por diante dependerão de restabele-

cimento da confiança na ação do Governo, confiança que procurei conquistar, com pleno apoio do Presidente Getúlio Vargas, entregando os negócios de câmbio a homens dignos e experimentados e realizando perfeita ordenação entre as Cartejas de câmbio e comércio exterior do Banco do Brasil.

PERSPECTIVA DO BALANÇO DE PAGAMENTO

15 — A política de fortalecimento do cruzeiro muito contribuiu para que se levassem a bom termo as conversações com o EXIMBANK e os principais banqueiros americanos, entabuladas pela missão brasileira enviada em julho último aos Estados Unidos, a fim de solucionar o impasse que se criara, nos derradeiros dias de gestão de meu ilustre antecessor, na execução do esquema ajustado para pagamento dos nossos atrasados comerciais com aquele país.

16 — Regularizada satisfatoriamente a situação relativa aos dólares, retomamos os entendimentos com as autoridades inglesas, para resolver a dos atrasados em esterlinos. Esses entendimentos atingiram sua fase final, e tenho a honra de anunciar a conclusão hoje, ao meio-dia, por assinatura no Itamarati, do acôrdo entre a Grã Bretanha e o Brasil, para liquidação de todos os seus atrasados comerciais, fixando novas regras para o intercâmbio entre aqueles países.

17 — Em relação aos negócios com a Alemanha, ficou a questão dos atrasados atendida mediante ajuste, há pouco firmado com a missão germânica que nos visitou, segundo o qual limitaremos nossas importações a 80% das exportações para aquele país, sendo de notar, ainda, que foi admitido em princípio um aumento no valor do intercâmbio de 115 para 142 milhões de dólares-convênio.

E' interessante ler à Câmara um documento da mais alta expressão política e recebido esta manhã pelo nosso Ministro do Exterior, do Chanceler Adenauer.

Diz êsse ilustre e eminente homem de Estado:

“O Chanceler Federal e Ministro Federal das Relações Exteriores. Bonn, em 21 de setembro de 1953. Senhor Ministro,

O encerramento das negociações económicas que se realizaram, há

pouco, no Rio de Janeiro, entre representantes dos nossos dois governos, me oferece motivo para expressar-lhes a minha particular alegria e satisfação por terem obtido tão favorável resultado os nossos mútuos esforços no sentido da mais estreita colaboração entre os nossos países.

A declaração conjunta dos Governos da República Federal da Alemanha e da República dos Estados Unidos do Brasil, assinada, em 3 do corrente mês, no Rio de Janeiro, constitui outra prova do bom entendimento e da amizade entre os nossos dois países, tendo sido, por isso, vivamente aclamada também pelo público na Alemanha.

Estou convencido de que, mediante a política de aproximação mútua como esta se revela na declaração acima mencionada, a República Federal da Alemanha e os Estados Unidos do Brasil vêm prestando uma valiosa contribuição para os esforços do Mundo Livre que visam superar gradativamente as condições criadas pela última guerra mundial, estabelecendo sólidamente e tornando mais fecundas as relações internacionais na base de justiça e confiança recíproca. — a) Adenauer.

A Sua Excelência o Senhor Professor Vicente Rão, Ministro das Relações Exteriores — Rio de Janeiro”.

18 — Com a Itália, já existe um acôrdo de amortização nos moldes do ajustado com a Alemanha na proporção de 70%. Outros ajustes esperamos concluir com os demais países credores, dentro das possibilidades de nosso comércio.

19 — Com a política — rigorosamente observada nos últimos meses — de subordinar as importações de cada área às nossas disponibilidades, nas diversas moedas, melhoraram as perspectivas de nosso balanço de pagamentos, sendo de esperar que o exercício se encerre talvez equilibrado. Essa política, de necessidade imediata para o integral restabelecimento do crédito do país no exterior, sem o qual os suprimentos indispensáveis à nossa economia iriam encarecendo e escasseando, importa, é bem certo, em pesados sacrifícios.

20 — O Governo tem plena consciência dessa situação e procura meios

e modos de atenuá-la, quer incrementando as exportações, quer ajustando condições de financiamento para as importações de vulto, de forma a permitir a liberação de recursos cambiais para os pagamentos mais imediatos.

21 — Nessa situação, as medidas a serem adotadas, conforme pede o eminente Deputado Raimundo Padilha, algumas já em início de execução, podem ser assim resumidas:

1) regularizar as dívidas e atrasados comerciais, a fim de desafogar o comércio, reduzir o preço das compras, elevar o das vendas, criando os saldos comerciais indispensáveis a atender o balanço de pagamentos;

2) usar de todas as faculdades conferidas pela Lei n.º 1.807, para exportar mais a fim de mais importar;

3) vender os estoques de algodão, canaúba, sisal, etc., por preços internos que permitam a exportação pelas cotações dos mercados internacionais;

4) favorecer a entrada de capitais e defer, por ajustes, a saída de lucros represados no país;

5) elevar o poder aquisitivo interno e externo do cruzeiro;

6) favorecer, com o benefício da pauta, na impossibilidade do cambial, a exportação de todos os produtos, mesmo manufaturados, sem aumento dos preços internos.

22 — São estas, Senhor Presidente, as respostas que devia, como simples enunciação dos problemas, ao ilustre Deputado Raimundo Padilha, prometendo aprofundá-las e ampliá-las — se fui omissos ou se assim o entender Sua Excelência em seus altos propósitos e conhecimentos que ornaram esta Casa e ilustram, pela experiência e pelo saber, quantos procuraram, como eu, estudar os problemas econômicos, financeiros e bancários, para melhor servir ao Brasil.

III — Questionário formulado pelo Deputado Bilac Pinto

Senhor Presidente:

1 — Passando agora a responder ao questionário formulado pelo Deputado Bilac Pinto, parece-me recomendável se com essa orientação concordar o meu eminente interpelador — agrupar os seus itens segundo os assuntos, a fim de melhor ordenar as explicações que devo à Câmara e a Sua Excelência.

A ordem seria a seguinte:

1) Inflação (questos 1, 2, 3, 4, 14, 15, 28 e 29);

2) Política de crédito (questos 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24);

3) Política de salários e preços (questos 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 26, 27, 34 e 35);

4) *Deficits* orçamentários (questo 5);

5) Política do crédito público (questos 5, 20 e 21);

6) Política de câmbio e comércio exterior (questos 30, 31, 32 e 33);

7) Capitais estrangeiros (questo 16);

8) Prestação de contas de entidades parafiscais (questos 36, 37 e 38).

2 — Esse agrupamento contribuirá para facilitar a minha tarefa de responder, como prescreve a própria convocação, "*por maneira sintética, mais objetiva*", sem prejuízo de, após a resposta em termos gerais, dar eu as explicações que me forem solicitadas a cada item ou número em particular.

Acredito, assim, Senhor Presidente, corresponder melhor aos altos e nobres propósitos do meu eminente interpelador e aos objetivos desta convocação, que me honra mas me atormenta, dada a impossibilidade em que me sinto de poder passar, sem hesitação e dúvidas, por este exame vago de assuntos controvertidos e ilimitados, ante os quais se detem o espírito humano em indagações inconclusas.

3 — Confio, porém, na compreensão, na boa vontade e, mesmo na generosidade de Vossa Excelência e desta Casa e, sobretudo, na da pleiade de mestres, que sabem para ensinar e, portanto, compreenderão melhor as insuficiências e limitações a que em matéria econômica e financeira, está sujeito quem estudou economia e finanças pelos velhos livros, quemados na voragem das novas teorias e doutrinas, trazidas à nossa consideração e estudo pelas duas últimas guerras.

Senhor Presidente, é motivo para encorajar-me, neste transe, aqui e em minha tarefa governamental, verificar, através do questionário do ilustre Deputado Bilac Pinto, a segurança com que S. Ex.^a desprezando outros fatores secundários, firma o diagnóstico dos males que afligem a economia nacional.

4 — Vivemos, Senhor Presidente, a era da inflação. A herança deixada por duas guerras mundiais, constitui a origem dos fenômenos que neste momento, subvertem a ordem econômica, política e social dos povos. Lenine, que foi um dos maiores pensadores entre os grandes reformadores políticos dos últimos tempos, já aconselhava aos seus seguidores aproveitarem-se das crises econômicas, ligadas ao sistema capitalista, para fomentarem a revolução mundial. E entre essas crises sobressai, como éle mesmo anotou, a de índole inflacionária — criadora de condições favoráveis ao advento das lutas de classe, das oportunidades marxistas e das reivindicações proletárias. É que a inflação se caracteriza por uma soma de crises, que se multiplicam ou se desintegram em forma de cadeia, atingindo o todo e as partes da estrutura e da vida de um país. Este fenômeno agora é mundial e ameaça o bem estar e a paz de todos os povos. É como uma pandemia formada não de uma mas de muitas moléstias, tôdas contagiantes e que se rematam em formas nervosas, as mais graves e surpreendentes. Este é o espetáculo da inflação mundial. Vivemos em um mundo doente, depois de um século de saúde à procura de recobrar a paz perdida em conflitos suicidas. Diz-se, por isso, que a nossa é a época do delírio, da incompreensão, da ansiedade, do materialismo, da insatisfação. Aquela que, segunda as profecias, teria de necessariamente preceder a destruição do homem pelo próprio homem.

Não cabem aqui estas indagações. Mas, Senhor Presidente cabe afirmar que, desgraçadamente, nosso país não pôde nem poderá fugir a essa interdependência mundial e, em consequência, às dúvidas, ansiedades e aflições econômicas, políticas e sociais que perturbam, em nossa época, a vida de cada um e de todos os povos.

CAUSAS E EFEITOS DA INFLAÇÃO

5 — Não me seria lícito tentar expor a esta Casa as linhas gerais da política do Governo de combate à inflação, sem antes indicar as causas preponderantes, que no meu entender e na opinião de muitos dos analistas da atual conjuntura brasileira, contribuíram para desencadear e acelerar o processo inflacionário no Brasil.

Embora se trate de um processo altamente complexo, pode-se dizer que, no Brasil, os fatores básicos inflacionários, além dos decorrentes diretamente da guerra são os seguintes:

- 1.º — Como fator externo, uma alta de preços dos produtos de exportação, principalmente café, bem como os saldos favoráveis daí decorrentes no balanço de pagamentos até 1946.
- 2.º — O extraordinário crescimento das despesas públicas, federais, estaduais e municipais, acarretando vultosos "deficits" orçamentários, os quais conduziram a um constante apêlo ao crédito, de parte de todos êsses Governos.
- 3.º — O nível muito elevado dos investimentos particulares, não financiados pela poupança e não dirigidos para os setores adequados.
- 4.º — A maciça elevação de preços e salários, como reflexo dos fatores precedentes, determinando a alta dos custos de produção e da vida em geral das nações.
- 5.º — A ausência de uma adequada política de crédito e moeda, dando ensejo à expansão imoderada dos meios de pagamento, fator que, por sua vez, originou pressões inflacionárias próprias.

6 — Realmente, embora os debates a respeito ainda continuem, pode-se dizer que a causa primeira de nossa inflação, *no tempo*, nasceu do desequilíbrio do comércio exterior no decurso da II Grande Guerra. Subiram os preços dos produtos exportáveis, passando o preço médio da tonelada de 1.532 cruzeiros, em 1940, para cerca de 5.000, em 1946, e 6.700 em 1951.

7 — De outra parte, durante a guerra, havia que adquirir as cambiais de exportação que não encontravam sua natural contrapartida na venda de divisas aos importadores. Nosso saldo favorável, em bens e serviços, acumulado nos anos de 41 a 46, totalizou 17 bilhões de cruzeiros, re-

presentados por importâncias equivalentes em dólares e libras.

Foi, principalmente, para atender a esse desequilíbrio que emitimos no período citado cerca de 15 bilhões de cruzeiros, multiplicados várias vezes no processo de criação da moeda escritural, de forma a permitir que os empréstimos bancários subissem de 12 bilhões e 800 milhões, em fins de 1940, para 45 bilhões e 300 milhões ao término de 1946. E a situação se agravou ainda mais pelo fato de não termos podido utilizar, em tempo, essas divisas, produzidas pelo nosso sacrifício na reparação dos desgastes determinados pela guerra no equipamento nacional, em virtude da alta dos preços externos, do congelamento de parte dos nossos saldos no exterior das dificuldades criadas à importação de bens de capital e consequente malbaratamento de parcelas substanciais das reservas acumuladas naquele período.

8 — O impacto sôbre os preços internos foi de tal ordem que, tomando-se 1939 como 100, o índice do custo da vida, em fins de 1946 era de 296 e, em junho último, quando assumi o Ministério, elevava-se a 681.

Índice do custo da vida:

1939	100
1940	106,8
1941	118,7
1942	136,6
1943	153,6
1944	209,8
1945	259,1
1946	296,2
1947	385,9
1948	418,0
1949	411,2
1950	435,4
1951	481,5
1952	555,0
1953 — Janeiro	611,6
Fevereiro	638,5
Março	675,9
Abril	684,1
Maio	75,4
Junho	681,2

9 — As despesas públicas, como segundo fator, subiram, a seu turno de 100, em 1940, para 511, em 1950, e 720 em 1952.

De fato, as despesas federais, estaduais e municipais, que em 1940 totalizavam 9,1 bilhões — em 1950 ascendiam a 47,4 bilhões de cruzeiros, em 1951 a 54,7 e, em 1952, a 61,5

bilhões. Convém acentuar que tais despesas representam, em média, nos últimos anos, cerca de 18% do Produto Nacional Bruto anual, o que é, sem dúvida, um nível bastante elevado.

DESPESA PÚBLICA NACIONAL

Índices — 1940 (100)

1941	107
1942	122
1943	152
1944	189
1945	235
1946	270
1947	287
1948	341
1949	441
1950	521
1951	601
1952	676

10 — Outro fator inflacionário poderoso consiste no vulto e na composição dos investimentos, bem como no seu inadequado financiamento. O total do investimento bruto já equivalla, em 1951, a 22,4% da Renda Nacional, sendo que os equipamentos e as construções, no setor privado, apresentavam o extraordinário peso de 15,3% da Renda, ou, em números absolutos mais de 65 bilhões de cruzeiros para uma Renda estimada em 230 bilhões.

No que diz respeito à aplicação, em 1941, investimos na agricultura 1,6% do Produto Nacional Bruto, enquanto as novas construções recebiam 1,31% e os equipamentos 1,33.

Mas, em 1947, a agricultura recebia pouco mais, 1,90%, ao passo que as novas construções detinham 8,75% e os equipamentos 8,89.

11 — Entre outras consequências graves, retardou-se muito a produção agrícola, especialmente da lavoura de subsistência. No quinquênio 48-52, a produção exportável subiu 22,8%, ao passo que a de produtos de consumo interno predominante cresceu somente 8,2%, fato que considero de maior gravidade, em face do crescimento da população brasileira e, também, da elevação do padrão de vida resultante da nossa industrialização.

12 — Os desníveis atuais são flagrantemente, pois as estimativas da Renda Nacional para o quinquênio 47-51 indicam uma elevação nominal de 72% enquanto o investimento bruto público se alçou de 153% e o parti-

cular 110,9 — mostrando um crescimento conjunto de cerca de 117,7%. De per si, os efeitos inflacionários de um excesso de investimentos são assaz conhecidos, mas as transferências de fatores de um setor para outro ou de uma para outra região agravam sobremodo a situação crítica, conforme acentuei no Senado.

PROGRAMA ANTIINFLACIONÁRIO

13 — Expostas, assim, em suas linhas gerais, as causas e efeitos principais da inflação no Brasil, cabe-me agora responder, especificamente, à consulta formulada pelo ilustre Deputado Bilac Pinto, que deseja saber qual o programa antiinflacionário do Governo Federal.

14 — A pergunta, a meu ver, deveria envolver uma questão mais geral: qual o programa de cada um de nós ante essa ameaça à nossa forma de viver, trabalhar e conviver? É no comportamento individual do homem moderno, chamado econômico, que as crises terão de procurar os elementos de sua recuperação. Sem esse concurso será inútil o programa dos governos.

Mas, Senhor Presidente, não me quero desviar do caminho que me traçou com segurança e visão o meu ilustre interpelador. O Governo Federal, assim considerado o conjunto de poderes da República, não creio que tenha nenhum programa antiinflacionário. Não posso responder, por exemplo, pelo programa desta Casa, ante cuja soberania me curvo, e, muito menos, pelo que se traduz nas discussões do Judiciário, cujos mandados diários de juizes singulares, mesmo reformando e até revogando acordos e compromissos internacionais, procurarei e tenho procurado cumprir até o momento em que, pela subversão consequente da ordem econômica, não me fôr mais possível manter-me, no exercício das minhas funções, sem prejuízo da fidelidade que devo aos compromissos que assumo em nome do meu país. (Palmas)

15 — O programa do Poder Executivo, ou melhor, o do Ministério da Fazenda, recomendado e aprovado pelo Chefe da Nação, consta de documentos públicos, inclusive discursos do meu eminente antecessor, e está fixado na Exposição n.º 972, de 6 de maio deste ano. Que juntarei a esta exposição e na qual são feitas recomendações — *sintéticas e objetivas*

— sobre a melhor maneira de combater a inflação em nosso país.

16 — Eu mesmo, Senhor Presidente, abusando da acolhida e tolerância do Senado, como estou agora procedendo com a Câmara, fiz uma extensa exposição, que não tenho o direito de repetir, sobre a inflação, suas causas e efeitos, terminando por sugerir um programa antiinflacionário a ser adotado nas atuais circunstâncias.

Em muitos aspectos, o programa coincide com o do ilustre Ministro Horacio Lafer, mesmo porque todos os programas dessa natureza, como sabe a bancada dos mestres, quase se justapõem, pois em se tratando de um mal idêntico, não há como variar, em suas grandes linhas a terapêutica aconselhável. Em síntese, esse programa pode ser assim resumido:

- 1 — Comprimir adequadamente o volume global dos gastos governamentais de bens e serviços, cujo crescimento, em conjugação com os investimentos privados, vem-se constituindo num dos motores da inflação descontrolada que já afligiu o País.
- 2 — Baixar até limites razoáveis o ritmo em que se expandem atualmente as obras públicas, sem prejuízo daquelas de absoluta prioridade e que contarem com o financiamento adequado.
- 3 — Promover a adoção desses critérios pelos Estados, Municípios, entidades autárquicas e paraestatais.
- 4 — Conter, prudentemente, a velocidade do processo de industrialização, segundo um critério rígido de hierarquia, tendo em vista, sobretudo, o alívio ou a sobrecarga no balanço de pagamentos.
- 5 — Deter o ritmo de expansão das novas construções particulares, liberando fatores de produção para os setores retardados, como o da produção agrícola, das indústrias básicas, da energia e dos transportes.
- 6 — Orientar as importações de acordo com a política de investimentos e as possibilidades do balanço de pagamentos.

7 — Defender a estabilidade do poder aquisitivo interno do cruzeiro e sua paridade internacional, pela cessação das emissões, pela liquidação de nossas dívidas comerciais, pela melhoria de nosso balanço de pagamentos, pelo aumento de nossas reservas-ouro, pelo equilíbrio das contas financeiras, bem como por uma sã política de crédito, de produção, de comércio e de investimentos públicos.

8 — Promover a redução do custo da vida e do índice geral dos preços, manter um alto nível de emprégo e o bem estar do povo brasileiro, realizando deslocamentos internos de renda e de investimentos, paulatinos e prudentes, por meio de uma política econômico-financeira global.

17 — Não tenho até este momento motivos para modificar minhas convicções. Sou, porém, sensível ao conselho dos que mais sabem e aguardo com ansiosa e simpática receptividade a opinião da Câmara, onde figuram professores, mestres, economistas, financistas e políticos trazidos das universidades, das escolas e das atividades práticas pelo voto do povo, para orientarem, através de leis, a vida do país e fiscalizarem nela crítica e observação diária, o Governo, a administração e os administradores.

18 — Encerrando, aqui, a resposta ao primeiro quesito, devo reafirmar ao meu eminente interpelador, Deputado Bilac Pinto, que nossas preocupações — as minhas no Tesouro

e as dele no Congresso — são as mesmas, pelo que noto de seu questionário: estancar um mal que ameaça subverter os destinos do País e de cada um de nós. Procurei expor, sem reservas, as minhas observações e conclusões, para que, nesta oportunidade, quantos, como eu, querem o bem dêste país possamos formular ao Governo e a nós mesmos, as indicações capazes de restituir à nossa organização econômica e financeira a ordem material e moral, inseparável da vida do Brasil e dos brasileiros.

POLÍTICA GERAL DE CRÉDITO

Crédito Bancário

19 — No campo do crédito bancário, os principais aspectos são já suficientemente conhecidos, no que se refere à expansão de todos os valores: depósitos, empréstimos, moeda escritural e até mesmo o número de estabelecimentos, denotando um crescimento muito superior ao ritmo em que se elevou a produção, concorrendo, assim, fortemente, para a alta do custo da vida.

20 — O volume global, a composição e a distribuição do crédito bancário tem, como se sabe poderosa influência sobre o nível geral de preços, e qualquer política anti-inflacionária deve levar em conta a necessidade de impedir que a expansão desordenada do crédito estimule ainda mais a competição pelos fatores de produção.

21 — Os dados de que se dispõe para analisar a distribuição do crédito bancário entre nós, indicam a seguinte composição *percentual*, em 30 de junho último:

PODERES PÚBLICOS	%	%	%
Governo Federal	7,7		
Outras entidades	5,2	12,9	
Autarquias		2,5	
Comercio		31,3	
Hipotecários		2,1	
Outros		15,5	64,3
Lavoura e Pecuária		13,4	
Indústria		22,3	35,7
			100,00

22 — Se atentarmos para o valor, aos preços correntes atuais, da produção agropecuária e, ainda, para sua importância fundamental, concluiremos ser imprescindível deslocar maiores quinhões para tais atividades, que dissondo de limitadas parcelas de crédito, sofrem uma entântica drenagem de fatores enquanto outros campos da economia se tornam pletóricos.

23 — Contudo, Senhor Presidente, não nos é possível nem aconselhável intervir bruscamente nessa conjuntura, por força de medidas drásticas. Torna-se necessário agir suave e prudentemente, ao invés de forçar brutalmente o recuo de um para outro setor isolado.

24 — Segundo os dados que me foram fornecidos, o Governo já conseguiu, com efeito, reduzir o ritmo de expansão dos meios de pagamento, que foi de 31,3 em 1950, 19,4 em 1951 e 17,4 % em 1952, muito embora no primeiro semestre do ano em curso esse ritmo haja novamente subido para cerca de 10 %, indicando ser necessário medidas enérgicas. Também no que se refere ao crédito, temos lutado para dominar o seu ritmo. Em 1950, houve uma elevação de 33,2 % sobre o ano anterior; já em 1951, o aumento foi de 17,3, e 19,5 em 1952, enquanto no primeiro semestre deste ano o aumento relativo foi, apenas, de 10 %.

REDESCONTO EXTRALIMITE

25 — Em economia, sabem Vossas Excelências, Senhor Presidente e nobres Deputados, nada se consegue abrupta e arbitrariamente. Deslocar repentinamente apreciável massa de disponibilidades de crédito, de um setor para outro, significa incorrer em grave perigo de novas crises. Os redescontos extralimite para financiamento da produção agropecuária, não devem, pois, determinar um corte imediato no montante absoluto do crédito concedido a outras atividades. Devemos, porém, procurar uma fórmula tendente a provocar o deslocamento relativo e paulatino de apreciável parcela de crédito para a produção rural.

26 — Aliás, o próprio projeto que dispõe sobre o assunto, por força de seu artigo 4.º — I a V — procura desde logo restringir o redesconto comum, estabelecendo novos impedi-

mentos para as respectivas operações, que podem ser limitadas, ademais, segundo as decisões que venham a ser tomadas pelo Conselho de Administração da Carteira, se as circunstâncias assim o vierem a exigir.

Se essa fórmula for aplicada com prudência e rigor, como determinarei que o seja, será capaz de proporcionar resultados econômicos no propósito de mitigar e anular alguns efeitos da inflação, notadamente a fuga de capitais, das atividades essenciais à produção, para os setores de cúpula ou de especulação.

E' urgente uma distribuição mais adequada do crédito, não somente entre as atividades, mas também entre as regiões, objetivo que se pretende atingir, em parte, mediante o redesconto extralimite, objeto das dúvidas e das perguntas do ilustre Deputado Bilac Pinto.

SITUAÇÃO DE ALGUNS BANCOS

27 — Têm relação também com o problema que acabo de expor os quesitos 22 e 24 que se referem à situação de alguns Bancos. Com efeito, os abusos de crédito e as aplicações inadequadas das disponibilidades criaram vários pontos fracos na rede bancária do País. Devo declarar à Câmara que o Governo pretende agir com rigor, em breve tempo, mas ainda sem excluir a necessária prudência, dada a vulnerabilidade do sistema bancário do nosso País. Já determinel que os órgãos competentes investiguem, analisem e acompanhem as operações desses e de outros estabelecimentos, objetivando descongelar as parcelas comprometidas de seus ativos, bem como conhecer tôdas as ligações diretas ou indiretas de suas diretorias, que na realidade usam e abusam desses créditos.

POLÍTICA DE SALÁRIOS E PREÇOS

Reajustamento de Salários

28 — Senhor Presidente, Senhores Deputados, seria para mim sumamente constrangedor responder a quesitos cujo esclarecimento cabe, de direito e de fato, a órgãos ou ministérios nos quais o da Fazenda não tem evidentemente qualquer ingerência.

A função que aceitei é a mais anti-pática de qualquer governo, particularmente em período inflacionário, quando o demônio dos gastos anda às

soltas e o sentido da medida e prudência parecem fugir da consciência do povo e da responsabilidade dos governos. O problema dos salários, por exemplo, objeto de 8 quesitos, envolve, talvez, no capítulo inflacionário, o setor mais inquietante, delicado e difícil de enfrentar e resolver. A inflação, segundo os economistas, criou o sindicalismo e alimenta, ainda hoje, todas as greves e reivindicações proletárias.

Assim como a depressão enfraquece e divide as classes obreiras, a inflação as une, reforça, encoraja e as leva a reivindicações inoportunas e, às vezes, mesmo violentas. A alta dos preços e do custo da vida, o lucro excessivo das empresas, o peso dos impostos indiretos, como no fenômeno da transmissão do choque ou no da rebenção das marés, atingem o seu climax de malefícios, particularmente nas classes de remuneração fixa e nas menos remuneradas, como a dos empregados e dos assalariados. A redistribuição da renda que é intrínseca à velocidade mesma da inflação, chega, em última instância, depois de absorvida em outras camadas, ao setor dos assalariados, para atribuir-lhes a menor parcela de seus lucros ilusórios, mas de seus sacrifícios reais.

29 — A inflação incrementa a luta de classes e provoca o conflito de grupos econômicos, obrigando o governo a orientar e, por vezes, patrocinar os reajustes indispensáveis à ordem política e social. Esta atitude a que não pode fugir a autoridade pública, seja o legislativo, seja o executivo, atinge, por vezes, os setores econômicos e financeiros do país. Mas esses reajustes, sejam de funcionários, empregados e operários são efeitos e não causas da inflação, salvo se eles se fizerem acima dos níveis e das quotas atribuídas a esses setores na redistribuição da renda nacional.

O assunto é da mais alta relevância e complexidade e a contribuição à sua justa solução, em caso de crise, deu-a o Labor Party, quando no governo da Inglaterra, mostrando que o perigo não está nos vencimentos, salários e outras remunerações, mas em produzir menos por mais, o que também parece ser, em certas regiões e atividades, o problema do Brasil.

30 — O Ministério da Fazenda, como indaga o eminente Deputado Bilac Pinto, ao que pude verificar, não foi consultado sobre o Decreto

n.º 30.342, de 1951, não tem meios, em seus serviços estatísticos atuais, para avaliar o aumento das folhas de pagamentos, determinado por essa elevação do salário mínimo e, nem mesmo, para informar se esses aumentos foram gerais, nominais ou reais, ante a falta de dados, e a continua, quase diária, e sempre inflacionária elevação de preços, de custos e lucros.

POLÍTICA DE PREÇOS

31 — A política dos preços, como a dos custos e como a dos salários, envolve problemas de alta indagação sobre os quais não se ajustam os critérios dos economistas e nem os dos Governos. Aliás, Senhor Presidente, o nobre Deputado Bilac Pinto, mestre nestes assuntos, deixou de lado a parte teórica, vasta e inconclusa, para indagar da ação da COFAP e do júri popular. Deu, pois, a palavra, não a mim, que quanto a essas leis tenho menos responsabilidade do que a Câmara,...

O Sr. Nestor Duarte — Muito bem.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — ... mas ao Sr. Coronel Hélio Braga, que respondeu, em officio, às minhas indagações :

32 — “Examinando-se o item 25 do referido requerimento, diz o Senhor Vice-Presidente da COFAP, verifica-se que há ali, uma afirmação terminante de nenhum modo justificável em face da atuação inequívoca desta Comissão, no combate à especulação e na procura de um sempre melhor abastecimento de gêneros para a nossa população;

“Parece temerário, Senhor Ministro, afirmar-se tão peremptoriamente o fracasso de um órgão do Poder Público que se esforça e se multiplica no exame cuidadoso de cada um dos problemas — graves e prementes — submetidos à sua jurisdição e competência.

“3) Quanto ao item de n.º 26, peça venia para informar o seguinte :

“A instituição do Júri especial para julgamento das infrações penais relativas à economia popular foi objeto da Lei n.º 1.521, de 26 de dezembro de 1951 e está definida no art. 12 e subsequentes da citada Lei.

“As infrações não submetidas ao julgamento pelo Júri, obedecerão a forma sumária, nos termos do Capítulo V, título II, livro II, do Código do Processo Penal (art. 10).

“Os atos policiais (inquérito ou processo) deverão terminar no prazo de dez dias e o prazo para oferecimento da denúncia será de dois dias, esteja ou não o réu preso.

“A sentença do Juiz será proferida dentro do prazo de trinta dias, contados do recebimento dos autos da autoridade policial (Art. 536 do Código Processo Penal).

“Como se vê a Lei n.º 1.521-51 é uma lei penal de processo especial, incorporada à legislação penal vigente. A iniciativa penal é de ação pública, cabendo à autoridade policial competente o processo das contravenções que terá forma sumária, iniciando-se pelo auto de prisão em flagrante ou mediante portaria expedida pela autoridade policial ou pelo juiz, de ofício ou a requerimento do Ministério Público (art. 351 do Código de Processo Penal).

“No mesmo campo de ação e na mesma data foi sancionada a Lei número 1.522 que instituiu a COFAP. Naquela temos a infração penal e o crime de economia popular, neste, temos a infração fiscal, sujeita a multas, sem prejuízo de outras sanções penais (Art. 14 da Lei n.º 1.522-51). Para a Lei n.º 1.522-51 a autoridade executora é a COFAP e os seus órgãos auxiliares, as COAP e as COMAP, nos Estados e Municípios; o que se não verifica com a Lei n.º 1.521-51 que obedece as normas do Código de Processo e a instituição do Júri especial ali criado.

“Isto posto, não tem a COFAP qualquer interferência ou participação na aplicação da Lei n.º 1.521-51, razão por que não está capacitada a informar sobre “os resultados positivos da instituição do Júri das donas de casa no combate à carestia” (questo número 26 do requerimento n.º 1.338-51 da Câmara dos Deputados).

“4) Relativamente ao inciso de n.º 27, constante do mesmo requerimento oriundo da Câmara dos Deputados, somente as autoridades judiciais podem se externar sobre o assunto, de acôrdo com os esclarecimentos anteriormente prestados”.

RECOMENDAÇÕES DAS CLASSES PRODUTORAS

33 — As classes produtoras — industriais, comerciais e agrícolas — costumam reunir-se comigo às 5as. feiras e debater todos os problemas de seus e do interesse do país. As

recomendações formuladas pela VI Reunião das Associações Comerciais do Brasil, endossada pelas demais classes, constam de um volume de mais de 100 páginas e versam sobre todos os problemas econômicos financeiros e fiscais de nossos dias. O governo, porém, como afirma o Senhor Presidente da República em sua mensagem, procura atender a essas sugestões, incorporadas aos seus programas administrativos, convencido de que elas visam, acima dos próprios interesses, a prosperidade e a grandeza do país.

DEFICITS ORÇAMENTÁRIOS

Conceito de Equilíbrio Orçamentário

34 — Passando ao quesito 5.º da interpelação, direi que não há dúvida de que certas atividades financeiras da União e dos Estados se constituíram num dos fatores de aceleração do processo inflacionário nos últimos anos. E' o que ocorreu, nos domínios da execução orçamentária estadual, tanto em relação ao vulto dos deficits como no que se refere à sua forma de emprego e cobertura.

35 — Transcendente de sua função jurídico-constitucional de lei de previsão da receita e autorização da despesa, ou, simplesmente administrativa, de plano de distribuição de recursos para o acionamento da máquina governamental, o orçamento moderno constitui, acima de tudo, um poderoso instrumento de execução da política geral do Governo.

36 — Parcelas consideráveis da renda nacional, oriunda de todos os setores da economia privada, são canalizadas, anualmente, para os cofres públicos e redistribuídas através do orçamento. Só as receitas globais da União, Estados e Municípios podem ser estimadas, para o corrente exercício, em importância superior de 70 bilhões de cruzeiros, aos quais se deverá adicionar cerca de 25 bilhões arrecadados por centenas de autarquias dos três níveis governamentais.

37 — Do jôgo da receita e despesa, resultam efeitos diretos e indiretos sobre a conjuntura e a renda nacional, dentre os quais devemos destacar:

1.º — redistribuição da renda social, enriquecendo umas classes em detrimento de outras;

2.º — deslocamento de fatores de produção de umas para outras re-

giões do país ou entre os diversos ramos da atividade privada;

3.º — participação efetiva no processo de desenvolvimento económico do país, por meio da capitalização de rendas fiscais aplicadas nos investimentos públicos;

4.º — alteração dos impulsos inflacionários através de criação ou absorção do poder de compra excedente, em consequência dos saldos ou deficits orçamentários.

38 — A elaboração do orçamento federal não se tem subordinado, como devia, às diretrizes de política financeira traçadas pelo Ministro da Fazenda, cuja intervenção apenas se verifica depois de sua aprovação, já na fase final do processo orçamentário. Há, além disso, graves defeitos a serem corrigidos na estrutura do orçamento, no sistema de contabilidade e nos atuais métodos de planeamento e controle da execução orçamentária. E' este o propósito de Sua Excelência o Senhor Presidente da República e são essas as suas instruções.

39 — Sem uma radical transformação dos critérios vigentes permanecerão inócuas, carecendo inteiramente de sentido, todas as discussões que se vêm travando ultimamente, em torno de um conceito primário de equilíbrio orçamentário, baseado no

simples confronto aritmético entre totais de receita e despesa bem como se tornaria praticamente impossível o enquadramento das operações governamentais dentro de um sistema de contas do "Orçamento Económico Nacional".

DEFICITS FINANCEIROS DOS ESTADOS

40 — Os resultados gerais da execução orçamentária estadual em 1951 se traduziram num deficit global de 1.427 milhões de cruzeiros, assim distribuídos

	Saldo Orçamentário	Cr\$
		1.000.000
São Paulo — deficit	—	1.622
Demais Unidades —		
<i>superavit</i>	+	195
Total — deficit	—	1.427

Com exclusão, pois, de São Paulo, os pequenos deficits apresentados pelas demais Unidades foram compensados por *superavits* em quantia superior.

41 — No exercício de 1952, o panorama alterou-se radicalmente agravando-se a situação financeira dos Estados e do Distrito Federal, em virtude da conjugação de fatores, muitos dos quais incontroláveis por parte dos respectivos governos.

ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

Deficits (—) e *Superavits* (+)

Unidades da Federação	1952 (Milhões de Cr\$)	+ s/a Receita Arrecada
<i>Deficits</i>		
São Paulo	— 4.453	45,0
Distrito Federal	— 768	19,3
Minas Gerais	— 426	18,1
Bahia	— 161	19,5
Rio de Janeiro	— 118	15,9
Pernambuco	— 92	13,7
Outros <i>deficits</i>	— 109	11,0
Soma	— 6.127	31,1

<i>Superavits</i>			
Rio Grande do Sul	+	223	7,6
Paraná	+	166	12,6
Outros <i>superavits</i>	+	71	6,4
<hr/>			
Soma	+	460	8,6
<hr/>			
	-	5.667	22,6
<hr/>			

42 — Para firmar-se a verdadeira posição deficitária dos Estados, dever-se-ia levar ainda em consideração o fato de ter sido incorporada como receita orçamentária, reduzindo por conseguinte o deficit contábil, a importância de 637 milhões de cruzeiros, proveniente de operações de crédito. Dêsse total, 369 milhões pertencem ao Rio Grande do Sul e 58

milhões ao Paraná, o que modifica, substancialmente, o resultado real dos balanços orçamentários dessas Unidades.

43 — A real expressão dos *deficits* orçamentários, no setor estadual, pode ser melhor analisada por meio do estudo do montante e composição dos recursos extraordinários de que se lançou mão no último biênio.

ESTADOS E DISTRITO FEDERAL

Recursos Extraordinários

Utilizados na Cobertura do *Deficit* Orçamentário

Especificações	1951	1952
<hr/>		
<i>Flutuante</i>		
Restos a Pagar	+ 1.341	+ 1.862
Depósitos	+ 212	+ 101
Bônus Rotativos	+ 1.572	+ 3.750
Diversos	+ 820	+ 2.061
<i>Fundada</i>		
Banco do Brasil	181	396
Outros Estabelecimentos	674	30
Apólices	707	481
Empréstimos Compulsórios	—	65
<hr/>		
Somas	5.507	8.746
<hr/>		
Aumento dos Saldos Disponíveis	— 1.868	— 662
<hr/>		
	3.639	8.084
<hr/>		

44 — Esses recursos se elevaram, de 5 bilhões e 507 milhões de cruzeiros, em 1951, para 8 bilhões e 746 milhões, em 1952, dos quais 7,8 bilhões de dívidas flutuantes e apenas 900 milhões de empréstimos fundados, agravando-se a situação, sensivelmente, no primeiro semestre deste ano.

Grande parcela do acréscimo da dívida flutuante foi constituída pelas últimas emissões dos bônus rotativos de São Paulo (11 milhões) de indiscutíveis efeitos inflacionários, pela criação de um poder de compra adicional, ligado ao seu alto poder liberatório.

45 — Esse quadro põe em evidência a grave situação financeira da maioria dessas Unidades, premidas entre a necessidade de atender a encargos sempre crescentes e a queda imprevisita no ritmo de elevação de suas arrecadações.

O Governo Federal não pode alheiar-se a esta situação e estou, mesmo, no firme propósito de cooperar com os Estados na regularização de sua vida financeira, bem como na dos Municípios, procurando eliminar, se possível, as suas obrigações, como fiz em relação às dívidas externas, por meio de um velho e já esquecido esquema.

POLÍTICA DE CRÉDITO PÚBLICO

Empréstimos aos Estados

46 — Com base nos elementos constantes dos respectivos Balanços, integraram a receita estadual, em 1952, 395.600 mil cruzeiros de empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil e mais de 15 milhões, pelas Caixas Econômicas.

Desse total, 160 milhões foram emprestados ao Rio Grande do Sul, que encerrou o seu orçamento com um *superavit* de 223 milhões, o Estado do Rio de Janeiro recebeu 72 milhões e os restantes 163.600 mil se destinaram à Bahia (110 milhões), Paraíba (40 milhões), Piauí (9,4 milhões) e Alagoas (4,2 milhões), Estados esses assolados pela seca que vem devorando o Nordeste.

Não me parece, por conseguinte, que se possa atribuir grande relevância aos possíveis efeitos inflacionários decorrentes desses empréstimos.

Empréstimos aos Municípios

47 — Da mesma forma, não creio, que se possa atribuir grandes efeitos inflacionários à aplicação do "Plano

de Financiamento dos Serviços Municipais de Abastecimento de Água" anunciado em São Vicente pelo Senhor Presidente da República.

Esse plano prevê a aplicação anual de cerca de 600 a 800 milhões de cruzeiros.

48 — Apesar do perigo potencial de efeitos inflacionários, presente em todos os projetos de financiamento mais ou menos maciços, militam em favor do referido plano, entre outras, as seguintes razões, para as quais queria chamar a atenção do ilustre Deputado Bilac Pinto:

1.^a — Bôa parte desses recursos já se destinavam a empréstimos aos Municípios. O novo plano veio, nesse caso, sistematizar e dar prioridade aos serviços de abastecimento de água e unificar o processo de financiamento.

2.^a — O esquema aprovado destinava-se a financiar pequenos e médios municípios do interior do país, onde o baixo nível de emprêgo e o limitado poder de irradiação de suas economias reduz os possíveis efeitos inflacionários apenas a uma maior procura de certos materiais, como cimento, tubulações, etc.

3.^a — O referido plano de financiamento terá, por outro lado, o mérito de vincular a um investimento de alto sentido social e econômico parcelas substanciais das cotas do imposto de renda, que, presentemente, nem sempre têm aplicação tão conveniente e útil.

4.^a — A execução desse plano viria, além disso, operar certa redistribuição do poder de compra, desviando para o interior do país recursos que, em grande parte, se destinariam a ser empregados em áreas de mais alto nível de emprêgo e, por isso mesmo, de maior sensibilidade aos impulsos inflacionários.

49 — Concluindo, pode-se afirmar que, convenientemente conduzido nos termos já anunciados pelo Senhor Presidente da República, o plano de abastecimento de água aos Municípios, pode, inclusive, atuar no sentido de corrigir, embora em pequena escala, os atuais desequilíbrios na distribuição dos fatores de produção. Além do mais, Senhor Presidente, os gastos com a profilaxia, a saúde e a educação do povo não são considerados inflacionários, porque de reprodução imediata, material e moral para o país.

Fortalecimento do Crédito Público

50 — A atual conjuntura brasileira apresenta-se inteiramente refratária à criação de um sólido mercado de títulos públicos. Entre os fatores diversos, figura, sem dúvida, a progressiva desmoralização desse mercado, como resultado dos atrasos nos pagamentos de juros, falta de cumprimento dos prazos de amortização, colocação dos títulos com deságios vexatórios ou à custa do oferecimento de elevados prêmios de resgate, sorteio e outros artifícios, e, principalmente, da inexistência de um aparelhamento capaz de atuar, por meio do "open market", no sentido de impedir violentas flutuações na cotação dos títulos oficiais.

51 — As medidas substanciadas no projeto de lei de regularização dos empréstimos internos da União, terão, indubitavelmente, efeitos salutares, corrigindo, no plano federal, parte dos defeitos acima apontados. Mas não se deve perder de vista o fato de que a União é apenas um dos clientes desse mercado — e neste momento um dos menores — o qual permanecerá submetido aos efeitos perturbadores dos demais títulos estaduais e municipais. A regularização desse mercado exige medidas de saneamento geral.

52 — A semelhança do que já foi feito ou se acha em andamento nos setores orçamentários e fiscal, estou providenciando a constituição no Ministério da Fazenda de uma Comissão Especial, com a incumbência de elaborar um anteprojeto de lei de normas gerais disciplinadoras de crédito público, no plano nacional. Reunindo-se, ulteriormente, aos projetos já em estudo, ter-se-ia constituído um corpo harmônico de "Leis Orgânicas de Finança Pública", nos termos do art. 5.º, item XV letra b) da Constituição e anunciada na última Mensagem do Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional.

53 — Todavia, embora absolutamente necessárias, essas medidas de ordem legal e administrativa não serão capazes, por si sós de aumentar a atual receptividade do mercado de títulos públicos, enquanto perdurar a atual inflação.

54 — País impregnado do ideal do desenvolvimento econômico, em plena crise de crescimento, com as ativida-

des privadas em rápida expansão e sob o péso de violento processo inflacionário, conjugam-se presentemente no Brasil todos os fatores positivos e negativos, que contribuem para dificultar ou mesmo impedir o desenvolvimento normal do crédito público. Daí, as formas especiais e, sob certos aspectos, anômalas que vêm assumindo os empréstimos lançados nos últimos anos, pelos Governos da União, dos Estados e dos Municípios.

55 — A dívida interna nacional elevava-se, em 31 de dezembro de 1952, ao montante de 68 bilhões de cruzeiros, sendo 23,4 bilhões da União e 44,5 bilhões dos Estados e Distrito Federal. Não se incluem nos totais da União, as emissões de papel moeda, as dívidas para com os órgãos de Previdência Social, os exercícios findos e grande número de responsabilidades indiretas, mas efetivas, do Tesouro Nacional.

56 — O exame da composição de nossa dívida interna não nos conduz a conclusões muito animadoras. Numa circulação global de 68 bilhões de cruzeiros, os empréstimos fundados, que constituem a real expressão do crédito público, representam apenas 37%, cabendo os 63% restantes aos diversos tipos de dívida flutuante, alguns dos quais altamente desabonadores do crédito do Estado e causa de sérias perturbações no mercado financeiro. E mesmo a dívida fundada resulta, em sua grande maioria de formas anormais de utilização do crédito público, representadas por empréstimos de subscrição compulsória, pagamento forçado de despesas com a entrega de apólices ou contratos de empréstimos obtidos, não raras vezes, sob a pressão de interesses políticos.

57 — O saneamento geral do mercado de títulos públicos exige, pois medidas de âmbito nacional, capazes de completar, no plano da política financeira, a ação disciplinadora das novas emissões a cargo da projetada Lei Orgânica do Crédito Público. Essas medidas já estão sendo objeto de cuidadoso planejamento e espero poder submetê-las, dentro de breve tempo, ao exame e à crítica construtiva dos ilustres membros desta Casa.

POLÍTICA DE CÂMBIO E COMÉRCIO EXTERIOR

Contrôle de Importações e Exportações

58 — No tocante aos mecanismos de controle das importações e expor-

tações, o propósito do Governo, Senhor Presidente, é evitar ou suavizar quaisquer restrições que impeçam a livre expansão da iniciativa privada.

Sobre se o Governo considera satisfatório o atual sistema de licenciamento de importações e exportações, direi que o regime da licença previa não pode, em princípio, ser considerado desejável, por isso que a liberdade de comércio é sempre preferível a todos e quaisquer contrôles. (*Muito bem*) Contudo, levando-se em conta as imposições da presente conjuntura, a que não conseguiu fugir um só país, sou forçado a declarar que o contróle de licença previa ainda é necessário para a disciplina de nosso intercâmbio comercial com o exterior, mas em termos e forma, como declarei em carta ao ilustre Senador Alencastro Guimarães "a fim de não só abandonarmos a execução da Lei atual, como também de realizarmos um estudo sério cujas conclusões sirvam de base à nova Lei, a ser examinada pelo Congresso".

59 — A insuficiência da receita cambial do país para atender às cres-

centes necessidades de seu desenvolvimento econômico exige ordenação seletiva das importações segundo um plano condizente com as possibilidades de nosso balanço de pagamentos. Creio que neste ponto estamos todos acordes.

60 — Certas dificuldades que se poderiam atribuir ao sistema, resultam mais da falta de um plano para a política de investimentos nacionais, ordenado dentro das nossas possibilidades de pagamentos no exterior. O órgão não pode funcionar a contento, se não ficar subordinado a um esquema geral de política econômica, escolimado de interesses pessoais e de arbítrios incontroláveis.

61 — Se consultarmos as estatísticas de importação, em confronto com a renda nacional real e a produção industrial, veremos como os investimentos têm sido fator preponderante dos sacrifícios que estamos suportando em todo o País.

Em relação ao período anterior à guerra, podemos considerar os seguintes índices como testemunho dessa realidade:

Anos	Matérias primas e semi-manufaturadas	Combustíveis	Gêneros alimentícios	Bens de Capital	Total de Importação	Renda Real	Produção Industrial
1939	100	100	100	100	100	100	100
1945	105	77	124	124	95	122	137
1951	191	285	145	362	268	192	240

Os índices de importação de bens de capital e combustíveis revelam que o ritmo dos investimentos tem superado o crescimento da renda real, o

que indica o aumento da velocidade do desenvolvimento econômico à custa de crescente compressão do consumo.

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS

Especificação	1939	1945	1949	1951
	Total (Cr\$ 1.000.000)	4.984	8.617	20.648
Principais Mercadorias	Percentagens			
	%	%	%	%
Mercadorias de consumo	24,5	31,1	27,5	23,3
Matérias primas e combustíveis	45,0	39,9	36,6	38,9
Bens de Capital	28,4	26,3	35,2	37,5
Produtos não classificados	2,1	2,7	0,7	0,3
	100,0 %	100,0 %	100,0 %	100,0 %

62 — Na atual conjuntura e enquanto não contarmos com maiores recursos, teremos que nos cingir ao que nos permitem os recursos cambiais fornecidos pela exportação nacional.

Esperamos, confiantemente, na melhoria da posição de nosso balanço de pagamentos. Para tanto, manteremos o regime de estrita severidade. As duas grandes guerras já provaram a capacidade do Brasil de adaptar-se a períodos prolongados de redução de importações e de proceder aos necessários reajustamentos. Se fôr preciso, e enquanto fôr preciso, saberemos conduzir a política de austeridade.

63 — O sistema de licença prévia comporta, certamente, muitas modificações no sentido de aperfeiçoá-lo e mantê-lo, democrático e moralizado, e estou plenamente disposto a torná-lo honesto e livre de arbitrios pessoais ou a concordar com o seu desaparecimento dentro da organização governamental do País.

No momento, estou examinando a nova lei que se encontra nas Comissões dessa Câmara.

64 — A nossa balança comercial foi negativa em 256 milhões de cruzeiros no primeiro semestre dêste ano:

COMERCIO EXTERIOR DO BRASIL

VALOR

Janeiro/Julho de 1953

Meses	Importação	Exportação	+ ou - na Exportação	Deficit ou superavit acumulado
Janeiro	1.858.664	1.807.518	- 51.146	- 51.146
Fevereiro	1.703.947	1.782.227	+ 78.280	+ 27.134
Março	1.663.452	2.178.947	+ 515.495	+ 542.629
Abril	1.849.252	2.096.565	+ 247.313	+ 789.942
Maió	2.559.390	1.672.171	- 887.219	- 97.277
Junho	2.079.697	1.920.815	- 158.882	- 256.159
Julho	2.022.883	1.954.741	- 68.142	- 324.301
	13.737.285	13.412.984	-	-

Acentuou-se, portanto, o *deficit* no Balanço de Pagamentos, pois, em 30 de junho último, as nossas vendas de câmbio para entrega pronta ou futura, excederam as compras em US\$ 72 milhões 744 mil em tôdas as moedas, uma vez que, além da diferença das importações a mais e das obriga-

ções financeiras a pagar, havia a sobrecarga dos atrasados comerciais.

65 — Os meses de julho, agosto e setembro (até 24), porém, graças às providencias adotadas pelo Conselho da Superintendencia da Moeda e do Crédito, foram de maiores exportações, em relação a abril, maio e junho.

Receitas em Moedas Conversíveis

Em milhões de US\$

Meses	1950	1951	1952	1953
Janeiro	51,9	104,4	73,7	61,5
Fevereiro	40,2	86,1	88,5	53,2
Março	59,2	61,3	67,5	73,9
Abril	41,4	56,3	32,4	35,3
Maior	57,7	57,4	54,3	35,9
Junho	80,3	43,5	50,2	53,4
Julho	110,1	49,3	71,9	55,2
Agosto	121,8	103,5	80,5	78,6
Setembro	83,4	88,7	71,4	63,0
Outubro	47,1	104,3	56,9	—
Novembro	58,0	71,5	62,9	—
Dezembro	85,3	70,5	63,9	—
Total	836,4	896,8	774,1	—
Média mensal	69,7	74,7	64,5	—

66 — O orçamento cambial para o 1.º semestre, pode, pois, vir a corresponder em suas dotações e previsões, a despeito de uma expansão, neste ano e no anterior, de mais de Cr\$ 200.000.000,00, permitindo apurar-se

um saldo favorável no balanço anual de pagamento. Será essa uma grande, talvez a maior vitória para o país, na batalha da sua recuperação financeira. É conhecida a repercussão da inflação, com a alta dos preços,

na balança comercial, produzindo menos exportações e mais importações. Ela inverte o comércio exterior do país, como sucedeu no Brasil, que, de saldos comerciais, passou a *deficits* e a atrasados. Não é menos maléfico seu efeito sobre o balanço de pagamentos, a entrada de capitais, a taxa cambial e as operações financeiras e créditos bancários.

Racionamento da Gasolina

67 — Interroga o eminente Deputado Bilac Pinto, no quesito n.º 30, se pretende o Governo Federal instituir o racionamento da gasolina, como sugeriu o ilustre Deputado Israel Pinheiro, Presidente da Comissão de Finanças.

Em resposta, cabe-me declarar à Casa, preliminarmente, que entre os entendimentos processados no propósito de ajustar financiamentos para importações de maior vulto incluem-se os que realizamos tendo em mira os produtos petrolíferos.

Capitais Estrangeiros

68 — Passo agora ao quesito n.º 16, relativo aos capitais estrangeiros, cujo retorno vinha se processando em condições altamente prejudiciais à economia nacional. Perguntam meus ilustres interpeladores se a repercussão do discurso do Presidente da República, de 31 de dezembro de 1951, teve influência inflacionária ou anti-inflacionária.

69 — O fato de permitir-se, no regime anterior a vigência do decreto n.º 30 363, de 3 de janeiro de 1952, fossem incorporados os lucros realizados no Brasil ao capital efetivamente originário do exterior, levounos a uma condição inteiramente *sui generis* e totalmente contrária a tudo quanto se objetiva com a participação do capital estrangeiro no desenvolvimento de qualquer País. Davase aos outros o que negávamos a nós mesmos.

70 — Se o que se pretendia era, realmente, elevar o nível da produção, da produtividade e da renda nacional, por meio de aplicação de capitais vindos do exterior, é óbvio que o ingresso desses capitais, bem como seu retorno e transferência dos respectivos lucros, constitui processo que deve ser disciplinado de modo que a ambas as partes seja proveitoso: aos inversores, de um lado, mediante re-

muneração equitativa e segura, e ao País, que recebe capitais, de outro lado, porque devidamente acobertado contra qualquer sucção de sua riqueza através do seu balanço de pagamentos.

71 — Quando não se fixam tais condições, evidentemente, ou não ingressam capitais ou, se isso sucede, sua vinda contribui muito mais para o empobrecimento do País que os recebe do que para seu progresso e enriquecimento.

Ora, o que se vinha fazendo equívاليا, sem dúvida, a uma lamentável confusão entre *capital estrangeiro* e *capital nacional* em mãos de estrangeiros, e este último, sem dúvida, não pode *retornar* simplesmente porque não ingressou no país. Será dar a esses lucros uma posição privilegiada em relação aos lucros do próprio capital nacional.

72 — Assim, a incorporação de lucros realizados no Brasil ao capital efetivamente vindo do exterior — e de lucros realizados às taxas altíssimas vigorantes entre nós — determinava, não um aumento de disponibilidades de capital no país — mas uma baixa dessas mesmas disponibilidades, uma vez que a produção nacional teria de elevar-se mais e exportar mais e mais, para, em contrapartida, cobrir a procura de divisas e atender às transferências sempre crescentes para o exterior — ao invés de receber os bens e serviços de que o País carece para realmente manter e elevar a produção, a produtividade e a renda nacional.

73 — Não tenho dúvida alguma, pois, de que as remessas, anteriores ao pronunciamento do Senhor Presidente da República, e ao decreto citado, eram fatores inflacionários, uma vez que determinavam um vácuo na disponibilidade dos bens importados, pelo desvio de nossas receitas cambiais. Vedando essa perniciosa válvula de escape, evitou o Governo a evasão de capitais e a delapidação de divisas — e permitiu, de outro lado, maior ingresso efetivo de bens. Em conclusão, parece-me haver sido claramente uma medida anti-inflacionária, máxime se levarmos em conta que apreciável parcela de capitais realmente vindos do exterior tem procurado, ultimamente, aplicação que, em muitos casos, foge aos seus objetivos básicos, competindo vantajosamente com o capital nacional, anulando-se e con-

tribuindo crescentemente para a expansão de muitas atividades acessórias, secundárias, complementares e até mesmo, devo dizer, malélicas ao progresso real do País.

74 — Evidentemente, procuram êsses capitais operar nas melhores condições possíveis, segundo seus interesses, o que não podemos realmente evitar; mas o que é sumamente condenável é que queiram o nosso consentimento e até o nosso apoio a uma intromissão prejudicial à economia nacional.

75 — Devo dizer à Câmara que já determinei o levantamento e a análise completa dos capitais estrangeiros, para situar exatamente o montante dos que realmente ingressaram em nosso País, bem como quais os setores de sua aplicação, no sentido de adotarmos uma disciplina que atenda não somente aos nossos interesses legítimos, mas, também, os do próprio capital estrangeiro, o qual somente encontra incentivo dentro de uma economia equilibrada e a coberto das manobras de pura especulação, dêles ou nossa, internas ou externas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ENTIDADES PARAFISCAIS

76 — Quanto às entidades para-fiscais como o SESI e SENAI, SESC e SENAC, não as julgo indispensáveis, salvo quanto à missão educadora e de assistência das mesmas, uma vez que a defesa das classes prescinde de órgãos que vivem à custa da cobrança de tributos, no uso do poder financeiro que constitui manifestação privativa do Estado, na sua condição de ente soberano de direito público (*Muito bem. Palmas*). Assim sendo, não apenas sou favorável à prestação de contas dessas entidades, como me parece fora de dúvida que suas contribuições devem figurar não só no Orçamento Geral como nos orçamentos dos Estados e Municípios, onde essas rendas são aplicadas (*Palmas prolongadas*).

BASES DA POLÍTICA ANTIINFLACIONÁRIA

77 — Depois de expôr, em resposta ao primeiro quesito do eminente deputado Bilac Pinto, uma breve síntese do programa antiinflacionário do Governo e de examinar alguns aspectos particulares ou à margem do problema, cumpre-me agora recompor os fragmentos do quadro esboçado até aqui, tentando penetrar um pouco

mais profundamente na essência do fenômeno da inflação, à procura de meios eficientes de combatê-la.

78 — Apesar do esforço desenvolvido em alguns setores, devo acentuar que — sabem os eminentes deputados muito bem — o combate à inflação, como qualquer política econômica, deve ser global, tanto em profundidade quanto em extensão, a curto e a longo prazo, atacando tanto os problemas monetários quanto os econômicos, e tendo em mente a conjuntura externa e interna, a coesão e a compatibilidade entre todos os setores da economia e das finanças, quer no âmbito público, quer no particular.

O esforço aplicado pelo Governo em vários setores não correspondeu, lamentavelmente, à expectativa, uma vez que apesar do combate à inflação o custo da vida se vem elevando sem cessar. Esse fato comprova, Senhor Presidente, a necessidade de adotarmos uma política que abarque a economia e as finanças nacionais como um todo.

79 — Dêsse ponto de vista, Senhor Presidente, reputo da maior gravidade a desconexão quase total que se observa na economia brasileira. Já não me quero referir agora aos valores absolutos e relativos da renda, dos investimentos, da produção, do comércio interno e externo, das arrecadações e das despesas do crédito e sua aplicação.

Quero acentuar aqui a urgência em que estamos de fixar uma doutrina econômica nacional ou seja um conjunto sistemático de princípios, meios e fins, constituindo um pensamento unificado e coerente, uma política econômica, afinal, ao mesmo tempo forte e flexível para resistir aos interesses de grupos, internos ou externos, e adaptar-se às mutações conjunturais.

Ninguém mais desconhece, com efeito, que todos os países democráticos devem possuir uma doutrina econômica, tal como todos estudam e assentam numa doutrina de guerra, pela simples razão de que será totalmente impossível formular, conduzir e executar qualquer política de defesa da soberania, sem que essa política esteja perfeitamente inserida, enraizada e fundamentada numa política econômica nacional.

80 — Assistimos em nosso país o estranho quadro, típico da inflação, que consiste na coexistência, sem or-

dem, de órgãos e instituições, públicos e privados, repartições e secretarias em todos os níveis de governo, os quais elaboram, cada qual, isoladamente, um pensamento, uma direção econômica e, ainda isoladamente, conduzem e executam medidas que muita vez se chocam e atiram, que se somam e se anulam numa tremenda competição, manobrando todo esse conjunto como se fora uma orquestra sem regente, na qual cada um escolhe seu instrumento, sua música, seu ritmo e seu compasso. E isso é verdade, também, para os poderes da República.

81 — Em tais circunstâncias, o Ministro da Fazenda, aquêle que paga e recebe — mas, sobretudo, aquêle a quem se cobra como agora sucede, honrosamente para mim, diante desta Câmara — deve lutar arduamente para reunir elementos técnicos, humanos e materiais, no sentido de formular uma política geral e conduzi-la como *um todo*, no âmbito nacional.

Qualquer programa nêsse sentido, consequentemente, traz em si, nas suas próprias raízes, dificuldades aparentemente insuperáveis porque, economia, ou é síntese ou é nada, nada vale, é caos, confusão e desordem.

82 — O próprio orçamento, senhor Presidente, o instrumento fundamental para conduzir e executar uma política no Estado moderno, escapa entre nós ao meu Ministério. Sua elaboração não pertence a ninguém, mas a todos, enquanto sua execução deve atender aos interesses nem sempre legítimos de muitos. Não leva em conta o orçamento, a conjuntura, nem os objetivos a longo ou a curto prazo, não tem em mira concorrer para formação ou repartição da renda, nem para regular o vulto e a distribuição horizontal e vertical dos investimentos necessários.

ESTIMATIVA DA BRECHA INFLACIONÁRIA

83 — Ao lado dos defeitos estruturais do orçamento, a deficiência de dados tem contribuído, em grande parte, para dificultar ou mesmo impedir a formulação de uma política geral de combate à inflação.

Não obstante os indiscutíveis progressos alcançados nos últimos anos, ainda não se encontra o nosso sistema estatístico devidamente aparelhado para fornecer, Sr. Presidente, os elementos indispensáveis à elabo-

ração do "orçamento econômico nacional" — um dos instrumentos criados pela ciência moderna para orientar a ação governamental.

Lutando com enormes dificuldades, vencendo obstáculos de tôda a ordem, só agora vem a Fundação Getúlio Vargas iniciando a divulgação de seus levantamentos da renda e do produto nacional e, mesmo assim, dentro de prazos nunca inferiores a dois anos. Além disso, a série retrospectiva dêsses levantamentos abrange um período ainda muito curto para que possa servir de base a estimativas para os exercícios futuros como pediu o ilustre e eminente Deputado Bilac Pinto.

Contudo, estou atento ao problema e espero poder contar com a colaboração e as luzes de Vossas Excelências, no sentido de aparelhar o Governo com um instrumento como êsse, de inegável utilidade para a condução de uma política econômica ajustável às imposições da conjuntura.

84 — Antes de tentar a elaboração do "National Economic Budget", ao qual estaria ligada a possibilidade de estimativa da brecha inflacionária de cada exercício futuro, teremos de aperfeiçoar nosso sistema estatístico e ajustar os cálculos do produto nacional bruto, levantando séries retrospectivas que possam servir de base à análise das tendências dos diversos agrupamentos que integram o sistema de contas da contabilidade social, nos setores da produção, consumo, investimentos, gastos governamentais, transações com o exterior, etc.

85 — Com êsse objetivo, três ordens de providências já se acham em andamento no Ministério da Fazenda:

1.^a — aparelhar o Ministério com órgão técnico, destinado a coordenar os dados existentes e a efetuar as indispensáveis análises econômico-financeiras;

2.^a — tentar o preenchimento de algumas das naturais falhas do nosso atual sistema estatístico, por meio de uma utilização mais larga das estatísticas fiscais;

3.^a — estudar a adoção de critérios econômicos na elaboração e apresentação dos orçamentos públicos.

86 — No domínio das estatísticas fiscais, — e é interessante revelar êsse fato à Câmara — há preciosas fontes ainda inexploradas, bastando,

a este respeito, citar a Vossa Excelência um único fato. Enquanto o Centro de Análise da Conjuntura, mantido pela Fundação Getúlio Vargas, baseia grande parte de seus estudos no exame das atividades de 4 a 5 mil Sociedades Anônimas, num trabalho penoso que se estende por mais de um ano à espera de publicação dos respectivos balanços, o Ministério da Fazenda, já nos primeiros meses de cada exercício, possui em seus arquivos as contas de 300 a 400 mil empresas de todo o tipo. Estou estudando, com a colaboração de técnicos do Ministério, o aproveitamento dêsse precioso manancial de informações e espero, em breve tempo, poder oferecê-los à curiosidade dos ilustres membros desta Casa.

87 — As atividades governamentais ocupam, hoje, uma posição de excepcional relevo dentro do sistema de contas do "Orçamento Econômico Nacional". Para tornar possível essa integração, será, porém, necessário empreender uma reforma de base na estrutura e forma de apresentação dos orçamentos públicos, de todos os três níveis de Governo. Todavia, estou convencido de que uma tarefa de tal envergadura não será de realização impossível no Brasil, não obstante as imensas dificuldades que apresenta, dificuldades essas agravadas em face do imperativo de preservar a integridade de nosso sistema federativo e a intangibilidade da autonomia dos Estados e Municípios, nos sábios termos da Constituição.

88. — Confirmando as informações prestadas ao Senado da República, tenho hoje o prazer de oferecer a Vossa Excelência os primeiros resultados dos estudos que vêm sendo realizados, no Ministério da Fazenda, no sentido de uma nova apresentação dos orçamentos para fins de análise econômica. Passo às mãos da Presidência desta Casa o "Orçamento Econômico" de Minas Gerais, numa homenagem particular ao Estado natal de meu eminente interpelador.

Com base nesses estudos, as receitas e despesas seriam reagrupadas de forma a distinguir, de um lado, as operações correntes e, de outro, as diversas modalidades de investimentos de capital, de forma a colocar o orçamento no centro mesmo do mecanismo de atuação do Estado sobre o processo econômico.

ESTUDOS ESTRANGEIROS SOBRE A INFLAÇÃO NO BRASIL

89 — A exata compreensão do fenômeno inflacionário no Brasil tem contado com a colaboração de eminentes técnicos estrangeiros, dentre os quais é justo destacar-se o Sr. E. M. Bernstein, cujo trabalho confidencial sobre "*Inflation in Brazil, 1940 — 1950*", do qual não sei se existe exemplar oficial mas cujo volume a mim oferecido pessoalmente, quando de minha viagem aos Estados Unidos, tenho o maior prazer em entregar a Vossa Excelência.

90 — Trata-se de uma notável contribuição, de um estudo sério, de uma investigação sem precedente sobre a inflação, suas causas, efeitos e fins, entre 1940 e 1950, em nosso país. É obra de um técnico, dos maiores existentes, que se tornou, após este trabalho, um dos mais desinteressados, vigilantes e úteis amigos do Brasil. O seu conselho é, por si mesmo, um programa a ser seguido por nós se quisermos apressar o restabelecimento da normalidade econômica e financeira do Brasil, sem solução de continuidade para o seu progresso, prosperidade e grandeza. Nêle me inspirei por vezes e a êle espero recorrer nas dúvidas que me assaltarem no desempenho de minhas funções e na execução do programa que, assentado por técnicos brasileiros que me assistem, tracei para minha ação ministerial.

91 — Não sei de outros estudos dessa natureza, salvo os da CEPAL, que foram divulgados, e os da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a serem publicados.

Sabe o eminente Deputado Dr. Bilac Pinto, como mestre e professor, que êsses estudos especializados datam de menos de dois decênios e que, em nosso país, as universidades, escolas, fundações e associações culturais têm feito, convidando conferencistas, promovendo cursos, organizando equipes, procedendo investigações e estudos, progressos dignos do apoio desta Casa, pois, sem essas contribuições técnicas, não se poderá bem orientar nem a legislação e nem a administração brasileiras.

92 — Nestes últimos tempos, eu mesmo, a despeito de ter os minutos absorvidos pela minha tarefa, troquei idéias, se há troca entre quem tem

poucas, como eu, com quem tem tantas, como, no caso, o Professor Hugh Dalton, ex-Ministro do Tesouro da Inglaterra e, como menção especial, graças à apresentação do Deputado Aliomar Baleeiro, com o Professor de Toulon, Monsieur Alain Barrère, um jovem mestre capaz de ensinar aos mais velhos mestres de economia e finanças Devo-lhe notável contribuição, completamente desinteressada, à formulação do programa econômico-financeiro oficial que espero executar em nosso país; tenho-a comigo e vou entregá-la também à Câmara, que fica, por isso, a dever muito menos a mim e muito mais ao Deputado Aliomar Baleeiro. Fornecerei todos os elementos ao meu alcance à Câmara, como pede o Deputado Bilac Pinto e, se com isso concordarem V. Exa. e os Srs. Deputados, promoverei reuniões conjuntas, no Ministério da Fazenda, com esses ilustres mestres, cuja convivência esclarece e ilustra o nosso pensamento e exalta o nosso amor ao Brasil.

CONCLUSÃO

93 — Senhor Presidente, cabe-me, agora, encerrar estas respostas e considerações.

Causas internas e externas, econômicas e monetárias não permitiram ao Brasil fugir à inflação que varreu o mundo desde o início da II Grande Guerra. Figuramos, mesmo, entre os mais atingidos por aquêle mal. Lutando tremendamente dentro do perturbador processo cumulativo inflacionário, o País tem vencido, ano a ano, todos os obstáculos que vem encontrando no seu caminho de nação que busca denodadamente um lugar de relêvo entre os demais povos.

Todavia, não posso ocultar à Câmara as preocupações que a nós, homens com responsabilidade perante a Nação, provocam os desequilíbrios cuja correção se torna imprescindível, no sentido de defender os avanços já realizados e manter o impulso do desenvolvimento atual.

94 — Se o País está passando por uma autêntica revolução econômica, não havia como impedir as modificações que nossa estrutura vem sofrendo em todos os campos.

Modificou-se a composição e a distribuição dos investimentos, e, neste campo, apresentam-se graves questões que reclamam medidas prontas e

adequadas. Os desequilíbrios da moeda e dos preços, como da produção e dos investimentos e, ainda, do intercâmbio com o exterior, constituem o conjunto de causas e efeitos que inter-reagem e se somam para criar os chamados *pontos de estrangulamento*, perturbando a economia, como um todo indivisível, e repercutindo intensamente em tôdas as direções

95 — Antes de mais nada, portanto, o primeiro ponto a estabelecer consiste em alcançar a formulação de uma política econômica, isto é, uma adequação da economia como ciência, a uma política econômica global aplicada à realidade brasileira. O segundo ponto consistirá em dar, verdadeiramente, ao Ministro da Fazenda, a autoridade de fato para conduzir essa política sob a orientação e a fiscalização dos demais poderes, fazendo-a executar por todos os órgãos agora dispersos e movimentando-se ao sabor das circunstâncias.

96 — Para alcançar êsse objetivo, precisa o País contar com o concurso altamente valioso do Congresso e pessoal dos Srs. Deputados, sem cujo apoio o Executivo é um poder manco, amputado e praticamente incapaz de agir.

E' meu propósito, depois dêste contacto, tentar o passo inicial, procurando conjugar, em trabalho de equipe, o pensamento, a direção e a execução de um programa antinflacionário, sem o que nenhuma nação, na presente conjuntura mundial, será capaz de levar a cabo uma política econômica, consciente, democrática e bastante forte para preservar tanto a sua soberania quanto a liberdade dos cidadãos.

97 — A contribuição de meu ilustre antecessor trouxe, Sr. Deputado Bilac Pinto, novos elementos ao programa antiinflacionário do Governo e, sobretudo, como inquire V. Ex.^a, à sua execução. A revisão é completa nos processos e métodos para enfrentar e resolver os problemas. Todos nós imprimimos um pouco de nós mesmos aos atos que praticamos. Isto é verdade para a vida comum como para a pública. A ação não é um esquema, mas uma mobilização diária de esforços e o emprêgo incessante de todos os recursos a nosso dispor para atingirmos um objetivo. Não cessarei de procurar conselhos, meios e elementos para deter a inflação, estancar as emissões, normalizar os meios de pa-

gamento, regularizar as nossas dívidas, incrementar o fornecimento de energia, a melhoria dos transportes, aumentar o nosso comércio exterior, disciplinar as inversões, corrigir as diferenças econômicas, favorecer a distribuição das rendas, equilibrar as contas públicas e ajudar, por todos os modos ao meu alcance, a atividade comercial, a produção agrícola e a industrial, a poupança e o capital nacionais, o emprêgo de capitais estrangeiros reprodutivos e o fortalecimento do poder de compra interno e externo do cruzeiro, no conjunto das moedas. (Palmas).

98 — A inflação, Sr. Presidente e Srs. Deputados Bilac Pinto e Raimundo Padilha, é, como V. Exas. sabem, a irresponsabilidade, a falta de cooperação, a quebra de todos os elos de solidariedade e a exaltação de todos os agentes, econômicos e políticos, de perturbação da vida de uma nação. É necessário estancá-la para que se volte, como após uma tempestade, à normalidade da vida nacional e internacional do Brasil.

Considerações finais

A esses fatores econômicos e financeiros da inflação somam-se alguns históricos, como os geográficos, os climáticos e os sociais, além dos físicos, dos culturais, dos espirituais e dos políticos. Esse é o fundo do quadro da nossa inquietação atual e de nossa descrença geral e, mesmo, da desconfiança de outros povos em nosso futuro. Temos medo do estrangeiro porque não acreditamos bastante em nós mesmos; chamamos a nossa grandeza de gigantismo para procurar confundir as nossas proporções reais; queixamo-nos dos trópicos, quando, mais do que qualquer outro povo, os tornamos produtivos e prósperos; menosprezamos a mestiçagem quando ela tempera as raças, soma e, por vezes, multiplica os atributos humanos; criticamos a igreja porque ela apascenta sem lutas religiosas e abandona as nossas ambições com os exemplos da resignação e da bondade (*muito bem*); consideramos doentes e irrecuperáveis populações que crescem e se multiplicam em proporção maior do que as que apontamos como sadias, esquecendo-nos de que a fecundidade é a contra-prova da saúde; queixamo-nos da falta de ensino e com razão nos referimos às percentagens do

analfabetismo, esquecidos, porém, de que o problema é mais material do que cultural, de aproximar as distâncias mais do que o de ministrar letras às inteligências; falamos de miséria nacional quando todos os órgãos internacionais registram entre nós os mais altos índices de crescimento; lamentamos o atraso da ciência, da arte e da técnica entre nós quando, em verdade estamos dando um curso intenso e original a todos os ramos da vida e do saber humano; não cremos na capacidade dos nossos homens, mas somos forçados a ver, nos mais longínquos lugarejos do país, a obra imensa de engenho e do labor da iniciativa pública e particular; não acreditamos, enfim, na democracia, forma política da virtude, porque se propala que a corrupção campeia soberana sobre os destinos nacionais, quando uma história política secular mostra que os malversores dos dinheiros públicos, e os dilapidadores da confiança popular podem ser apontados com o dedo como o foi o falso apóstolo à multidão dos crentes. Somos uma nação na plenitude do seu desenvolvimento, fértil em iniciativas e vigorosa em seus empreendimentos. Os nossos males materiais, como os nossos erros administrativos, são acidentes comuns à formação de todos os grandes povos. A inflação vai passar, como passam as tempestades, para abrir horizontes mais claros e ventos mais amigos. Sou um convencido de que essas provações materiais, para o homem como para os povos, são escolas de aperfeiçoamento político e moral.

A guerra, a que demos tudo o que poderíamos dar, matérias primas, bases e soldados, e a inflação, que os economistas consideram uma depreciação do futuro, não conseguiram, nem uma nem outra, deter o nosso crescimento, retardar o nosso progresso e enfraquecer o impulso criador e realizador do trabalho brasileiro.

A nossa tarefa, hoje, como acabei de expor, é analisar a realidade, buscando encontrar as causas e as origens dos desequilíbrios atuais, apontando-os, não para exacerbações, críticas e pessimismos doentes, mas para corrigi-los, fortalecendo alguns setores, nivelando outros, ajustando todos às nossas possibilidades e, enfim, consolidando as largas e tumultuárias conquistas já alcançadas.

O fenômeno, entre nós, altamente perturbado, capaz de sacrificar tôdas essas conquistas, foi e é o da falta de coordenação e de medida no uso, aplicação, produção e distribuição das inversões, dos encargos, tarefas, lucros e rendas. Mas crescemos, sob todos os aspectos, em todos os ramos e em todos os campos da atividade nacional e mundial. A crise se persiste, é decorrente da intensidade, volume e velocidade das atividades do país, das brechas que se abrem entre as classes e os fatores econômicos, nas épocas das grandes realizações. O mal nosso é mais administrativo e financeiro, trazendo desajustes conjunturais, não só possíveis de correção a curto prazo, como capazes de serem, com o tempo, transformados em novos impulsos criadores.

Senhor Presidente, declarei nesta Casa, quando da memorável Assembléia Constituinte de 1934, que o Brasil seria grande com, sem e até contra a vontade dos brasileiros. Dois decênios decorreram dessa afirmação, que hoje não posso repetir. Nesse período, ajudei nosso país a não embarcar no naufrágio das nações totalitárias; servi à causa da nossa redemocratização e presidi, por duas vezes, às Nações Unidas, honra só conferida, no mundo, ao Brasil. Sou, hoje, um homem sem partido, vivendo dos sentimentos, das afeições e do amor ao Brasil, sem ambições políticas a satisfazer e nem aspirações de novas tarefas públicas em meu país. Resta-me, apenas, prestar, na direção da política econômica e financeira do Governo, ao qual me associei por imperativos de sentimento e consciência, este último serviço que devo ao Brasil.

Estou, hoje, convencido, contrariamente ao que pensei na mocidade, de que o Brasil somente poderá progredir, enriquecer e tornar-se maior se crescer de si mesmo, da vontade, da união, do trabalho dos brasileiros.

E' necessário, no mundo de nossos dias, Senhor Presidente, se quisermos sobreviver como povo, que nos unamos, todos os brasileiros, na consciência desse futuro, sobrepondo-nos às prevenções, às contendas e contingências presentes, pequenas demais para nossos grandes deveres.

Não apelo para a harmonia da renúncia, da resignação e da abdicção partidária ou das acomodações poli-

ticas. Não recorro ao esquecimento das anistias e nem quero o perdão às contrições oportunistas. Detesto essas atitudes; como homem, nunca as assumi e nunca as poderia aconselhar aos meus patricios e, muito menos, aos seus representantes.

Desejo, peço e rogo o livre exame, a livre crítica, o livre debate, mas à altura da missão que temos, cada um e todos, de, em nossas lutas, não esquecer que o homem é tanto mais livre quanto mais sabe respeitar o seu semelhante, amar a sua pátria e temer a Deus. (Palmas).

Foi essa, Senhor Presidente, a fé que me animou a vir e a falar a esta Casa, nascida do povo, mas que deve ser, como proclamavam os girondinos de sua histórica assembléia, tida, respeitada e amada como se fôsse a mãe comum de todos os cidadãos. (Os senhores deputados, de pé, aplaudem demoradamente o orador, que é vivamente cumprimentado).

O SR. PRESIDENTE:

Suspendo a sessão por 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE:

Está reaberta a sessão.

Há um requerimento, assinado pelo Sr. Deputado João Agripino, para a prorrogação da hora da sessão por mais uma hora, a fim de que o Senhor Ministro da Fazenda possa atender às interpelações.

Os Senhores que aprovam o requerimento queiram ficar como estão. (Pausa).

Aprovado.

Como de rigor, os requerentes da convocação têm preferência na ordem da interpelação. A primeira convocação foi feita pelo Sr. Deputado Bilac Pinto, e a segunda pelo Senhor Deputado Raimundo Padilha.

Como o Sr. Ministro respondeu, em primeiro lugar, à interpelação do Sr. Deputado Raimundo Padilha, eu darei a palavra ao nobre Deputado.

Eu pediria aos Srs. Deputados que sintetizassem o seu pensamento e formulassem objetivamente as suas questões, a fim de que obtenham respostas também objetivas, e o plenário fique senhor delas.

Tem a palavra o nobre Deputado Raimundo Padilha.

O SR. RAIMUNDO PADILHA:

Sr. Presidente, Sr. Ministro Oswaldo Aranha, nesta tarde, tive a grande honra de iniciar as interpeleções a que se submete V. Ex.^a, como Ministro de Estado.

Recebi, desde as declarações de V. Ex.^a no Senado da República, a mais lisonjeira impressão, que hoje se confirma: é o estadista de larga experiência que se manifesta numa assembléia desta magnitude, versando matéria da mais extrema significação política, econômica e financeira, muitas delas por sem dúvida com repercussão extrema no próprio futuro da Nação.

Congratulo-me, pois, com esta Casa pela presença de S. Ex.^a o ilustre Ministro de Estado, Dr. Oswaldo Aranha, e, desde logo, passo à matéria das interpeleções.

Em primeiro lugar, as respostas que V. Ex.^a houve por bem transmitir à Câmara, atendendo ao meu requerimento de convocação, uma parte pelo menos do meu interrogatório já se encontrava suficientemente respondido na sua brilhante exposição ao Senado da República.

Na parte, sobretudo, referente ao desequilíbrio orçamentário, ao grau de influência da inflação, eu me considero plenamente satisfeito com o que ouv' no Senado e com o que acabo de ouvir quanto às explicações, às origens, às causas e fenômenos inflacionários e de sua repercussão no Orçamento público.

Todavia, Sr. Ministro de Estado, já não posso dizer a mesma coisa no que se refere à resposta de V. Ex.^a à última de minhas indagações, e que se referem, particularmente, ao balanço de pagamentos.

Profundamente lisonjeado com as expressões que V. Ex.^a usou a meu respeito e das quais — esteja certo V. Ex.^a — não me acredito merecedor, eu diria a V. Ex.^a, em relação ao assunto do balanço de pagamentos que esta indagação não me parece, como está afirmado na exposição de V. Ex.^a, seja matéria quase exclusivamente de ordem financeira. Na realidade, quando formulei a pergunta, procurando saber as repercussões da conjuntura mundial no balanço de pagamentos do Brasil, evidentemente, estava tratando dos problemas de or-

dem monetária, de problemas de ordem comercial, mas, sobretudo, estava tratando de um problema de ordem econômica, porque envolve aspectos fundamentais, inclusive da formação da renda nacional e do produto nacional. Dessa forma pretendia eu, estudando as repercussões nesse balanço de pagamentos, colher de V. Ex.^a uma palavra definitiva e esclarecedora a respeito das providências que o Governo pensava tomar em relação às medidas que se podiam contrapor aos efeitos, às repercussões da conjuntura mundial no balanço de pagamentos do Brasil. E, para melhor esclarecer meu pensamento que, possivelmente não foi formulado em termos demasiados claros, me permito, então, com licença do Sr. Presidente, um esclarecimento preliminar para então aduzir outras declarações em torno do assunto.

Os problemas modernos ligados ao balanço de pagamento estão compendiados, se resumem ou se distribuem em dois setores essenciais da atividade político-administrativa: o problema monetário a envolver questões de ajustamento cambial e a utilização das reservas líquidas internacionais, e o problema de política comercial internacional, envolvendo direitos de alfândega, subvenções à importação, controle cambial, contingenciamentos, proibições, licenças.

Ora, Sr. Ministro, a verdade é que o problema de ajustamento cambial, de utilização de reservas líquidas e todos esses problemas de ordem comercial que acabo de enunciar, são problemas que envolvem, numa seqüência lógica, uma série de outras questões, da maior importância para o equilíbrio econômico da Nação.

Eis por que, Sr. Ministro, na minha indagação, eu desejava conhecer mais precisamente o ponto de vista de V. Ex.^a, não apenas em relação à política até hoje adotada ou àquela que V. Ex.^a pretende imprimir à Pasta sob a sua fecunda direção, mas também fazer com V. Ex.^a, nesta tarde, um reexame da posição brasileira em face da política monetária mundial que está refletida, como V. Ex.^a sabe, no Fundo Monetário Internacional, no Banco de Reconstrução e Desenvolvimento e no Banco de Importação e Exportação, no que se reporta ao continente americano.

Imaginei, então, Sr. Ministro, que pudessemos desde logo, examinando as-

causas fundamentais do desequilíbrio do nosso balanço de pagamentos, buscando inspiração naquelas lições que nos foram dadas pelos mestres da Economia em 1944, quando se instalou em Bretton Woods o Fundo Monetário Internacional e o Banco de Reconstrução e Desenvolvimento Econômico.

Assim, Sr. Ministro, imaginei eu que pudéssemos examinar também se não existe sobre nosso balanço de pagamento determinada repercussão, da maior relevância, e ligada a uma política que, por sua vez, era inspirada numa doutrina. Esta V. Ex.^a a espousou ou, na tarde de hoje, fez muita questão de afirmar, em palavras de rara eloquência, que não é possível traçar uma política econômica sem um pouco de imaginação, mas, de logo, disse: sem afastar da imaginação o fundo de doutrina.

Ora, ao Fundo Monetário Internacional, tal como se acha instalado e organizado, e a cujas diretrizes, não só de ordem teórica, como sob a forma empírica, estamos fundamentalmente ligados, vinculados.

Essa política, a meu ver, não é outra coisa senão a política do padrão ouro com as suas aplicações a um regime como o nosso, de papel moeda.

Como sabe V. Ex.^a, o autor do Fundo Monetário Internacional é o economista americano Henry White, que se suicidou por motivo de ordem político-social. Contra seu plano levantou-se a Grã-Bretanha, pela voz do maior economista do século, John Maynard Keynes, que apresentou o seu notável projeto de criação de uma Câmara Internacional de Compensação com base numa moeda de curso internacional, o "bancor".

Pretendia o mestre inglês, com seu sistema, estabelecer uma liquidação compensatória de saldos devedores e de saldos credores. Resolvia-se então, e desde logo, qualquer desequilíbrio do balanço de pagamentos na fase imediata do após-guerra.

A solução keynesiana contém não só um grande problema de economia política, mas diria até mesmo de filosofia social. Não há dúvida alguma que o gênio de Keynes não conseguiu sair triunfante, nem de Atlantic City, nem de Bretton Woods, infelizmente. E veio, então o Fundo Monetário Internacional, que deliberou entretanto fazer algumas concessões ao pensamento do economista britânico.

Ora, Sr. Ministro, como consequência da estrutura e da fisiologia do Fundo Monetário Internacional, o Brasil, tem todas as dificuldades para conseguir, através daquela técnica e daquele sistema, o equilíbrio do seu balanço de pagamentos, a começar porque no Fundo Monetário Internacional não se consideravam duas circunstâncias de ordem fundamental: a primeira delas seria o desequilíbrio persistente do balanço de pagamentos nas Nações latino-americanas e no resto do mundo; a outra razão, que não foi considerada, diz respeito aos sistemas de controle de câmbio, às questões de contingenciamento, a política protecionista a que ficamos jungidos até hoje.

Não se tomando em consideração esses dois fatos, que não eram absolutamente acidentais, mas de estrutura, de permanência na vida econômica das nações latino-americanas e da maior parte das nações devedoras, evidentemente, não se tomando isto em consideração, o Fundo Monetário Internacional ficou adstrito ao compromisso de nos auxiliar tão somente nos casos de desequilíbrio passageiro. Ora, desequilíbrio passageiro é o que há de menos passageiro, pois o provisório é, quase sempre, o permanente, como V. Ex.^a não ignora. Daí o ficarmos com uma permanência de desequilíbrio no balanço de pagamento, que não podemos resolver a não ser por transformação do pensamento mundial, digamos assim, em matéria de política monetária.

Eis porque, Sr. Ministro, na parte brasileira, teria eu de respirar algumas considerações de grande importância no que se refere ao grau de inflação. As medidas adotadas ou a serem adotadas pelo Governo, as tendentes a anular a distorção dos investimentos, a política com propensão a dar maior equilíbrio ao desenvolvimento industrial da Nação, a política de deslocamento do crédito bancário, como V. Ex.^a tão bem acentuou, seriam as providências brasileiras de ordem interna. Mas, Senhor Ministro, esta orientação tem contra si uma política monetária de natureza mundial e talvez o Brasil tenha a iniciativa — pelo menos talvez possa vir a tê-la pela mão de V. Ex.^a — de transformar, de modificar essa política, de forma a se criar nova modalidade em relação a esse problema.

Keynes, irônica e, depois de derrotado, dizia, com aquêlê sabor bem britânico, que, se os Estados Unidos detêm dois terços do ouro do mundo, não vão pensar na sua desmonetização. E o plano de Keynes não era outra coisa senão a desmonetização de grande quantidade de ouro e sua transformação em moeda de conta internacional.

Sr. Ministro, falta flexibilidade ao plano, a tôda a doutrina, ao sistema técnico do Fundo Monetário Internacional. Tanto falta, que a Europa já começou a se libertar dêle. Enquanto ficamos, neste Continente, tão sômente jungidos ao Fundo Monetário, ao Banco de Reconstrução e Desenvolvimento, ao Eximbank, a Europa pediu o auxílio do Plano Marshall e hoje marchou para a União Européia de Pagamentos, que outra coisa não é senão a gênese, a idéia de Keynes, afinal, a realizar-se dentro do Continente europeu.

Estimaria, Sr. Ministro, a respeito dêsses assuntos, cujas repercussões V. Ex.^a bem entende, e sem pretender, de forma alguma, praticar o snobismo de uma inovação doutrinária, mas porque vejo os problemas de ordem prática, de ordem imediata e a importância que lhes dou é tão grande e a crise que se reflete no desequilíbrio da balança de pagamentos é tal, ouvir a palavra do honrado Ministro de Estado acêrca dêsses assuntos e dessas teses.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA

— Sr. Presidente e Srs. Deputados, as palavras que acabo de ouvir do eminente Deputado Raimundo Padilha, são de natureza por vêzes transcendente e envolvem problemas que nos levariam dias e noites em largas discussões a fim das quais, provavelmente, acabaríamos mais dissociados nas conclusões de nossos pensamentos e de nossos juízos. As teorias nem sempre se ajustam às realidades. E' verdade que o clima imperante no período final da guerra deu lugar à criação de instituições bancárias e financeiras de ordem internacional, como o Banco Internacional e o Fundo Monetário. Elas sintetizavam uma política nova que se queria inaugurar no mundo, política talvez além dos quadros das imaginações mais otimistas, pois assentava na harmonia e na fraternidade de todos os povos. E a elas se incorporavam, naquele instante, com as-

pecto de solidez definitiva, tôdas as Nações aliadas e, portanto, as forças decisivas que orientavam e davam ao mundo as possibilidades de uma nova formação. Infelizmente, nem todos os povos de começo aderentes a essas sugestões, formaram em torno delas. Metade da humanidade ficou de outro lado e o mundo está vivendo, sabe V. Ex.^a, como um corpo com duas almas ou com muitas almas. Não é possível, dentro dêsse quadro político, desenvolver-se uma economia sã, solidária e, como se sonhou naquele tempo — fraternal. Verdadeiramente, estamos assistindo ao entrelaço de doutrinas diferentes e delas, por certo, todos nós podemos ainda esperar grandes reconciliações humanas, para a vida dos povos e de nossos países.

Concretamente, para responder à objeção de V. Ex.^a e às dúvidas que apresenta, diante da exposição que acabo de fazer, teria apenas a dizer que o Brasil é um país de economia reflexa, não podendo eximir-se da intervenção, da interdependência mundial. E essas grandes organizações como o Banco Internacional, o Fundo Monetário, o Eximbank e, agora o próprio Plano Marshall, têm efeitos sobre os quais não podemos influir e muito menos, temos capacidade para alterar ou modificar. Com sua economia reflexa, movimentada o Brasil, num mundo que se procura reorganizar, em torno de novas idéias, novas teorias e novas experiências, fazendo, sem dúvida, grandes e indiscutidos sacrifícios. A modificação de nossas relações de troca com o exterior, depois de passados os efeitos da guerra determinou o desaparecimento dos saldos na nossa balança comercial e, não dispondo dêsses saldos, é evidente que não poderíamos ter um balanço de pagamentos sequer equilibrado.

Tôdas as indagações, todos os esforços, tôdas as atividades nossas se devem concentrar, em minha opinião, no sentido de recuperarmos posição comercial que nos deixe saldos no mundo, para podermos atender às nossas obrigações financeiras internacionais e às iniciativas internas.

Estou, como V. Ex.^a, convencido de que nem o Banco nem o Fundo, nem o Eximbank poderão atender às necessidades do Brasil. Por isso, ao fim da longa e exaustiva exposição que fiz à Câmara, terminei confes-

sando que, de acôrdo com o meu ponto de vista, o Brasil terá de reerguer-se à custa do esforço quase exclusivo dos próprios brasileiros.

Passando concretamente, às objeções de V. Ex.^a, quero dizer que procurei dar resposta ao quesito em que V. Ex.^a inquiria sôbre nosso balanço de pagamentos, e declarei que, se, nos 6 meses, tivemos um *deficit* na balança comercial, ao balanço de serviços já de si deficitário, deveríamos somar, ainda, o saldo negativo das obrigações comerciais. Mas, dadas as reações dos últimos três meses e as compressões que temos feito, com grande sacrifício, nas nossas importações, esperava eu que pudéssemos, ao fim deste ano, chegar a uma posição melhor em relação à nossa balança comercial.

Devo, porém, confessar a V. Ex.^a e à Câmara que quaisquer previsões no tocante ao balanço de pagamento seriam aventurosas. Não obstante as reações operadas pela economia brasileira, na reconquista dos mercados internacionais, não são elas ainda de natureza a justificar grandes otimismo. Teremos que lutar e criar, antes de recuperar. Desgraçado do povo e desgraçado do homem público que quer fugir à realidade! Estou convencido de que a tarefa que me espera é dura e difícil, mas estou resolvido a enfrentá-la, porque aceitei, como tarefa final da minha vida, procurar servir, pela melhor forma, aos interesses do meu povo e do meu País. (*Muito bem*).

O SR. RAIMUNDO PADILHA — Muito honrado com a resposta de V. Ex.^a. Mais uma vez, V. Ex.^a se revela o *débateur* ágil e, ao mesmo tempo, sensível às correntes de idéia, de pensamento do mundo contemporâneo. De forma alguma Sr. Ministro, iria eu terçar debate em torno de determinado principio de ordem geral, o que seria algo acadêmico e não se coadunaria, não se harmonizaria com os objetivos da honrosa presença de V. Ex.^a nesta Câmara.

Todavia, Sr. Ministro, o que quis significar com a pergunta que fiz a V. Ex.^a, levando-lhe as homenagens do meu maior apreço, é que estou começando a ficar convencido — jogo isto como hipótese de trabalho — a fazer uma especulação de ordem intelectual em torno da evolução do

mundo contemporâneo e particularmente dos reflexos da conjuntura mundial na vida das Nações latino-americanas. Eu me permiti, Sr. Ministro, focalizar um aspecto que não é absolutamente doutrinário, apenas de doutrina, mas de ordem pragmática, relacionado, posso dizer, com o futuro econômico desta Nação. A interação de todos os fatores a que V. Ex.^a aludiu, interação que cada vez mais se torna maior e mais estreita, é que precisamente nos leva a alargar o horizonte das nossas indagações, indo buscar, não apenas dentro da Nação, mas lá fora, aqueles elementos que atuam em sentido favorável ou adverso ao desenvolvimento da economia nacional.

Como vê V. Ex.^a, tinha objetivo realmente de ordem prática ao formular a questão a que V. Ex.^a com grande brilho e não menor habilidade acaba de responder, para nosso inteiro deleite.

Sr. Ministro, as questões ligadas à exportação brasileira, focalizadas muito bem por V. Ex.^a, me animam ainda a solicitar-lhe nos esclareça sôbre qual o seu pensamento em torno da exportação de minérios de ferro de teor médio do País.

Esta pergunta me foi feita por mais de um técnico, pessoas absolutamente desinteressadas do ponto de vista comercial, mas interessadas, como brasileiros, no estudo de todas essas questões. Essas pessoas, que acompanham bem o assunto, me formularam esta pergunta, a que realmente não soube responder: Por que o Brasil, que estaria em condições acima da Suécia, que está exportando ferro de inferior qualidade, via Narvik, na Noruega, ...

O SR. PRESIDENTE — Perguntaria ao nobre Deputado se esta matéria consta do seu questionário.

O SR. RAIMUNDO PADILHA — Sr. Presidente, a matéria é absolutamente pertinente, porque relacionada com o balanço de pagamentos e como esta é matéria de exportação, entra neste programa. Pode V. Ex.^a crer que me ative rigorosamente aos preceitos regimentais.

Sr. Ministro, como dizia, imagine-se, por conseguinte, que podemos ter, no Brasil, uma exportação média, com o reaparelhamento, em um ou dois anos, de portos e estradas de ferro,

nunca inferior a 600 milhões de dólares. Evidentemente, esta é uma dessas receitas que o Brasil tem desprezado.

Indagaria a V. Ex.^a se está nos planos do Governo um estudo relacionado com este importante assunto.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — Sr. Presidente, a questão ora proposta desliga-se dos largos e profundos conhecimentos teóricos que todos nós reconhecemos no Deputado Raimundo Padilha, descendo à realidade, às coisas objetivas e materiais. Inquire S. Ex.^a das possibilidades das nossas exportações de minérios, oferecendo-me, assim, uma oportunidade para, talvez, discutir, hoje, um dos problemas básicos do Brasil. O nosso País, ou resolve exportar ou terá dificuldades para sobreviver. É fora de dúvida que não poderemos continuar, como já disse, caminhando num pé só — o café. Teremos de desenvolver outros produtos de exportação se quisermos recursos, já direi não bastantes, mas o mínimo necessário ao desenvolvimento e à inversão que exige a economia brasileira para assegurar o seu progresso material. Não podemos cruzar os braços ante os riscos de nosso futuro e ameaças ao nosso destino.

É fora de dúvida que, contemplando os quadros geográficos e econômicos de nosso País, chegamos à conclusão de que há dois itens a serem desenvolvidos na pauta de nossas exportações: um, o dos minérios em geral; o outro, o dos óleos vegetais. É talvez porque sempre tivemos no curso de nosso destino a assistência divina, eles se distribuem de maneira a mais unirem, se possível, os brasileiros e o Brasil.

Os óleos vegetais e alguns minérios estão no Norte, mas os principais minérios, os básicos, estão no Centro, no coração do Brasil. É fora de dúvida que entre os sonhos — se sonhos ainda possa ter nesta altura da minha vida — está o de procurar carrear para o Brasil os recursos, que se devem aproximar da casa de um bilhão de dólares, a fim de propiciar ao nosso País incorporar ao café, que nos tem feito viver e sobreviver, a extração e a exportação da riqueza desconhecida e imensa de minérios, que nós temos, e as possibilidades igualmente incalculáveis da produção de óleos vege-

tais do Norte do País. Estou mesmo convencido de que, sem estes dois novos fatores, incorporados com coragem, o Brasil terá dificuldades, dentro de dois ou três anos, de sobreviver com dignidade e com equilíbrio dentro do conjunto das Nações, porque não há de ser com as exportações apenas do café, as insignificantes exportações de algodão, de cacau e de produtos gravosos, que esta Nação imensa, das maiores da terra formada de impulsos tremendos no sentido das melhores conquistas humanas, possa sobreviver num mundo de ambições e de conquistas que, ao invés de melhorar, se vai agravar ao redor dos nossos destinos. (Palmas)

O SR. RAYMUNDO PADILHA — Sr. Ministro, quero juntar minhas palmas às que V. Ex.^a acaba de receber do plenário da Câmara. Sem dúvida, V. Ex.^a viu que a matéria não era despicienda, e o entusiasmo mesmo com que V. Ex.^a dela tratou, a eloquência que pôs nas suas afirmações nos fazem, afinal, confiar em que teremos, no plano da política comercial, daqui por diante, novas diretrizes.

Cabe-me, ainda, felicitar V. Ex.^a pela execução que vem sendo dada à Lei de Câmbio Livre, a Lei 1.807. Como não ignora V. Ex.^a esta Lei conforme o projeto primitivo do Poder Executivo, pretendia apenas resolver o problema da transferência de capitais e de rendimentos. Sucede, porém, Sr. Ministro, que, aqui, a Câmara dos Deputados, mui sábiamente refundiu o projeto do Executivo e lhe deu a forma atual, que está consubstanciada na Lei 1.807, de fevereiro último. Esta Lei não teve execução até o advento da sua posse no Ministério da Fazenda. Na realidade, nem o próprio Regulamento é dos mais felizes, devo dizer a V. Ex.^a. Todavia, a execução que vem sendo dada a essa Lei, pelas autoridades subordinadas a V. Ex.^a, demonstra a capacidade do homem brasileiro e sua capacidade, também, digamos assim, de improvisação.

Não há dúvida, Sr. Ministro, com esse instrumento extremamente plástico, que é a Lei de Câmbio Livre, sanadas as falhas que a experiência pode vir a apontar, estará V. Ex.^a habilitado a realizar grande parte dos objetivos que, hoje, teve a honra de transmitir a esta Casa.

Todavia, minha pergunta, com esse prolegômeno, é tão somente, Sr. Ministro, no sentido de solicitar de V. Ex.^a nos informe se, em plena vigência dessa Lei, e sem a menor responsabilidade de V. Ex.^a, não é exato que o Brasil sofreu uma perda líquida, no seu capital internacional, das suas reservas internacionais. Quero dizer, Sr. Ministro, que, pelos dados que tive a honra de compulsar, inclusive o discurso de V. Ex.^a, no Senado, e algumas das suas afirmações nesta tarde, eu me capacitei de que os algarismos acusariam, além dos atrasados comerciais, uma redução de cerca de dois bilhões de cruzeiros, a curto prazo, nos bancos do exterior. Evidentemente que meu patriotismo não se sente, de forma alguma, atingido pelo fato de eu fazer a V. Ex.^a uma pergunta que, de certa maneira, V. Ex.^a não possa responder, por motivos óbvios. Entretanto, como se trata de matéria de meus questionário, ou seja referente ao equilíbrio do balanço de pagamentos, de qualquer perda substancial nas reservas do País no exterior, com ou sem a lei de licença prévia, V. Ex.^a se acha habilitado a informar à Câmara e à Nação acerca desse grave assunto?

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O problema levantado, agora, pelo eminente Deputado Raimundo Padilha, envolve, de fato, assunto da mais alta indagação. No mundo em que vivemos e dadas as situações criadas pela atual conjuntura, causando em tôdas as nações dívidas comerciais, atrasados vexatórios, fomos forçados a proceder, de imediato, a entendimentos com nossos credores, sob pena de continuarmos, como uma consequência dessas dívidas, a perder, diariamente, no vender e no comprar, vendendo por menos, e comprando por mais, como todo devedor em atraso. Fomos também obrigados a fazer acordos que serão, sem dúvida, difíceis e pesados em sua execução, e cuja repercussão na balança comercial e no balanço de pagamento será, certamente, de graves responsabilidades para o trabalho nacional. Esses acordos, conforme anunciei, foram firmados com os Estados Unidos, ainda ao tempo do meu illustre antecessor. Tomamos como V. Ex.^a sabe, 300 milhões de dólares de empréstimos, a três anos de prazo para liquidar os atrasados comerciais

que tínhamos nos Estados Unidos. Porém, como esses atrasados montavam, não a 300 milhões, mas a 429 milhões, comprometeu-se o meu illustre antecessor, como eu mesmo e qualquer um de nós se teria comprometido, dadas as circunstâncias, a pagar esses 129 milhões com recurso da economia nacional, ou, melhor, com saídas da nossa balança comercial. Infelizmente, não foi possível cumprir, e o illustre Ministro Horácio Láfer, às vésperas de deixar o Governo, recebeu uma notificação no sentido da suspensão do empréstimo de 300 milhões de dólares, por isso que o Brasil não tinha satisfeito a promessa que fizera, o compromisso que assumira expressamente, de pagar os 129 milhões com os seus próprios recursos, completando assim o pagamento total de 429 milhões, que era, como disse, a soma dos nossos atrasados nos Estados Unidos.

Para corrigir esta situação, enviou o Brasil aos Estados Unidos uma missão. Lá o mais que pudemos obter foi a tolerância de um ano, passando os pagamentos de três para os dois anos finais, e através de créditos que obtivemos nos bancos particulares, créditos de velhas linhas do Banco do Brasil, adiantamos esses pagamentos prometidos pelo meu eminente antecessor, e estamos, agora, com a dívida americana reduzida, se não me engano, a 120 milhões de dólares, prestações recíprocas que faltam do Eximbank, prestações nossas já asseguradas, por maneira a que em dezembro estejam liquidadas essas dívidas comerciais atrasadas.

Hoje ainda, no Itamarati, tive a honra de assistir à troca de notas entre o Brasil e a Inglaterra, para liquidar atrasados comerciais, talvez mais pesados, mais vexatórios do que todos os outros tipos de dívidas internacionais, num total de 65 milhões de libras, em que o Brasil, depois de negociações bem difíceis, conseguiu condições que me parecem fáceis de ser cumpridas, dada a capacidade de sacrifício de nosso povo e de nosso País, quando se trata de satisfazer compromissos internacionais.

Por este acordo, o Brasil tomará — e neste sentido já conseguiu o Ministro da Fazenda os compromissos do Fundo Monetário — 10 milhões de libras esterlinas, que entregará imediatamente ao Governo inglês, e pagará, anualmente, nunca menos de 6 milhões, num intercâmbio que, ficou assegurado, não será inferior a 45

milhões de libras esterlinas, permitindo-nos, assim, cumprir, estou certo, as condições que hoje, solenemente, assumimos, no Itamarati, com a Inglaterra.

Além destas dívidas, por isso que elas somavam mais de um bilhão de dólares, em vários setores e em quase todos os países do mundo, exceção feita da Argentina e do Paraguai, entramos em acordo com a Alemanha, do qual dei conhecimento à Câmara através da leitura, que acabei de fazer, de mensagem do chanceler daquela grande nação, agradecendo a maneira pela qual concluímos os entendimentos. Entendimentos iguais foram feitos com a Itália. Entendimentos similares estão sendo feitos com outras nações, de forma que espero que o Brasil, ao fim deste ano, libertado da pressão de dívidas exorbitantes, tendo sobre elas acertado formas dignas, possíveis de pagamento, retome sua posição no comércio internacional, por isso que nossa ausência de saldos no comércio exterior provém, dentre outros fatores desse fenômeno que se transplanta da economia particular para a economia pública, e sobretudo para o internacional, segundo o qual o devedor recebe menos e sempre paga mais.

É fora de dúvida que o Brasil está perdendo no seu comércio internacional nunca menos de um milhão de dólares por dia e, com isso, não estou adiantando qualquer suposição infundada. Se estudarmos e compararmos o nosso comércio exterior até o mês de julho, mesmo até hoje veremos que o Brasil exportou menos 200 milhões de dólares, até julho, deste exercício, e que, portanto, desapareceram dos nossos recursos esses poderosos elementos de compra e de pagamento na vida internacional.

Além disso, estou eu convencido de que, findos esses acordos, como os que hoje fizemos com a Inglaterra, já fizemos com a Alemanha, já assentamos com a Itália, o Brasil voltará a recuperar, nos meses próximos, os desfalques que vem sofrendo, como devedor impuntual, dentro dos quadros da vida internacional.

Estou certo de que vamos recuperar, e já estamos recuperando — e poderia dar demonstrações estatísticas a esta Casa — no comércio internacional, uma posição perdida, não por culpa da visão ou da direção dos homens,

mas por esses inevitáveis da conjuntura mundial, em que nações como a nossa estão submetidas a fatos que independem da sua vontade e da sua decisão.

A minha impressão é de que, se V. Ex.^a, Sr. Deputado Raimundo Padilha, estudar nossas estatísticas de dois meses a esta parte, chegará também à conclusão de que estamos recuperando nossa posição no comércio internacional, a despeito do desequilíbrio do intercâmbio mundial, que tem profundos reflexos sobre a vida orçamentária. E será recobrado esse milhão de dólares diários, que vinhamos perdendo pelo fato de vendermos por menos e comprarmos por mais, como todo devedor atrasado em seus pagamentos. Pode-se prever essa recuperação até o fim do ano corrente, quando, já em dia com os pagamentos dos atrasados americanos, normalizados o inglês, o alemão e o italiano, puder o Brasil, voltar, então, a comerciar normalmente com o exterior.

Hoje dependemos das nossas dívidas, que estamos pagando dobradamente. Não há pois, nos quadros de nosso comércio normal e muito menos de nossa balança de pagamentos fatos que possam exigir maiores explicações senão que chegamos à atual situação por circunstâncias que afligem todos os países em fase de desenvolvimento e que talvez escapem à consideração dos homens.

O SR. RAYMUNDO PADILHA — Sr. Ministro, outros eminentes colegas, evidentemente, desejam fazer suas interpeleções a V. Ex.^a.

Não pretendia eu me alongar tanto nesta tribuna. Todavia o fiz — creia V. Ex.^a — não apenas por impulso do meu patriotismo, como pela obrigação que sinto, na qualidade de deputado, de me informar acerca dessas questões, que preocupam a cada um de nós, a todos nós, responsáveis e plenamente conscientes da gravidade da crise que estamos atravessando.

Sr. Ministro, V. Ex.^a acaba precisamente, com esta afirmação de agora, de se antecipar a uma das perguntas, à última, que eu ia formular a V. Ex.^a e que era o que chamo "a deterioração das nossas relações de trocas internacionais".

Estou ciente, Sr. Ministro, sem poder ainda comprová-lo documentalmente, de que não apenas houve es-

sas diferenças de preço contra o Brasil, mas, inclusive, também, a negociação livre de dólares-convênio.

Se V. Ex.^a tem elementos de averiguação maior do que eu, sabe o que isto representa do ponto de vista do equilíbrio do balanço de pagamentos: o Brasil compra mais do que vende, num acôrdo bilateral, em consequência do que fica descoberto junto ao seu credor. Finalmente, "a posteriori", e feita a liquidação desses congelados, vamos dizer, não na base de compensação bilateral, mas pela conversão de um dólar-convênio num dólar-livre, transferindo-se, consequentemente, esse dólar para a livre movimentação nas praças internacionais.

Assim, Sr. Presidente, quase posso concluir dizendo que os acordos comerciais ate hoje celebrados no Brasil, pelo menos em sua maior parte, redundaram num autêntico fracasso para a economia brasileira, ou, pelo menos, para as nossas relações de troca. Parece-me que V. Ex.^a está procurando corrigir isto através da política que acaba de anunciar à Casa.

Sr. Ministro, congratulo-me com V. Ex.^a pelas informações, pela paciência e pela longanimidade com que me suportou na tribuna. Cria-me bem que eu não estou enunciando um lugar comum, ao dizer que V. Ex.^a é extremamente perigoso. O seu grau de periculosidade, pela irradiação da sua simpatia, é coisa que a Nação já se habituou a conhecer, e é esta periculosidade, precisamente, que faz com que todos os Senhores Deputados desejem interpellá-lo nesta tarde, o que é, materialmente, impossível. Muitos deles irão succeder-me nesta tribuna com muito mais eficácia, com muito mais brilho, com muito mais resultado para a Nação e para V. Ex.^a.

Muito grato a V. Ex.^a. (*Muito bem; muito bem Palmas*).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Bilac Pinto.

O SR. BILAC PINTO:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, poucas serão as questões que formularei ao eminente Ministro da Fazenda, que nos honra com a sua presença nesta Casa no dia de hoje. E a razão pela qual limitarei o número das minhas interpellações é a seguinte: desejo dedicar ao discurso do Ministro da Fa-

zenda estudo mais demorado para, só então, vir à tribuna formular uma crítica à exposição que S. Ex.^a acaba de fazer.

Dois pontos, porém, podem ser abordados neste momento.

O Sr. Ministro da Fazenda, no curso de sua exposição, formulou uma síntese do programa antiinflacionário do Governo, em oito itens que tenho diante dos olhos. Declarou também S. Ex.^a que esse roteiro, em muitos aspectos, coincide com o do seu ilustre antecessor.

Ora, parece-me, a um primeiro exame, que o programa antiinflacionário do governo não inclui de maneira especifica alguns tópicos que reputo fundamentais para uma politica de combate à inflação.

Como disse o Ministro Oswaldo Aranha ainda há pouco, as técnicas antiinflacionárias adotadas pelos diversos países não variam substancialmente: o mesmo mal requer medidas corretivas coincidentes. Esta consideração reforça a nossa objeção no que tange às omissões no programa antiinflacionário do Governo. Aliás, devo declarar inicialmente que o que justificou o requerimento de convocação do Ministro da Fazenda a esta Casa foi precisamente o fato de não ter o Ministro Lafer, na última visita que nos fez, desenvolvido convenientemente os tópicos da politica antiinflacionária do Governo. Desejo ainda ponderar ao Sr. Ministro Oswaldo Aranha que mesmo as medidas antiinflacionárias esparsas e incompletas divulgadas pelo seu ilustre antecessor, nunca foram, a meu juizo, plenamente realizadas; e não o foram, segundo supponho, porque o Ministro da Fazenda, que deveria dirigir a politica económica e financeira do Governo, não teve o prestigio necessário para executar o seu programa.

Nesta oportunidade desejo afirmar a V. Ex.^a, Sr. Ministro, que considero que qualquer politica de combate à inflação tem que contar, inicialmente, com uma condição a de que a politica antiinflacionária, formulada num programa, deve ser não apenas do Ministro da Fazenda mas do próprio Governo no seu conjunto.

A tal programa governamental o Congresso Nacional teria sem dúvida, seu valioso apoio pela Maioria e Minoria nesta casa desejam ver a inflação brasileira suplantada pelos processos técnicos de que hoje dispõem todos os governos. A Minoria que sente de per-

to o sofrimento do povo brasileiro, que o sabe angustiado e oprimido pela inflação não recusará o seu apoio às medidas eficazes que forem sugeridas para conter a elevação do custo de vida.

Feitas estas considerações preliminares, Senhor Ministro, desejo declarar que numa política antiinflacionária, — já que a inflação representa um poder de compra excedente dentro de um mercado limitado — uma das técnicas que têm sido utilizadas em todos os países civilizados é o recurso a uma política fiscal rigorosa.

Considero, por isso mesmo, que a técnica da tributação não pode ser esquecida num programa antiinflacionário, notadamente quando V. Ex.^a nos anuncia os índices alarmantes do aumento do custo de vida no Brasil.

Perguntaria, então, em primeiro lugar, a V. Ex.^a: qual a posição que reserva no programa antiinflacionário do Governo a uma política fiscal capaz de neutralizar os efeitos do poder de compra excedente, ora existente no Brasil?

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é possível — e ninguém mais do que o ilustre Professor Dr. Bilac Pinto sabe — que na vida e na história dos Ministros da Fazenda houvesse um só que revelasse todo o seu pensamento em matéria de imposição de impostos e de tributação.

Seria uma antecipação perigosa, que faria com que, provavelmente, o Ministro da Fazenda não sobrevivesse a sua posição e as suas próprias palavras. (Riso)

Esta a razão pela qual não anunciarei, não declarei, não enunciei e nem mesmo desejaria dizer as taxações que julgo imperativas, por isso que, oportunamente, teria de, sobre este assunto, voltar à Câmara — a única que me poderia dar esses recursos. Omiti, proposadamente, na relação que fiz das providências antiinflacionárias, as taxações que estão a ser exigidas se, de fato, quisermos realizar uma política de equilíbrio da vida do País. E' fora de dúvida que teremos de modificar o nosso sistema de impostos. E julgo isto de urgência. Oportunamente, eu mesmo pedirei à Câmara que me ouça a respeito das leis e dos projetos que pretendo apresentar, neste sentido.

Julgo fundamentais, julgo básicas, julgo indispensáveis certas taxações sobre determinados produtos e lucros a fim de podermos descongestionar a pressão inflacionária que enfraquece e perturba não só a vida econômica, mas só a vida financeira, mas a própria vida política brasileira, pois bem sabemos que a inflação é começo da anarquia para não dizer das revoluções.

O SR. BILAC PINTO — Indagaria, em seguida, do eminente Ministro da Fazenda, qual a posição que teria, num esquema do Governo de combate à inflação, a matéria relativa aos salários.

No curso da sua exposição, V. Ex.^a declarou que a elevação dos salários é uma consequência e não uma causa da inflação.

Não discordarei integralmente de V. Ex.^a, com relação a certos aumentos de salários. Mas há de V. Ex.^a convir em que a elevação dos salários pode ser, também, uma causa de inflação. E' o que os estudiosos de finanças públicas consideram como a inflação salarial, isto é, toda elevação de salários que não tenha uma correspondência exata no aumento da produtividade industrial ou agrícola constitui um aumento inflacionário de salário, ou a chamada inflação salarial.

Tivemos oportunidade, na gestão do antecessor de V. Ex.^a, de acusar o Governo de realizar três formas graves de inflação — a inflação monetária, a inflação salarial e a inflação de crédito.

O aumento do salário mínimo, inconstitucionalmente decretado pelo Poder Executivo, constituiu medida tipicamente inflacionária. Essa a razão pela qual indagamos de V. Ex.^a se esta providência havia sido submetida previamente ao Ministério da Fazenda. V. Ex.^a respondeu negativamente.

A propósito dessa informação de V. Ex.^a quero declarar o seguinte: dentro de um Governo que tem programa antiinflacionário, não se poderia conceber que a elevação do salário mínimo houvesse sido realizada sem a audiência do Ministério da Fazenda.

Essa elevação do salário mínimo foi inflacionária; não representou para o trabalhador brasileiro aumento do seu salário real e determinou a alta dos

salários das categorias superiores, com elevação considerável nas folhas de pagamento, em geral, segundo divulgou a "Conjuntura Econômica", nos seus fascículos de janeiro e estes seguintes do ano de 1952.

Ora, não tendo visto nenhuma referência, no esquema de V. Ex.^a, à política salarial do Governo e sabendo, por outro lado, que, neste momento, o ilustre Ministro do Trabalho cuida — antes mesmo de esgotado o prazo legal da vigência do salário-mínimo fixado, — de uma nova majoração desse salário-mínimo, pergunto a V. Ex.^a, Ministro da Fazenda que tem a responsabilidade pela política anti-inflacionária do Governo, como vai receber essa proposta do Ministro do Trabalho no sentido de nova majoração do salário-mínimo?

O SR. MINISTRO DA FAZENDA

— Sr. Presidente, Srs. Deputados, no capítulo em que me referi ao problema dos salários, capítulo da mais alta complexidade no mundo econômico e, especialmente, na conjuntura brasileira, declarei da dificuldade em que me encontrava de estudar problemas que me não foram ainda referidos e sobre os quais não tinha ainda sido chamado a opinar. Devo, entretanto, adiantar que o reajuste do salário não deve, não pode ser confundido como aumento de salários. O salário, dentro do quadro da economia é, talvez, a última etapa, num período de inflação, a se reajustar. Por isso, com a sua sabedoria e o seu conhecimento do problema, o próprio e ilustre Deputado Bilac Pinto manifestou-se, nesse assunto, com muita ponderação e tanta contenção de pensamento, pois, em verdade, trata-se de problema dentro do qual, na conjuntura de um país, as repercussões se manifestam de forma mais intensa, trazendo, mesmo por vezes, graves perturbações sociais. E' fora de dúvida, portanto — sabe-o V. Ex.^a, sabe-o a Câmara e, mais do que eu, sabe-o o Deputado Bilac Pinto — que os salários representam, na maré inflacionária, a etapa final do processo a que estamos assistindo em nosso País. Esses reajustamentos podem ou não estar sendo orientados com maior ou menor sabedoria ou prudência, mas em verdade, correspondem a uma necessidade. E todos os Governos avisados se devem adiantar a esses fenômenos, como vem procurando fazer o

brasileiro, a fim de restabelecer a harmonia social do País.

Para mim, o problema do salário-mínimo não traz realmente um acréscimo ao processo inflacionário. Se éle for o resultado de estudos técnicos perfeitos, não terá efeitos inflacionários mas, redistribuirá melhor a renda nacional entre as classes do País.

Reconheço que o problema é sutil e difícil. Todos porém, temos de concordar em que a solução precisa ser procurada diante das naturais relvindicacões daqueles que se consideram com direito a mais equitativos quinhões da renda.

A minha impressão é de que, provavelmente, ao tempo em que foi processada a fixação do último salário-mínimo, o Ministério da Fazenda tenha sido ouvido; se não o foi, deveria ter solicitado seu parecer, porque não é possível que se processe um deslocamento de níveis, como os determinados pela elevação do salário-mínimo sem que o Ministério responsável pela política econômica e financeira deixe de reclamar a sua própria audiência para a solução do problema.

Confesso que até este momento não fui ouvido sobre o novo reajustamento dos salários-mínimos no nosso País, mas declaro que me envergonharia de mim mesmo e da maneira pela qual estou sendo recebido nesta Casa, se isso se processasse sem que se ouvisse meu Ministério, o responsável pelas finanças e pela economia do País. (Palmas).

O SR. BILAC PINTO — Sr. Presidente, muitas outras questões teria a formular ao eminente Ministro da Fazenda. Acontece, porém, que, como há inúmeros colegas desejosos de vir a esta tribuna, encerrarei, por hoje, minhas observações a respeito da exposição do Sr. Ministro, para a essa tribuna voltar oportunamente, após estudo mais demorado sobre as palavras que nos dirigiu S. Ex.^a, o Sr. Dr. Osvaldo Aranha. Muito agradeço a S. Ex.^a.

O SR. PRESIDENTE — Há sobre a mesa requerimento de prorrogação da sessão por mais meia hora, a fim de que os outros oradores possam interpellar o Sr. Ministro. Em votação. (Fausa).

Aprovado.

Pedirei aos Senhores Deputados que procurem sintetizar, o mais possível, suas observações, a fim de que os demais tenham oportunidade de se dirigir ao Sr. Ministro Oswaldo Aranha, pois estão inscritos mais doze deputados.

Tem a palavra o Sr. Herbert Levy.

G SR HERBERT LEVY:

Sr. Presidente, serei o mais sumário possível. Desejaria formular ao Sr. Ministro algumas poucas perguntas objetivas. Entretanto, preliminarmente, da mesma forma como, do meu regresso do exterior, reconheci a situação verdadeiramente difícil deixada para S. Ex.^a, com relação aos empréstimos externos, pelo seu antecessor, que afirmou estarem disponíveis, e não estavam, 500 milhões de dólares de empréstimos bem como no concernente às condições inexequíveis do empréstimo de 300 milhões de dólares, o qual fôra aceito também pelo seu antecessor.

Com a mesma isenção, repito, devo formular alguns reparos à exposição de S. Ex.^a sobre as perspectivas de deficit orçamentário, bem como a análise do deficit orçamentário do biênio anterior, porquanto o Sr. Ministro certamente concordará em que a perspectiva inflacionária, ou de deficit orçamentário e de emissão atua imediatamente sobre a própria política de investimentos.

Como S. Ex.^a muito bem disse, essa política tem sido desviada dos setores da produção para ser canalizada para setores especulativos, portanto, inflacionários, e nada mais contribui para essa tendência do que a perspectiva de novos *deficits* e de novas emissões.

Assim, parece-me que a análise dos dois exercícios anteriores, concluindo-se por um deficit de 5 bilhões de cruzeiros, não tem procedência. Entre estas cifras, por exemplo, que se caracterizam como despesas, figura a de 4 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, liquidação de operações de compra e financiamento de produtos diversos, inclusive suprimentos à CAN e à COFAP.

Trata-se, evidentemente, de aquisições patrimoniais de mercadorias cuja venda, uma vez efetuada, determinarão a recuperação dessa importância. Por outro lado, essas responsabilidades da Prefeitura do Distrito Fe-

deral e de outros certamente não devem ser canceladas do orçamento, como um perdão a êsses diferentes responsáveis. Isto, quanto aos dois orçamentos anteriores. Agora, quanto ao orçamento em curso, parece-me que a estimativa do aumento do Imposto de Renda, fixado em 11% sobre o exercício anterior, fica adaxado da realidade, em virtude do aumento constante na arrecadação desse imposto. Isso certamente permitirá que se recupere a perda que venha a verificar-se, porventura, nos impostos de importação e de selo. Creio, portanto, que, com base na evolução da arrecadação anterior, há um certo pessimismo na expectativa de que a receita não atinja as previsões, uma vez que, repito, na probabilidade evidente de que o Imposto de Renda alcançará mais que os 11% previstos, compensando, portanto, as deficiências dos outros dois itens. Além do mais, há certo pessimismo nas informações levadas ao Sr. Ministro, quando se inclui entre as responsabilidades as que vêm do exercício anterior, compromissos que somam dois bilhões e qualquer coisa. Como o ilustre Ministro da Fazenda não ignora, em todos os exercícios sobram verbas que, materialmente, não podem ser gastas, ou porque relativas a obras não executadas, em virtude de não haver o material chegado em tempo, ou falta de complementação de projetos ou por outro motivo. Se se levar em conta na estimativa do "deficit" provável essas importâncias não gastas no exercício anterior, não se pode deixar de deduzir dessa estimativa verba igual ou maior (pois o orçamento atual é mais vultoso) de obras que também não poderão ser realizadas no exercício corrente, poupando-se as somas respectivas — será somar um fator desfavorável, sem descarregar fator favorável correspondente ao exercício corrente.

Isto apenas é simples impressão, porque a do nobre Sr. Ministro da Fazenda também não poderá passar de impressão, de que o Orçamento não se encerrará com um "deficit" de 10 bilhões de cruzeiros, e que nos levaria a uma perspectiva inflacionária altamente inconveniente.

Ademais, o Orçamento é, evidentemente, uma autorização para gastar. Eu desejaria que o nobre Sr. Ministro da Fazenda nos dissesse de sua disposição, em face da perspectiva não de um desequilíbrio de 10 bilhões de

cruzeiros — digamos de 5 bilhões, de não admitir “deficit” no fim deste exercício, mas de agir, de tôdas as formas, no sentido de cortar as despesas desnecessárias, para atingir um mínimo de “deficit” até o completo equilíbrio orçamentário.

E' a pergunta e o apêlo que faço a S. Ex.^a o Sr. Ministro da Fazenda, a fim de que se crie uma atmosfera, no setor de investimentos, que não seja levada pelo receio de nova desvalorização monetária que conduziria êstes investimentos aos de caráter imobiliário e outros que em nada ajudam a batalha contra a inflação.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, nada sorri mais ao Ministro da Fazenda do que o otimismo dos ilustres parlamentares e as sugestões que desta Câmara ilustre possam vir, no sentido de maiores rendas e de um equilíbrio orçamentário. Desejaria que todos os Deputados falassem como o nobre Sr. Herbert Levy e que trouxessem ânimo e coragem, como as palavras de S. Ex.^a acabam de trazer, a um Ministro da Fazenda que, como eu, entre *deficits*, diferenças e impreviões, trata de procurar atender às exigências, às despesas crescentes do nosso país.

Devo, em primeiro lugar, esclarecer ao meu estimado, querido e admirado amigo Deputado Herbert Levy que as operações de compra e financiamento de produtos diversos, inclusive os suprimentos à CAN, se traduziram, em uma liquidação final, em prejuízos reais para o Tesouro, nos exercícios de 1951 e 1952. Todavia, os 4 bilhões e 300 milhões que figuram na minha exposição ao Senado resultaram de um erro de impressão dos Balanços de 1951, atribuindo vultosa importância de liquidação de diversas contas orçamentárias às operações de financiamento autorizadas pela Lei número 615. Teve pois Vossa Excelência inteira razão quando estranhou o vulto de aquele total. No tocante aos 972 milhões relativos à Prefeitura do Distrito Federal, devo esclarecer ao meu eminentemente amigo que não se trata propriamente de uma despesa e, sim, da

contrapartida das contribuições devidas e não pagas pela Prefeitura, mas escrituradas como receita arrecadada pela União, nos anos de 1951 e 1952. Com êsse jôgo de contabilidade ficaram essas contribuições debitadas a Prefeitura do Distrito Federal, na conta Diversos Responsáveis.

Assim, um pobre Ministro da Fazenda tem de se ater à realidade e nos seus cálculos não pode considerar como possível de incorporar às rendas, aos recursos, aquilo que se volatilizou.

Além disto, quero declarar que nada condiz mais com o meu temperamento do que o otimismo, a esperança e a fé, mesmo em assuntos fazendários e financeiros. Desejaria mesmo receber sugestões, idéias, projetos e planos, no sentido de poder reduzir o “deficit” que ameaça o balanço financeiro e orçamentário dêste ano.

Posso até apresentar a S. Ex.^a e a Câmara alguns índices de recuperação, mas devo declarar que não consigo, até hoje, reduzir a dívida do Tesouro no Banco do Brasil, índice de que as rendas e as despesas não estão trazendo elementos bastantes para me transportar do juízo exato dos números às ilusões naturais, ao otimismo dos homens, que querem ser úteis, em sua atividade, como é o caso dos Ministros da Fazenda.

Tenho, de fato, algumas indicações favoráveis. Já reduzimos a diferença nas receitas do primeiro semestre quando assumi as minhas funções, de 3 milhões e 791 mil cruzeiros para 2 milhões e 54 mil cruzeiros. Quer dizer: passei a arrecadar mais em relação à previsão do que se arrecadara até junho dêste ano. Na despesa — sabe Deus, testemunha dos meus padecimentos — com que sacrifício consegui reduzir igualmente em mais de 1 milhão de cruzeiros sobre o que estava autorizado e previsto.

Sr. Presidente, são migalhas dentro do quadro que temos de defrontar! Mas não apresenta *deficit* uma Nação, um povo que tem fé em si mesmo: não assustam à Nação os números, no seu jôgo trágico e diabólico, porque acreditamos em nós mesmos; na nossa capacidade de trabalhar, de pensar, de agir, de reconstruir. Não nos devemos deixar, portanto, dominar por

essas pequenas cifras, para mais ou para menos, quando a nossa decisão é como foi a dos nossos antepassados, de fazer este país progredir e crescer, como vem progredindo e crescendo, com *deficit* ou sem *deficit*. (Palmas).

O SR. HERBERT LEVY — Senhor Ministro, agradeço muito o esclarecimento de V. Ex.^a, porque pareceu-me francamente surpreendente a revelação de que as operações de financiamento e compra de produtos tivessem produzido um prejuízo desse vulto para a administração — o que realmente escapava um pouco à compreensão, creio eu, desta Câmara e representaria uma completa novidade, digna realmente de um exame acurado. Por outro lado, Sr. Ministro, congratulome com a notícia, a qual corresponde perfeitamente quanto de V. Ex.^a esperava a Nação, de que, graças à diretoria imprimida por V. Ex.^a à Pasta da Fazenda, já as perspectivas do *deficit*, anunciado há algum tempo, se transformaram e que nos aproximamos de uma execução orçamentária mais favorável.

V. Ex.^a deve estar satisfeito por haver eu levantado esta questão, visto como o esclarecimento de V. Ex.^a cria realmente outro clima no setor de investimentos e fará que os recursos indispensáveis não fujam para investimentos que representam, como vem acontecido, constante desvalorização da moeda e se animem mais a caminhar para os setores de produção, onde exatamente terá de se travar a batalha antiinflacionária.

Assim, devemos nos congratular que V. Ex.^a nos tenha proporcionado este esclarecimento final.

Sr. Ministro, desejaria lembrar a V. Ex.^a, neste plano de recuperação da dívida pública, que deve realmente constituir empenho — e V. Ex.^a revelou seu propósito neste sentido — a questão das elevadas taxas de juros que predomina no Brasil, ao lado das providências que deverão moralizar os títulos públicos, qual seja, o de pagamentos pontuais e fáceis, o que não tem ocorrido, porquanto os cupões da dívida pública, como V. Ex.^a sabe, se pagam com grande atraso e os interessados são obrigados a recorrer a in-

termediários para recebê-los. Por outro lado, a mentalidade de juros altos, no Brasil, está criando um grande mal, que poderia ser prontamente atacado. V. Ex.^a se referiu à alta do custo da vida de 260%, de 39 a 43, no Brasil.

Lembrarei a V. Ex.^a que a Argentina, sujeita, precisamente, às mesmas pressões inflacionárias que aqui têm ocorrido, teve grande saldo na balança comercial, que se traduziu pelo acúmulo de cambiais, que lá foram mais elevados do que no Brasil, atingindo a 1 bilhão e 200 milhões de dólares. A Argentina, graças a uma política de crédito bem orientada, se neutralizar o crédito inflacionário e baratear o dinheiro, registrou, no mesmo período em que verificamos um aumento de 170% no nosso custo de vida, um aumento somente de 21%.

O Governo teve toda facilidade em recorrer a recursos para seus empréstimos na base de 5,5% e os empréstimos bancários não ultrapassam a taxa de 6,5%.

Estou convencido, e peço a opinião de V. Ex.^a para a idéia, pela qual me bato, de que é possível, dentro de prazo muito curto, fazer com que as taxas de aplicação para todas as necessidades legítimas da produção no Brasil não excedam de 6,5% ou 7%. Desde que naja uma política de policiamento de crédito bem orientada, não se pagarão juros para os depósitos à vista, em que nunca se procura receber juros e representam 85% dos depósitos bancários.

Lembraria a V. Ex.^a que este seria fator essencial para fortalecer igualmente o mercado de títulos da dívida pública, permitir fossem colocados em proporção bem mais elevada do que o são, devendo o Brasil, como deve, dez bilhões de cruzeiros, de dívida fundada, isso representa menor de um terço do orçamento e revela claramente haver alguma coisa errada que precisa ser corrigida. Reputo essa questão de taxa de juros, em geral, vigorante, como essencial para a correção dessa anomalia sobre títulos públicos e sobre a mentalidade de lucros altos que ainda predomina no país e pediria a opinião de V. Ex.^a a respeito

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — Sr. Presidente, entre os naturais receios de um homem que nunca viveu a vida parlamentar, fora de dúvida é motivo de alta satisfação para mim receber, como estou recebendo hoje, nesta Casa, um concurso não só de simpatia, porém mais do que isso, uma cooperação efetiva para o esclarecimento da ação que eu deva desenvolver no Ministério da Fazenda.

A questão ora levantada pelo ilustre Deputado Sr. Herbert Levy é talvez um dos problemas básicos que teremos de enfrentar. O problema do crédito, do crédito público, do crédito privado sob tôdas as suas formas, carece de revisão profunda, se, de fato, quisermos viver dentro das boas bases econômicas em que vivem os povos organizados.

Estou confiante na reforma bancária que aqui se elabora e tem no Deputado Levy um dos colaboradores e redatores. Finda esta interpelação, que, confesso, me atemorizava — pois sempre fui homem ausente dos Parlamntos e, por mais gratas que fôsem as recordações do Senado, sempre é natural que a confiança que os homens inspiram não se deva ter nas damas, que, no caso, seria a Câmara... — Sinto-me satisfeito e agradeço profundamente o concurso dessas idéias e dessas sugestões, pedindo se traduzam, nas Comissões, por maneira a que, de fato, criemos um regime legal dentro da confusão das leis existentes, bancárias, econômicas e financeiras, para que o Brasil possa trabalhar com dinheiro barato, mas com dinheiro são, com dinheiro honesto, com dinheiro capaz de produzir e de reproduzir.

O SR. HERBERT LEVY — Muito grato a V. Ex.^a.

Outra pergunta, Sr. Ministro. Em sua exposição no Senado, V. Ex.^a aludiu, entre outros itens — e V. Ex.^a, certamente, compreenderá que, como Deputado da oposição, não me refira a tudo aquilo com o que estou plenamente de acôrdo, que é quase tudo quanto V. Ex.^a expôs no Senado, representando, realmente, política sadia, merecedora de nossa colaboração e apoio — à utilização das reservas de diversas categorias, que montavam a

16 bilhões de cruzeiros e, entre elas, às reservas das sociedades anônimas, que vão a cêrca de 10 bilhões.

Acredito que, se V. Ex.^a examinar o assunto com a clarividência de que sempre foi senhor, verificará não existir essa disponibilidade nas sociedades anônimas. Não são êsses recursos dos quais possa lançar mão a administração, de vez que se trata de elementos incorporados à vida das empresas e transformados em bens de produção, matérias primas etc.

Essa referência de certa maneira inquietou os dirigentes de empresas e pediria a V. Ex.^a uma palavra de esclarecimento.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — Sr. Presidente, agradeço a interpelação que acaba de fazer o Deputado Herbert Levy, por isso que me oferece a oportunidade de esclarecer um pensamento. Como é natural, todos nós acreditamos sejam nossos pensamentos claros. Tenho, agora, oportunidade de positivar aquilo que tinha intenção de dizer, quando fiz essas afirmações.

Falei do futuro. Não falei do passado. Não me referi às reservas existentes e feitas; indiquei-as apenas, para mostrar as possibilidades futuras. Não aludi à revalorização dos ativos, que foi, como sabe esta Casa, como sabe o país inteiro, uma das mais violentas sangrias feitas ao Tesouro (*multo bem*), por isso que, de um momento para outro, por uma operação de mágica fiscal, ficou a comunidade desfalcada de uma das fontes mais robustas para sua manutenção. Mas, uma vez que tal foi feito, não cabe a nós revisar; por isso, anunciei que, de futuro — e êsse foi o meu pensamento — constitui propósito reexaminar o problema das reservas em face da política fiscal e do crédito público interno.

O SR. HERBERT LEVY — Muito grato a V. Ex.^a pelo esclarecimento. Vou fazer uma última pergunta, para dar oportunidade aos demais colegas e não mais tomar o tempo de V. Ex.^a.

Desejaria saber o seguinte: A impressão que V. Ex.^a transmitiu à Casa

é de que atingiríamos, ao fim do exercício, uma situação satisfatória de equilíbrio, mas não entendi bem se era em nosso comércio exterior ou se na balança de pagamentos. Indagaria se a opinião ainda é válida em face das concessões imoderadas de licenças de importação, como foram verificadas nos meses de julho e agosto e tive o ensejo de denunciar desta tribuna. Gostaria de saber se, mesmo com essas licenças imoderadas, que estão criando, segundo fui informado, verdadeiro impasse na CEXIM para concessão de quaisquer novas licenças, haveria perspectivas de equilíbrio da balança de comércio ou da balança de contas. Não entendi bem a conclusão de V. Ex.^a e pediria esclarecimento

O SR. MINISTRO DA FAZENDA

— Sr. Presidente, nem sempre os Ministros da Fazenda desejam ser bem entendidos... (Riso). É necessário que fique sempre, como diria o ilustre Deputado Bilac Pinto, uma margem ao *inflationary gap*, que pertence, que é um direito de todos os gestores das finanças públicas. A verdade é que nós, nos meses de julho, agosto e setembro, conforme quadro que reuni ao meu trabalho e deixei de ler — daí as dúvidas do nobre Deputado Herbert Levy — já estamos verificando um saldo positivo na nossa balança de comércio. Mas, mesmo assim — e é o aspecto que naturalmente feriu o espírito agudo de S. Ex.^a, conhecedor do problema — estamos muito aquém das obrigações de nosso balanço de pagamento. Por isso, disse que esperava que, mesmo dentro dessa situação, pudessemos chegar a uma balança de pagamentos razoável, sem assegurar que ela seria equilibrada ou deixaria, graças à contribuição da balança de comércio, saldos favoráveis. A realidade é dura e difícil, mas temos o dever de melhorá-la. Até o primeiro semestre, as nossas exportações foram inferiores às exportações dos anos anteriores, do primeiro semestre do ano de 1952, que já foi de declínio, em cerca de 200 milhões de dólares. E, nos três meses de julho, agosto e setembro, devido a uma providência que adotamos depois de ouvir os maiores da nossa economia e

das nossas finanças em relação às exportações de café e de outros produtos, melhoramos a nossa posição, mas não de maneira a podermos admitir com otimismo os resultados a que chegaremos ao fim deste ano. Entretanto, asseguro a V. Ex.^a, Senhor Presidente, e aos Srs. Deputados que diariamente me preocupo com esse problema mais do que com os meus, por isso que estou convencido, como o ilustre Deputado Herbert Levy acaba de demonstrar, de que aí é que está o ponto sensível de que dependerão, por certo, quase todos os demais problemas econômicos e financeiros do País.

Em relação ao problema a que se referiu o Sr. Deputado Herbert Levy, do licenciamento exagerado e exorbitante nos campos da moeda conversível e da inconversível, de licenças para importações, devo confessar à Câmara, sem amargura, porque entendendo que não há segredos, nem pode haver, entre os brasileiros (*muito bem*), estejam eles nas camadas inferiores do trabalho ou nas superiores de direção desse trabalho, devo dizer que S. Ex.^a conheceu esses dados antes do Ministro da Fazenda e os revelou à Câmara, com surpresa para mim, que como era natural, em virtude de ordens diretas do Presidente da República ao novo diretor da Carteira de Exportação e Importação, estava formando esses quadros que foram objeto, hoje, de um relatório em que, sem dúvida, nas linhas gerais, as afirmações de S. Ex.^a são fundadas, mas em algumas parece ter havido no informador de S. Ex.^a algumas distorções, vamos dizer, para usar uma expressão adequada aos novos economistas. A realidade é que no primeiro semestre tivemos importações no valor de doze bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros — portanto, soma superior a seiscentos e vinte milhões de dólares. E o nosso orçamento de câmbio para este semestre fez previsões muito mais cautelosas, porque já se acentuava, no estudo dos nossos quadros de intercâmbio, redução clara e positiva. E demos, em moedas inconversíveis, 340 milhões, e, em moedas conversíveis, 231 milhões. As autorizações dadas, no primeiro trimes-

tre, deixaram, em verdade, em moedas inconversíveis para serem dispostas, 166 milhões, e em moedas conversíveis, apenas 85 milhões.

Mas quero anunciar à Câmara: com os elementos que já tenho em meu poder, darei, neste último trimestre, recursos além dos previstos pelo nosso orçamento de câmbio às importações de artigos fundamentais do nosso País. E, em breves dias, espero — tomando por base o próprio projeto de S. Ex.^a o Deputado Herbert Levy — voltar as Comissões desta Casa, que, acredito, serão tão amáveis e generosas como está sendo este plenário, a fim de discutirmos a nova lei de importações e exportações. Sabemos que ela se fundará no desaparecimento de um órgão que tem perturbado, de maneira incrível, os aspectos materiais e morais do comércio exterior. (*Palmas*).

O SR. HERBERT LEVY — Senhor Ministro, desejo agradecer a V. Ex.^a, pedindo que me releve se, porventura, no decorrer deste debate, a minha arguição tenha tido um travo de rudeza. E' um pouco de meu caráter, excessivamente franco. Agradeço as explicações, que me satisfizeram. (*Palmas*)

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Deputado Carmelo d'Agostino.

O SR. CARMELO D'AGOSTINO:

Sr. Ministro, empolgado, ainda, pelo brilho e acerto com que V. Ex.^a vem capacitando esta Casa, na revelação dos esforços para a solução dos nossos cruciantes problemas econômicos, e sabendo da canseira de que V. Ex.^a está possuído, serei breve. Farei simplesmente algumas perguntas, mais no sentido prático e de elucidação ao brilhante discurso de V. Excelência.

Sr. Ministro, V. Ex.^a disse, em seu discurso, que havíamos exportado algodão, sisal e cera de carnaúba aos preços internos. Observei, porém, que V. Ex.^a não é pugnador da aplicação da Lei do Câmbio Livre. Ao fazer V. Ex.^a referência aos preços internos desses produtos, tratando-se de mercadorias gravosas, desejava, então,

saber de V. Ex.^a se essas exportações foram efetuadas através das taxas do câmbio livre.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA

— Sr. Presidente, talvez — melhor, por certo — a deficiência na exposição foi minha. Vendemos algodão e outros produtos no valor de Cr\$.. 3.019.000.000,00 até ontem. Para o mercado interno vendemos 1 bilhão 323 milhões 612 mil cruzeiros.

A explicação, meu ilustre amigo, Deputado Carmelo d'Agostino, é muito simples. Tendo o Banco do Brasil adquirido todo o algodão do País, não podia deixar de atender às necessidades internas, e foi levado a vender para o consumo interno uma parcela — a de 1 bilhão, 323 milhões 612 mil cruzeiros, e, diretamente para o exterior, 1 bilhão 695 milhões de cruzeiros.

O Banco do Brasil ficou com todo o algodão, e, conseqüentemente, teve de ceder 1 bilhão 323 milhões 612 mil cruzeiros para as fábricas, pois, como V. Ex.^a sabe, é essa a maior e a mais antiga indústria de nosso país. E o restante exportou. E o valor dessa exportação — 1 bilhão 695 milhões de cruzeiros — produziu, na realidade, muito mais, porque se incorporou às operações cambiais, cujos segredos de multiplicação V. Ex.^a conhece muito mais do que eu.

O SR. CARMELO D'AGOSTINO

— Bondade de V. Excelência.

Neste caso, a exportação não foi feita pela taxa do câmbio livre.

Só uma outra pergunta e encerarei a minha arguição.

V. Ex.^a Sr. Ministro, referiu-se à inflação do crédito, fazendo menção a que éle naturalmente se processava com uma certa orgia nos bancos e aludiu também à expansão dos meios de pagamento. Realmente, vejo nisso, na prática, uma situação completamente diferente, por duas razões. Uma, é o atual clamor do interior do meu Estado, reclamando crédito, em vista dos bancos não possuírem esses meios de pagamentos. Ainda há pouco tempo vários lavradores do interior paulista, vinham pedindo, se não

me engano a V. Ex.^a também, recursos para atender às suas atividades de produção, em face da falta de crédito, no setor agrícola daquele Estado. Não basta isso, Sr. Ministro.

Verifiquei, também, e, creio, já tive ocasião de dizer a V. Ex.^a que há uma contradição entre o que chamamos de inflação de crédito, ou seja, a soma dos depósitos bancários, para com a renda nacional. Pois bem, Sr. Ministro, minha pergunta cingir-se-á a estes dois pontos. Se a renda nacional do País, soma 230 bilhões de cruzeiros, entre ela, com seu coeficiente, se nota a parte de salários e ordenados em 110 bilhões; sendo a soma dos depósitos bancários de 123 bilhões, ou seja, a espécie depositada nos bancos, mais as vezes que ela se aplica pelo uso do cheque para atender às permutas a que se destine o dinheiro, como consideraremos inflacionário o seu crédito, como julgaremos possuindo o país meios de pagamentos excessivos, se as disponibilidades bancárias apenas atendem a parte embrionária da produção, que é a dos salários e ordenados de sua concepção? Assim, vai permitir, Senhor Ministro, que interprete a alusão de V. Ex.^a, neste sentido, como de um lapso nos dados fornecidos a V. Ex.^a. A minha assertiva se apoia em texto da Revista Brasileira de Economia, da Fundação "Getulio Vargas", dizendo, contrariamente, ao que vem de afirmar V. Ex.^a no seu proficiente discurso.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, desejaria, como Ministro da Fazenda, que as asserções do ilustre Deputado e meu distinto amigo, Carmelo d'Agostino...

O SR. CARMELO D'AGOSTINO — V. Ex.^a muito me honra com a referência.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — ... fôsem precedentes e realmente fundadas, que o nosso país não estivesse às vésperas da hiperinflação, justamente assistindo a um espetáculo que, segundo tôdas as previsões, é capaz de ameaçar a ordem social. Mas o fato é que se V. Ex.^a fôsse procurar os dados reais com os quais de-

vemos jogar, veria que a moeda em poder do público montava em 31 de julho último a 34.844 milhões acrescida, infelizmente, sob a minha própria gestão, durante julho, de cerca de 700 milhões, porque não pude e não consegui reduzi-la, e que a moeda escritural felizmente ficou estacionária em 77,3 bilhões e ainda que o total de meios de pagamento, como nunca, chegou a 113 bilhões de cruzeiros.

O total das aplicações bancárias, que era de 126 bilhões, em 31-12-52, ascendeu a quase 139 bilhões, em 30 de junho último, expandindo-se pois de cerca de 10% no semestre — o que não indica, de modo algum, retração de crédito.

Além disso, precisamos notar que êsses fatores são perturbadores e tanto mais alarmantes — ao contrário do otimismo que eu desejaria verdadeiramente alimentar para corresponder à realidade da sugestão de V. Ex.^a — que, nestes últimos três meses, as emissões foram apenas de um bilhão de cruzeiros, quando, nos três meses anteriores, foram, mensalmente, em média, de um bilhão e noventa e oito milhões de cruzeiros. Quer dizer que está de tal forma saturado o crédito, de tal forma inflacionado que a êle não mais correspondem os meios de produção, a cuja disponibilidade de fatores deve obedecer. Estamos, em matéria de economia, assistindo ao carro puxar os bois.

O SR. CARMELO D'AGOSTINO — Agradeço as explicações de V. Ex.^a, embora deva dizer que as que foram por mim expendidas também se escudam em cifras inofensíveis, como, pela sua origem, as que citei. Devo acrescentar que o acôrto de minhas alusões se estriba também no que se passa agora em São Paulo, onde se reclama crédito, porque não o distribuem aos bancos, por não possuírem os meios para ministrá-lo. Esta, a prova prática que, permita V. Ex.^a, se opõe ao que se propala no País, quanto à inflação do seu crédito. Outro fato da inexistência de meios de pagamento, quanto dêles carecemos, está nas taxas de juros pagas pelos

nossos bancos. Se são elas elevadas, é porque pouco é o dinheiro que a elles afluí, contrariamente ao que d'êles se procura nas suas casas de crédito. Talvez de que padece a nossa terra é de uma má circulação do seu dinheiro. Elle não converge, de preferência, aos bancos para prestar-se, *a priori*, às atividades económicas do País. Aqui termino, Sr. Ministro, interrompendo as minhas perguntas

para não fatigar mais V. Ex.^a, reiterando, contudo, os meus sinceros aplausos pelo brilhantismo de sua exposição, o que nos faz pensar estar V. Ex.^a integrado nos grandes problemas económicos de nossa terra e que os quer resolver com acêrto.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA
— Muito obrigado a V. Ex.^a (*Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas*).

**TABELAS E GRÁFICOS DO DISCURSO
DO MINISTRO OSWALDO ARANHA**

Serv

Serv
In

Leg
(

Ser

A

A

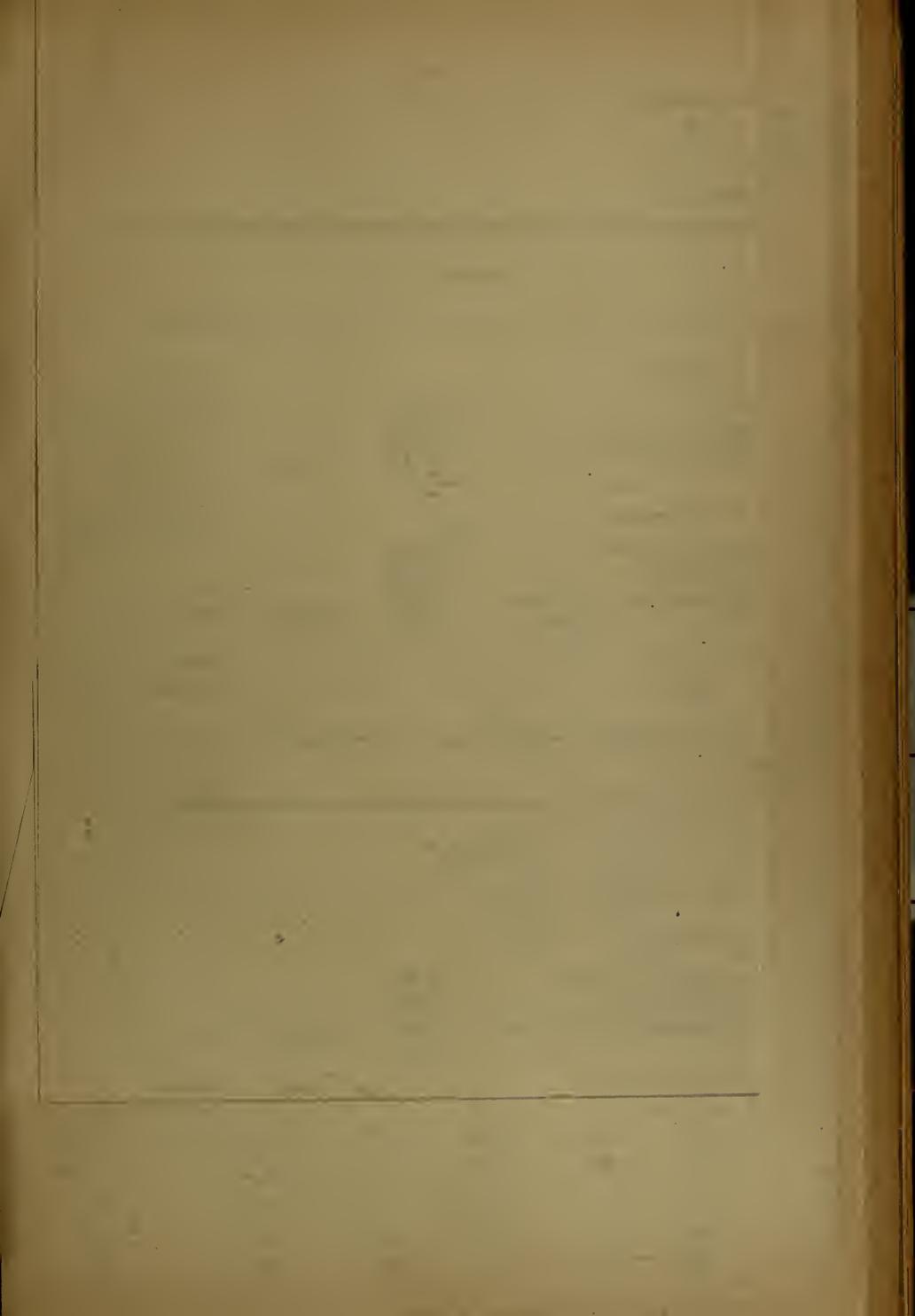
QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS ENVIADOS AO TRIBUNAL DE CONTAS PELAS ENTIDADES:
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA (SESI), LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA (LBA), SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM
INDUSTRIAL (SFNAI) E SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC)

ENTIDADES	EXERCÍCIOS E NÚMEROS DE PROCESSOS							OBSERVAÇÕES
	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	
Serviço Social da Indústria (SESI)	—	—	—	—	—	—	—	
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SFNAI)	—	—	—	—	—	—	—	
Legião Brasileira de Assistência (LBA)	35.642-50	35.642-50	35.642-50	35.642-50	54.522-52	64.932-52	24.518-52	
Serviço Social do Comércio (SESC)								
Administração Nacional	32.754-49	32.754-49	32.754-49	39.950-49	56.666-52	56.071-52	—	
Administrações Regionais:								
Alagoas	—	—	—	—	—	—	—	Instalado em 1947.
Amazonas	—	58.622-52	58.622-52	58.622-52	58.622-52	58.622-52	—	Instalado em 1948.
Goias	—	—	65.208-52	65.208-52	65.208-52	65.208-52	—	
Distrito Federal	42.524-51	42.524-51	42.524-51	42.524-51	55.891-52	—	—	
Lagoa Santa	55.731-52	55.731-52	55.731-52	—	—	—	—	Delegata a partir de 1949.
Minas Gerais	—	—	61.978-52	61.978-52	61.978-52	61.978-52	—	Instalado em 1948.
Mato Grosso	3.234-53	3.234-53	3.234-52	3.234-53	3.234-53	3.234-53	—	
Piauí	—	—	—	—	—	24.095-53	—	Iniciado em 1951
Paraná	—	—	—	—	55.732-52	—	—	Instalado em 1950.
Pernambuco	—	—	—	—	60.776-52	60.776-52	—	Instalado em 1950.
Rio de Janeiro	55.731-52	55.731-52	55.731-52	60.880-52	60.880-52	60.247-52	—	
Rio Grande do Norte	—	—	—	65.046-52	65.046-52	65.046-52	—	Instalado em 1949.
Rio Grande do Sul	51.262-51	51.262-51	51.262-51	51.262-51	2.269-53	2.269-53	—	
Santa Catarina	—	—	61.981-52	61.981-52	61.981-52	61.981-52	—	Instalado em 1949.
São Paulo	54.634-52	54.634-52	54.634-52	58.780-52	58.856-52	64.415-52	—	
Sergipe	—	—	—	3.702-53	3.702-53	3.702-53	—	Instalado em 1949.

Pelo quadro acima se verifica:

- I — Que o SESI e o SENAI não enviaram suas contas ao Tribunal;
- II — Que a LBA tem enviado suas contas regularmente;
- III — Que o SESC tem prestado contas, com exceção dos órgãos Regionais de Pernambuco e Alagoas, notando-se, também, que na Administração Nacional, nem as Regionais enviaram, ainda as contas de 1952.

Diretoria de Tomada de Contas, 5 de agosto de 1953



16 -- ESTADO DE MINAS GERAIS

1952

(Cr\$ 1.000)

ORÇAMENTO ORDINÁRIO

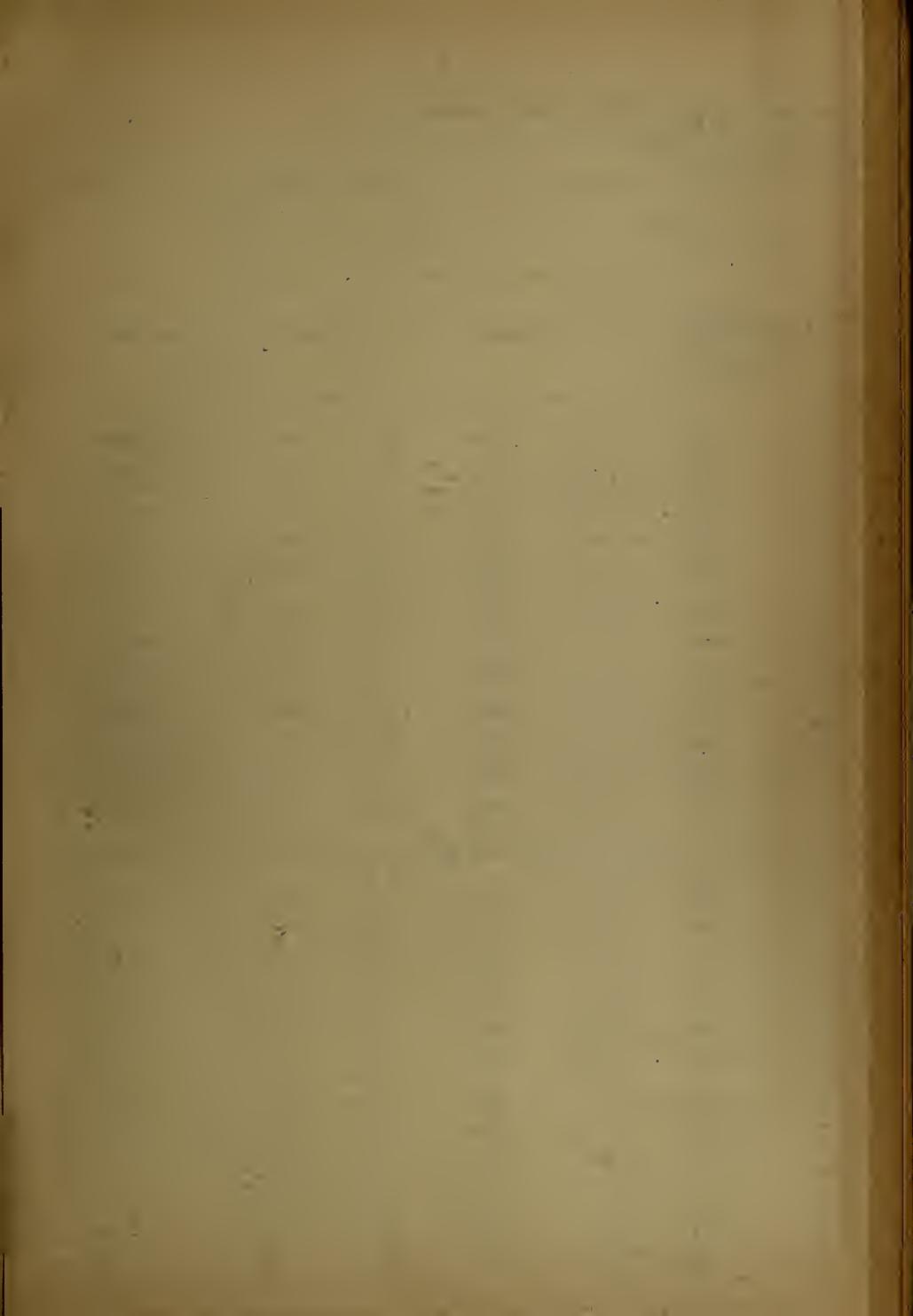
Receita			Despesa		
Tributária:			De Custeio:		
Impostos Diretos	347.000		Pessoal	702.191	
Impostos Indiretos	1.523.412		Materia Permanente	58.851	
Taxas	94.250	1.964.662	Materia de Consumo	143.212	
			Serviços	111.340	1.013.594
Patrimonial:			De transferência:		
Renda Imobiliária	13.000		Subsídios Econômicos	152.218	
Renda de Capitais	26.597	39.597	Subsídios Sociais	54.168	
			Outros Sociais	154.031	
Industrial		80.150	Juros e Despesa da Div. Pública	222.183	
Transferida		80.500	Diversas	11.291	593.661
Diversas		91.000	Supervit		648.454
Total		2.255.909	Total:		2.255.900

ORÇAMENTO DE CAPITAL

Receita			Despesa		
Supervit do Orçamento Ordinário	648.454		Investimentos:		
Alienação de bens Patrimoniais	5.000	653.454	No Setor das Obras Públicas	489.900	
			No Setor da Const. Civil	78.510	
Operações de Crédito:			No Setor Industrial	152.770	
Para Cobertura do Deficit		211.462	No Setor Agrícolas	44.080	
			Diversos	77.444	841.704
Total		864.916	Amortização de Dívidas		23.212
			Total:		864.916

RESUMO

	Receita	Despesa
Orçamento Ordinário	2.255.909	1.607.455
Orçamento de Capital	5.000	864.016
Deficit	211.462	—
Total:	2.472.371	2.472.371



DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A EXPOSIÇÃO DE S. EXA. O SR. MINISTRO DA FAZENDA

Receita Tributária Nacional — 1941-1952
(Milhões de cruzeiros)

Anos	Impostos Diretos		Impostos Indiretos				Total Geral
	Sobre a Renda	Sobre a Propriedade	Internos de Consumo e Venda	Externos de Importação e Exportação	Diversos	Taxas	
1941	537	655	2 068	1 803	1 163	384	6 600
1942	938	734	2 300	1 209	1 218	385	6 964
1943	1 498	959	2 975	1 238	1 594	411	8 534
1944	2 039	1 220	3 814	1 585	1 821	457	10 934
1945	2 350	1 366	4 272	1 961	2 028	514	13 19
1946	2 751	1 765	7 172	2 618	2 554	633	17 493
1947	3 902	1 744	8 510	3 156	2 842	729	20 883
1948	4 195	2 110	10 055	4 166	3 003	1 099	24 623
1949	4 785	2 505	12 719	4 486	3 578	1 419	29 482
1950	5 582	3 137	14 935	4 833	4 176	1 733	34 296
1951	8 104	4 509	20 377	7 327	5 879	2 457	48 651
1952	9 994	5 167	22 734	6 890	6 890	3 451	55 136
1941	8,1	9,9	31,4	27,3	17,5	5,8	100
1942	14,2	10,5	33,0	18,5	18,3	5,5	100
1943	17,4	11,2	34,7	14,4	17,5	4,8	100
1944	18,6	11,2	34,9	14,5	16,6	4,2	100
1945	17,8	10,4	37,7	14,9	15,3	3,9	100
1946	15,7	10,1	41,0	15,0	14,6	3,6	100
1947	18,7	8,3	40,7	15,1	13,7	3,5	100
1948	17,0	8,6	40,8	16,9	12,2	4,6	100
1949	16,2	8,5	43,1	15,3	12,2	4,8	100
1950	18,2	9,2	43,4	14,0	12,2	5,0	100
1951	16,7	9,2	41,9	15,1	12,1	5,0	100
1952	18,1	9,4	41,2	12,5	12,5	6,3	100

UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

Impostos Diversos

(Cr\$ 1.000.000)

ANOS	Total	Sêlo	Ind. e prof.	Licença	Jogos e Div.	Outros
1941	1.153	429	392	149	51	132
1942	1.268	524	405	149	51	139
1943	1.504	663	464	137	55	185
1944	1.821	838	549	156	67	311
1945	2.028	958	580	169	77	234
1946	2.553	1.302	689	216	63	283
1947	2.842	1.527	742	245	61	267
1948	3.003	1.586	823	305	73	216
1949	3.578	1.809	1.035	445	108	181
1950	4.176	2.144	1.196	502	128	206
1951	5.879	3.070	1.712	665	178	254
1952	6.890	3.573	2.050	771	244	252

Percentagens (%)

Anos	Total	Sêlo	Ind. e prof.	Licença	Jogos e Div.	Outros
1941	100,00	37,23	34,00	12,92	4,44	11,44
1942	100,00	41,37	31,94	11,77	3,98	10,94
1943	100,00	44,11	30,82	9,12	3,64	12,31
1944	100,00	46,03	30,14	8,58	3,66	11,59
1945	100,00	47,26	29,14	8,33	3,76	11,55
1946	100,00	50,99	27,00	8,48	2,47	11,06
1947	100,00	53,73	26,11	8,63	2,15	9,38
1948	100,00	52,82	27,42	10,14	2,44	7,18
1949	100,00	50,55	28,93	12,43	3,02	5,07
1950	100,00	51,34	28,64	12,02	3,07	4,93
1951	100,00	52,21	29,12	11,32	3,03	4,32
1952	100,00	51,86	29,76	11,8	3,55	3,65

UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS
 Impostos sobre a propriedade

(Cr\$ 1.000.000)

ANOS	Total	Predial	Territorial	Transmissão Causa-Mortis	Transmissão Inter-Vivos
1941	655	252	139	63	201
1942	734	276	145	65	448
1943	959	301	184	83	491
1944	1.226	328	242	105	545
1945	1.366	362	278	113	613
1946	1.765	419	312	183	851
1947	1.744	544	357	173	670
1948	2.110	670	508	182	750
1949	2.505	818	543	219	925
1950	3.131	1.111	610	260	1.156
1951	4.509	1.637	732	391	1.749
1952	5.167	2.112	1.010	387	1.658

Percentagens (%)

ANOS	Total	Predial	Territorial	Transmissão Causa-Mortis	Transmissão Inter-Vivos
1941	100,00	38,49	21,20	9,66	40,65
1942	100,00	37,55	19,82	8,78	33,85
1943	100,00	31,37	19,24	8,65	40,74
1944	100,00	26,86	19,87	8,57	44,70
1945	100,00	26,49	20,34	8,30	44,87
1946	100,00	23,76	17,89	10,37	48,18
1947	100,00	31,22	20,44	9,91	38,43
1948	100,00	31,75	24,06	8,62	35,57
1949	100,00	32,66	21,68	8,73	36,93
1950	100,00	35,42	19,43	8,29	36,86
1951	100,00	36,30	16,23	8,67	38,80
1952	100,00	40,87	19,55	7,49	32,09

DEPESA PUBLICA NACIONAL 1941-1952
(Bilhões de cruzeiros)

Anos	União	Estados e D. Federal	Municípios	Total	Índice 1940=100	Crescimento anual%
1941	5.4	3.3	1.0	9.7	107	6.6
1942	* 6.3	3.3	1.1	11.1	122	14.0
1943	* 8.4	4.3	1.1	13.8	152	24.3
1944	* 10.4	5.5	1.3	17.2	189	24.6
1945	* 12.8	7.0	1.6	21.4	235	24.4
1946	14.2	8.6	1.8	24.6	270	15.0
1947	13.4	10.4	2.3	26.1	287	6.1
1948	15.7	12.4	2.9	31.0	341	18.8
1949	20.7	15.3	4.1	40.1	441	29.3
1950	23.7	18.5	5.2	47.4	521	18.2
1951	24.6	24.4	5.7	54.7	601	15.5
1952	26.5	26.2	6.8	61.5	676	12.4

* - Inclusive despesas de guerra de Cr\$ 517 milhões em 1942, Cr\$ 1.850 milhões em 1943, Cr\$ 1.999 milhões em 1944 e Cr\$ 2.023 milhões em 1945.

CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS DA UNIAO

Percentagens

ANOS	Dívida Pública	Vários Serviços	Pessoal	Material	Obras Públicas
1941	18.06	15.56	34.01	13.37	19.00
1942	13.62	18.30	30.75	16.21	21.12
1943	18.71	14.75	32.72	13.98	19.84
1944	18.05	15.67	35.77	15.41	15.10
1945	13.37	24.46	33.34	17.55	11.28
1946	10.01	29.95	37.45	14.70	7.89
1947	9.35	27.34	40.98	13.68	8.65
1948	7.86	30.00	35.78	13.01	13.41
1949	6.98	36.23	32.25	11.87	12.67
1950	5.11	31.57	34.86	13.77	14.69
1951	5.11	33.21	38.58	9.32	13.78
1952	4.18	43.26	33.00	8.41	11.15

ESTADOS E DISTRITO FEDERAL
CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

PERCENTIAGENS (%)

Anos	Total em milhões — (cruzeiros)	Fiscais e Administrativas (1)	Bem Estar Social (2)	Obras Públicas e Serviços Econômicos (3)
1941	3.292.6	34.77	31.61	33.62
1942	3.726.0	32.71	30.09	37.20
1943	4.348.4	32.51	28.87	38.62
1944	5.401.3	31.14	28.84	40.02
1945	7.042.3	33.91	27.45	38.64
1946	8.576.0	33.80	29.58	36.62
1947	10.416.2	35.96	28.39	35.65
1948	12.376.5	36.59	31.68	31.73
1949	15.285.2	38.60	30.79	30.61
1950	18.539.8	37.21	31.40	31.39
1951	24.373.0	39.69	28.82	31.49
1952	26.237.4	38.27	31.39	30.34

- (1) Dívida Pública, arrecadação de impostos, administração geral e serviços diversos.
 (2) Saúde, Educação, Polícia e Assistência Social.
 (3) Obras Públicas, Fomento Econômico e Serviços Industriais.

DESPESA ORÇADA DE TODOS OS MUNICÍPIOS

PERCENTAGENS (%)

Anos	Total (milhões de cruzeiros)	PERCENTAGENS (%)		
		Fiscais e Administrativas (1)	Bem Estar Social (2)	Obras Públicas e Serviços Econômicos (3)
1941	916,6	40 01	14. 77	45. 22
1942	977,0	39. 91	14. 60	45. 49
1943	998,7	40. 11	14. 88	44. 95
1944	1.097,0	40. 38	15. 89	43. 73
1945	1.277,9	40. 10	15. 84	44. 06
1946	1.470,0	39. 83	16. 62	43. 55
1947	1.788,8	38. 88	17. 66	43. 46
1948	2.367,6	36. 22	19. 27	44. 51
1949	3.391,7	37. 60	18. 86	43. 54
1950	4.084,4	36. 48	19. 13	44. 39
1951	4.707,4	35. 16	21. 72	43. 12
1952	6.023,4	34. 98	22. 17	42. 85

(1) Dívida Pública, arrecadação de impostos, administração geral e serviços diversos.
 (2) Saúde, Educação, Polícia e Assistência Social.
 (3) Obras Públicas, Fomento Econômico e Serviços Industriais.

SALDOS ORÇAMENTARIOS

(1941 a 1952)

— Milhões de cruzeiros —

Anos	Brasil	União	Estados e D. Federal	Municípios
1941	744	674	103	33
1942	1.509	1.356	120	33
1943	163	502	297	42
1944	171	89	275	15
1945	1.813	995	664	154
1946	3.038	2.633	320	85
1947	1.101	461	1.449	113
1948	1.257	4	1.183	78
1949	4.039	2.811	927	301
1950	6.865	4.298	2.165	402
1951	1.112	2.319	1.427	280
1952	3.915	2.279	5.678	516

FINANCIAMENTO DOS DEFICITS DA UNIAO

Milhões de cruzeiros

ANOS	Saldo financeiro	Dívida fundada	Letras do tesouro	Depósitos e fundos	Restos a pagar	Notas promissórias	Resíduos líquidos
1941	- 673	- 241	- 6	+ 134	+ 217	+ 516	- 53
1942	-1.355	- 681	+ 20	- 192	- 23	+ 491	+1.740
1943	-2.351	+ 563	+1.786	+1.061	+ 892	- 597	-1.354
1944	-2.087	+ 920	+2.746	+ 693	- 365	- 597	-1.319
1945	-3.019	+1.113	+ 50	+ 665	+ 20	- 597	+1.768
1946	-2.633	+2.070	-3.810	-1.511	+ 43	- 100	+5.941
1947	+ 460	+ 78	+ 517	- 120	- 14	- 100	- 832
1948	+ 3	+ 354	+ 306	- 473	- 253	-	+ 63
1949	-2.810	+ 11	- 360	+ 287	+ 365	-	+2.507
1950	-4.279	+ 12	+2.575	+ 769	+1.330	-	+ 161
1951	(1) +2.819	+ 7	-1.818	- 171	+ 474	-	+4.327
1952	+2.279	+ 4	- 364	+1.514	- 286	-	+1.411

(1) Não inclui os compromissos liquidados com o produto das emissões (9135 milhões de cruzeiros) encampados nos termos da Lei n.º 1.479, de agosto de 1951.

SELEÇÃO DE INDICES ECONOMICO-FINANCEIROS
Período 1947 a 1951

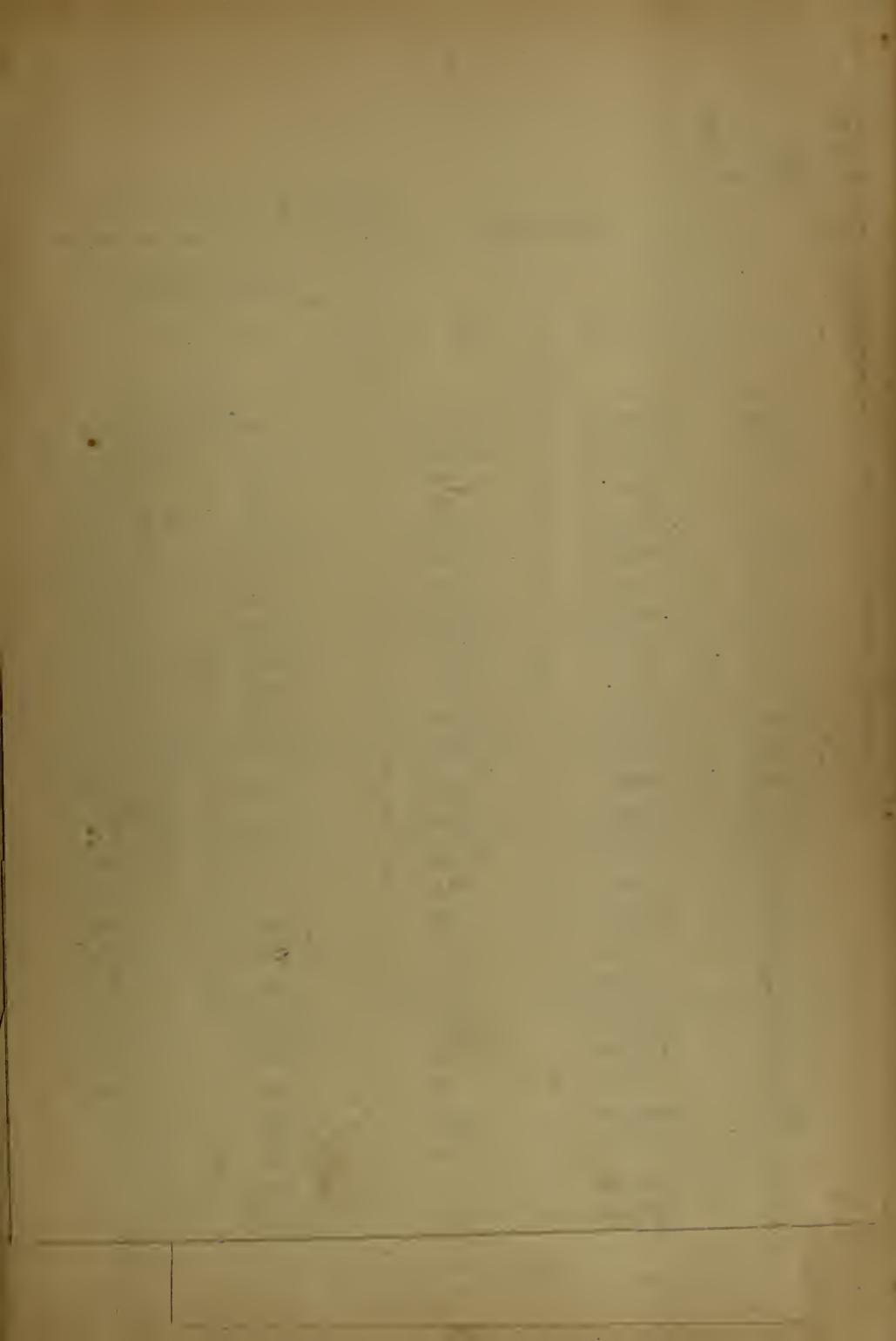
Valor	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Laminados:						
Volume (t.)	296.686		696.551	+	399.865	+
Valor	729		2.529	+	1.800	+
Carvão:						
Volume (t.)	1.999		1.963	-	36	-
Valor	274		363	+	89	+
Cimento:						
Volume (t.)	913.525		1.455.775	+	542.250	+
Valor	424		937	+	513	+
<i>Energia Elétrica</i> (milhões de KW) 1945	1.341,6		1.939,6	+	598	+
Custo da Vida						
(Cidade de São Paulo — 1939 = 100)	385,9		481,5		—	+
<i>Índice da produção real</i> (1939 = 100)						
Agricultura	112		125			+
Mineração	116		135			+
Indústria	167		240			+
Comercio	145		197			+
Transportes	175		325			+
Pod. Públicos	118		147			+
Serviços	144		170			+
Aluguéis	135		152			+
<i>Índice total ponderado</i>	136		172			+
Per Capita	113		130			+
<i>Índice da Renda Real</i>	143		200			+
Per Capita	119		150			+

(*) — Em 1920, Cr\$ 75,00. Entre 1920 e 1952, verificou-se um aumento de Cr\$ 1.139,30, equivalente a 1.575,07%.

SELEÇÃO DE INDICES ECONOMICOS-FINANCEIROS
Período 1947 a 1951
(Em milhões de cruzeiros)

	1947		1951		VARIACAO	
	Absoluta	%	Absoluta	%	Absoluta	%
Renda Nacional	133 800		230 800		97 000	+
Investimento Bruto	23 773		51 764		27 991	+
Moeda em Circulação	20 399		38 319		17 920	+
Moeda Escritural	32 876		65 340		32 464	+
Moeda em Poder do Publico	16 882		28 461		11 579	+
Multas de pagamento	49 758		93 801		44 043	+
<i>Bancos:</i>						
Numero de Estabelecimentos	2 227		2 710		483	+
Capital	4 103		6 342		2 239	+
Depositos	51 800		104 258		52 458	+
Empréstimos e Descontos	50 952		105 624		54 672	+
Despesas Governamentais	58 157		65 654		7 497	+
<i>Comercio Exterior (Importação)</i>						
Volume	7 161		10 995		3 834	+
Valor	22 785		37 198		14 409	+
Preço médio p. t.	3 182		3 393		201	+
<i>Comercio Exterior (Exportação)</i>						
Volume	3 781		4 852		1 071	+
Valor	21 179		32 514		11 335	+
Preço médio p. t.	5 601		6 701		1 100	+
Preço FOB Café - 1 saca (*)	522,80		1 214,30		691,40	+
<i>Produção Agrícola</i>						
Volume (t)	58 675,510		66 530 259		7 854 749	+
Valor (Cr\$)	29 330		58 307		28 977	+
Área cultivada (1 000 ha)	15 854		17 872		2 018	+
Produção Animal (t.)	1 616,476		2 068 600		392 214	+
<i>Produção Extrativa Vegetal:</i>						
Volume (t.)	270 170		378 131		107 961	+
Valor	1 335		2 103		858	+
<i>Produção Industrial:</i>						
Gado abatido (carne produzida)-Bovinos)						
Volume (t.)	109 871		1 002 785		202 894	+
Valor	4 507		8 604		4 097	+
<i>Ferro Gusco:</i>						
Volume (t.)	480 929		776 249		295 319	+
Valor	430		1 111		681	+
<i>Aço:</i>						
Volume (t.)	385 871		842 977		456 006	+
Valor	791		1 308		617	+
<i>Laminados:</i>						
Volume (t.)	286 684		698 581		399 865	+
Valor	721		2 620		1 899	+
<i>Cartão:</i>						
Volume (t)	1 999		1 963		36	-
Valor	271		363		89	+
<i>Cimento:</i>						
Volume (t.)	913 525		1 455 775		542 250	+
Valor	424		937		513	+
Energia Elétrica (milhões de KW) 1945	1 341,0		1 939,6		598,6	+
<i>Custo da Vida</i>						
(Cidade de São Paulo - 1930 = 100)	385,9		481,5		-	+
<i>Índice da produção real (1939 = 100)</i>						
Agricultura	112		125		11,6	+
Mineração	116		135		16,4	+
Indústria	107		240		123,4	+
Comercio	145		197		35,9	+
Transportes	175		325		85,7	+
Pod. Públicos	118		147		24,6	+
Serviços	144		170		18,1	+
Atividade	135		152		12,6	+
Índice total ponderado	138		172		24,6	+
Per Capita	114		130		15,0	+
Índice da Renda Real	143		200		39,9	+
Per Capita	119		150		26,1	+

(*) - Em 1920, Cr\$ 75,00. Entre 1920 e 1952, verifi cou-se um aumento de Cr\$ 1 139,30, equivalente a 1 575,07%.



BRASIL
Evolução dos Empréstimos Bancários
Segundo os setores econômicos

EMPRESTIMOS	Em 31-12-1951		Em 31-12-1952		Em 30-6-1953		Variações sobre o período anterior.	
	Cr\$ 1 000.00	%	Cr\$ 1 000.00	%	Cr\$ 1 000.00	%	31-12-52	30-6-53
							%	%
Poderes Públicos:								
Banco do Brasil S. A.	14 852 017	14.06	16 324 992	17.93	23 031 516	16.59	+ 9.92	+ 41.08
Outros Bancos	12 531 027	11.86	13 910 068	11.02	21 142 749	15.23	+ 11.00	+ 52.00
Autoridades:								
Banco do Brasil S. A.	2 320 890	2.20	2 414 926	1.91	1 888 767	1.36	+ 4.05	- 21.79
Outros Bancos	2 159 394	2.03	3 205 616	2.54	3 191 616	2.36	+ 40.84	- 2.31
Bancos:								
Banco do Brasil S. A.	413 700	0.39	416 147	0.33	2 668 712	1.92	+ 61.64	- 4.33
Outros Bancos	3 064 835	2.90	4 437 734	3.52	462 904	0.34	+ 0.59	+ 11.24
Comércio:								
Banco do Brasil S. A.	2 781 282	2.63	4 123 344	3.27	5 239 408	3.17	+ 44.80	- 18.07
Outros Bancos	283 553	0.27	314 390	0.25	4 981 476	3.59	- 48.25	+ 20.81
Indústria:								
Banco do Brasil S. A.	34 525 076	32.69	40 405 659	32.00	257 932	0.18	+ 10.87	- 17.96
Outros Bancos	6 363 571	6.03	8 954 449	7.09	42 128 723	30.35	+ 17.03	+ 4.26
Lavoura:								
Banco do Brasil S. A.	28 161 505	26.66	31 451 210	24.91	33 042 448	23.79	+ 40.71	+ 1.47
Outros Bancos	22 636 698	21.43	25 674 782	20.34	27 829 315	20.05	+ 11.68	+ 5.06
Artesanato:								
Banco do Brasil S. A.	3 308 322	3.13	4 305 240	3.88	5 779 728	4.16	+ 13.42	+ 8.39
Outros Bancos	19 328 376	18.30	20 169 542	16.46	22 019 587	15.89	+ 48.27	+ 17.83
Pecuária:								
Banco do Brasil S. A.	8 155 514	5.83	8 222 119	6.51	10 489 164	7.58	+ 7.45	+ 6.16
Outros Bancos	2 599 646	2.45	3 322 291	3.11	5 136 870	4.13	+ 50.88	+ 46.26
Particulares:								
Banco do Brasil S. A.	3 555 868	3.38	4 299 828	3.40	4 752 294	3.43	- 20.92	+ 10.52
Outros Bancos	4 746 148	4.49	5 113 355	4.58	6 090 710	4.39	+ 21.90	- 5.28
Empréstimos Hipotecários:								
Banco do Brasil S. A.	3 302 559	3.13	4 154 380	3.29	4 342 577	3.13	- 25.88	+ 4.45
Outros Bancos	1 443 589	1.36	1 621 975	1.29	1 748 133	1.26	- 12.77	+ 1.38
Total:								
Banco do Brasil S. A.	14 963 485	14.17	19 251 457	15.25	17 837 424	12.85	+ 28.70	- 7.37
Outros Bancos	9 081 742	8.60	12 426 939	9.84	10 469 201	7.54	+ 36.83	- 15.75
Total Bancos:	5 881 743	5.57	8 330 518	5.41	7 388 223	5.31	+ 16.13	+ 7.87
Banco do Brasil S. A.	2 541 259	2.40	2 943 390	2.33	3 819 905	2.18	+ 15.82	+ 2.60
Outros Bancos	2 541 259	2.40	2 943 390	2.33	3 568 318	2.18	- 15.82	+ 2.60
Total:	105 624 426	100.00	126 257 134	100.00	138 797 781	100.00	- 19.53	- 9.93
Banco do Brasil S. A.	41 693 843	39.47	55 189 709	43.71	64 207 588	46.26	+ 32.37	+ 16.34
Outros Bancos	22 670 583	60.53	71 067 425	56.29	74 590 193	53.74	+ 11.16	+ 4.90

BRASIL
COMERCIO EXTERIOR
Importações
% do total

BRASIL
COMERCIO EXTERIOR
Importações
% do total

Produtos	1938		1948		1949		1950		1951		1952	
	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V
a) Trigo	22	11	12	12	14	11	14	10	14	7	11	7
b) Petróleo e derivados	23	7	46	10	49	10	48	12	47	10	53	12
Carvão	28	4	10	5	11	1	12	2	9	1	7	1
Matérias-primas e Semimanufaturadas	17	23	13	16	18	20	17	20	18	21	15	16
Sub-total	68	34	75	26	78	31	77	34	74	32	77	35
c) Caminhões, peças e acessórios	(1)	4	1	8	(1)	7	(1)	6	2	11	2	12
Equipamento ferroviário	(2)	4	1	2	(1)	1	(1)	1	(1)	1	(1)	1
Máquinas, aparelhos e ferramentas	(2)	16	6	20	3	25	5	24	7	24	6	27
Alimentos industrializados	1	4	2	6	2	6	2	5	1	4	1	4
Sub-total	(2)	45	11	48	7	48	7	46	11	7	10	54
Total (a+b+c)	(2)	90	98	88	90	90	98	90	97	88	98	90
d) Carros de passageiros, bicicletas, etc	(2)	3	1	5	(1)	4	(1)	3	1	5	(1)	3
Refrigeradores, bebidas, têxteis, etc.	(1)	7	1	7	1	6	2	7	2	7	2	7
Sub-total	(2)	10	2	12	1	10	2	10	3	12	2	10
Total Geral	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Q - Quantidade.

V - Valor

(1) Menor do que 0,5.

(2) Dado não disponível em toneladas métricas.

Fonte - "Foreign Trade of Brazil" - Prof. Dr. J. Nunes Gulmarães.

COMERCIO EXTERIOR

BRASIL-ESTADOS UNIDOS - 1953

Em dólares

Meses	Exportação	Importação	Saldo
Janeiro	61.500.000,00	30.700.000,00	30.800.000,00
Fevereiro	53.200.000,00	28.400.000,00	24.800.000,00
Março	74.000.000,00	33.400.000,00	40.600.000,00
Abril	35.300.000,00	34.300.000,00	1.000.000,00
Maior	34.600.000,00	29.300.000,00	5.300.000,00
Junho	53.300.000,00	33.700.000,00	19.600.000,00
1.º semestre	311.900.000,00	189.800.000,00	122.100.000,00
Julho	55.300.000,00	32.200.000,00	23.100.000,00
Agosto	78.700.000,00	26.000.000,00	52.700.000,00
Jan/Agosto	445.900.000,00	248.000.000,00	197.900.000,00
Saldo da balança comercial com os Estados Unidos			197.900.000,00
<i>Outras despesas em dólares:</i>			
Importação de petróleo (*)		160.000.000,00	
Outros itens da balança de pagamentos		120.000.000,00	
Deficit provável			280.000.000,00
			82.100.000,00

(*) De outras procedências, porém pagáveis em dólares.

Fonte: Carteira de Câmbio - Banco do Brasil.

COMERCIO EXTERIOR
BRASIL-ESTADOS UNIDOS
Importações de 1953 comparadas com 1952
Em dólares

Meses	1952	1953	DIFERENÇA	
			Absoluta	Percentual
Janeiro	103.000.000	30.700.000	- 72.300.000	- 70
Fevereiro	99.000.000	28.400.000	- 70.600.000	- 71
Março	100.900.000	33.400.000	- 67.500.000	- 67
Abril	101.200.000	34.300.000	- 66.900.000	- 66
Maió	67.600.000	29.300.000	- 38.300.000	- 57
Junho	61.000.000	33.700.000	- 27.300.000	- 44
1.º semestre	532.700.000	189.800.000	-342.900.000	- 64
Julho	49.700.000	32.200.000	- 17.500.000	- 35
Agosto	47.500.000	26.000.000	- 21.500.000	- 45
Jan/Agosto	629.900.000	248.000.000	-381.900.000	- 60

Fonte: Carteira de Câmbio — Banco do Brasil.

ESTIMATIVA DA RENDA NACIONAL

Cr\$ 1.000.000.000

% s.o. total geral

ou - de 1951 a 1947

ESPECIFICAÇÕES	1947					1948					1949					1950					1951					Cr\$ 1.000.000,00	
	1947	1948	1949	1950	1951	1947	1948	1949	1950	1951	1947	1948	1949	1950	1951	1947	1948	1949	1950	1951	1947	1948	1949	1950	1951		
Produção do Trabalho																											
Agricultura e prod. animal	72,3	80,9	93,2	105,4	120,7	54,03	53,36	54,06	51,64	52,30	+ 48,4	+ 66,24															
Salários e ordenados	42,5	49,0	57,5	66,3	76,7	31,76	32,32	33,35	32,48	33,23	+ 34,2	+ 80,47															
Administração pública	10,2	11,7	13,7	16,3	19,7	7,63	7,72	7,95	7,99	8,54	+ 9,5	+ 93,14															
Demais rendos de atividade	31,1	36,0	42,2	48,1	54,5	23,24	23,74	24,48	23,57	23,61	+ 23,4	+ 75,24															
Retenção de salários e ordenados	1,2	1,3	1,6	2,0	2,4	0,90	0,86	0,93	0,98	1,04	+ 1,2	+ 109,00															
Autônomos	6,7	6,6	9,0	9,9	11,1	5,01	5,01	5,22	4,85	4,81	+ 4,4	+ 65,67															
Profissões liberais	4,7	4,9	5,0	5,3	5,6	3,51	3,23	2,90	2,60	2,41	+ 0,9	+ 19,15															
Administração de empresas	18,4	19,3	21,6	23,9	27,4	13,75	12,73	12,53	11,71	11,87	+ 9,0	+ 48,91															
Lucro	15,6	15,5	18,0	22,5	25,5	11,66	10,22	10,44	11,02	11,05	+ 9,9	+ 63,46															
Empresas individuais	2,5	2,7	2,9	3,4	3,8	1,87	1,78	1,68	1,67	1,65	+ 1,3	+ 52,00															
Sociedades Anônimas	6,4	6,5	8,9	10,6	12,0	4,78	4,29	5,16	5,19	5,20	+ 5,6	+ 87,50															
Outras empresas	6,7	6,3	6,2	8,5	9,7	5,01	4,15	3,60	4,16	4,20	+ 3,0	+ 44,78															
Juros	1,3	1,5	1,8	2,3	2,6	0,97	0,99	1,04	1,13	1,13	+ 1,3	+ 100,00															
Aluguéis	5,9	6,5	7,5	8,9	10,4	4,41	4,29	4,35	4,36	4,51	+ 4,5	+ 76,27															
Agricultura e prod. animal	39,4	43,3	53,0	66,1	73,3	29,45	31,86	30,74	32,39	31,76	+ 33,9	+ 85,04															
Transações com o Exterior	-0,7	-1,3	-1,2	-1,2	-1,6	-0,52	-0,79	-0,70	-0,59	-0,69	+ 0,0	+ 128,57															
Total	133,8	151,6	172,4	204,1	230,8	100,00	99,93	99,93	99,95	100,06	+ 97,0	+ 72,0															

INV	Porcentagem sobre o total					Aumento percentual no quinquênio
	1947	1948	1949	1950	1951	
I — Investimentos	15,93	21,90	24,19	26,11	18,57	+ 153,7
a) capital	11,69	16,63	18,07	20,05	16,14	+ 200,7
b) equipamentos	3,82	5,14	5,11	5,77	2,35	+ 33,9
c) outros	0,42	0,13	1,01	0,29	0,08	— 61,4
II — Investimentos	84,07	78,10	75,81	73,89	81,43	+ 110,9
a) equipamentos	49,51	48,89	43,27	41,67	42,24	+ 85,7
b) materiais	39,71	35,93	29,28	26,12	26,23	+ 43,8
c) outros	5,18	— 6,72	3,26	6,10	12,96	+ 644,7
T	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	+ 117,7

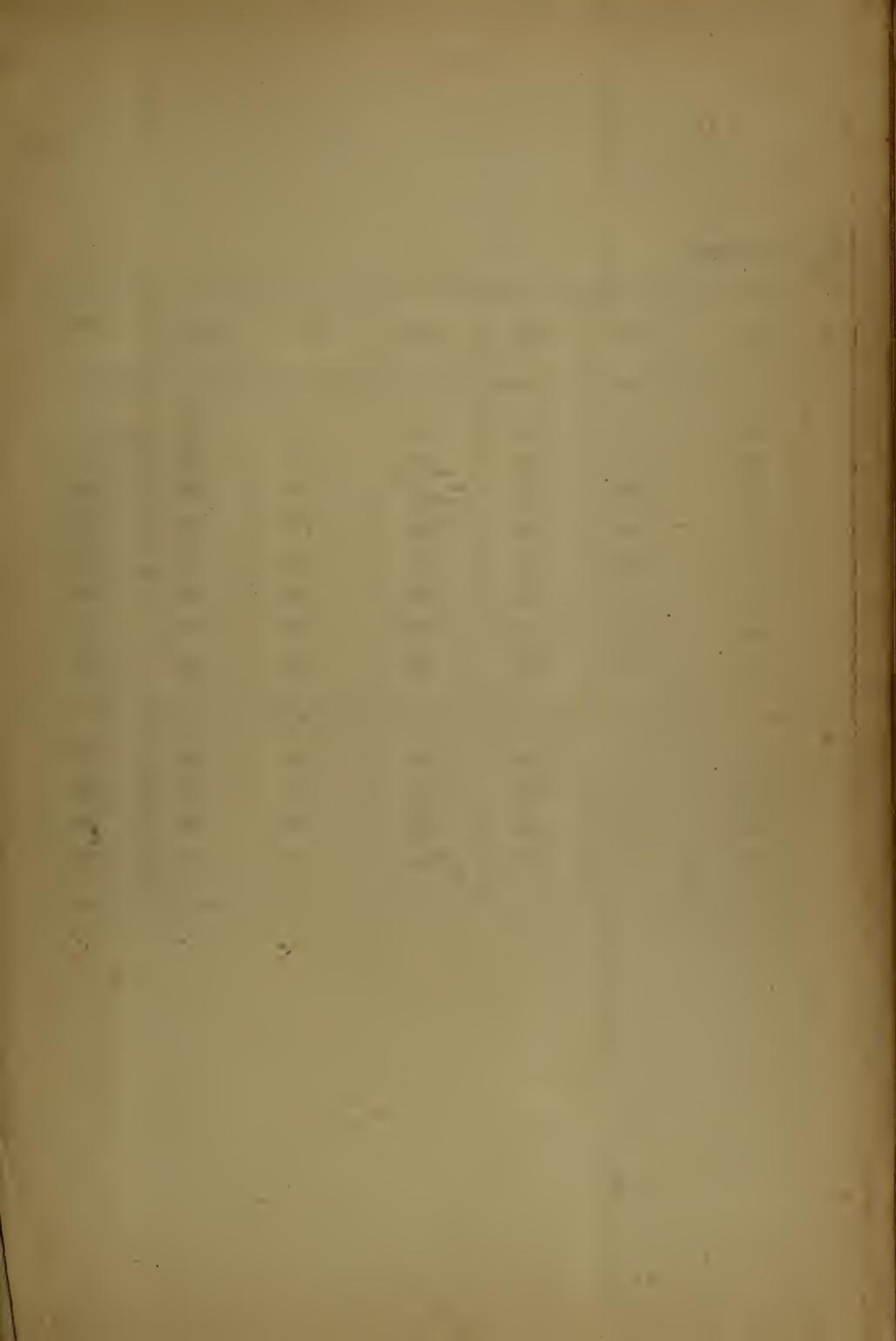
Fonte: Aumento global do quinquênio + Cr\$ 27.985 milhões
+ 117,7%

INVESTIMENTO BRUTO NO BRASIL
(Em milhões de cruzeiros)

INVESTIMENTO BRUTO NO PAIS	1947	1948	1949	1950	1951	Porcentagem sobre o total					Aumento percentual no quinquênio
						1947	1948	1949	1950	1951	
I - Investimento bruto público	3 789	5 373	7 614	9 981	9 612	15,23	21,20	24,19	26,11	18,57	+ 153,7
a) construções públicas	2 779	4 080	5 688	7 663	8 356	11,69	16,63	18,07	20,05	16,14	+ 200,7
b) equipamentos e instalações	909	1 261	1 607	2 206	1 217	3,82	5,14	5,11	5,77	2,35	+ 34,9
c) equipamentos militares e armamento	101	31	319	112	39	0,42	0,13	1,01	0,29	0,08	- 61,4
II - Investimento bruto privado	19 990	19 164	23 854	28 214	42 152	84,07	78,10	75,81	73,89	81,43	+ 119,9
a) equipamentos e maquinarias	11 772	11 996	13 019	15 927	21 868	49,51	48,89	49,27	41,67	42,24	+ 83,7
b) novas construções	9 443	8 816	9 217	9 984	13 575	29,71	35,93	29,28	26,12	26,23	+ 43,8
c) variações de estoques	- 1 222	- 1 548	1 028	2 333	6 711	- 5,18	- 6,72	3,26	6,10	12,96	+ 644,7
TOTAL	23 779	24 537	31 478	38 225	51 764	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	+ 117,7

Fonte dos dados brutos:
Revista Brasileira de Economia - Dez. 1952

Aumento global do quinquênio + Cr\$ 27 985 milhões
+ 117,7%



BRASIL
INDICES DA PRODUÇÃO REAL
(1939 = 100)

Especificação	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951
1 Agricultura	99	104	97	103	106	101	112	112	116	124	129	125
2 Mineração	110	122	120	125	127	128	120	116	132	130	133	(135)
3 Indústria	103	116	112	123	130	137	160	167	185	200	216	(240)
4 Comércio	102	111	106	116	112	124	140	145	149	172	182	197
Transportes	105	111	108	107	114	119	146	176	224	250	300	323
6 Poderes públicos	106	105	110	112	115	116	117	118	124	130	140	147
7 Serviços	105	111	116	122	127	133	138	144	150	156	162	170
8 Aluguéis	104	109	113	118	122	125	130	135	140	144	148	152
Total Pondorado	103	109	106	113	118	119	141	136	144	156	165	172
Per Capita	101	105	99	103	102	104	111	113	117	124	128	130
Renda Real	102	110	109	116	116	121	135	143	150	165	191	201
Per Capita	100	105	102	106	103	106	114	119	127	130	148	150

MOEDA EM CIRCULAÇÃO

ANOS	Cr\$ 1.000.000	Variação sobre o ano anterior	
		Absoluta	%
1947	20.399	—	—
1948	21.696	+ 1.297	+ 6,4
1949	24.045	+ 2.349	+ 10,8
1950	31.205	+ 7.160	+ 29,8
1951	35.319	+ 4.114	+ 13,2
Aumento no quinquênio		+ 14.920	+ 73,1

MOEDA ESCRITURAL

ANOS	Cr\$ 1.000.000	Variação sobre o ano anterior	
		Absoluta	%
1947	32.876	—	—
1948	35.885	+ 3.009	+ 9,2
1949	40.483	+ 4.598	+ 12,8
1950	53.442	+ 12.959	+ 32,0
1951	65.340	+ 11.898	+ 22,3
Aumento no quinquênio		+ 32.464	+ 98,7

Fonte dos dados brutos: — Relatório do Banco do Brasil — 1952.

MOEDA EM PODER DO PÚBLICO

ANOS	Cr\$ 1.000.000	Variação sobre o ano anterior	
		Absoluta	%
1947	16.882	+ 852	+ 5,0
1948	17.734	+ 1.627	+ 9,2
1949	19.361	+ 5.780	+ 29,8
1950	25.141	+ 3.320	+ 13,2
1951	28.461		
Aumento no quinquênio		+ 11.579	+ 68,6

MEIOS DE PAGAMENTO

ANOS	Cr\$ 1.000.000	Variação sobre o ano anterior	
		Absoluta	%
1947	49.758	+ 3.861	+ 7,8
1948	53.619	+ 6.225	+ 11,6
1949	59.844	+ 18.741	+ 31,3
1950	78.583	+ 15.218	+ 19,4
1951	93.801		
Aumento no quinquênio		+ 44.043	+ 88,5

Fonte dos dados brutos: - Relatório do Banco do Brasil - 1952.

ESTABELECEMENTOS BANCARIOS

NÚMERO E CAPITAL

(Em milhões de cruzeiros)

ANOS	Número			Capital	Crescimento ano a ano		
	Matrizes	Sucursais etc.	Total		Números absolutos		%
					Quant.	Capital	
1938	261	678	939	1.203	79	8,4	4,1
1939	277	741	1.018	1.252	49	8,4	4,1
1940	354	1.006	1.360	1.289	342	33,6	3,0
1941	512	1.334	1.646	1.391	286	21,0	7,9
1942	548	1.380	1.928	1.548	157	17,1	11,3
1943	625	1.556	2.181	2.099	253	13,1	35,6
1944	663	1.796	2.459	2.991	278	12,7	42,5
1945	509	1.565	2.074	3.463	365	15,7	15,8
1946	477	1.634	2.111	3.810	37	1,8	10,0
1947	444	1.783	2.227	4.193	116	5,5	10,0
1948	426	1.855	2.281	4.742	54	2,4	13,1
1949	419	2.012	2.431	4.823	81	6,6	1,7
1950	413	2.183	2.596	5.237	165	6,8	8,6
1951	404	2.306	2.710	6.342	115	4,4	21,1
1952	408	2.619	3.027	8.252	317	11,7	30,1

Crescimento

Anos	anterior	s/ o ano de 1940	
	%	Ns. absolutos	%
1940 . . .	—	—	—
1941 . . .	21,0	+ 2.868	21,0
1942 . . .	30,3	+ 7.877	57,6
1943 . . .	46,3	+ 17.906	131,0
1944 . . .	23,8	+ 26.039	190,6
1945 . . .	14,1	+ 31.622	231,4
1946 . . .	7,7	+ 35.104	256,0
1947 . . .	6,2	+ 38.145	279,2
1948 . . .	10,4	+ 43.554	318,8
1949 . . .	11,9	+ 50.362	368,6
1950 . . .	32,4	+ 71.136	520,6
1951 . . .	22,9	+ 90.594	663,0
1952 . . .	22,9	+ 114.497	837,9

Fp

DEPÓSITOS
Em Cruzeiros no fim de ano
Em 1.000.000 de cruzeiros

Anos	Banco de Brasil	Outros Bancos	Total	Crescimento			
				s/ o ano anterior		s/ o ano de 1940	
				Ns. absolutos	%	Ns. absolutos	%
1938	—	—	13 664	—	—	—	—
1939	5 543	10 829	16 532	2 868	21,0	—	—
1940	7 829	13 712	21 541	5 009	30,3	+ 2 868	23,0
1941	11 382	20 188	31 570	10 029	46,	+ 7 877	57,6
1942	13 167	26 536	39 703	—	—	+ 17 906	131,0
1943	14 731	30 555	45 286	5 583	14,1	+ 26 039	190,6
1944	15 354	33 414	48 768	+ 2 482	7,7	+ 31 622	231,4
1945	17 136	34 673	51 809	+ 3 041	6,2	+ 35 104	256,0
1946	19 139	38 079	57 218	+ 5 409	10,4	+ 38 145	279,2
1947	18 741	45 885	64 626	+ 6 808	11,9	+ 43 659	318,8
1948	24 373	60 429	84 800	+ 20 774	32,4	+ 50 382	368,6
1949	33 125	69 123	102 258	+ 19 458	22,9	+ 71 136	520,6
1950	50 957	77 409	128 161	+ 23 903	22,9	+ 90 594	663,0
						+ 114 497	837,9

Fonte: S. A. T. do Ministério da Fazenda.

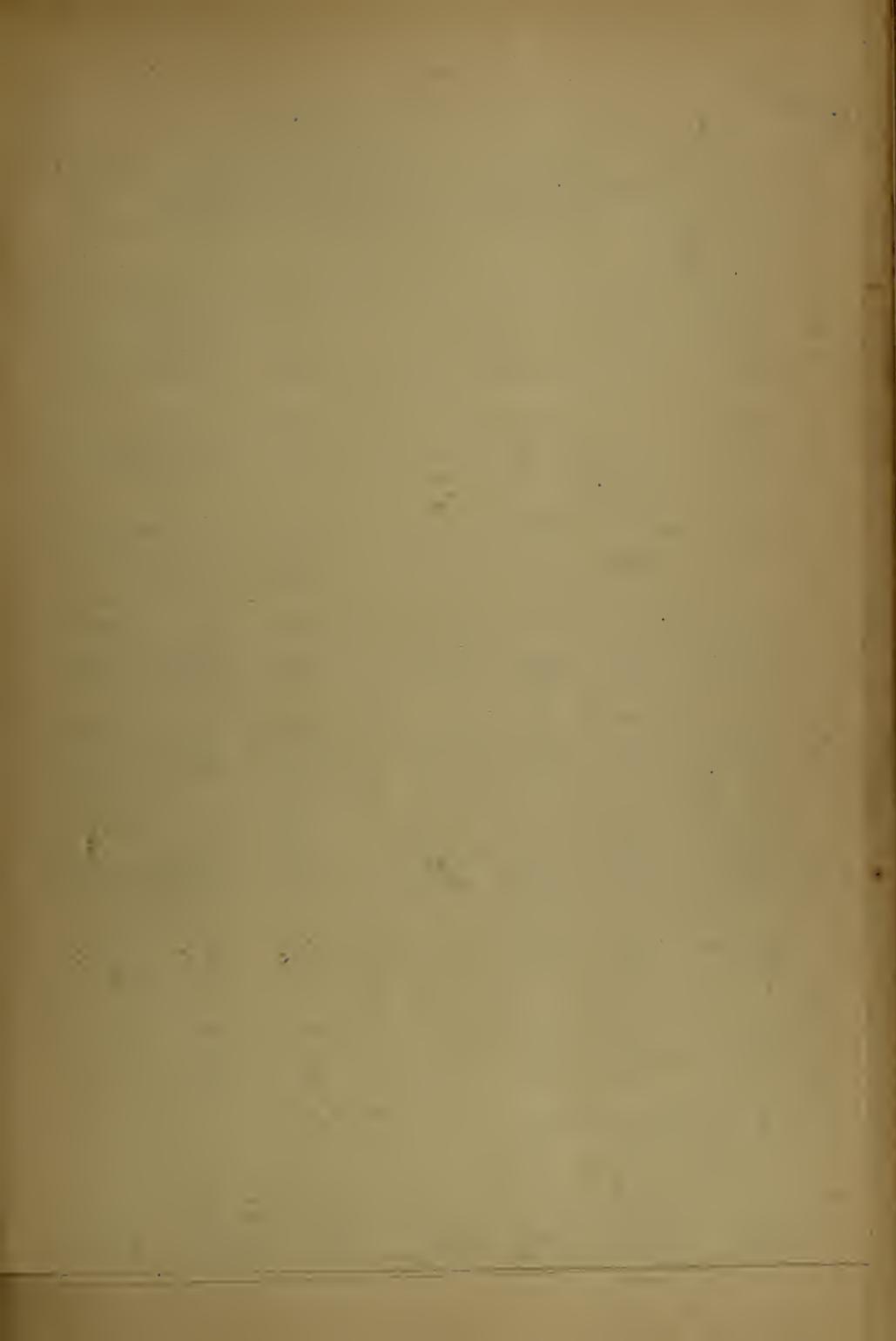
Total { De empréstimos em conta corrente
De empréstimos hipotecários e títulos descontados.

Anos	Banco do Brasil	Outros Bancos	Total	Crescimento			
				S/o ano anterior		S/o ano de 1940	
				Números absolutos	%	Números absolutos	%
1940	—	—	14 434.809	—	—	—	—
1941	—	—	—	—	—	—	—
1942	7.705.698	12.572.407	20.278.105	—	—	+ 5.873.296	+ 40,8
1943	12.705.970	18.514.341	31.220.311	+ 10.942.206	+ 54,0	+ 16.815.502	+ 116,7
1944	18.712.663	24.252.366	42.965.029	+ 11.744.718	+ 37,6	+ 28.560.220	+ 198,3
1945	18.895.845	28.083.633	46.979.473	+ 4.014.449	+ 9,3	+ 32.574.569	+ 226,1
1946	16.644.908	31.614.093	48.259.001	+ 1.279.523	+ 2,7	+ 33.854.192	+ 225,0
1947	16.896.006	34.056.075	50.952.021	+ 2.693.080	+ 5,6	+ 36.547.272	+ 253,7
1948	16.223.359	34.714.754	50.938.113	— 13.988	— 0,0	+ 36.533.304	+ 253,6
1949	21.186.362	40.787.959	61.974.321	+ 11.036.208	+ 21,7	+ 47.569.512	+ 330,2

Anos	Banco do Brasil	Outros Bancos	Total	Crescimento			
				S/o ano anterior		S/o ano de 1940	
				Números absolutos	%	Números absolutos	%
1950	33.481.572	53.973.917	87.455.489	+ 25.481.168	+ 41,1	+ 73.050.680	+ 507,1
1951	41.693.843	63.930.563	105.624.426	+ 18.168.937	+ 20,8	+ 91.219.617	+ 633,3
1952	55.189.208	71.067.926	126.257.134	+ 20.632.708	+ 19,5	+ 111.852.325	+ 776,5

Fonte: — Movimento Bancário do Brasil.

Em 1948 — 1949 e 1950 — Não constam em empréstimos hipotecários

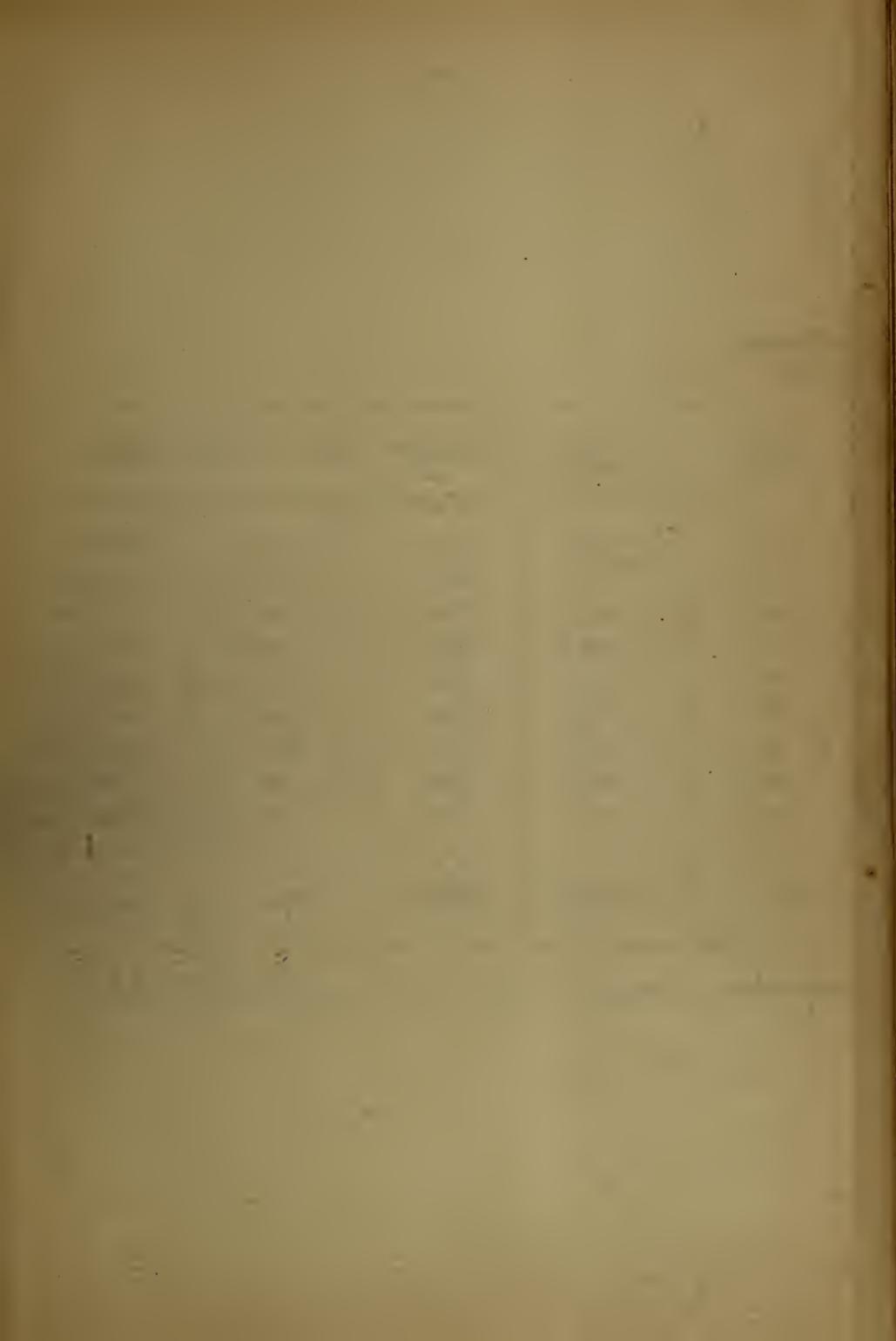


APLICACOES BANCARIAS
Segundo as Regiões
Em 31-12-52

ESPECIE	BRASIL		NORTE	Nordeste	Leste Exclusivo do D. Federal	D. Federal	São Paulo	Sul Exclusivo São Paulo	Centro Oeste
	Cr\$ 1 000	%	%	%	%	%	%	%	%
PODERES PUBLICOS:									
Banco do Brasil S. A.	16 324 992	12,93	1,36	3,33	10,93	25,16	6,25	6,89	4,01
Outros Bancos	13 910 066	11,02	0,29	3,23	6,45	25,09	3,41	4,60	3,13
AUTARQUIAS	2 414 926	1,91	1,07	0,10	1,48	0,07	2,84	2,29	0,88
Banco do Brasil S. A.	3 205 646	2,54	1,41	—	—	7,06	—	—	—
Outros Bancos	2 789 499	2,21	1,41	—	0,25	6,19	0,05	1,56	—
BANCOS	416 147	0,33	—	—	—	0,87	0,05	0,07	—
Banco do Brasil S. A.	4 437 734	3,52	—	—	0,25	6,19	0,05	1,49	—
Outros Bancos	4 123 344	3,27	—	0,22	2,09	6,39	0,00	0,07	—
COMERCIO	314 390	0,25	—	0,21	1,95	5,99	3,16	0,43	0,58
Banco do Brasil S. A.	40 405 859	32,00	48,43	0,01	0,14	0,41	2,88	0,42	0,58
Outros Bancos	8 954 449	7,09	12,54	29,11	28,44	29,58	0,28	0,01	—
INDUSTRIA	31 451 210	24,91	36,89	11,27	5,42	7,02	36,11	36,38	16,33
Banco do Brasil S. A.	25 674 782	20,34	6,80	18,21	23,02	21,56	7,47	6,03	4,39
Outros Bancos	4 005 240	3,18	1,29	23,77	16,90	14,85	28,64	30,35	11,94
LAVOURA	20 769 542	16,46	5,51	12,15	4,00	2,71	25,80	24,83	7,84
Banco do Brasil S. A.	8 222 119	6,51	16,62	11,62	12,90	12,14	3,32	4,72	1,31
Outros Bancos	3 922 291	3,11	4,14	12,74	9,71	0,41	22,48	20,11	6,53
PECUARIA	4 209 826	3,40	12,48	12,52	3,54	0,01	8,85	9,25	4,10
Banco do Brasil S. A.	5 785 355	4,53	2,29	7,23	6,17	0,40	3,66	4,70	2,69
Outros Bancos	4 157 580	3,29	1,63	6,99	12,25	1,00	5,19	4,55	1,41
PARTICULARES	1 627 975	1,29	0,69	0,24	8,51	0,01	3,02	6,23	49,17
Banco do Brasil S. A.	19 257 457	15,25	17,36	22,90	3,74	0,09	2,27	3,42	38,53
Outros Bancos	12 426 939	9,74	16,05	19,72	7,46	5,80	0,76	2,81	10,64
EMPRESTIMOS HIPOTECARIOS:	6 830 518	5,41	1,31	3,21	9,38	8,19	14,63	14,01	17,93
Banco do Brasil S. A.	2 943 390	2,33	5,73	0,35	2,59	3,46	5,34	10,68	13,27
Outros Bancos	2 943 390	2,33	—	—	—	—	2,13	3,33	4,66
TOTAL	126 256 144	100,00	5,73	0,35	2,59	3,46	2,13	0,42	0,04
Banco do Brasil S. A.	55 192 218	43,71	31,35	66,04	39,25	5,80	32,35	30,06	63,90
Outros Bancos	71 063 926	56,29	62,65	33,96	60,75	11,98	67,65	69,94	36,10

Fontes: (Dados Brutos);
Movimento Bancário do Brasil — 1952

do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.



APLICAÇÕES BANCARIAS
Segundo as Regiões
Em 31-12-52

ESPECIES	NORTE	NORDESTE	LESTE (D. FEDERAL)	D FEDERAL	SUL (SAO PAULO)	SAO PAULO	CENTRO-OESTE	BRASIL
Poderes Publicos	1,36	3,33	10,93	25,16	6,89	6,25	4,01	12,93
Autarquias	1,41	—	0,25	7,06	1,56	0,05	—	2,54
Bancos	—	0,22	2,00	6,39	0,43	3,16	0,58	3,52
Comercio	48,43	29,43	28,44	28,58	36,38	36,11	16,33	32,00
Industria	6,86	23,77	16,90	14,85	24,83	25,80	7,84	20,34
Lavoura	16,62	12,74	9,71	0,41	9,25	8,85	4,10	6,51
Pecuaria	2,20	7,23	12,25	1,00	6,23	3,02	40,17	4,58
Particulares	17,36	22,93	16,84	13,99	14,01	14,63	17,93	15,25
Empréstimos Hipotecarios	5,73	0,35	2,59	3,46	0,42	2,13	0,04	2,33
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

PONTE (Dados Brutos):
"Movimento Bancário do Brasil" — 1952 — do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

Anos	Índices do volume da exportação			Índices do valor total da exportação
	Exportação total	Café	Algodão	
1937	100	100	100	100
1938	119	141	114	100
1939	127	136	137	110
1940	98	99	95	97
1941	107	91	122	132
1942	81	60	65	147
1943	82	83	33	171
1944	81	112	46	211
1945	91	117	70	240
1946	111	128	149	358
1947	115	122	121	416
1948	141	144	110	426
1949	114	160	59	396
1950	116	122	55	489
1951	147	135	61	639
1952	124	131	12	512

Fonte: S. E. E. F.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA
c) Área cultivada (hectares)

Anos	Hectares	Variações sobre o ano anterior	
		Absoluto	%
1947	15.854.141		—
1948	16.219.460	+ 365.319	+ 2,3
1949	17.021.232	+ 801.772	+ 4,9
1950	17.775.073	+ 753.841	+ 4,4
1951	17.872.529	+ 97.456	+ 0,5
Aumento no quinquênio		+2.018.388	+ 12,7

Fonte dos dados brutos: — Relatório do Banco do Brasil — 1952.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

a) Volume

Anos	Toneladas	Variação sobre o ano anterior	
		Absoluto	%
1947	58.675.510	—	—
1948	62.049.059	+ 3.373.549	+ 5,7
1949	63.022.183	+ 973.124	+ 1,6
1950	66.066.434	+ 3.044.251	+ 4,8
1951	66.530.259	+ 463.825	+ 0,7
Aumento no quinquênio		+ 7.854.749	+ 13,4

b) Valor — Cr\$ 1.000

Anos	Toneladas	Variação sobre o ano anterior	
		Absoluto	%
1947	29.339.817	—	—
1948	34.306.216	+ 4.966.399	+ 16,9
1949	39.962.317	+ 5.656.101	+ 16,5
1950	51.177.150	+ 11.214.853	+ 28,1
1951	56.307.269	+ 5.130.099	+ 10,0
Aumento no quinquênio		+ 26.967.452	+ 91,9

Fonte dos dados brutos: — Relatório do Banco do Brasil — 1952.

7 — CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL

a) Volume físico

Anos	Toneladas	Variação sobre o ano anterior	
		Absoluto	%
1947	1.616.476	—	—
1948	1.757.824	+ 141.348	+ 8,7
1949	1.837.244	+ 79.420	+ 4,5
1950	1.880.188	+ 42.944	+ 2,3
1951	2.008.690	+ 128.502	+ 6,8
Aumento no quinquênio		+ 392.214	+ 24,3

b) Valor — Cr\$ 1.000

Anos	Toneladas	Variação sobre o ano anterior	
		Absoluto	%
1947	11.127.763	—	—
1948	11.946.654	+ 818.891	+ 7,4
1949	13.006.909	+ 1.060.255	+ 8,9
1950	14.198.406	+ 1.191.497	+ 9,2
1951	18.264.207	+ 4.065.801	+ 28,6
Aumento no quinquênio		+ 7.136.444	+ 64,1

Fonte dos dados brutos: — Relatório do Banco do Brasil -- 1952.

PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL

a) Volume

Anos	Toneladas	Variação sobre o ano anterior	
		Absoluto	%
1947	270.170	—	—
1948	293.350	+ 23.180	+ 8,6
1949	301.263	+ 7.913	+ 2,7
1950	333.061	+ 31.798	+ 10,6
1951	378.131	+ 45.070	+ 13,5
Aumento no quinquênio		+107.961	+ 40,0

b) Valor — Cr\$ 1.000

Anos	Toneladas	Variação sobre o ano anterior	
		Absoluto	%
1947	1.334.561	—	—
1948	1.243.763	— 90.778	— 6,8
1949	1.198.883	— 44.900	— 3,6
1950	1.629.249	+ 430.366	+ 35,9
1951	2.192.862	+ 563.613	+ 34,6
Aumento no quinquênio		+ 858.301	+ 64,3

Fonte dos dados brutos: — Relatório do Banco do Brasil — 1952.

CARNE PRODUZIDA
(Bovinos)

ANOS	Quantidade		Valor	
	Toneladas	+ ou - s/ o ano anterior	Cr\$ 1.000	+ ou - s/ ano anterior
1947	799.871	-	4.507.166	-
1948	910.292	+	5.277.784	+ 17,1
1949	954.664	+	6.016.407	+ 14,0
1950	955.956	+	6.686.672	+ 11,1
1951	1.002.765	+	8.604.334	+ 28,7
Aumento no quinquênio	+ 202.894	+	+ 4.097.168	+ 90,9

Fonte dos dados brutos: - Relatório do Banco do Brasil - 1952.

CARVÃO

ANOS	VOLUME FISICO		VALOR	
	Toneladas	Variação percentual s/o ano anterior	Cr\$ 1 000	Variação percentual s/o ano anterior
1947	1.999	-	274.314	-
1948	2.025	+ 1,3	281.724	+ 2,7
1949	2.129	+ 5,1	376.616	+ 33,7
1950	1.959	- 8,0	371.754	- 1,3
1951	1.963	+ 0,2	363.588	- 2,2
Variação no quinquê- nio	- 36	- 1,8	+ 89.274	+ 32,5

CIMENTO

ANOS	VOLUME FISICO		VALOR	
	Toneladas	Variación percentual s/o ano anterior	Cr\$ 1.000	Variación percentual s/o ano anterior
1947	913.525	—	424.169	—
1948	1.112.467	+ 21,8	618.394	+ 45,8
1949	1 281.228	+ 15,2	714.768	+ 15,6
1950	1.385.797	+ 8,2	771.871	+ 8,0
1951	1.455.775	+ 5,0	936.802	+ 21,4
Aumento no quinquê- nio	+ 542.250	+ 59,3	+ 512.633	+ 120,8

Fontes dos dados brutos: — Relatórios do Banco do Brasil — 1952.

**PRODUÇÃO INDUSTRIAL
FERRO GUSA**

ANOS	VOLUME		VALOR	
	Toneladas	Varição percentual s/o ano anterior	Cr\$ 1.000	Varição percentual s/o ano anterior
1947	480.929	-	429.860	-
1948	551.813	+	590.827	+
1949	511.715	-	560.285	-
1950	728.979	+	870.678	+
1951	776.248	+	1.110.633	+
Aumento no quinquê- nio	+	+	+	+
		61,4	680.773	158,4

AÇO

ANOS	VOLUME		VALOR	
	Toneladas	Varição percentual	Cr\$ 1.000	Varição percentual
		s/o ano anterior		s/o ano anterior
1947	386.971	—	781.336	—
1948	483.085	+ 24,8	987.620	+ 26,4
1949	615.069	+ 27,3	1.263.026	+ 27,9
1950	788.557	+ 28,2	1.326.653	+ 5,0
1951	842.977	+ 6,9	1.598.383	+ 20,5
Aumento no quinquê- nio	+ 456.006	+ 117,8	+ 817.047	+ 104,6

LAMINADOS

ANOS	VOLUME		VALOR	
	Toneladas	Varição percentual	Cr\$ 1.000	Varição percentual
		s/o ano anterior		s/o ano anterior
1947	296.686	—	729.116	—
1948	403.457	+ 36,0	1.241.062	+ 70,2
1949	505.540	+ 25,3	1.624.274	+ 30,9
1950	623.258	+ 23,3	2.002.907	+ 23,3
1951	696.551	+ 11,7	2.528.775	+ 26,3
Aumento no quinquê- nio	+ 399.865	+ 134,8	+ 1.799.659	+ 246,8

ENERGIA ELÉTRICA

CAPACIDADE

(Milhões de KW)

Região ou Estado	1920	1930	1940	1945	1951	Variação
						Percentual
						1920-51
Norte	5,7	10,0	15,7	16,0	112,6	+ 121,05
Nordeste	16,9	56,7	91,9	101,6	110,7	+ 555,03
Bahia e Sergipe	22,4	26,1	31,0	31,7	41,7	+ 86,16
Espirito Santo	4,0	8,3	9,0	9,0	12,1	+ 202,50
Minas Gerais	42,5	90,7	144,6	158,7	246,6	+ 480,24
Rio de Janeiro e Distrito Fed.	100,4	193,6	279,3	317,6	465,8	+ 363,94
São Paulo	150,7	331,2	564,7	576,8	855,1	+ 467,42
Paraná	7,1	10,1	17,8	23,4	43,8	+ 516,90
Santa Catarina	7,3	9,3	16,7	19,7	38,4	+ 426,03
Rio Grande do Sul	9,5	40,2	65,7	78,4	99,9	+ 931,58
Centro-Oeste	0,7	2,6	7,4	8,7	12,9	+ 1.742,86
Brasil	367,2	778,8	1.243,8	1.341,6	1.939,6	+ 428,21

PREÇOS E CUSTO DA VIDA

Anos	Preços no Atacado		Custo da Vida		Custo da Vida	Índice de Desval. do Cruzeiro
	U. S. *	Canadá *	U. S. *	Canadá *		
			Brasil **			
1938	91	95	98	101	—	100
1939	89	92	97	100	100	93,6
1940	81	100	98	105	105,8	84,2
1941	101	108	102	111	118,7	75,4
1942	114	114	113	115	132,6	65,1
1943	119	113	110	117	209,8	47,7
1944	121	121	122	117	2,9,1	38,1
1945	123	123	125	119	296,2	33,8
1946	140	129	136	123	365,9	23,9
1947	176	152	151	135	18,0	24,3
1948	191	180	167	154	435,4	22,0
1949	180	184	165	160	481,5	21,2
1950	187	196	167	164	555,0	18,0
1951	208	223	180	183	—	—
1952	—	—	—	—	—	—

1952 — Janeiro	611,6
Fevereiro	638,4
Março	675,9
Abril	694,1
Maior	673,4
Junho	681,2

* — U. S. e Canadá — 1937 = 100

** — Brasil — 1939 = 100

e S. Paulo -- 1939 = 100

	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Janeiro	367,8	412,0	401,4	424,3	444,1	510,7
Fevereiro	279,7	413,2	410,7	426,4	453,2	510,2
Março	392,7	415,8	409,7	429,1	455,9	523,8
Abril	388,8	421,9	414,0	431,0	461,2	544,9
Maio	391,3	421,5	417,7	437,4	468,9	552,2
Junho	386,7	429,8	414,1	431,6	480,5	558,4
Julho	384,8	429,8	409,5	433,8	489,6	563,4
Agosto	384,8	426,2	409,8	437,7	479,6	566,8
Setembro	384,7	432,3	408,3	449,1	481,4	575,8
Outubro	389,7	409,0	407,0	450,0	481,6	574,7
Novembro	392,0	403,9	414,4	440,6	483,0	479,8
Dezembro	388,2	400,9	417,9	433,5	482,3	—
Média	385,9	418,0	411,2	435,4	481,5	—

lo)

755,3
690,1
648,3
511,5
523,5
369,0
707,7
656,0
277,8
329,4
690,7

MUNICIPIO DE SAO PAULO
 Índice ponderado do custo de vida da classe operária na cidade de S. Paulo — 1939 = 100

MESES	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952
Janerio	120,3	143,1	185,0	242,0	256,4	367,8	412,0	401,4	424,3	444,1	510,7
Fevereiro	120,9	145,1	186,2	248,1	261,8	279,7	413,2	410,7	426,4	453,2	510,2
Março	120,7	144,9	182,5	251,3	283,5	392,7	415,8	409,7	429,1	455,9	523,8
Abril	126,5	149,4	196,4	254,3	287,3	388,8	421,9	414,0	431,0	461,2	544,9
Maio	128,9	150,0	203,1	256,0	291,9	391,3	421,9	417,7	437,4	468,0	552,2
Junho	133,5	149,3	206,0	256,5	297,7	386,7	429,8	414,1	431,6	480,5	558,4
Julho	131,4	153,9	218,5	263,8	307,7	384,8	429,8	409,5	433,8	469,6	666,4
Agosto	139,5	154,2	222,2	269,6	316,5	384,8	426,2	409,8	437,7	479,6	566,8
Setembro	142,1	157,4	224,0	271,4	309,7	384,7	432,3	408,3	449,1	481,4	575,8
Outubro	140,4	164,0	224,6	266,4	311,9	389,7	409,0	407,0	450,0	481,6	574,7
Novembro	140,8	164,2	232,4	264,9	315,9	392,0	403,9	414,4	440,6	483,0	479,8
Dezembro	140,5	167,5	230,1	264,7	314,9	388,2	400,9	417,9	433,5	482,3	—
Média	132,6	153,6	209,8	259,1	296,2	389,9	418,0	411,2	435,4	481,5	—

CUSTO DA VIDA
 (Classe Operária na Cidade de São Paulo)
 Índice ponderado — 1939 = 100
 AGOSTO DE 1953

1 — Alimentação	755,3
2 — Habitação	690,1
3 — Vestuário	648,3
4 — Combustível	511,5
5 — Assistência médico-farmacêutica-dentária	523,5
6 — Fumo	369,0
7 — Artigos de limpeza doméstica	707,7
8 — Móveis	656,0
9 — Transportes	277,8
10 — Diversos	329,4
Total ponderado	690,7

Balanco de Pagamentos

Total	57	1.253	223	1.248	213	4
D. total (itens A, B e C)	2.405	796	1.413	1.247	6.951	11.459
E. Erros e Omissões	613	724	1.518	277	1.188	859
Superavit ou Deficit (-)	3.018	72	105	970	5.763	12.318
F. Atrasados Comerciais	1.516	630	515	1.917	448	10.435
G. Financiamento Oficial Compensatório:				60	540	
Compra de investimentos bri- tânicos		1.045				
Liquidação de débitos	357					
Créditos ao exterior	185		342		63	39
Empréstimo de estabilização	1.480	370	1.110			
Utilização dos recursos do F. M. I.			694		518	518
Acórdos de Pagamentos e de Compensação	3.069		760	451	647	
Haveres a curto prazo (au- mento -)	2.505(4)	553	613	573	4.771	2.379
Ouro monetário (aumento -)		693	9	17	18	17
Total	1.502	558	620	947	5.315	1.883

Notas: (1) Nenhum sinal indica o credito; o sinal - indica débito.

(2) Dados preliminares.

(3) Inclui ouro não monetário.

(4) Inclui um decréscimo nas disponibilidades em títulos (Cr\$ 8.000.000,00).

(5) Dados sujeitos a retificações.

(*) Discriminado em 1952.

Extraído de: "Relatório do Banco do Brasil S. A.", — 1952.

BRASIL
Balanco de Pagamentos
1947/1952 (1)
Cr\$ 1 000 000

ITENS	1947	1948	1949	1950	1951	1952 (2)
A Mercadorias e Serviços:						
Exportações, F. O. B.	21.400	21.884	20.344	25.137	32.762	28.107
Importações, F. O. B.	19.317	16.733	17.514	17.278	31.490	31.480
Saldo da balança comercial	2.083	5.151	2.830	7.859	1.264	5.283
Viagens internacionais	593	94	28	52	50	69
Fretes de importações	3.240	3.380	2.370	2.330	4.267	4.177
Outras verbas de transportes	472	494	478	105	74	5
Rendos de investimentos	962	1.906	1.806	1.773	1.575	668
Outros serviços	594	1.111	1.208	1.563	2.205	1.431
Total	2.834	846	2.104	2.245	6.907	11.623
B Donativos e Capitais Particulares (Excluído item F. O. B.)						
Rembessas	—	—	—	—	—	—
Capital a longo prazo	322	142	64	60	76	72
Haveres a curto prazo	722	1.079	746	396	182	176
EE UU	93	488	252	204	—	50
Movimento de saldos em cruzados	—	122	30	117	1	—
Total	486	1.303	468	249	257	160
C Financiamento Oficial Especial						
Amortizações, inclusive Lend & Lease	—	—	—	—	—	—
Empréstimos obtidos no exterior	544	754	530	1.776	490	633
Empréstimos do Banco Internacional	594	179	279	110	165	265
Ouro subscrito no F. M. I. e no B. I. R. D.	—	—	463	403	522	377
Donativos oficiais	107	693	11	15	16	—
Capital a longo prazo (3)	—	—	—	—	—	4
Total	57	1.253	223	1.248	213	4
D Total itens A, B e C)						
E Erros e Omissões	2.405	706	1.413	1.247	6.951	11.459
Superavit ou Deficit (4)	613	724	518	277	1.188	859
P. Atrasados Comerciais	3.018	72	105	970	5.763	12.316
Total	1.616	630	515	1.917	448	10.435
G Financiamento Oficial Compensatório						
Compra de investimentos britânicos	—	—	—	—	—	—
Liquidação de debitos	257	1.045	—	—	—	—
Créditos ao exterior	185	—	342	—	63	39
Empréstimo de estabilização	1.490	370	1.110	—	—	—
Utilização dos recursos do F. M. I.	—	—	694	—	518	518
Acórdos de Pagamentos e de Compensação	3.007	389	760	451	647	—
Haveres a curto prazo (aumento)	—	553	613	573	4.771	2.370
Ouro monetário (aumento)	—	693	9	17	18	17
Total	1.502	558	620	947	5.315	1.883

Notas: (1) Nenhum sinal indica o credito, o sinal — indica debito

(2) Dados preliminares.

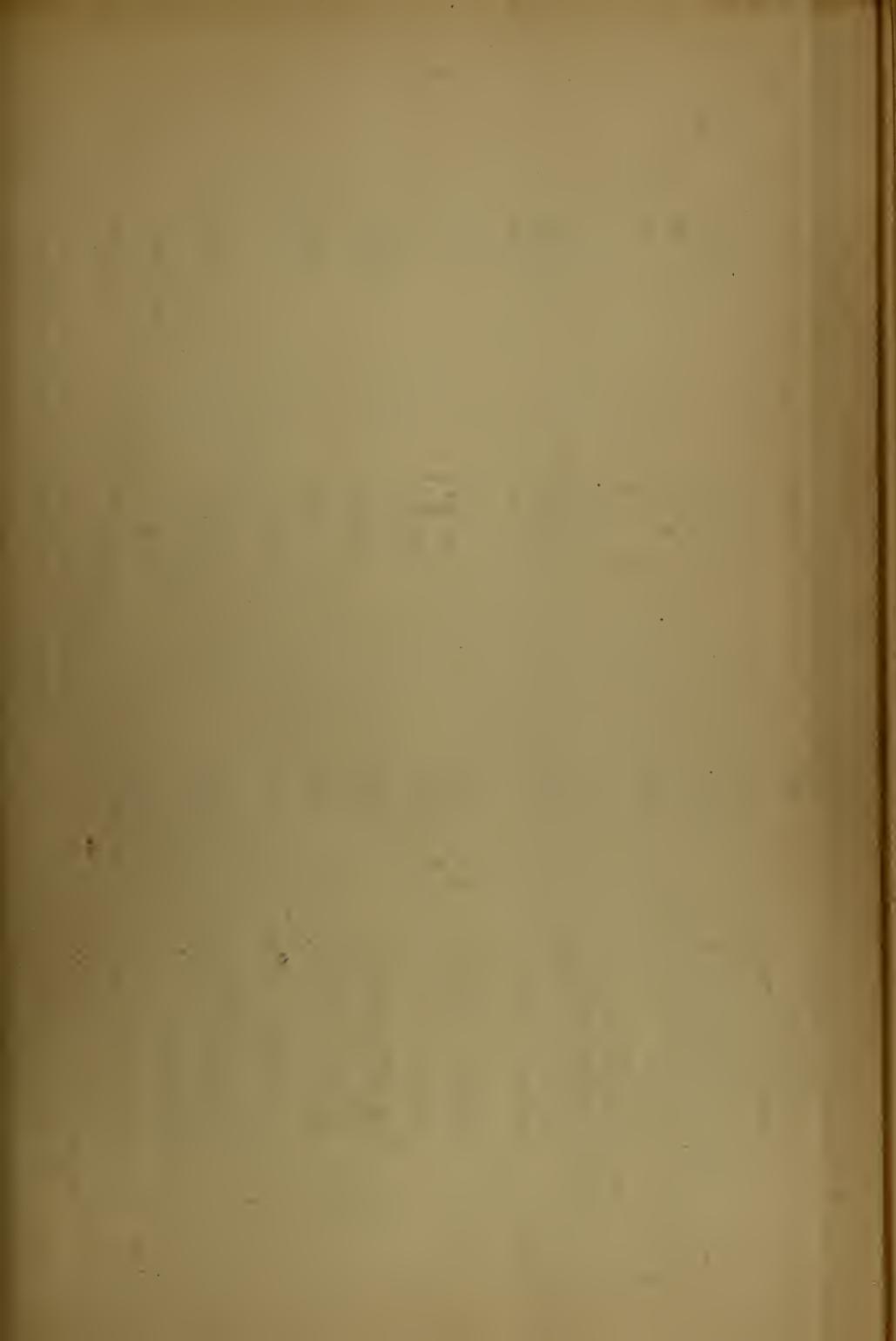
(3) Inclui ouro não monetário

(4) Inclui um decréscimo nas disponibilidades em títulos (Cr\$ 8 000 000,00)

(5) Dados sujeitos a retificações.

(*) Discriminado em 1952

Extraído de: Relatório do Banco do Brasil S. A. — 1952.



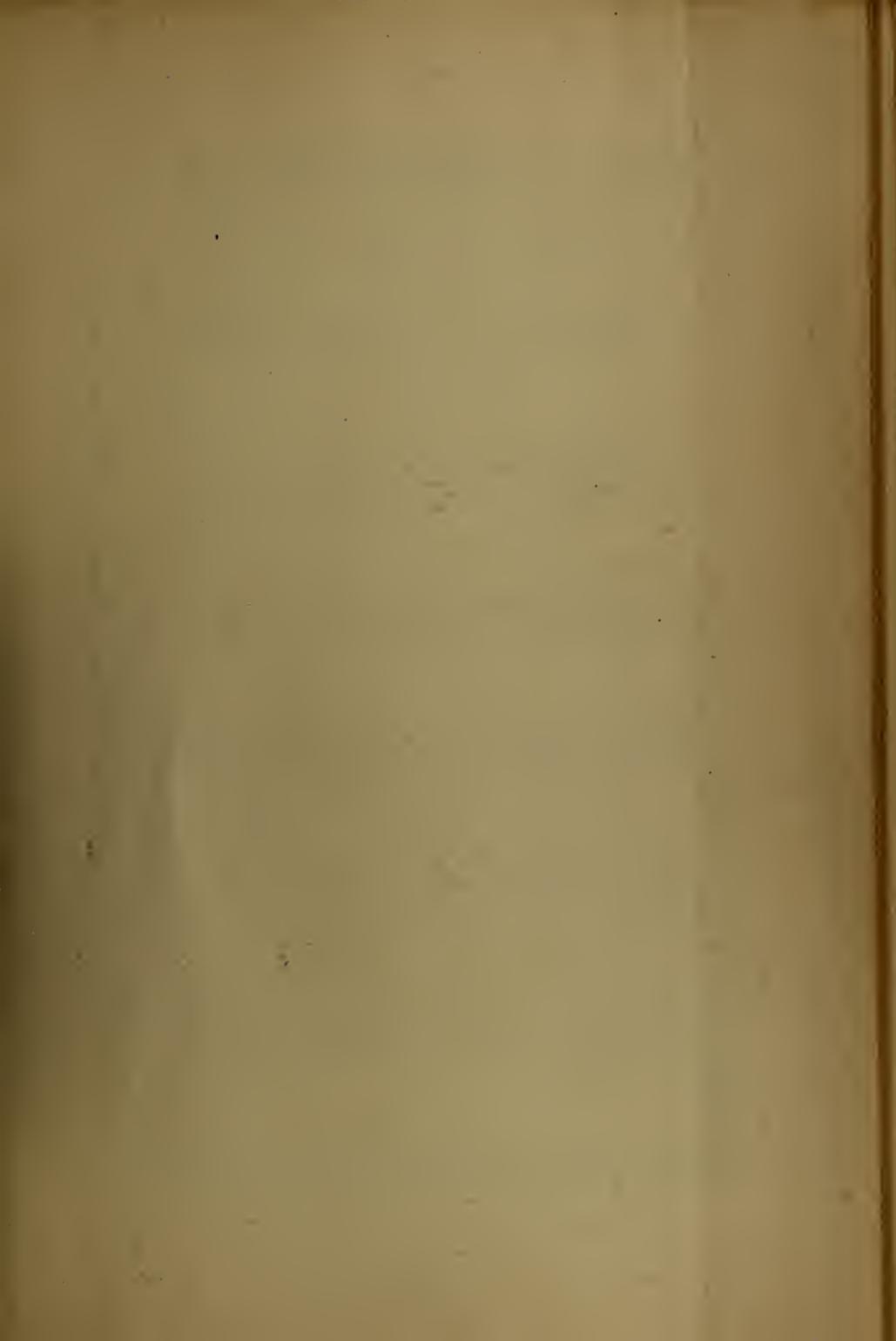
ESTATÍSTICA NACIONAL DAS OPERAÇÕES DE CAMBIO

MERCADO DE TAXA LIVRE
Movimento Global

Janeiro a Abril de 1953 (Mercado iniciado em 23-2-1953)
Unidade - Cr\$ 1.000

Discriminação	Ativo (Recebimentos)	Passivo (Pagamentos)		Saldo
A Transações Correntes				
I - Mercadorias	512 452			
II - Viagens Internacionais	43 064	187 364	+	355 095
IV - Transportes	88 135	133 223	-	80 159
V - Seguros	2 337	39 994	+	46 141
VI - Rendas de Investimen- tos	43 732	4 843	-	2 006
VII - Transações do Governo não incluídas em outros Itens	19 023	1 011 717	-	968 025
VIII - Serviços Diversos	167 729	553	+	18 470
IX - Donativos	65 480	287 926	-	120 191
		85 534	-	20 054
Total das Transações Corren- tes	970 479	1 751 414	-	780 735
B Movimento de Capitais				
XI - Capitais partilhados a longo prazo	492 178	46 984	+	445 194
Nacionais	31 036	3 717	+	27 319
Estrangeiros	461 142	43 267		417 875
XII - Capitais partilhados a curto prazo	351 509	49 249	+	302 320
Nacionais	119 336	41 693		77 643
Estrangeiros	232 233	7 556		224 677
XIII - Capitais oficiais e ban- cários a longo prazo	35 583	3 644	+	31 934
Nacionais	1 547	2 543	-	1 036
Estrangeiros	34 036	1 101	+	32 970
XIV - Capitais oficiais e ban- cários a curto prazo	2 551	7 255	-	4 705
Estrangeiros	2 551	7 255	-	4 705
XV - Arbitragens e opera- ções similares	56 549	22 789	+	33 760
XVI - Transações entre Bancos	118 356	117 934	+	422
Total de Movimento de Ca- pitais	1 056 186	247 861	+	808 325
Total Geral	2 027 265	1 999 073	+	28 190

Fonte: Superintendência da Moeda e do Crédito - Departamento de Coordenação de Orçamentos - Divisão de Balanço de Pagamentos



Anos	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO		SALDO	
	1 000 toneladas	Cr\$ 1 000 000	1 000 toneladas	Cr\$ 1 000 000		Cr\$ 1 000 000
			Preço médio por toneladas		Preço Médio por tonelada	
1927	2 017	3 644	1 807	5 351	612	371
1928	2 075	3 970	1 913	6 657	853	275
1929	2 189	3 870	1 763	5 938	595	302
1930	2 274	2 907	1 279	1 731	495	503
1931	2 230	3 200	1 520	3 475	541	1 517
1932	1 032	2 57	1 554	3 254	407	1 018
1933	1 911	2 820	1 470	3 878	564	655
1934	2 184	3 450	1 583	3 856	651	806
1935	2 702	4 104	1 480	4 229	912	248
1936	3 109	4 085	1 315	4 078	855	628
1937	3 200	5 092	1 545	5 160	1 042	223
1938	3 821	5 002	1 296	4 313	1 057	90
1939	4 183	5 616	1 343	4 780	1 041	632
1940	3 237	4 501	1 532	4 336	1 145	3
1941	3 526	6 726	1 902	4 049	1 362	1 212
1942	2 001	7 500	2 810	3 012	1 558	2 807
1943	2 606	8 729	3 237	3 307	1 806	2 567
1944	2 671	10 727	4 015	3 842	2 082	2 730
1945	2 887	12 188	4 053	4 292	2 008	3 581
1946	3 063	18 230	4 977	5 051	2 574	5 201
1947	3 781	21 170	5 601	7 161	3 182	1 610
1948	4 028	21 697	4 738	6 843	3 086	212
1949	3 744	21 13	5 383	7 179	2 876	475
1950	3 819	21 913	5 523	8 065	2 285	4 680
1951	4 852	27 54	6 701	10 805	3 383	4 694
1952	4 081	26 065	6 371	11 381	3 273	11 114
1953	1 903	11 458	6 020	5 386	2 027	275

1953 Janeiro - Junho
 Parte dos dados brutos
 Serviço de Estatística Econômica e Financeira - Ministério da Fazenda

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

Produtos	1.000 t			Cr\$ 1.000.000		
	1951	1952	+ ou - em 1952	1951	1952	+ ou - em 1952
	Café	981	949	- 32	19.448	19.213
Algodão em rama	143	28	- 115	3.823	640	- 3.183
Outros produtos	3.729	3.114	- 615	9.243	6.212	- 3.031
Total	4.853	4.091	- 762	32.514	26.065	- 6.449

Fonte: Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura

BRASIL
COMÉRCIO EXTERIOR
Exportações
% do total

Produtos	1938		1948		1949		1950		1951		1952	
	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V	Q	V
a) Café	26	45	23	42	31	58	23	64	20	60	23	4
b) Algodão	7	18	6	16	4	10	3	8	3	12	1	3
c) Cacaú	3	4	2	5	4	5	3	6	2	4	1	3
a + b + c	36	67	31	53	39	73	29	78	25	76	25	80
Outros	64	33	69	37	61	27	71	22	75	24	75	20
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: "Foreign Trade of Brazil" — Prof. Dr. J. Nunes Guimarães.

BRASIL

Importação de Máquinas Industriais, Veículos e Respeccivas Peças e Acessórios
 Equivalência em 1.000 dólares

TOTAL GERAL	370.589	299.200	680.409	678.827	112.608	2.121.633
-------------------	---------	---------	---------	---------	---------	-----------

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA
 Pelas duas grandes classes

Anos	Cr\$ 1.000			US\$ 1.000		
	Mercadorias essenciais	Mercadorias Menos essenciais	Total	Mercadorias essenciais	Mercadorias menos essenciais	Total
1949	18.553.883	2.094.198	20.648.081	1.002.913	113.200	1.116.113
1950	18.292.972	2.020.457	20.313.429	988.809	109.214	1.098.023
1951	32.742.610	4.455.735	37.198.345	1.769.871	240.851	2.010.722
1952	33.800.554	3.378.067	37.178.621	1.827.057	182.598	2.903.655
1953 (*)	8.826.257	803.448	9.634.705	477.095	43.700	520.795

(*) Janeiro/maio.

Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

Importação de Máquinas Industriais, Veículos e Respeccivas Peças e Acessórios
Equivalência em 1 000 dólares

US\$ 1 000

MANUFATURA

	1950	1951	1952	1953 (Jan. maio)	Total 1949 a maio de 1953
Tratores	20 312	37 324	34 447	8 664	123 600
Contribuições em ônibus, ambulâncias e semelhantes, pela chassi e principais peças de automóveis	65 337	180 853	190 805	5 794	530 302
Embarcações	7 034	22 920	10 502	6 209	60 184
Material ferroviário	13 755	15 609	24 383	10 401	70 495
Máquina para couro e peles	643	2 236	3 084	170	6 965
Máquina para papel e papéis	1 812	3 074	3 451	1 759	12 294
Máquinas para indústrias de mineração e extracção	624	6 203	8 290	423	16 082
Máquina para têxtil e couro	29 686	17 351	51 703	13 130	108 345
Máquina para fabricação de álcool e açúcar	2 272	5 174	5 281	1 947	16 878
Máquina para trabalhar metais	1 363	7 478	4 884	7 732	26 559
Turbinas hidráulicas	1 359	1 272	2 533	1 648	8 357
Máquinas para conservação de estradas	13 913	14 406	16 468	752	59 991
Rolamentos e eixos para mancais	2 790	6 403	6 580	1 547	21 133
TOTAL	161 004	360 023	371 501	67 194	1 121 105
Outras máquinas, aparelhos, ferramentas e acessórios	208 585	300 386	307 325	45 414	1 000 528
TOTAL GERAL	370 589	660 409	678 827	112 608	2 121 633

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA
Pelas duas grandes classes

Anos	Cr\$ 1 000		US\$ 1 000	
	Merendórias essenciais	Merendórias Menos essenciais	Merendórias essenciais	Merendórias menos essenciais
1949	18 553 883	2 094 198	1 002 910	113 200
1950	18 292 972	2 020 457	988 809	109 214
1951	32 742 610	4 455 735	1 769 871	240 851
1952	33 800 554	3 378 067	1 827 057	182 582
1953 (*)	8 826 257	808 448	477 095	43 700
Total	104 216 276	12 751 795	5 067 943	589 647

(*) Janeiro maio
Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda.

IMPORTAÇÃO DE BENS DE PRODUÇÃO E MATERIAS-PRIMAS ESSENCIAIS

1948 — 1952

1.000 toneladas e Bilhões de calorias

Itens	1948	1949	1950	1951	1952	1952 em % de 1948
Máquinas e utensílios	50	66	34	119	151	+
Veículos de carga e acessórios.	89	54	70	140	144	+
Matérias primas de origem mineral	120	137	168	215	199	+
Outras matérias-primas básicas	143	188	258	315	188	+
Cimento	361	484	404	636	820	+
Adubos químicos	99	127	273	350	218	+
Combustíveis (Bilhões de calorias)	39.088	41.155	50.829	59.082	38.002	+

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

VALOR

Janeiro-Julho 1953

Meses	Importação	Exportação	+ ou - na Exportação
Janeiro	1.858.664	1.807.518	- 51.146
Fevereiro	1.703.947	1.782.227	+ 78.280
Março	1.663.452	2.178.947	+ 515.495
Abril	1.849.252	2.096.565	+ 247.313
Maior	2.559.390	1.672.171	- 887.219
Junho	2.079.697	1.920.815	- 158.882
Julho	2.022.883	1.054.741	- 68.142
Total	13.737.285	13.412.984	- 324.301

IMPORTAÇÃO BRASILEIRA

% do valor total



EXPORTAÇÃO BRASILEIRA

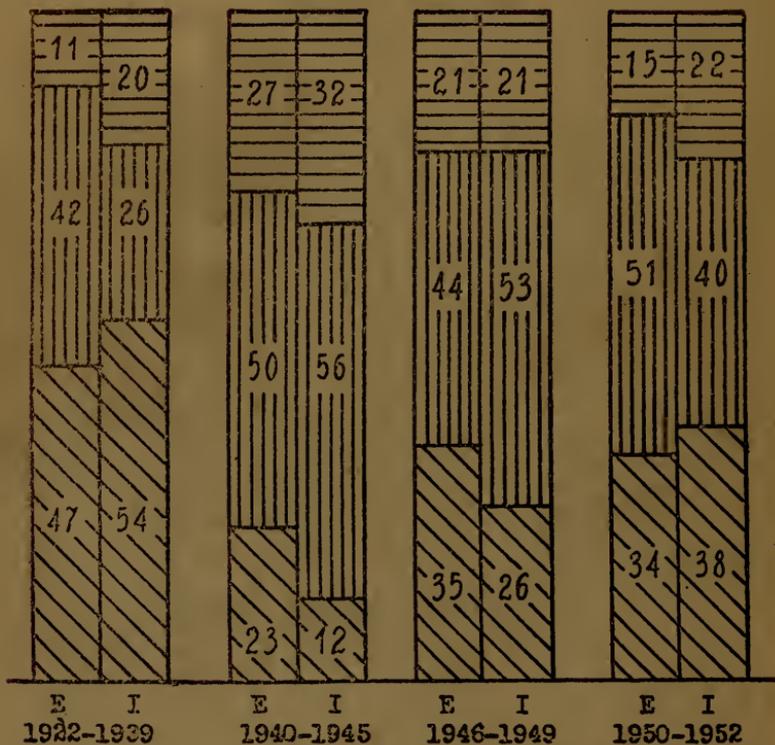
% do valor total



COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

% do valor total

Médias (*)



Outros Continentes e Países



Estados Unidos



Europa

E - Exportação
I - Importação

(*) Período.

CONSUMO DE ENERGIA

Bilhões de calorías

Anos	Fontes Nacionais	Importada	Total	% da importada s/ o total
1948	235.000	39.000	274.000	14,3
1949	243.000	41.000	284.000	14,5
1950	249.000	51.000	300.000	16,9
1951	259.000	59.000	318.000	18,6
1952 (x)	270.000	70.000	340.000	20,6

(x) Estimativa provisória.

CONSUMO DE ALIMENTAÇÃO BÁSICA (x)

Bilhões de calorías

Anos	Produção (1) (a)	Importação (b)	Exportação (c)	Consumo (a+b-c)	% da importação s/ o consumo
Média 1937-39	29.890	2.700	1.320	31.270	8,6
1948	39.600	2.400	3.240	38.810	6,2
1949	40.810	2.620	890	52.540	6,2
1950	42.370	3.330	1.570	44.130	7,5
1951	43.040	3.750	2.210	44.580	8,4
1952 (2)	44.170	2.470	1.210	45.430	5,4

(1) Produção Comercialável.

(x) Exclusivo o consumo nas fazendas.

(2) Estimativa baseada nos dados mais recentes.

CONTRIBUIÇÃO DO BRASIL NA
PRODUÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ

Períodos	Porcentagem da produção mundial
1820-1829	18,18
1830-1839	29,7
1840-1849	40,0
1850-1859	52,09
1860-1869	49,07
1870-1879	49,09
1880-1889	56,63
1890-1894	59,7
1895-1899	66,68
1900-1904	75,64

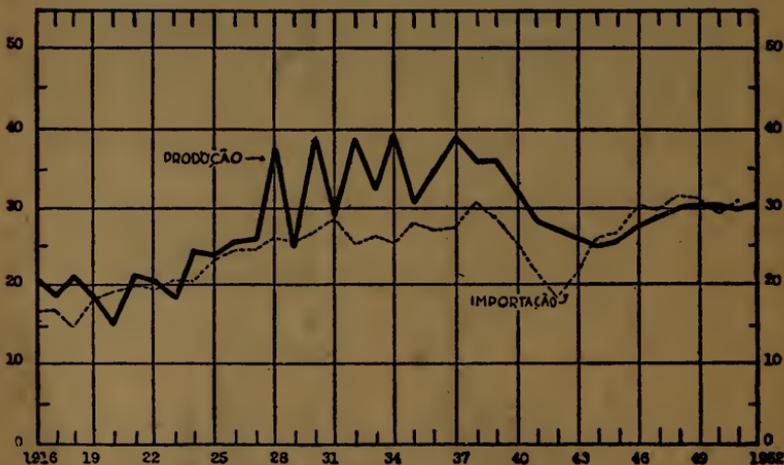
Extraído de: "Evolução Econômica do Brasil" — J. F.
Normano — 1945.

CAFÉ

PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO MUNDIAL

1916 - 1962

1.000.000 sacas/60 kg



PRODUTOS

1952 (*)

I) Produção Primária

Produção agrícola

	1948	1948	1950	1951	1952 (*)
Cáca de carnaúba	11	10	11	11	—
Café	1 037	1 068	1 071	1 080	1 167
Açúcar (1)	1 410	1 301	1 403	1 607	1 844
Algodão em rama	320	396	393	349	616
Arroz com casca	2 554	2 720	3 218	3 182	3 033
Babaçu	83	71	75	83	—
Banana (2)	2 726	2 954	3 258	3 303	3 810
Cacau	97	133	153	121	158
Cana de açúcar	30 893	30 929	32 671	33 653	35 798
Felijo	1 133	1 257	1 248	1 238	1 286
Fumo em folha	118	115	108	118	102
Mamona	231	201	184	177	190
Mandioca	12 455	13 616	12 832	11 918	12 631
Milho	5 607	5 449	6 024	6 218	6 245
Ova	405	438	532	424	526
Batata doce	239	235	230	276	260
Batata inglesa	934	923	833	823	839
Carvão de algodão	585	748	707	723	721
Sisal	629	780	774	620	921
Sisal	26	21	52	55	—
TOTAL	61 493	62 455	65 477	66 068	—

Produção mineral

Carvão de pedra	2 025	3 129	1 959	1 963	1 950
Minério de ferro	1 872	1 888	1 937	2 407	—
Minério de manganês	164	231	196	204	—
Petróleo (3)	19	14	44	90	98
TOTAL	3 780	4 262	4 186	4 664	—

Total da produção primária

TOTAL	65 273	66 717	69 663	70 732	—
--------------	---------------	---------------	---------------	---------------	----------

II) Produção Industrial

Cimento	1 112	1 281	1 385	1 456	1 574
Ferro gusa	552	512	729	776	816
Ferro laminado	403	506	623	697	724
Aço	483	615	780	843	931
Óleos vegetais	174	176	195	217	—
Papel	187	217	248	301	264
Pneumáticos e câmaras de ar (4)	2 139	3 074	3 865	4 315	—
TOTAL	5 050	6 381	7 835	8 565	—

TOTAL GERAL

TOTAL GERAL	70 323	73 098	77 498	79 297	—
--------------------	---------------	---------------	---------------	---------------	----------

(*) Dados provisionais.

(1) Produção das usinas

(2) Em 1 000 sacos: 1948 — 136.291; 1949 — 147 696; 1950 — 162 874; 1951 — 169 632; 1952 — 190 789

(3) Conversão feita à base de 822 kg 1 000 litros

(4) Em 1 000 unidades

Fonte: Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura

EXPORTAÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ

Em % do valor exportado

Países	1950	1951 (1)
Costa Rica	45	50
República Dominicana	1b	18
Guatemala	78	75
Honduras	12	19
México	9	10
Nicarágua	66	61
Salvador	89	91
Haiti	53	54
Brasil	64	60
Colômbia	78	66
Ecuador	30	29
Venezuela	1	1
Angola	34	47
Congo Belga, Ruanda Urundi	9	9
Camerum Francês	13	
África Equatorial Francesa	8	
África Ocidental Francesa	23	9
Togolândia Francesa	9	
Madagascar	14	7
Quênia	7	
Tanganica	13	12
Uganda	28	
Indonésia	2	...

(1) Dados preliminares.

Extraído de: "Monthly Bulletin of Agricultural Economics and Statistics" - Nações Unidas - Roma, setembro de 1952

SUPRIMENTO DE PRODUTOS PARA CONSUMO INTERNO, PELA PRODUÇÃO INTERNA E PELAS IMPORTAÇÕES
Índice 1938 - 1929 = 100

Países	Períodos	Total dos bens disponíveis	Produtos oriundos da		Porcentagem das importações sobre o total dos bens disponíveis
			Produção interna	Importações	
Argentina	1928-1929	100	48	52	52
	1936-1938	102	64	38	37
	1947-1948	173	113	60	35
Brasil	1928-1929	109	57	43	43
	1936-1938	102	71	31	30
	1948-1949	165	116	50	30
Chile	1928-1929	109	51	43	49
	1936-1938	92	70	22	24
	1948-1949	138	102	36	26

Extrido de: "Estudio del Comercio entre América Latina y Europa" - Nações Unidas.

VARIAÇÃO DE PREÇOS DE ALGUNS PRODUTOS PRIMARIOS ENTRE 1928 E 1952

Em dólares

Indices - 1928 = 100

Produtos	Classificação	Média				
		1932	1937	1946	Fev. ou Mar. 1951	Agosto 1952
Trigo	N.º 2 duro de inverno, Chicago	45	101	179	222	197
Milho	N.º 3, amarelo, Chicago	38	60	193	196	186
Carne de res	Argentina, resfriada, Londres	61	93	108	133	209
Açúcar	Cubano não refinado, Manila	33	78	161	249	184
Caçau	Brasileiro, Nova York	32	63	87	287	264
Café	Santos n.º 4, Nova York	46	48	79	238	235
Algodão	Tipo 5, São Paulo	70	56	128	351	240
Lã (a)	Território 64-80, Boston	41	88	89	323	143
Henequém	Mexicano, Nova York	31	77	99	153	280
Couros	"Heavy Packers", Chicago	26	72	77	153	69
Linhaca	N.º 1, Minneapolis	38	67	155	156	129
Estanho	Dos estreitos, Londres	43	109	118	373	240
Cobre	Eletrolítico, Nova York	39	90	95	167	237
Chumbo	Moie, São Luis	50	95	130	277	252
Zinco	"Prime Western", Saint Louis	48	108	145	299	242
Petróleo (a)	Na boca do poço, Oklanoma	68	93	105	220	206
Salitre	Kansas Chileno, Nova York	71	63	86	114	120

Nota - Este quadro encerra os produtos de exportação mais importantes da América Latina.

(a) Base 1929.

Extraído de: "Estudio del Comercio entre América Latina y Europa" - Nações Unidas.

Preços de Alguns Produtos Básicos
Cents/lb
Médias anuais
1949 - 1953

Produtos	1949	1950	1951	1952	1953 (Jan/Maio)
Algodão (American Spot Middling Upland - 15/16") N. York	32,68	43,57	40,48	39,69	33,89 (1)
Açúcar (Bruto 96.º) - N. York	5,81	5,93	6,06	6,26	6,25
Café (Tipo Santos 4) - N. York	31,8	50,9	54,3	54,1	55,8 (1)
Cobre (Eletrolítico, refinaria) - N. York	19,20	21,24	24,20	24,38	27,13
Cabros (Packers Heavy Native Steers) - Chicago	22,9	25,3	31,4	14,8	13,6
Estanho (Tipo A - pronta entrega) - N. York	99,34	95,54	127,08	119,96	111,50
Zinco (Prime Western - Eastern St. Louis)	12,14	13,87	18,00	13,29	11,20
Ferro (N.º 2) - Filadélfia (K)	50,53	51,51	58,06	59,26	59,75 (1)
Lã (Lavada) - Boston	167	199	271	165	173 (2)
Tipo (N.º 2 Hard Winter) - Kansas City (3)	2,16	2,28	2,43	2,38	2,35

(K) US\$/t longo.
(1) Média Janeiro/Junho.
(2) Média Janeiro/Março.
(3) US\$/bushell. Anos agrícolas.

CAFÉ E ALGODÃO

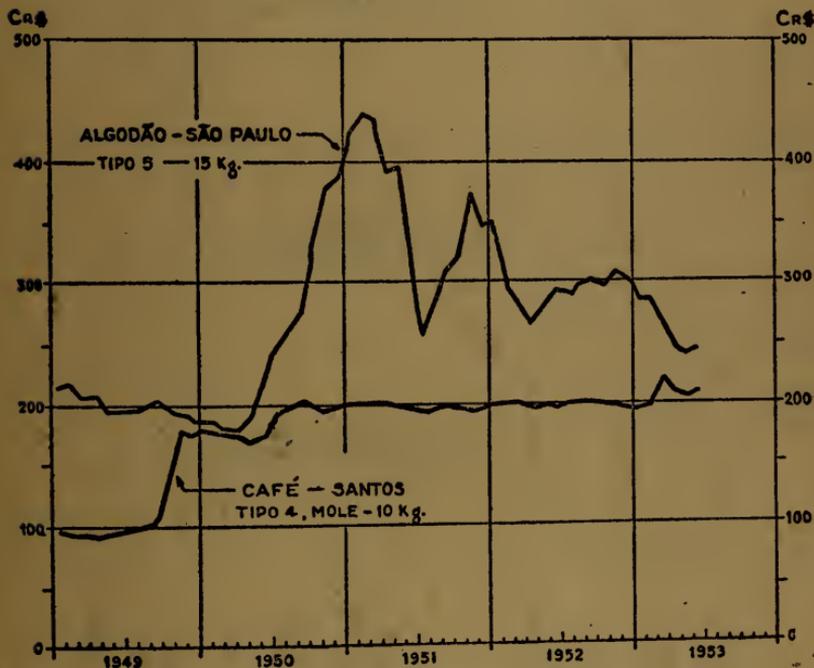
Cotações médias do disponível

CRUZEIROS

Anos	Café (1)	Algodão (2)
1945	55	87
1946	73	137
1947	92	158
1948	91	187
1949	111	199
1950	185	251
1951	196	358
1952	197	295
1953 (jan/junho)	205	260

(1) Santos, tipo 4, mole, 10 kg.

(2) São Paulo, tipo 5, 15 kg.



Fontes dos dados brutos — "Relatórios do Banco do Brasil S.A." — 1949, 1950, 1951 e 1952.

"Revista dos Mercados" — São Paulo, fevereiro/julho de 1953.

COMERCIO MUNDIAL DE ALGODÃO EM RAMA
1.000 fardos
I - IMPORTAÇÃO

Países importadores	1950 - 51		1951 - 52		1951 - 52		1952 - 53	
					1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre	2.º semestre
Bélgica	455	436	275	161	204			
França	1.071	1.193	585	608	562			
Itália	1.022	946	298	548	374			
Holanda	273	245	103	142	151			
Suiça	183	158	115	43	94			
Reino Unido	1.971	1.826	1.180	646	557			
Alemanha Ocidental	937	898	459	439	547			
Índia	796	1.013	389	624	240			
Japão	1 981	1.652	791	861	1.110			
Canadá	488	334	182	142	193			
Estados Unidos	188	80	30	50	97			
Outros	1 602	1.647						
Total Mundial (1)	10.947	10.328						
Total dos países in- dicados			4.417	4.264			4.129	

(1) - Exceto a U.R.S.S. e países satélites.

II - EXPORTAÇÃO

Países exportadores	1950 - 51	1951 - 52	1951 - 52		1952 - 53
			1.º semestre	2.º semestre	1.º semestre
Estados Unidos	4.108	5.519	3.550	1.969	1.738
México	742	975	540	435	645
Brasil	698	350	257	93	29
Peru	318	314	154	160	167
Egito	1.538	912	489	423	853
Paquistão	1.043	906	401	505	444
Sudão Anglo-Egipcio	373	399	218	181	78
Turquia	365	272	117	155	214
Síria	110	165	56 (2)	109	71 (2)
Índia	154	122	2	120	164
Outros	1.533	1.177			
Total Mundial (1)	10.982	11.111			
Total dos países indicados			5.784	4.150	4.403

(1) Exceto a U. R. S. S. e países satélites.

(2) Julho-dezembro.

Extraído de: "Algodón" — Revista Mensual de la Situacion Mundial — Washington, maio de 1953.

IMPORIAÇÕES DOS PAISES LATINO-AMERICANOS PROCEDENTES DOS PRINCIPAIS PAISES EUROPEUS

E DOS ESTÁ DOS UNIDOS

Milhões de dólares, f.o.b., a preços constantes de post-guerra (a)

Países	1928	1938	1949 (b)	1950	1951
Argentina e Uruguai	1.290	782	746	801	864
Brasil	570	377	748	843	1.309
Chile	168	127	180	120	216
Colômbia	203	139	209	322	294
Cuba	297	197	379	543	561
México	263	168	477	582	705
Venezuela	109	165	657	541	542
Peru	70	63	109	123	149
Total	2.970	2.018	3.505	3.875	4.740

(a) Os anos de pré-guerra aos preços de 1948 e os de post-guerra aos preços de janeiro-setembro de 1949.
 (b) Janeiro-setembro baseados na taxa anual.

NOS PROCEDENTES DA EUROPA E DOS ESTADOS UNIDOS

País	Cuba		Perú		Uruguai		Venezuela		
	1950	1928	1950	1928	1950	1928	1950	1928	
	1951	1928	1951	1928	1951	1928	1951	1928	
Indice da trial	—	—	—	—	—	—	—	—	
Importaçã Europ Unid									
Indice do 1923	51	100	186	100	195	100	135	100	494
Distribuiçã (d)									
A — Alim furn	3	31	31	13	11	5	3	12	18
B — Out sum	30	34	31	35	32	50	35	32	30
C — Ben	27	2	14	19	29	12	35	21	25
D — Me quin	30	14	16	14	24	17	23	27	14
E — Mat	7	13	8	9	4	16	4	8	3
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100

(a) Não especializado.

VARIAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES DE ALGUNS PAÍSES LATINO-AMERICANOS PROCEDENTES DA EUROPA E DOS ESTADOS UNIDOS

ESPECIFICAÇÃO	Argentina		Chile		Brasil		México		Colômbia		Cuba		Peru		Urugual		Venezuela	
	1928	1950 1951	1928	1950 1951	1928	1950 1951	1928	1950 1951	1928	1950 1951	1928	1950 1951	1928	1950 1951	1928	1950 1951	1928	1950 1951
	Índice da produção industrial - 1928 = 100	-	208	73 (a)	190	75 (a)	218 (b)	78	182 (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Importações procedentes da Europa e dos Estados Unidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Índice do volume - 1928 = 100	100	61	100	99	100	189	100	245	100	151	100	188	100	185	100	135	100	494
Distribuição percentual (d)																		
Alimentos, bebidas e fumo	5	1	3	5	9	7	14	11	11		31	31	13	11	6	3	12	12
Outros bens de consumo	46	19	40	22	37	25	32	24	46	50	34	31	35	32	50	35	32	39
Bens de capital	19	37	19	35	18	5	21	32	19	27	2	14	19	29	12	35	21	25
Materiais e produtos químicos	20	35	23	25	21		21	25	20	40	14	16	21	24	17	23	27	31
Matérias-primas	10	8	15	13	15		12	8	4	7	13	8	2	4	16	4	8	3
TAL (a b c d)	100	100	100	100	100	190	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

(a) Média 1928-1929 - (b) 1949 - (c) 1950 - (d) Cada grupo de artigos em percentual do total do grupo especializado.
 Extraído de 'Estudio del Comercio entre América Latina y Europa' - Nações Unidas

Dados Financeiros
Cr\$ 1.000.000
B R A S I L

Anos	Empréstimos (*)		Redescontos		Circulante (2)		Deficits ou Superávits no Orçamento	Dívida Externa (**)	
	Saldos	Aumento Anual (1)	Saldos	Aumento Anual (1)	Acumulado	Emissão Anual		Serviço realizado	Saldo em circulação
1931	5.892	— 69	—	—	2.941	96	—	23.493	16.086
1932	6.697	805	1	—	3.238	297	—	1.108	13.311
1933	6.954	257	25	24	3.037	—	—	313	14.378
1934	7.406	452	208	183	3.157	120	—	530	15.820
1935	7.752	346	726	518	3.612	455	—	149	15.052
1936	8.049	297	620	106	4.050	438	—	681	14.605
1937	8.599	550	65	—	4.550	500	—	—	13.845
1938	9.941	48	48	17	4.825	275	—	—	21.054
1939	11.282	1.341	215	167	1.971	146	—	—	17.320
1940	12.837	1.555	426	211	5.185	214	—	—	16.288
1941	15.894	3.057	1.040	614	6.647	1.462	—	—	16.207
1942	18.205	2.312	57	—	8.238	1.591	—	—	15.706
1943	28.757	10.551	2.788	983	10.961	—	—	—	18.191
1944	40.107	11.350	6.360	3.574	14.462	2.743	—	—	12.525
1945	43.860	3.753	5.021	—	17.535	3.481	—	—	11.679
1946	45.276	1.416	3.125	—	20.494	3.073	—	—	10.934
1947	46.539	1.265	1.473	—	20.399	2.959	—	—	11.712
1948	51.309	4.770	2.477	—	21.696	—	—	—	11.084
1949	62.419	11.110	4.808	2.331	24.045	1.297	—	—	8.188
1950	88.019	25.600	11.838	7.027	31.205	2.349	—	—	5.653
1951	103.083	15.064	6.981	—	35.319	4.114	—	—	486
1952	123.314	20.231	11.193	4.212	39.282	3.963	—	—	—

(*) Fontes: Até 1950, Anuário Estatístico do I. B. G. E., 1951 — 1951 e 1952, Movimento Bancário do Brasil, 1952, (SIEFF).

(**) Dívida Externa:

Os valores relativos a 1931, referem-se ao total de todos os serviços desde 1824 a 1931, e ao total da circulação em 1931 convertido a taxa de conversão do ano de 1931.

(1) Sobre o ano anterior.

(2) Não inclui moeda divisionária.

— BRASIL —

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Cr\$ 1.000

Anos	Superavit	Deficit
1825	—	3.609
1826	—	4.106
1827	226	—
1828-29	495	—
1829-30	5.549	—
1830-31	2.363	—
1831-32	294	—
1832-33	1.869	—
1833-34	994	—
1834-35	1.912	—
1835-36	—	205
1836-37	498	—
1837-38	—	6.248
1838-39	—	3.160
1839-40	—	9.021
1840-41	—	6.461
1841-42	—	11.164
1842-43	—	10.453
1843-44	—	4.596
1844-45	—	830
1845-46	1.735	—
1846-47	—	948
1847-48	—	1.479
1848-49	—	2.126
1849-50	—	750
1850-51	—	528
1851-52	—	5.042
1852-53	6.449	—
1853-54	—	1.718
1854-55	—	2.755
1855-56	—	1.609
1856-57	8.782	—
1857-58	—	2.009
1858-59	—	5.799
1859-60	—	8.799
1860-61	—	2.306
1861-62	—	561
1862-63	—	8.658
1863-64	—	1.693
1864-65	—	26.350
1865-66	—	63.333
1866-67	—	56.113
1867-68	—	94.784
1868-69	—	63.353
1869-70	—	46.747
1870-71	—	5.789
1871-72	756	—
1872-73	—	11.161
1873-74	—	18.829
1874-75	—	21.148
1875-76	—	26.062

Anos	Superavit	Deficit
1876-77	—	36.831
1877-78	—	42.271
1878-79	—	69.667
1879-80	—	29.741
1880-81	—	10.219
1881-82	—	9.014
1882-83	—	23.260
1883-84	—	21.664
1884-85	—	36.522
1885-86	—	26.740
1886-87	—	8.282
1888	3.275	—
1889	—	25.325
1890	—	25.393
1891	8.353	—
1892	—	51.673
1893	—	40.780
1894	—	107.694
1895	—	37.012
1896	—	22.708
1897	—	75.925
1898	—	344.160
1899	25.474	—
1900	—	125.640
1901	—	30.005
1902	46.092	—
1903	52.195	—
1904	—	20.696
1905	26.157	—
1906	8.289	—
1907	13.850	—
1908	—	69.753
1909	—	65.561
1910	—	98.716
1911	—	125.000
1912	—	176.914
1913	—	109.220
1914	—	328.000
1915	—	285.000
1916	—	202.000
1917	—	295.000
1918	—	326.000
1919	—	300.000
1920	—	389.000
1921	—	426.000
1922	—	110.000
1923	—	311.012
1924	—	41.382
1925	—	18.391
1926	—	219.861
1927	13.547	—
1928	—	133.594
1929	—	221.147
1929	—	832.592
1930	—	293.955
1931	—	1.108.878
1932	—	313.337
1933	—	530.658
1934	—	—

Anos	Superavit	Deficit
1935	—	149 308
1936	—	98 621
1937	—	681 483
1938	—	855 665
1939	—	539 607
1940	—	593 176
1941	—	794 080
1942	—	1 371 433
1943	—	501 363
1944	—	84 463
1945	—	997 821
1946	—	2 632 968
1947	460 238	—
1948	3 380	—
1949	—	2 810 173
1950	—	4 297 000
1951	2 818 675	—
1952	2 278 872	—

MEIOS DE PAGAMENTO
E MOVIMENTO BANCÁRIO
Cr\$ 1.000.000

Anos	Meios de Pagamento	Meio Circulante	Movimento Bancário	
			Empréstimos	Depósitos
1946	46.657	20.494	55.318	52.728
1947	50.138	20.399	57.722	55.599
1948	53.920	21.696	63.287	63.197
1949	60.498	24.045	75.900	73.353
1950	78.583	31.205	94.175	90.175
1951	105.882	35.319	105.705	104.440
1952	128.140	39.282	125.785	128.249
1953 (Junho)	131.103	41.524	127.730	125.503

Extraído de: Relatório do Banco do Brasil — 1949 e 1951.
"Comércio Internacional" — Boletim da CEXIM.

RESERVA-OURO DOS BANCOS E GOVERNOS

Em milhões de dólares

Países	1938	1952	+ ou - em 1952	
			Absolutos	%
Alemanha	29 (x)	140	+ 111	382,7
Argentina	431	288	- 143	33,2
Bélgica	780	706	- 74	9,5
Brasil	32	317	+ 285	890,6
Canadá	192	896	+ 704	366,7
Espanha	525	51	- 474	90,3
Estados Unidos	14.592	23.252	+ 8.660	59,3
França	2.757	573	- 2.184	79,2
Grã-Bretanha	2.877	1.500	- 1.377	47,9
Holanda	998	544	- 454	45,5
Índia	274	247	- 27	9,9
Itália	193	346	+ 153	79,3
Portugal	86	286	+ 200	232,6
Suécia	701	1.411	+ 710	101,3
Venezuela	54	373	+ 319	590,7

(x) Antes da 2.ª Guerra Mundial.

Extraído de: "Die Neue Zeitung" - 18-19 de julho de 1953.

ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO MUNDIAL
Produtos de Base

Produtos	Unidades (*)	1937	1952	% + ou - em 1952
Alumínio	1.000 t	493	2.030	+ 312
Electricidade	Bilhões de kwh	445	1.135	+ 155
Petróleo bruto	1.000.000 t	285	620	+ 117
Fibras artificiais	1.000 t	830	1.700	+ 105
Cimento	1.000.000 t	81	155	+ 92
Aço	1.000.000 t	135	210	+ 56
Linhito	1.000.000 t	254	380	+ 50
Sementes de soja	1.000.000 t	12 (1)	18	+ 50
Borracha natural	1.000 t	1.225	1.790	+ 46
Borracha sintética	1.000 t	5	895	+ 41
Níquel	1.000 t	115	165	+ 42
Ferro	1.000.000 t	105	150	+ 39
Zinco (2)	1.000 t	1.636	2.270	+ 38
Tungstênio	1.000 t	40	55	+ 27
Manganês	1.000 t	6.064	7.700	+ 23
Cobre (2)	1.000 t	2.564	3.150	+ 22
Mercurio	t	4.251	5.200	+ 21
Trigo (3)	1.000.000 de bus- hels	5.980	7.235	+ 20
Açúcar (3)	1.000.000 t	30	36	+ 16
Carvão de pedra	1.000.000 t	1.297	1.500	+ 13
Milho (3)	1.000.000 de bus- hels	4.980	5.610	+ 12
Chumbo (2)	1.000 t	1.697	1.900	+ 6
Lã	1.000.000 de libras	3.850	4.100	+ 5
Algodão (3)	1.000.000 de far dos	37	35	- 8
Estanho (2)	1.000 t	207	190	- 21
Café (3)	1.000.000 de sacas	39	31	-

(*) Toneladas métricas.

(1) Média 1934-38.

(2) Produção à boca de mina.

(3) Ano agrícola.

Extraído de: "Relatório do Banco de Pagamentos Internacionais" — 1952.

B R A S I L
Produção Agrícola
1.000 t

% a mais sobre o ano anterior

Totais de 1948 — 1952

a) De Exportação Predominante (1)

1948	%	1949	%	1950	%	1951	%	1952	%
1 491	+ 4,1	1.628	+ 9,2	1.680	+ 3,2	1.616	+ 2,8	1.831	+ 13,3

(1) Café em grão, algodão em rama, cacau, carnaúba e sisal.

b) De consumo Interno Predominante (1)

1948	%	1949	%	1950	%	1951	%	1952	%
23 901	+ 3,9	24.729	+ 3,5	25.693	+ 3,9	24.960	-- 2,9	25.859	+ 3,6

(1) Alimentos básicos: Batata doce, inglesa, milho, man dioca, arroz com casca, trigo e feijão.

VARIACÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
1952 em confronto com 1948
1.000 t

	Aumento absoluto	Aumento percentual
Produtos do item (a)	+ 340	22,8
Produtos do item (b)	+ 1.958	8,2

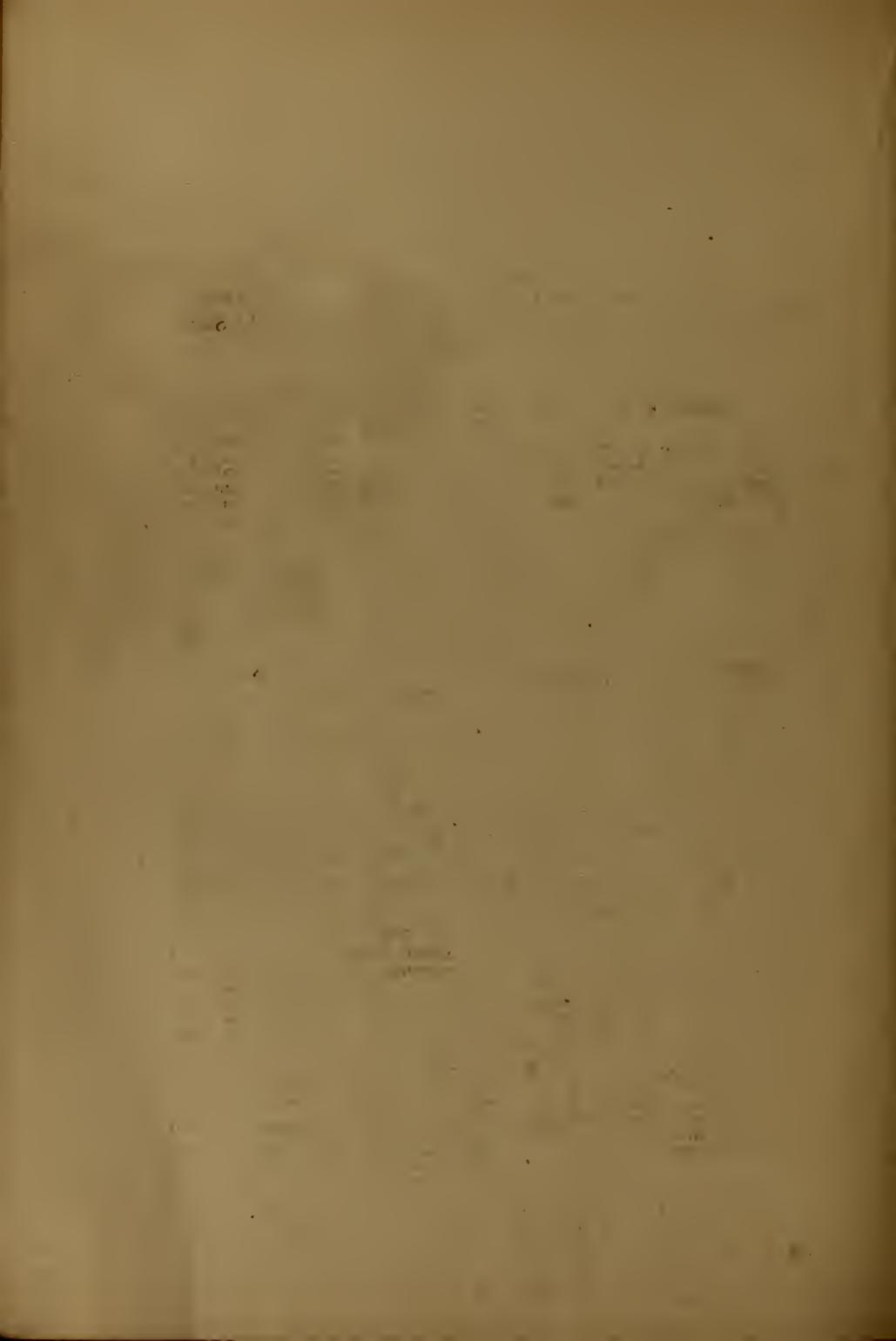
Fonte dos dados brutos: Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura.

ESTADOS UNIDOS
Balança Comercial
Em milhões de dólares

Anos	Exportações	Importações	+ ou - nas exportações
1948	12.650,5	7.123,5	+ 5.527,0
1949	12.000,2	6.622,5	+ 5.377,7
1950	10.274,7	8.841,8	+ 1.432,9
1951	15.020,4	10.961,5	+ 4.058,9
1952	15.163,9	10.713,5	+ 4.450,4
Total do quinquênio	65.109,7	44.262,8	+ 20.846,9

Fonte dos dados brutos: "Statistical Papers - Direction of International Trade" - Series T. Vol. III - n. 12 - Jan./dez. 1952

DISCURSO DO SR. OSWALDO ARANHA, MINISTRO
DA FAZENDA, PROFERIDO NA CÂMARA DOS
DEPUTADOS, NA SESSÃO DO DIA 30 DE OUTU-
BRO DE 1953.



**DISCURSO DO SR. OSWALDO ARANHA, MINISTRO DA FAZENDA,
PROFERIDO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, NA SESSÃO
DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 1953**

Senhor Presidente e Srs. Deputados:

1. O Requerimento do eminente Deputado Luiz Viana, solicitando o meu comparecimento a esta Casa, veio ao encontro dos meus propósitos.

Ao verificar que a Instrução 70, da Superintendência da Moeda e do Crédito, despertara, mais do que qualquer outra providência governamental, um largo e extenso debate em todo o país e uma sonda, sem precedentes, de comentários na opinião, na imprensa, no rádio, nas classes e até nos partidos, pareceu-me de logo, como também ao eminente Deputado Aliomar Baleeiro, necessária e imperativa a minha presença nesta Casa.

2. Não creio, Senhor Presidente, na eficácia de medidas aceitas sem exame, sem discussão e sem críticas. O debate que, ainda hoje, se trava em todo o país em torno da iniciativa, objeto desta convocação, é a contraprova de que ela procurou resolver problemas essenciais e nacionais.

Não fôsse sua repercussão tão profunda e, por certo, passaria despercebida, como, infelizmente, passam providências e leis de efeitos os mais sérios na ordem econômica, política e social do país.

Resolvi, assim, Senhor Presidente, vir a esta Casa para, expondo o menos possível, sujeitar-me à mais ampla controvérsia sobre a legalidade, natureza e fins da Instrução 70, e, bem assim, sobre a oportunidade, o acerto ou erro, ou ainda as consequências dessa medida, que o Governo precisa ver estudada, examinada, debatida e criticada por quantos sobretudo no Congresso, possam contribuir para esclarecer, orientar e fortalecer a ação governamental.

3. Expus ao Ministério, depois ao Senado e a esta Câmara, em longos e exaustivos discursos, as minhas opiniões e, mesmo, minhas idéias, planos e projetos, recebendo do Governo e das duas ilustres Casas do Congresso, inequívocas e generosas demonstrações de apoio, aplauso e encorajamento aos meus propósitos.

A Instrução 70, Sr. Presidente, é a primeira providência de base consequente a essas exposições e aos compromissos que, nessas oportunidades, tomei de modificar para melhor a situação econômica e financeira de nosso País.

URGÊNCIA DO PROBLEMA

4. Não era mais possível esperar. Todas as medidas adotadas, liberações de percentagens para os gravosos, preços mínimos, em ouro, para exportações, pautas para o café, financiamentos de quase todos os produtos, orçamentos cambiais, empréstimos a curto e longo prazo, combinações financeiras, enfim, restrições as importações, nem equilibravam a balança comercial, e, sem controles possíveis, agravavam cada dia mais o balanço de pagamentos.

A nossa dívida comercial, após o levantamento de todas as contas, montava a obrigações cambiais de 1 bilhão e 706 milhões e 244 mil dólares, conforme quadro junto, e, o que era de maior gravidade, crescia todos os dias, sem que o Governo pudesse controlar ou obviar tão comprometedoras repercussões econômicas, financeiras e políticas de ordem internacional.

Era, pois, Sr. Presidente, inadivélvel agir. Já tínhamos pensado demais.

Foramos, mesmo, além dos limites tolerados para a "tentativa e o erro" admitidos nas relações entre os povos. A situação tornava-se insustentável para o Governo porque a manutenção de processos e métodos, condenados pela prática e pela moral, já tomava aspectos de cumplicidade.

Além do mais, o compromisso do Governo com as duas Casas do Congresso, ao insistir na necessidade da prorrogação da lei de licença prévia, a fim de evitar o período da *vacatio legis*, estava a ditar a ovidência, que se concretizou na Instrução 70, objeto, agora, da atenção de Vossa Excelência, Senhor Presidente, e dos Senhores Deputados.

5. A Instrução 70 foi o resultado do concurso de muitos, cujas opiniões procurei ouvir. Será, estou convencido, o ponto de partida da reestruturação econômica e financeira do país, em bases sãs, sólidas e simples — as únicas capazes de, nas circunstâncias mundiais, assegurar aos brasileiros uma vida mais abundante, mais digna e melhor.

Quero agradecer a quantos me cearam a contribuição de seu saber e o concurso de suas observações, Senadores, Deputados, técnicos, funcionários e até mesmo firmas particulares, pelo acerto da medida e a maneira pela qual, a despeito de deatida por tantos, entrou em execução sem que, nos mercados de produtos ou cambiais, se haja verificado qualquer especulação, além das comuns e normais. O meu agradecimento é dirigido especialmente aos particulares, bancos e firmas exportadoras, que preferiram, correspondendo à confiança do Governo nêles depositada, sacrificar qualquer interesse pessoal especulativo para melhor servir ao país.

Era natural, Senhor Presidente, que por maior que fosse a minha confiança em mim mesmo, em meus auxiliares e nos ilustres membros do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, que uma medida dessa natureza, com repercussão internacional profunda e na vida do país, só fosse adotada depois da audiência e do conselho dos mais avisados e experientes no trato desses assuntos. Só tenho motivos para agradecer o auxílio recebido de tantos e assumir a inteira e pessoal responsabilidade de meu ato, que pratiquei na plena consciência da

sua imperiosa e inadiável urgência e de suas esperadas consequências, sem precedentes, na economia do nosso país.

6. Era e é minha convicção que o futuro de nosso país depende de como enfrentarmos os problemas presentes. Temos pensado demais e agido de menos. Uma era de dificuldades desafiava nossas decisões. Estamos assistindo, consciente ou inconscientemente, a transformações radicais. Uma nova ordem virá inevitavelmente revogar a anterior, a que estávamos incorporados. De nossa capacidade para favorecer essas transformações dependerá o futuro do país. Estamos há pouco mais de meio século da escravatura e do Império, que deram as bases econômica e política do Brasil. Os velhos princípios não desapareceram de todo e os novos, surgidos da República, do Código Civil, das leis sociais, da técnica, da ciência, da administração, da interdependência econômica mundial, não se impuseram ainda à orientação do país. A depressão de 30 e as duas grandes guerras trouxeram graves transformações, algumas de base, outras de ordem puramente econômica, política e social. Novas atividades, na indústria, no comércio, e nas cidades, transformaram a vida e o trabalho brasileiros, criando novas e poderosas forças econômicas e financeiras, que a inflação veio multiplicar para complicar.

As cidades tornaram-se verdadeiras megalópolis, exigindo e absorvendo tudo e todos, com sua influência, expansão, grandeza, lucros fáceis e desniedidos, luxo e diversões, negócios e centralização política, imprimindo ao país, sobretudo às zonas rurais, mais ou menos distantes, transformações materiais e morais praticamente subversivas para a vida e as tradições brasileiras.

Nessa emergência, que é nacional e mundial, precisava o Brasil de preparar-se para enfrentar uma nova ordem com novas idéias e novas decisões.

Foi isso que visou a Instrução 70: eliminar os instrumentos passados, os prejudiciais e até os imorais, e criar novos, capazes de aparelhar o país para solucionar as ameaças da desordem interna e externa, que aflige a vida e as relações dos povos e das criaturas.

O PROBLEMA CAMBIAL E A INFLAÇÃO

7. Sr. Presidente. O processo inflacionário, que recebeu forte impulso pelas contingências anormais dos anos de guerra obrigando o Governo a emitir para adquirir o excedente de cambiais de exportação, já que as importações sofriam drásticas reduções ditadas por aquelas circunstâncias inelutáveis do conflito mundial, não pôde, até agora, ser detido, posto que a situação do comércio exterior se invertesse, passando o Brasil a gastar mais do que a receita cambial oferecia, e se iniciasse, assim, um regime de continuos *deficits* no balanço de pagamentos, culminando com o de montante superior a 11,6 bilhões de cruzeiros do último exercício.

E' que a inflação monetária e creditícia, imposta pela guerra, imprimiu à industrialização do país ritmo mais acelerado do que, normalmente, podia ser oferecido pelo mercado interno de capitais, mediante a aplicação das poupanças individuais ou coletivas.

Por outro lado, a taxa cambial convencional concorria para estimular novos empreendimentos industriais, ampliar ou remodelar os já existentes, e isto porque aquela taxa, que não condizia com a realidade, aumentava cada vez mais a já alta propensão a importar, em detrimento das atividades agropastoris, vale dizer, em prejuizo das exportações, que são, praticamente, nossa única fonte de divisas.

Por isso, era urgente, inadiável mesmo, adotar medidas cambiais tendentes a estimular as exportações sem o que estariam comprometidas as necessidades mínimas das importações, indispensáveis à manutenção da vida econômica do país.

A agricultura, que ainda é o manancial donde advém os nossos recursos cambiais, não acompanhava a expansão industrial, bastando dizer que, segundo dados extraídos de Conjuntura Econômica, órgão da Fundação Getúlio Vargas, de 1931 a 1951, a indústria experimentou um crescimento real de 140%, enquanto a agricultura de apenas 25 por cento.

Dado que é das atividades agropastoris que provêm os maiores contingentes de divisas, imprescindíveis à própria sobrevivência da indústria, a consequência lógica daquele ritmo lento, do desenvolvimento agrícola, em contraste com a acelerada expansão industrial, era a ameaça cada vez

mais grave que pesava ao suprimento de bens ou matérias-primas para atender aos crescentes reclamos do nosso parque fabril.

Tanto mais séria e mais sombria se apresentava a situação, quanto se sabe que em 1952 entrou em colapso o nosso segundo produto exportável, o algodão, obrigando o Governo, através do Banco do Brasil, a intervir no mercado, com recursos superiores a 4 bilhões de cruzeiros, fornecidos pela Carteira de Redescontos

8. A ronda sinistra da inflação já ameaçava também o café, produto líder das nossas exportações, cujos estoques, no momento menos indicado para o país, passaram a ser vendidos, pois os custos elevados de produção impunham uma remuneração aos produtores em bases mais razoáveis.

Por outro lado, o mercado de taxa livre, que fôra instituído sábiamente com a finalidade precípua de atrair capitais estrangeiros e facilitar o escoamento dos chamados "gravosos", atuou, por uma questão de oportunidade, em sentido diametralmente oposto às razões que ditaram sua instituição, isto é, parte das receitas da exportação estavam, isto sim, sendo consumidas unicamente para fornecer cobertura à evasão de capitais e rendas represadas no país.

A tal propósito, vale dizer que as transações cambiais, efetuadas em todo território nacional, no mercado de taxa livre, acusaram em apenas quatro meses de vigência, um *deficit* de cerca de 1,4 bilhões de cruzeiros na rubrica de "transações correntes" (mercadorias, serviços e donativos). De outra parte, os ingressos líquidos de capitais, verificados no mesmo período, ficaram aquém das saídas líquidas de rendimentos, que foram para mais de 1,3 bilhões de cruzeiros originando um *deficit*, no cotejo destes dois últimos itens (capitais versus rendas) superior a 200 milhões de cruzeiros.

Esses dados evidenciam que o resultado deficitário do grupo "Transações Correntes" foi provocado por vultosas remessas de rendas efetuadas, em tão curto período, pelo capital estrangeiro aqui radicado

Aliás, os altos rendimentos obtidos pelas subsidiárias de firmas estrangeiras em funcionamento no Brasil que apenas na vigência do Decreto-lei n. 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, isto é, em 6 anos aproximada-

mente, atingiram, segundo os registros da Fiscalização Bancária do Banco do Brasil, a cerca de 15 bilhões de cruzeiros, impediam uma política de estabilização da nossa moeda no mercado livre de câmbio, necessária para que se pudesse beneficiar os "gravosos" na justa medida reclamada para o seu escoamento normal.

Estava assim ameaçado todo o arcabouço do sistema cambial, porque o processo inflacionário alimentava cada vez mais a expansão das importações, a par da contínua pressão das remessas financeiras, sem que o estímulo proporcionado às exportações resultasse em aumento de substância econômica para o país.

OBJETIVOS E EFEITOS DA NOVA POLÍTICA CAMBIAL

9. Nessas condições, a reforma cambial, operada pela Instrução 70, visou, nas suas grandes linhas, ao seguinte:

1.º deter o surto inflacionário e conter a alta propensão a importar;

2.º aumentar a receita cambial através de subsídio às exportações;

3.º transferir parte dos altos lucros dos importadores, beneficiados com uma taxa cambial fictícia, para desenvolvimento das atividades agro-pastoris, responsáveis pela própria sobrevivência do nosso parque industrial;

4.º tornar automático o licenciamento das importações;

5.º evitar a acumulação de novos "atrasados comerciais" e financeiros.

Mantida a taxa da paridade declarada perante o Fundo Monetário Internacional, foi, entretanto, outorgado um benefício de Cr\$ 5,00 e de Cr\$ 10,00 por dólar, ou seu equivalente em outras moedas, respectivamente, às exportações de café e de outros produtos.

Esse subsídio é retirado do ágio pago pelos importadores nas suas licitações de documentos de câmbio.

Cerca de 30 por cento da receita cambial ficarão fora das licitações em Bolsa, de vez que serão destinadas a saldar os nossos "atrasados comerciais", obrigações financeiras inadmissíveis e serviços governamentais, além de cobrir importações de trigo, papel de imprensa e outras.

O incremento da procura provocado pela inflação estará detida, menos pelo lucro cambial esperado do que pela obrigatoriedade do pagamento dos ágios dentro de 48 horas após a licitação.

E, assim, a máquina burocrática, exigida pelo antigo sistema de prévio licenciamento das importações, ganhou em eficiência, dada a redução do volume de pedidos, diminuição do mesmo passo, as despesas administrativas.

O processo qualitativo e quantitativo das importações ficou ressaltado pela seleção das mercadorias importáveis em 5 categorias, assegurado o suprimento adequado da agricultura, da indústria e do comércio, sem o perigo de açambarcamentos, já que a distribuição de divisas se faz com base no consumo de três meses ou em função do capital das empresas habilitadas.

As importações não classificadas, pela 5.ª categoria, em face da elevada procura e da reduzida oferta de cambiais, não constituirão séria concorrência aos similares nacionais, pois o alto preço, por que são adquiridos, neste particular, os artigos estrangeiros, arrefece sobremaneira suas condições competitivas.

10. É bem de ver, ainda, que o novo sistema, impedindo a formação de novos atrasados comerciais, nos permite importar sem o ônus de juros e sobre-taxas, afastando, por conseguinte, a idéia generalizada de que os ágios virão provocar maiores aumentos no custo de vida. É mais: tendo de formar numerário em cruzeiros para licitar em Bolsa as divisas necessárias, é o importador obrigado a promover com presteza a venda de suas mercadorias, ficando, assim, impedido de estocar, em manobras especulativas, para forçar a alta dos preços. E o maior oferecimento de bens ao mercado é, por si só, medida de efeitos anti-inflacionários, desde que, é claro, não se elevem os meios de pagamento em poder do público.

Por último, é de salientar-se que a inflação creditícia também deverá ser detida, com medidas adequadas, a fim de que o auxílio pelo crédito selecionado às atividades produtoras, mormente à lavoura, não se redistribua totalmente pelo sistema bancário, desvirtuando o processo seletivo e permitindo, portanto, elevações exageradas nos ágios de divisas pelas diversas categorias de importação essenciais. A

ação fiscal, igualmente, não poderá tardar, mesmo porque sobre ela deverá assentar o novo edifício suas colunas de sustentação.

11. O Governo acredita pois, que, com esta medida, transformará a inflação, que o dominava e ao país, em deflação, que ele poderá dominar, dosar e regular.

Esta providência, para usar de uma comparação um tanto prosaica, é como uma barragem posta à uma inundação capaz de inverter o curso das águas. E', enfim, a recuperação econômica e financeira; o equilíbrio interno e externo das contas do Governo e do povo, por maneira a não gastarmos mais, não fazermos mais dividas, não abusarmos de nós e nem dos outros.

As explicações técnicas são fáceis por evidentes. Mas tomariam o tempo da Câmara. Prefiro responder aos casos quando apresentados, alias como propôs o meu eminente convocador.

Entretanto, a titulo de sugestão, direi que espera o Governo aumentar a produção, a exportação e, portanto, a importação, trazendo, em consequência, a baixa do custo da vida em quase todos os setores de nossas atividades. Se falharem esses objetivos, teria falhado o plano em seus melhores efeitos. Mas, Senhor Presidente, se dúvidas tivesse, as médias ponderadas dos leilões já realizados, a manutenção e até redução dos níveis de preços, a liberação forçada dos estoques, as taxas camoiais livres, os oferecimentos de financiamento para importações, a conservação e até elevação do preço ouro de nossas exportações, o incremento das plantações, a sobra de divisas de várias origens e de muitas categorias, a aprovação, em termos expressivos, pelo Fundo Monetário Internacional, a operação de 10 milhões de libras a uma taxa inferior a 2 por cento, as manifestações das classes comerciais, industriais e agrícolas, a moralização de todas as operações, são indices não so da aceitação geral do plano, da segurança das providências do Governo, como de seus efeitos iniciais benéficos e de natureza a assegurarem o sucesso da ação governamental.

CRITÉRIO DE RATEIO DAS DIVISAS

(Primeiro quesito)

12. Permita-me, agora, Sr. Presidente, responder às questões propostas pelo meu ilustre e admirado ami-

go, o Deputado Luiz Viana, a quem dá mais prazer ouvir e ler de que com ele discutir assuntos pouco históricos e menos literários.

13. Dois critérios, aparentemente objetivos, se ofereciam à Carteira de Câmbio para fixar a percentagem de divisas a atribuir a cada uma das dez Bolsas de Fundos que funcionam no país: o câmbio vendido nas diversas praças comerciais, ou o valor das mercadorias entradas nos diferentes portos. Qualquer desses criterios assentava, porém, em última análise, nos licenciamentos até agora concedidos pela Carteira de Exportação e Importação, deixando, portanto, a desejar. Em face dessa dificuldade, a Carteira de Câmbio entendeu-se com as Bolsas de Fundos, e, por sugestão delas, fixou para o primeiro leilão as percentagens divulgadas pela imprensa no dia 15: Rio de Janeiro, 30 por cento; São Paulo, 30 por cento; Santos, 1 por cento; Porto Alegre, 11 por cento; Belo Horizonte, 7 por cento; Recife, 9 por cento; Curitiba, 5 por cento; Florianópolis, 3 por cento; Salvador, 3 por cento e Vitória 1 por cento. Esclareceu, porém, no seu comunicado, que, sendo as Bolsas intercomunicantes, a percentagem atribuída, a titulo experimental, a cada uma, não representava necessariamente a quota que a respectiva praça iria ter na realidade. Essa cota ou quinhão dependeria sobretudo do ágio e da prática.

Pela comparação de dados dos leilões de divisas e dos ágios alcançados pelas cinco categorias em cada Bolsa, ficará a Carteira de Câmbio habilitada a reajustar essas percentagens, como convém à própria distribuição normal das divisas, uma vez que os ágios constituem evidentemente indice seguro da procura e, portanto, das necessidades das praças servidas pelas diversas Bolsas. Aliás, no caso da Bahia, os leilões demonstraram, bem como em outras Bolsas, que as dotações têm excedido a procura das praças e das regiões.

DESNECESSIDADE DE MEDIDAS ESPECIAIS DE CONTENÇÃO DOS PREÇOS

(Segundo quesito)

14. Não creio, Sr. Presidente, que o Governo precise lançar mão de medidas especiais, como deseja saber o eminente Deputado Luiz Viana, para

evitar a elevação geral dos preços, reduzir o custo da vida das populações e coibir as especulações. Sou um convencido de que muitos fatores, todos como decorrência da Instrução 70, conjugar-se-ão para determinar uma moralização dessas transações e uma redução paulatina, razoável, mas inevitável, do custo da vida e dos preços em geral. Não me convenceram os que temem essa elevação, nem as suas previsões, nem os seus raciocínios e nem os seus temores.

A inflação já está começando a ser detida, porque nesses meses de minha gestão reduziram-se as emissões a menos do que se costumava antes emitir por mês, e os meios de pagamento do último trimestre registraram o menor acréscimo dos últimos anos, em moeda manual e escritural. Se a inflação for controlada, os preços terão necessariamente de baixar. Não quero ser otimista, ainda quando considere o pessimismo um sentimento antibrasileiro e pouco cristão.

15. Aceito as generosas advertências do Deputado Herbert Levy, um economista e do financista, a cuja valiosa colaboração muito devo pessoalmente, mas preciso confessar que as agudas observações de seus discursos, sobre certos fatores inflacionários no desenvolvimento do plano, são justamente índices favoráveis ao êxito global e final dos objetivos do Governo. Essas reações são intrínsecas a uma situação como a nossa que se procura e se acabará por corrigir. Ao ser detida no seu processo de desenvolvimento, a elevação geral dos preços, que é a inflação, que é a especulação, não quebra de início a insistência, permanência e resistência de custos, preços e salários, os quais só ao fim de certo tempo e de muitos esforços acabam por ceder ao movimento geral de equilíbrio.

16. Não me baseio, porém, unicamente na ação sobre os fatores monetários como elemento decisivo para a redução dos preços. Estou certo que a produção aumentará em todos os campos do trabalho rural e industrial, por forma a trazer mais bens de consumo e subsistência aos mercados e às populações e, logicamente, provocar a redução do custo da vida. Esta mesma produção, que irá alimentar com mais abundância as cidades e os campos, contribuirá para aumentar o mercado das exportações e, em consequência, o volume e valor

das divisas para importações, tornando-as menos escassas e mais baratas. Não tenho receio de minhas afirmações, porque não me restrinjo a confiar somente nesses fatores.

MEDIDAS COMPLEMENTARES

(Terceiro quesito)

17. É necessário acompanhar a execução do plano com medidas complementares ditadas pelas circunstâncias, muitas, ainda, a serem sugeridas e adotadas. O recurso fiscal será decisivo em dadas condições. Os preços das mercadorias de importação serão reduzidos à proporção que formos, como fixa a Instrução 70, pagando à vista os produtos importados. Não teremos mais dívidas e nem atrasados comerciais. E esta redução, Senhor Presidente, será de 20 por cento, segundo todos os cálculos. Já se notam êses efeitos favoráveis. Salvo os objetos de luxo, da 5.ª categoria, os preços ou foram mantidos ou começam a tornar-se mais acessíveis. As licenças eram pedidas além das necessidades, buscando, assim, a especulação, a elevação de preços, a formação de estoques, os lucros excessivos, pois as mercadorias compradas ao dólar de Cr\$ 18.50 eram incorporadas aos custos e vendidas ao consumidor por preços superiores aos das médias ponderadas dos leilões.

18. Todo regime de privilégio é caro ao povo. Neste momento já estão sobrando divisas em tôlas as Bolsas, e, ao invés de se comprar privilégios e monopólios através de licenças compra-se a mercadoria através de licenças dadas a todos, em igualdade de condições. (Palmas). Os ágios começam a minguar e acabarão por desaparecer, como sucedeu em várias licitações, e as taxas livres e dos leilões encontrarão uma relação que corresponderá à paridade real do nosso cruzeiro, que começa já a ser procurado e a escassear.

As previsões de ordem técnica e as opiniões dos especialistas militam em favor do acerto da providência governamental. Teremos um período de reajuste, que não será longo a meu ver, e, após, entraremos no da recuperação da economia nacional e sobretudo da retomada do prestígio internacional do país.

MANUTENÇÃO DA PARIDADE OFICIAL DO
CRUZEIRO

(Quarto quesito)

19. Tôda medida desta natureza tem como consequência a desvalorização da moeda ou das taxas cambiais. Não é este, porém, o nosso caso. A aprovação do plano pelo Fundo Internacional, em termos altamente expressivos, e a concessão "incontenente" de um empréstimo de 10 milhões de libras, à taxa mínima, mostram que não violamos pela desvalorização as taxas convencionais e fixadas para a nossa moeda nas suas relações com as demais.

20. A matéria é de alta indagação. Não se ajustam quanto às medidas para evitar a desvalorização de uma moeda sem economistas e sem financistas. A moeda obedece a leis próprias, superiores às nossas leis. A moeda pode, entretanto, ser o instrumento de uma política. Não há moedas, mas políticas em nossos tempos, afirmou um grande professor de finanças. Não quero, porém, tomar o tempo de V. Exa. e dos Srs. Deputados com discussões acadêmicas. Desejo, apenas, nesta hora, invocar, como resposta ao meu eminente interlocutor, e como homenagem a um dos homens maiores e melhores, com que já tratei em minha longa vida pública, o Dr. José Maria Whitaker e a sua própria lição a todos nós, em seu notável artigo "Disparidade no valor do Cruzeiro". É igualmente digna de estudo a contribuição do Dr. José da Silva Gordo e os conselhos superiormente sábios e oportunos do Dr. Eugênio Gudín, mestre dos nossos mestres, e sugestões da conferência do Dr. Francisco Campos, que, como Savigny entre os financistas, a todos surpreendeu pela profunda e superior formulação e solução dos problemas econômicos e monetários do seu tempo.

Não houve, Senhor Presidente, e nem haverá desvalorização moderada ou imoderada do cruzeiro, que nos cumpra ajustar e defender se quisermos recompor a economia do povo e as finanças do país.

NÃO INTERVENÇÃO DO GOVERNO NO MERCADO
DO LIVRE DE CÂMBIO

(Quinto quesito)

21. Ao quesito final devo informar que a presidência do Banco do Brasil e a Carteira de Câmbio já explicaram, em nota à imprensa, que, retiradas do mercado livre tôdas as operações comerciais, êle se tornara inexpressivo do valor real do cruzeiro. A intervenção do Banco nesse mercado só tinha razão de ser para evitar o reflexo inconveniente das oscilações de taxas nos preços dos produtos, cujas cambiais eram até parcialmente negociadas. Desaparecido esse motivo e reduzido o mercado livre quase que à remessa de rendas de empresas estrangeiras, ou vendas de câmbio para viagens, nada justificava continuasse o Banco do Brasil e alimentá-lo com uma parte, por mínima que fosse, das suas disponibilidades de divisas, já notoriamente escassas para atender às necessidades legítimas do comércio, da agricultura e da indústria.

Observe-se que a intervenção, para ser eficaz, teria de ir até o equilíbrio entre a oferta, agora bem reduzida, e a procura, cada vez maior. O Governo poderá, porém, influir na taxa do dólar, valorizando o cruzeiro mediante uma política de distribuição seletiva dos meios de pagamento e de contenção de seu aumento, e nesse sentido está a minha orientação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

22. Proponho-me, agora, Sr. Presidente, encerrar as informações preliminares que devia à Câmara e, em particular ao Deputado Luiz Viana, oferecendo-me para procurar responder, explicar, debater as dúvidas, reservas ou críticas às minhas idéias, e a aceitar de público, tôdas as observações e sugestões que possam contribuir para auxiliar o governo, nas atuais circunstâncias, a reconduzir o país para melhores destinos.

23. A economia brasileira, Senhor Presidente, é episódica e, em consequência, as finanças do país.

A história mostra, de 1847 a 50 uma crise similar à que procuramos hoje resolver.

Honro-me em declarar que fomos, eu e meus auxiliares, buscar no Império, ao tempo do grande Silva Fer-

raz, Barão de Urugualana, no seu famoso inquérito sobre a crise cambial de então, e não nos tratadistas contemporâneos, ensinamentos que deram origem às idéias e práticas concretizadas na Instrução 70, incluído o leilão das promessas cambiais. Foi na lição da experiência, consagrada pelas notáveis contribuições do Barão de Mauá e Hasenclever e, não muito longe de nossos dias, nos pregões de moedas e vales ouro da Rua da Alfândega, entre 1920 e 25, que fomos achar o mecanismo regulador para a ordenação do nosso comércio de importações e exportações.

Estamos, Senhor Presidente, convencidos de havermos chegado à mais sã, mais direta, mais sadia e mais digna das soluções para esses problemas. Um dos maiores mestres contemporâneos, Gottfried von Habeler, em sua Theoria do Comércio Internacional, após examinar tôdas as práticas e sugestões já adotadas em circunstâncias similares às do Brasil escreve:

"Outro método seria o de vender livremente licenças de importação àqueles que mais quisessem pagar por esse privilégio. Este é, sem dúvida, o mais racional princípio de seleção do ponto de vista do interesse do país importador. Mas, infelizmente, nunca foi esse método integralmente usado por um país".

Nós, Sr. Presidente, resolvemos usar esse método, experimentado há quase um século pelos nossos antepassados, após terem falhado tantas, tão custosas e infelizes experiências. Estamos convencidos de acertar. Não é outra a opinião das classes industriais, comerciais e agrícolas. As críticas da imprensa só têm sido construtoras e úteis. A opinião política é confiante e encorajadora. E' esta a expectativa e a esperança do povo, das cidades e dos campos. O que existia ameaçava o destino de todos nós. O governo, com o seu eminente Presidente, nos tem amparado com o seu apoio, o seu conselho e a sua autoridade; mas a responsabilidade é minha, como a do médico que resolve abandonar os conselhos do chefe da família e os remédios comuns para recorrer às intervenções decisivas. Não temo os contrastes da realidade.

O futuro, Senhor Presidente e Senhores Deputados, será uma resul-

tante da maior ou menor consciência daquelas mesmas realidades por nós próprios criadas. A que procurei criar e para a qual espero o apoio de Vossa Excelência e dos Senhores Deputados, como estou recebendo generosamente de todo o país, é a de um Brasil jamais menor, mas todos os dias maior, muito maior, em si mesmo e de si mesmo e de nós mesmos, do que aquêle que nos legaram os nossos antepassados. *(Palmas prolongadas).*

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Viana.

INTERPELAÇÕES DO DEPUTADO SR. LUIZ VIANA AO SR. MINISTRO DA FAZENDA NA SESSÃO DE 30-10-1953.

O SR. LUIZ VIANA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, Sr. Ministro, ao iniciar, nesta Casa, a interpeção que tive a honra de dirigir ao eminente Sr. Ministro da Fazenda, desejo fazê-lo rendendo um tributo de admiração e de homenagem não ac financialista, mas ao grande chanceler que, em 1944, devia deixar a Pasta do Exterior, justamente pelas suas crenças e convicções democráticas. Fê-lo, também, num dos momentos possivelmente mais amargurados da sua vida quando, tendo a consciência tranqüila de que bem servia à Pátria e, mais do que isto, bem servia à humanidade, não encontrou da parte do Chefe do Governo de então a palavra de estímulo, de conforto a que tinha direito naquela situação. Caiu, apunhalado pelas costas, e ninguém mais do que o eminente Sr. Oswaldo Aranha sabe da verdade destas minhas palavras.

E', portanto, este tributo que desejo render a S. Exa., certo de que o fazendo, bem interpreto os sentimentos de todos os amigos da liberdade no Brasil e dos quais S. Exa. é um dos pontos mais altos de nossa pátria. *(Muito bem).*

Entretanto, de referência ao plano financeiro por S. Exa. elaborado e agora em início de execução, vi-me na contingência, para mim penosa, de reclamar algumas explicações que são feitas, não com o propósito de significar qualquer desejo de malogro no programa de S. Exa. mas, apenas,

no sentido, ou com o sentido, de que o Brasil seja devidamente informado dessas medidas de tanta gravidade, medidas que, justamente pela importância que têm na vida brasileira, no presente e no futuro, precisam ser, não apenas um plano do Sr. Ministro da Fazenda, mas do seu governo, um plano de todos os responsáveis pelos destinos do país. E é disso que ainda não temos a certeza, porque, pelas próprias declarações prestadas à imprensa, cabe ao Sr. Ministro Oswaldo Aranha toda a responsabilidade do êxito ou do malogro do plano ora em comêço de execução. No meu entender, se a glória do êxito couber a S. Exa., também devemos considerar como partes responsáveis nesse plano todos aquêles que participam do Governo atual. Nem se poderia conceber que, no regime vigente, pudesse a responsabilidade de uma tarefa de tal magnitude recair exclusivamente sobre os ombros apenas de um dos seus Ministros, até porque, pelas próprias medidas que reclama subsidiariamente o plano deverá ser executado por uma ação conjunta do titular da Fazenda com os demais órgãos do Governo.

Faço votos, aliás — e o faço de coração limpo — para que o plano agora elaborado pelo eminente Senhor Oswaldo Aranha tenha o êxito que está a reclamar o País, porque, como bem acentuou S. Exa. há poucos instantes, a situação chegara a tal ponto que se tornava inadivél agir, porque a impressão geral era a de que ou se agia, e com presteza, ou, então, estávamos às vésperas do naufrágio, no qual todos iríamos soçobrar.

Faço votos, portanto, para que o plano elaborado pelo Sr. Oswaldo Aranha traga ao país não uma nova ordem, como disse S. Exa., mas uma nova era, de prosperidade e de segurança financeira, econômica e política, porque, sem a tranquilidade econômica e financeira, estaremos, positivamente, às vésperas de todas as aventuras, aventuras que podem vir ed baixo, mas que, também, podem vir de cima. E para saná-las e para evitá-las, um dos melhores meios, por certo, é assegurarmos ao país um futuro tranquilo, de prosperidade econômica e de segurança nas suas finanças.

Como bem acentuou o Sr. Ministro Oswaldo Aranha, não sou nem pretendo ser um técnico em matéria financeira. Se, em alguns momentos da minha existência, tenho-me dedi-

cado à história, nem por isso me considero outrotanto um historiador.

Entretanto, invocando aqui êsse título, ou êsses estudos, e, para não contestar S. Exa., eu, relembrando o eminente Barão de Uruguaiana, o grande Angelo Ferraz, do qual se afirmava que podia ocupar qualquer uma das pastas do Império, eu diria que a injustiça dos homens é de tal porte que, na minha terra, onde por sinal nascera, dêle se costumava dizer: "Angelo Muniz, não sabe o que diz; da Silva Ferraz, não sabe o que faz". (Riso).

Vê, portanto, V. Exa. quanto costumam ser injustos os contemporâneos. Por isso mesmo, não se deve ninguém estomagar com as criticas que porventura lhe sejam feitas. Há-de, porém — como é seu hábito fazê-lo, com o temperamento que tem, de coração aberto, de homem generoso e tolerante — tolerar e responder ao que lhe é perguntado.

Escuso-me, portanto, de antemão, se, no correr destas perguntas, eu for impertinente em relação ao meu eminente amigo, o Sr. Ministro Oswaldo Aranha. Sê-lo-ei porém, sempre de boa fé, e êste é o traço que desejo acentuar perante V. Exa., porque é justamente um dos poucos que me restam na minha modesta vida pública.

Sr. Ministro, como assinalei, se não sou um financista, por que então teria solicitado a presença de Vossa Excelência nesta Casa? Devo confessar que o fiz sobretudo voltado para minha terra, voltado para minha região, isto é, para a Bahia e para o Norte, que são no país aquêles que estão a reclamar com mais urgência, medidas econômicas e financeiras, a fim de que o Brasil não seja dividido em duas metades uma rica e outra pobre, com as consequências de ordem política e social que V. Exa. bem pode avaliar e bem compreende. Foi-lo, Sr. Ministro, porque, compulsando algumas estatísticas, verifico que, quer a Bahia, quer os Estados do Norte, como Pernambuco e Ceará, têm sido obrigados no regime vigente da CEXIM a restringir de modo alarmante sua exportação. Sem representante nesta Capital, sem meios adequados para obterem as famosas licenças de exportação, que V. Exa. em tão boa hora acaba de exterminar; sem êsses elementos, viu-se o comércio do Norte na necessidade pre-

nente de comprar através de intermediários nas praças do Rio de Janeiro e de São Paulo, e em alguns casos teve até de recorrer a firmas do Norte do país beneficiadas em caráter exclusivamente pessoal e em detrimento de firmas tradicionais de minha terra.

Não quero, entretanto, revolver esta lama. Desejo, porém, que surja para o Norte, neste momento, uma aurora capaz de encher de confiança e de esperanças os homens daquelas regiões. (*Muito bem*).

Sr. Ministro, peço licença para ler a V. Exa e à Casa alguns números, por certo do conhecimento de Vossa Excelência, mas que a mim parecem necessários e devem ser sublinhados nesta hora. Assim é que a Bahia, em 1949, importava 513 milhões contra a exportação de 1 bilhão e 400 milhões mil cruzeiros, enquanto, em 1950, contra uma exportação de 2 bilhões e 100 milhões de cruzeiros, importava apenas 428 mil cruzeiros; em 1951, contra uma exportação de 1 bilhão e 900 mil, importava 750 mil. Isso tem, sobretudo, importância, porque, enquanto a tonelada de mercadoria estrangeira é adquirida por 2.900 cruzeiros, a tonelada de mercadoria nacional, que somos obrigados a comprar, atinge a alta cifra de 8.946 cruzeiros.

E' com isto, Sr. Presidente, que se está sangrando a economia do Norte, proibindo ou impedindo sua importação nos mercados estrangeiros e, consequentemente, obrigando a comprar mais caro nos mercados do Sul.

Isto é tanto mais exato que eu, não sem uma certa inquietação, Sr. Ministro li, não sei se com procedência ou não, mas li numa das folhas num dos jornais desta Capital, que se ia fazer uma revisão, a fim de elevar as tarifas alfandegárias em cerca de 70 por cento. Devo asseverar a Vossa Excelência que, se isso fizesse parte das medidas complementares que V. Exa. deverá pleitear nas Casas do Congresso, seria elidido todo o benefício real que o plano de V. Exa. tem trazido ao comércio exportador do país, especialmente ao comércio do norte, quase todo êle composto pelos chamados gravosos, que se entulham nos armazéns dos portos dos nossos Estados.

Não pretendo aludir somente à Bahia. Também a situação do Ceará e a mesma, bem assim a de Pernam-

buco e a do Paraná. Todos são Estados de exportação muitas vezes ou algumas vezes superior à sua importação estrangeira. Todavia o que cabe acentuar aqui é que, enquanto isso se dá, de referência aos Estados do Norte, o mesmo não acontece, ou não tem acontecido, com alguns Estados do Sul, sobretudo em relação ao Rio Grande do Sul e ao Estado de São Paulo.

Relativamente ao Rio Grande, tenho aqui um jornal desta capital, mais ou menos recente, o "Diário Carioca", no qual se afirma — afirmativa não contestada — que somente para duas firmas de Porto Alegre haviam sido concedidos pela CEXIM mais de 235 milhões de cruzeiros para importação de mercadorias não essenciais, quando, em contraposição, apesar da luta desesperada dos importadores balanços, em 1950, a Bahia importara apenas 428 milhões de cruzeiros. Quer dizer, o que se deu a duas firmas representa mais da metade do que se deu ao Estado da Bahia inteiro.

Vê V. Exa. a razão que tenho ao frisar que o sistema vigente até agora, realmente, não podia continuar. Portanto, bem agiu V. Exa. quando, com o plano agora traçado, veio beneficiar a agricultura e os Estados do Norte do país, justamente aqueles mais necessitados de nossa terra. Esta a advertência que eu vinha fazendo a V. Exa.; é de se esperar que as medidas subsequentes, as medidas complementares, de que trata a instrução de V. Exa., não ponham abaixo os benefícios hoje auferidos pelos nossos Estados.

Quero, agora, Sr. Presidente, depois destas palavras, possivelmente superfluas (*não apoiados*) das quais peço desculpas à Casa, desejo formular ainda algumas perguntas a V. Exa. E a primeira delas é justamente na avarencia, uma repetição daquelas que motivaram a convocação. Refiro-me ao critério que orientou a distribuição de moedas a serem leiloadas nas várias praças do País.

Acentuou V. Exa. que da Bahia mesmo, como de outras praças haviam retornado, porque não lograram compradores várias moedas oferecidas a leilão.

E' verdade o que V. Exa. disse. Torna-se, porém, necessário acentuar que, seja por necessidade, seja por contingência do Banco do Brasil e de sua Carteira Cambial seja por uma

certa malícia, de que não me posso afastar inteiramente, foram mandadas para a Bahia moedas que, de antemão, se sabia desinteressantes para o seu comércio.

De referência, por exemplo, ao bacalhau, mercadoria tradicionalmente importada por meu Estado, foram enviadas, creio, 40.000 libras para o comércio com a Islândia. Ocorre, entretanto, que a tradição baiana é de comprar o bacalhau na Terra Nova, de forma que as 40 mil libras voltaram quase intactas. Essa tradição existe, não por um simples capricho de paladar, nem por simples interesse de comércio: é que há diferenças essenciais no preparo do bacalhau, na maneira de conservá-lo, entre o produto da Terra Nova e o da Islândia. O da Islândia se decompõe e estraga no clima da Bahia, em geral no clima do norte, enquanto o da Terra Nova, preparado em condições especiais, resiste melhor à deterioração.

Acentuo o fato, Sr. Ministro, porque são pormenores que V. Exa., evidentemente, não pode conhecer, e seria até espantoso e surpreendente se V. Exa., que sempre foi homem de grandes idéias gerais, estivesse a par dessas novidades, dessas minúcias. No entanto, elas são ponderáveis, na prática.

Desta maneira, eu faria a V. Exa. não uma interpelação, que não é esse o meu propósito mas, sobretudo, um apêlo para que desse as instruções necessárias a fim de que nessas divisões fossem consultadas as peculiaridades locais.

Poderia ainda, a respeito do que V. Exa. referiu, mencionar o caso dos dólares chilenos distribuídos à Bahia, e que também de lá voltaram quase intactos, porque não existe comércio entre a Bahia e o Chile.

Agora, onde estou de acordo com V. Exa. — e regozijo-me com o que enunciou na sua brilhante exposição — é quanto a não ser adotado, de referência a nenhuma praça, uma taxa fixa, de maneira a que essas quotas sejam estabelecidas de acordo com as necessidades de cada momento.

De fato, dadas as restrições impostas ao comércio balano, ao comércio de Pernambuco, ao comércio do Ceará, essas praças estão desaparelhadas comercialmente para, de pronto, retomar suas importações normais e necessárias. Assim, essa volta a que V. Exa. se referiu, isto é, essa sora

de moeda não deve ser encarada como saturação definitiva daquelas praças em relação às divisas, às moedas que lhes são oferecidas; devem, sim, ser consideradas como fenômeno transitório e decorrente do mau trato, ao menosprêso, do descaso com que foram, infelizmente, tão longamente tratadas pela Carteira de Importação e Exportação do Banco do Brasil.

Outra pergunta, Sr. Ministro, que desejaria formular é referente à aplicação que dará o Governo ao excesso porventura existente do ágio proveniente dos leilões. Digo porventura existente, porque bem sei da possibilidade de não haver esse ágio. Entretanto, caso êle se verifique, é da maior importância para a própria política inflacionária ou deflacionária que saibamos o destino a ser dado a esse ágio.

Desejaria, outrossim, que Vossa Excelência pudesse informar a maneira ou a quota que será destinada ao pagamento dos atrasados comerciais. E vê V. Exa., que já vou ingressando no terreno, tão grato ao eminente Ministro, das medidas que podemos chamar, e que de fato o são, complementares do Plano por V. Exa. agora iniciado.

Relativamente a convênios comerciais, apreciaria também que Vossa Excelência informasse, em primeiro lugar, qual o motivo por que têm sido oferecidas apenas na praça do Rio as moedas relativas ao Convênio Comercial com a Alemanha, mercado este que interessa profundamente à Bahia, assim como o da Argentina interessa ao Rio Grande. Parece que esse é também um ponto sobre o qual têm grandes dúvidas os importadores gaúchos, isto é, qual a solução a ser dada para os convênios em cruzeiro do Brasil com aquele país.

Por último — permite-me V. Exa. a curiosidade — em que categoria pretende incluir as remessas que se destinam ao pagamento de colégios para brasileiros matriculados em estabelecimentos de ensino no estrangeiro.

Como V. Exa. sabe, essas remessas, presentemente, estão sendo feitas no câmbio livre, isto é, a dólar de 46 cruzeiros em média, o que torna, praticamente, impossível a manutenção de estudantes brasileiros no exterior.

Estou certo de que V. Exa., homem de alto descortino e grande patriotismo, não considera essa questão como de somenos importância. E' sabida a contribuição que representa para

o País, para o seu enriquecimento, para a sua prosperidade, a formação de técnicos capazes em escolas do estrangeiro. E para acentuar a desigualdade ou a injustiça que há nisso, basta dizer que, se alguém quiser importar pato, peru, galinha, pinto, de um dia, tem direito de comprar o dólar na primeira categoria, isto é, a Cr\$ 24,00 ou Cr\$ 25,00, de acordo com as últimas cotações. Entretanto se desejar remeter, comprovadamente, para pagar a educação de qualquer pessoa, precisa comprar o dólar de Cr\$ 46,00.

Não tenho dúvida de que o pensamento de V.Ex.^a é suficientemente lúcido para perceber, não a injustiça mas a inconveniência, para o País, desse desajustamento.

Não entro na apreciação de outros pontos, tratados aliás por V. Exa. mais ou menos perfuntoriamente, porque, em primeiro lugar, não sou técnico em finanças, e, em segundo, acho não devemos manter nesta Casa — nem é esse meu papel, muito menos o de V. Exa. — um debate de caráter acadêmico ou meramente doutrinário. Considero nosso dever: o meu, perguntar sobre fatos; o de V. Exa. quando assim houver por bem e se julgar de pronto habilitado a fazê-lo, responder a essas perguntas. Como sabe V. Exa., se alguém quiser entrar nesse terreno, as horas se ecoarão sem que seja possível chegar-se a uma conclusão. Finalizando, friso a boa vontade, a simpatia com que recebi e com que encaro a iniciativa do Sr. Ministro da Fazenda, iniciativa que somente o tempo poderá julgar. Apesar da natural convicção de Sua Excelência, apesar das reservas que outros põem no assunto ou no acerto das medidas, a verdade é que somente o tempo irá dizer se S. Exa. entrou ou não por um caminho certo. Mas também verdade é que se tornava necessário mudar de caminho. Sua Excelência de qualquer modo terá sempre, para a história financeira do Brasil, o mérito de haver tido a coragem de tirar o País do impasse no qual se estava evidentemente atolando. Para mostrar a sinceridade das minhas palavras, eu queria apenas lembrar que ainda este ano apresentei um projeto determinando se excluía da obrigação de realizar as taxas da Lei 1.807, de 1953, pelo menos, uma quinta parte de cada operação relativa à exportação de produtos agrícolas ou pecuários.

Veja, portanto, o Sr. Ministro Oswaldo Aranha que, já há algum tempo, me preocupava a situação verdadeiramente lastimável e detrimetosa em que se encontravam a agricultura e a pecuária do País. Elas, sem dúvida, devem a S. Exa. um grande serviço. Sejam quais forem as consequências do Plano do eminente Ministro da Fazenda, já a nossa agricultura conseguiu ao menos um desafogo, conseguiu respirar. Assim, estou certo — ou pelo menos são estes os meus votos — de que S. Exa. terá a ventura de ver o seu plano coroado de êxito. E, quando digo ventura, não emprego a palavra por um simples jogo de artifício, mas para acentuar que, até nas finanças, até de referência a planos dessa ordem, precisamos contar com o fator sorte, com elementos imponderáveis que não dependem de S. Exa. nem de mim, mas que, evidentemente, podem concorrer de maneira decisiva para o êxito ou para o malogro do plano. Entre os imponderáveis, os imprevisíveis, um dos mais flagrantes, dos mais notórios, é justamente o fator político.

E este, o político, é essencial a qualquer plano financeiro. Faço votos no sentido de que o Sr. Oswaldo Aranha não tenha a lhe perturbar o plano nenhuma ameaça de caráter político, nenhum transtorno, como os que pairam por aí e correm à boca pequena, os quais, na realidade, não são segredo nem para mim e muito menos para S. Exa. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

O SR. MINISTRO DA FAZENDA:

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a história nem sempre é severa e, às vezes, os historiadores se antecipam, com sua generosidade, para consagrar fatos, idéias e homens que talvez, com a distância do tempo, não venham a merecer tais consagrações. Por isto, a real emoção que me dominou durante a oração do meu eminente amigo, o Deputado Luis Viana. Não creio que pudesse eu receber melhor consagração, afirmação mais decisiva do acerto das minhas ideias, senão as que ele acaba de proferir perante esta Casa.

Os seus temores políticos não me dão cuidado. Meu Plano talvez não seja político, pois necessita acima de tudo, ser econômico e financeiro, deve corresponder aos interesses permanentes do País e não a essas flutuações políticas que nem alterarão, nem

modificarão jamais as tradições e os destinos democráticos e republicanos dos brasileiros.

A propósito da glória ou responsabilidade que eu quis assumir, ao tomar para mim o encargo dos efeitos desse Plano, desejo lembrar a Sua Excelência passagem de um romancista francês, numa dessas tertúlias comuns em que se discutem as vaidades das coisas humanas. Um cidadão dizia ao outro: mas que achas tu que é a glória? Ao que o outro respondeu: é um charuto fumado pelo lado do fôgo. (Risos).

Esta é a glória a que aspiram os homens que sabem servir ao seu País. São as glórias das responsabilidades.

Quanto à parte prática e objetiva da sua brilhante e generosa exposição, eu, apenas descendo para o aspecto prosaico, como digo, da Instrução 70, informo ao ilustre Deputado Luis Viana que não foram licitadas nas bolsas da Bahia, as qualidades diferentes de moedas por S. Ex.^a desejadas para poder adquirir os produtos das especiarias baianas, porque o bacalhau da Terra-Nova exigiria, infelizmente, o dólar canadense que o Brasil não possui, visto como devemos àquele país atualmente mais de 12 milhões de dólares, porém, devíamos muito mais, quando cheguei a ocupar as funções que hoje exerceo no Governo.

Não tenho, portanto, meios para oferecer em leilão moeda de que o Brasil não pode dispor; devo lembrar ao nobre deputado que outras moedas, como da Dinamarca e da Noruega, foram oferecidas, com as quais se pode adquirir produtos similares. E não é somente isso. A organização dos leilões, permite que as praças sejam intercomunicantes, por forma que a aquisição impossível de uma moeda em determinada praça, poderá ser obtida em praça diferente mais próxima, ou em condições mais favoráveis. Mas isso é, como muito bem disse S. Ex.^a, simples detalhe.

Quero, entretanto, revelar à Câmara, que a Instrução n.º 70 trouxe de tal maneira o incremento à produção que, nesta hora, o Banco do Brasil está procurando liquidar sua dívida comercial com o Canadá para poderemos importar bacalhau contra exportação de ovos, graças às cooperativas paulistas, que nos darão, Srs. Representantes do povo brasileiro, em uma só transação, mais dólares do que dão

num ano tôdas as vendas de minério do nosso país. E, com dez milhões de dólares, que espera o Governo obter, iremos pagar ao Canadá, e assim a Bahia, que já nos devolveu inúmeros dos dólares oferecidos em leilão na sua bolsa, terá oportunidade de adquirir o bacalhau de Terra Nova.

Quanto às outras dúvidas de Sua Excelência e as afirmações que fêz em relação às operações e as vantagens que poderiam advir para uma e outra regiões do Brasil, quero declarar que, justamente, a Instrução número 70 veio sanar os males apontados pelo nobre Deputado, inclusive o fato da Bahia não poder importar na medida em que exporta, impossibilidade já agora vencida, em virtude de a qualquer firma, de qualquer Estado, ser facultado adquirir qualquer moeda, na Bolsa ou Praça que escolher. Com as providências que adotamos, visamos evitar todos os males provenientes da distribuição arbitrária de licenças.

Quanto aos atrasados comerciais e cambiais, quais as percentagens — perguntou o Deputado Luis Viana — que seriam atribuídas a êsses pagamentos.

Responderei que calculo possam oscilar entre 25 e 30 por cento do valor das nossas exportações. Serão destinadas, não só ao pagamento dos atrasados comerciais e outros compromissos financeiros, como à aquisição do trigo, que monta a mais de 120 milhões e do papel e material de imprensa, que representam mais de 50 milhões.

Quanto aos convênios e à impossibilidade de serem licitados dólares alemães na Bahia, responderei que o mesmo sucede em relação a São Paulo, ao Rio Grande do Sul e a outras bolsas, e que estamos em contacto, neste momento, com uma Comissão Especial Alemã, recém-chegada para discutir o reajuste do seu Acórd. a fim de poderem ser livremente licitadas as mercadorias alemães em tôdas as praças do Brasil. O motivo pelo qual fomos obrigados a centralizar no Rio de Janeiro foi que o Convênio com a Alemanha estabelecia o que se poderia chamar dólar-mercadoria isto é, quantidades certas para determinados produtos, de modo que a licitação em várias bolsas poderia trazer a compra, em diferentes lugares, da mesma mercadoria, o que poderia exceder os limites fixados pelo Convê-

nio. Mas estou convencido de que a dificuldade será removida e, dentro em pouco, estarão sendo licitados os dólares alemães em tôdas as praças do Brasil.

Quanto aos estudantes brasileiros no exterior, estou inteiramente de acôrdo com S. Exa. Devo afirmar, que os registrados até junho p.p. na Carteira Cambial, ou na Superintendência da Moeda e do Crédito, receberão suas pensões pela Taxa oficial, porque já foram reservados no Orçamento cambial, os seus auxílios pelo câmbio oficial. E, de janeiro em diante, o assunto deverá merecer estudo e providências a serem ajustadas em que as suas nobres ponderações certas serão tôdas consideradas pelos que terão de resolver este assunto.

Mas, antes de terminar a resposta ao meu ilustre convocador, queria fazer mais algumas afirmações baseadas em números e dados a fim de que os ilustres Deputados que o sucederem na tribuna possam com elementos mais objetivos inquirir das possibilidades, das finalidades e das possibilidades da instrução n.º 70, que é objeto de minha convocação.

Devo dizer à Câmara que outrora não se comerciava no Brasil com mercadorias, mas ao contrário, o que se visava era comprar ou obter, através de promessas ou de processos que não nos convém relembrar, as licenças que, depois, como bilhetes premiados, eram descontadas, negociadas, especuladas. Não se importava êste ou aquêle produto, mas se conseguia, se obtinha ou se comprava uma licença de importação, e, com ela, se faziam fortunas inesperadas, especulações de todo gênero, enfim, se corrompia a vida comercial do nosso país. Para dar uma idéja das proporções a que tínhamos chegado nesse comércio, basta dizer a esta Câmara que, na CEXIM, existiam 170 mil pedidos de importação, e êsses 170 mil pedidos de importação, avaliando-se, apenas, na base de 14 mil que foram estudados, deveriam montar a 60 bilhões de cruzeiros ou a 3 bilhões de dólares.

Pois bem, Srs. Deputados, tanto era a inflação e a especulação que dominavam as relações do comércio de importação do nosso país que, abertos os leilões e, oferecidas as moedas aos licitantes, que sucedeu? Esses 3 bilhões, divididos em dólares americanos e em dólares de todos os países deram como consequência que, a uma oferta feita

de 60 milhões de dólares, nos últimos cinco leilões, foram devolvidos, sem achar compradores, 21 milhões, o que prova que o pedido de 3 bilhões não passava de mera especulação de licenças, para exploração do povo e do País. (Palmas).

E não se diga que êsses dólares recusados são dólares indesejáveis. Não! No último leilão, do Rio de Janeiro, foram oferecidos 3 milhões de dólares e, aqui estão as notas oficiais, houve uma sobra de 1 milhão e 230 mil, numa cidade em que o Ministro da Fazenda e o Presidente do Banco do Brasil não têm uma hora de descanso pelos eternos e renovados pedidos de licenças alcinhadas como sonegadas e inexistentes. Houve sobras em todos os leilões e eu faço questão de o esclarecer à Câmara, para mostrar que a Instrução n.º 70 está certa e que, dentro de não longo tempo, estaremos, provavelmente, sem os ágios, como, aliás, convém à economia brasileira, porque, ao contrario do que se propala, não deseja o Governo nem quer o Banco do Brasil ágios das licitações de suas licenças. Nos cinco leilões, oferecemos 60 milhões e 937 mil dólares e foram devolvidos 21 milhões e 447 mil.

No primeiro leilão, oferecemos 17 milhões de cruzeiros e tivemos uma sobra de 10 milhões. No segundo oferecemos 16 milhões e tivemos uma sobra de 10 milhões.

O Sr. Daniel Faraco — Dólares sobre a América do Norte?

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — Sobre a América do Norte.

No quinto leilão, oferecemos 3 milhões de dólares e só foram comprados 1 milhão e 795 mil, sendo devolvidos 1 milhão e 205 mil. (Palmas).

Enfim, Senhores Deputados, esta é a comédia das licenças, que se há de encerrar com a recuperação da economia e da moralidade no trato das coisas públicas e privadas de nosso País.

Mas não seria esta Instrução bastante para atender e resolver os problemas que temos de enfrentar. Trata-se de medida formal e de emergência, que não se destina a durar e nem pode durar, porque uma economia como a nossa tem de assentar-se sobre si mesma e não sobre artificios, providências ou medidas de caráter transitório, para poderem trazer as soluções definitivas. E é por isso que eu, Sr. Presidente, com a au-

torização do Senhor Presidente da República, com o apoio e o encorajamento de S. Exa., quero anunciar à Câmara, antes que falem outros Deputados, além das razões de minha convocação, se eu tiver o auxílio do Congresso as medidas que, não tenho dúvidas, virão corresponder às mais legítimas aspirações do povo brasileiro. E quero anunciar aquelas ora em estudos e que, oportunamente, aguardando seja o Congresso convocado, terei a honra de trazer e discutir com os Srs. Deputados e Senadores.

Sr. Presidente, além dos projetos de Código Tributário Nacional, da Lei Orgânica do Crédito Público, da Reforma da Tarifa Aduaneira e das leis do Imposto de Renda e de Consumo, cujos estudos se desenvolvem em ritmo acelerado, já se encontrando em fase de conclusão, posso afirmar, em síntese, os oito princípios do meu programa de trabalho, aos quais, se aproveitados pelo Congresso, espero dar os últimos esforços que me restam, nesta minha contribuição aos serviços do meu país:

1.º Substituição da CEXIM pela Carteira de Comércio Exterior, criação de um mecanismo técnico de verificação de valor, quantidade e preços unitários de mercadorias importadas e exportadas, estabelecimento de sobre-taxas de câmbio, variáveis ou não, segundo a natureza dos produtos e supressão das percentagens e das letras de exportação.

2.º Fortalecimento e correição do sistema bancário, mediante cobrança de taxas sobre as respectivas operações, a fim de liquidar as dívidas para com a Caixa de Mobilização Bancária, e proporcionar recursos visando sanear as contas ativas e passivas dos Bancos.

3.º Retorno à política de compra de ouro aos preços reais do mercado mundial, visando restaurar e aumentar nossas reservas-ouro, trazendo as que estão no exterior para ficarem no próprio país.

4.º Consolidação da dívida fundada interna e liquidação da dívida flutuante da União, Estados e Municípios, inclusive com o Banco do Brasil, Institutos, Caixas e outras Autarquias, com provável concurso de capitais do exterior.

5.º Revisão da política orçamentária e fiscal, racionalizando a técnica

e simplificando a legislação, com a finalidade econômica e social de redistribuir, com mais justiça, a carga e a incidência tributárias, a receita pública e as rendas sociais.

6.º Coordenação e disciplina, dentro das normas constitucionais, dos orçamentos da União, Estados, Municípios e Autarquias.

7.º Fixação de diretrizes, e coordenação de medidas tendentes a impulsionar, ativamente, o desenvolvimento das indústrias já existentes e a instalar outras, básicas e complementares, dentro de um planejamento que atenda às peculiaridades, riquezas naturais, possibilidades e exigências das diferentes regiões do país.

8.º Recuperação e expansão da agricultura, com melhoria da produtividade da terra e do trabalho, através do fornecimento de meios e fatores de produção, inclusive o crédito que se fizer necessário, nos casos indicados, em condições de prazo e juros que atendam aos justos reclamos da produção rural.

Estas, Sr. Presidente, as medidas que espero pôr em execução e para as quais precisarei da contribuição do Legislativo, que só esta Casa pode dar ao Governo e na qual só tenho razões para confiar, porque estou certo de que, com o desenvolvimento desse programa, dias melhores inevitavelmente virão para todos os brasileiros. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Sr. Deputado Tristão da Cunha.

INTERPELAÇÕES DO SR. DEPUTADO TRISTÃO DA CUNHA AO SR. MINISTRO DA FAZENDA NA SESSÃO DO DIA 30-10-1953.

Sr. Presidente, Sr. Ministro. A maior homenagem que posso prestar a V. Exa. e à Casa, neste momento, é poupar o nosso tempo, é aliviar o cansaço de V. Exa., evitando inúteis elogios, que V. Exa., certamente, não deseja, e dos quais não precisa. Entro, assim, Sr. Ministro, no tema que aqui me trouxe.

A situação do Brasil havia chegado a tal ponto que qualquer medida que

fôse tomada teria de ser uma boa medida. Por isso, eu aqui estou para aplaudir a atitude de V. Exa., quando retirou ou começou a retirar o país do atoleiro em que êle imergia.

As acusações que V. Exa. vem fazendo à organização dessa maldita, dessa malfadada licença prévia são a confirmação de tudo o que eu dizia aqui quando se tentou implantar no país essa maléfica instituição. Mas, Sr. Ministro, é tempo já de V. Exa. dar mais um passo à frente no sentido da liberdade de comércio, porque só ela pode levar o país aos seus destinos normais. V. Exa., por enquanto, substituiu um artifício detestável por outro melhor. Mas eu queria, Senhor Ministro, que V. Exa., com sua coragem e seu patriotismo, acabasse com todos os artificios, inclusive aquele instituído por V. Exa.

Pelas críticas feitas aqui à sua Portaria, V. Exa. vê logo a dificuldade que há em ordenar-se. por ato de govêrno, o comércio internacional.

Queria saber de V. Exa., Sr. Ministro, por que manter cinco câmbios, ou direi, muitos câmbios, porque em tôdas as praças do Brasil vendem-se cambiais e, em cada praça, a taxa de câmbio é uma, conforme a oferta e a procura.

Por que V. Exa. não estabeleceu logo uma só taxa de câmbio? Por que V. Exa., em vez de ter estabelecido a licitação nas bôlsas, não entregou a esta aparelhagem secular, que são os bancos, a distribuição das cambiais de que necessita o país para importar as suas mercadorias?

Sr. Ministro, acabemos com todos os artificios. Deixemos entregues às leis naturais a regulação ou o regulamento do comércio internacional, sem o que nenhuma nação, nos tempos de hoje, pode viver, sem o que nenhuma nação pode progredir.

V. Exa. manteve o câmbio livre, que já havia sido instituído e não inaugurado, sem finalidade, porque, hoje, no câmbio livre, só se adquirem moedas de bôlso, para quem quer viajar. V. Exa., com isso, impede o retorno ao Brasil das cambiais que estão acumuladas no exterior, feitas através das exportações da CEXIM, e impede, por outro lado, a entrada de capitais estrangeiros que devem vir aqui auxiliar as nossas importações, para que possamos construir o Brasil.

Queria que V. Exa., Sr. Ministro justificasse perante a Câmara estes artificios. V. Exa. sabe que não

estou propriamente negando meu aplauso aos atos de V. Exa., porque fui talvez aquêle que nesta Casa, sem restrições, os aplaudiu. Mas desejava que V. Exa. fizesse mais, que V. Exa. não parasse em meio do caminho. E queria saber se tem razões para manter o artifício criado por V. Exa.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. o apêlo do liberalismo é o último que um brasileiro poderia deixar de ouvir, sobretudo quando numa função de altas responsabilidades como a que estou a exercer. Confesso que a liberdade me atrai mais do que tudo. E é ela que eu procuro e defendo. Se esta Casa e o povo me ajudarem, dando-me esta Casa a legislação necessária, e, o povo seu esforço e seu trabalho, o Brasil manterá e aperfeiçoará por certo, em economia como em politica, as mais nobres e generosas tradições liberais dos nossos antepassados. (Palmas).

O SR. TRISTÃO DA CUNHA — Quer dizer, Sr. Ministro, que, graças a Deus, V. Exa. reconhece que as medidas tomadas neste momento são de emergência e que V. Exa. prosseguirá no caminho da liberdade de comércio, único capaz de reerguer nosso País. Sinto-me satisfeito com esta informação de V. Exa. e peço que apresse, o mais possível, o segundo passo que deve dar neste sentido.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — Quero agradecer ao Professor mais do que ao Deputado, mais uma das suas grandes lições. Tal como Vossa Excelência ensina, como eu próprio formei minhas mais firmes convicções, como aprenderei meus próprios filhos, espero que os filhos de nossos filhos venham a viver numa era de liberdade como aquela que V. Exa. prega e pela qual todos nós esperamos.

O SR. TRISTÃO DA CUNHA — Sr. Ministro, V. Exa. fez ao País uma ameaça. Em uma das suas declarações públicas aos jornais, fala V. Exa. em limitar as importações do estrangeiro. V. Exa., há poucos minutos disse que pretende atrair ouro para o Brasil, aumentar as nossas reservas ouro. Mas, Sr. Ministro, Vossa Excelência sabe que o ouro não tem hoje nenhuma finalidade econômica. Trazer ouro para o Brasil é privá-lo de utilidades de que êle carece. Não vejo, portanto, qual a razão pela qual

V. Exa. pretende aumentar as reservas ouro do Brasil. O ouro é o unico capital improdutivo que um país pode ter. E, dessa maneira, não vejo vantagem em trazer ouro para o Brasil e acumular as nossas reservas.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — Meu caro e eminente Professor. Sr. Presidente. As questões agora levantadas são da mais séria indagação. Estamos vivendo num mundo que se agita em profundo conflito. entre uma guerra que não terminou e outra que todos os dias ameaça re-crudescer. As nações precisam de elementos de segurança, de garantias permanentes, de reservas que talvez escapem, na hora normal e comum da vida, às nossas preocupações. Mas o Poder Público, que sabe e que deve saber, e procurar prever, indagar e conhecer dos elementos com que no futuro, deveremos contar para a nossa sobrevivência, está obrigado a recorrer a providências e medidas que aparentemente se desviam da rotina da vida nacional, mas que, na realidade, são o seu resguardo e a sua proteção, os anteparos e as barreiras indispensáveis aos graves problemas da interdependência mundial. E tanto assim deve ser que os principais países, em número de 14, possuem reservas que, conforme as estatísticas, sobem a mais de 30 bilhões de dólares. Temos, também nós, o nosso ouro. E fui eu próprio quem o começou a depositar — cerca de trezentos e cinquenta milhões de dólares — no Federal Reserve Bank, de Nova Iorque. Não vejo razão pela qual esse ouro, que é nosso, que foi o fruto do nosso trabalho e, segundo as leis votadas por este Congresso forma a reserva da nossa moeda, deva ficar no estrangeiro ao invés de ser recolhido ao Brasil. E' isto que espero fazer, por julgá-lo de meu dever, na atual conjuntura mundial, no resguardo dos interesses nacionais. Além disso de-sejo estimular a indústria da extração de metais no país, obedecendo às leis que V. Exa. preconiza, declarando, desde já, que os irei comprar, como qualquer mercadoria, pelo preço dos mercados mundiais. E' apenas medida de prudência, de cautela, ditada, como disse, pela conjuntura mundial, em conjugação com os interesses econômicos e políticos do nosso país.

O SR. TRISTÃO DA CUNHA — Dirijo inteiramente do ponto de vista de V. Exa., porque não vejo qual

a sua utilidade, para o Brasil. E' indifferente que este ouro esteja aqui ou no estrangeiro. O que é preciso é converter imediatamente este ouro em utilidades que possam ajudar nosso progresso. O ouro é um capital inútil, porque, mesmo no caso de nos envolvermos numa guerra — o que não acontecerá provavelmente, porque se entramos às vezes nas guerras, somos sempre levados na retaguarda de outros, pois o Brasil não faz guerras. — não precisaremos de reservas ouro. Aliás, a experiência da última guerra mostrou que tais reservas não têm qualquer utilidade ou finalidade. A lei de empréstimos e arrendamentos veio, justamente, tornar inúteis essas reservas.

Não desejo dar conselhos a V. Exa., mas lamento que V. Ex.^a persista nesse tabu do ouro, porque o ouro é uma mercadoria improdutiva, inútil. E um país que necessita de tudo para viver e para trabalhar não pode estar acumulando reservas ouro, mercadoria, repito, absolutamente sem utilidade e sem finalidade que não a de justamente se transformar em outras mercadorias.

Mas, Sr. Ministro, V. Exa. disse, há dias, e o disse muito bem, que no Brasil se vêm instituindo indústrias que não devem persistir, porque são espoliativas, incapazes de se manterem. Agora, porém, vejo Vossa Excelência falar em criar novas indústrias no País e criá-las com o incentivo do Governo. Sr. Ministro, se toda a nossa ruina provém justamente desta industrialização forçada que se faz à custa da indústria lucrativa, que são as nossas atividades agropecuárias. V. Ex.^a ainda pretende acrescer esta maior carga sobre a agricultura que está definhando? Penso também que V. Exa., nesse passo, não agirá acertadamente. Se V. Exa. pretende proteger a indústria no Brasil, todo seu esforço, todo seu trabalho no sentido da liberdade de comércio desaparecerá, ruirá por terra, não tenha dúvida.

Com respeito, Sr. Ministro à venda de dólares nas Bolsas, que Vossa Excelência diz ser uma medida de transição, e que está fazendo com que o Governo arrecade somas vultosas que eram desviadas da agricultura para a indústria e para os especuladores da CEXIM, encaminhando-as para o Tesouro V. Exa. agiu com sabedoria. Mas eu quero saber, Sr. Ministro, que destino pretende

V. Exa. dar a esse dinheiro. Vossa Excelência o está arrecadando contra a Constituição, não há lei do Congresso que o autorize a arrecadá-lo, e, ainda menos, a despendê-lo. Além disso esse dinheiro pertence à lavoura, está sendo tirado dos produtos agrícolas e deve ficar com aqueles que o produziram. Trata-se, ainda mais, de um imposto de exportação que a Constituição concedeu aos Estados. V. Ex.^a disse que ficará satisfeito no dia em que esse ágio desaparecer. Pois bem, Sr. Ministro, se V. Exa. permitir, acho que o Governo deve comprar cambiais no mercado, pelo seu preço natural. Mas V. Exa. encontrou um descoberto comercial no estrangeiro e quer pagá-lo. Admito que V. Exa. transitoriamente conserve para o Governo uma parte das cambiais, — 30%, por exemplo, como V. Exa. disse, sendo os 70% atirados no câmbio livre pelos próprios agricultores. Uma vez que eles entreguem 30% ao Governo possam vender os 70% restantes a quem lhe der mais, pois acredito que esse ágio que V. Exa. está arrecadando é inconstitucional e, além do mais, é fruto de uma espoliação.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — Sr. Presidente, o ilustre Deputado Tristão da Cunha, entre tantas lições e sugestões generosas...

O Sr. Tristão da Cunha — V. Exa. é sempre bondoso.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — ... acaba de fazer uma acusação direta à ação que estou procurando desenvolver, no sentido, segundo o meu modo de ver, da defesa da economia brasileira.

Em primeiro lugar, diz S. Exa. que, ao invés de muitas taxas cambiais, deveria haver uma só.

Ora, sendo S. Exa. partidário da liberdade, por que quereria que eu impusesse uma só taxa, quando a liberdade está a indicar que se deixassem cinco ou dez? Se a liberdade indicasse uma só, aí sim, seria adotada em caráter definitivo no livre jôgo da oferta da procura, nas transações comerciais e cambiais.

Em segundo lugar, diz que está o Tesouro se apropriando de um ágio que no fundo é uma espoliação à agricultura, ou melhor, às atividades agropecuárias. Na realidade, Senhor Presidente, a Instrução n.º 70, nada tirou à agricultura nacional; ao con-

trário, visou retirar aos especuladores do comércio de importação ágios ainda assim inferiores áqueles que eles arrancavam da produção rural, e canalizá-los para o Banco do Brasil e dali fazê-los reverter, por processo econômico e segundo as leis existentes, ao próprio agricultor, com o fim de aumentar a produção exportável e a de consumo interno. Por outro lado, por força da mesma Instrução n.º 70, reservou-se, com a prudência que deve acompanhar a ação de todos os governos, uma parte para atender, chegada a hora, ao dever de restituir ágios anteriores à agricultura e às atividades rurais. Não ha dentro da Instrução 70 um ceilil que vá para o Tesouro Nacional. Se forem analisados os termos exatos da instrução ver-se-á que o Tesouro comprará e venderá pelas taxas oficiais e que apenas o Banco do Brasil, como delegado do próprio Tesouro, segundo instruções taxativas do Governo, levará os recursos apurados a crédito de um fundo especial, operando assim, mediante uma operação bancária típica, a necessária redistribuição de disponibilidades e rendas. Trata-se, portanto, de mera restituição. Se, porém, os ágios — o que não acredito — vierem a ser de tal monta que depois da restituição ainda deixem um saldo de 4 ou 5 bilhões de cruzeiros, é propósito do Governo — e aí entra a autorização legal — aplicá-los mais flexivelmente nos interesses agropecuários, mas não no falso crédito, que vem iludindo a opinião pública deste País (*Muito bem*), mas no crédito produtivo organizado e adequado para as atividades produtoras. Porque um dos maiores erros da economia brasileira vem de que, há muitíssimos anos, há decênios, ignorando que a produção cresce nos países mais adiantados do mundo numa progressão nunca maior do que 3 a 5 por cento, anualmente, os Governos — e o Congresso também tem sido responsável — têm permitido que os meios de pagamento se expandam à taxa anual de 20 por cento, (*muito bem; palmas*), gerando uma inflação descontrolada, que equivalia um verdadeiro confisco feito ao trabalho e às rendas dos brasileiros! (*Palmas*).

E' tudo isto que eu viso corrigir e que, se me ajudarem, espero em Deus se há de corrigir, para bem de todos os brasileiros! (*Palmas prolongadas*).

O SR. TRISTÃO DA CUNHA — Contra esse crédito inflacionário com que se tem pretendido aumentar a produção nacional, e a favor da qual se vem clamando no Congresso, tenho-me insurgido. Estou de acôrdo com V. Exa. O Governo não tem o poder — infelizmente — de criar capitais. Tenho cansado de dizer aqui que todo aumento de meio circulante é apenas aguar o leite pensando com isso obter mais queijo. Vossa Excelência está certo, entretanto, neste ponto. Disse que, de acôrdo com a teoria liberal, haveria 5 câmbios. Isso não é possível, porque o câmbio é um só. Se deixarmos liberdade à oferta e à procura o câmbio se estabelece numa única taxa. V. Exa. cria 5 taxas de câmbio na licitação, naturalmente baseado na idéia, que corre por aí, de que só devemos importar produtos essenciais. Mas, Sr. Ministro, não há produtos essenciais. Todos os produtos são essenciais. Assim, não há razão para a existência de 5 câmbios, porque, mesmo dentro do artifício criado por V. Exa., V. Exa. poderia deixar que o câmbio se estabelecesse numa taxa única.

O SR. MINISTRO DA FAZENDA — É o que espero.

O SR. TRISTÃO DA CUNHA — Estou satisfeito. As promessas de Vossa Excelência me animam e me satisfazem até certo ponto. Estou convencido de que V. Exa. vai caminhar no sentido da liberdade, e, com isso, V. Exa. sagrará o seu nome na história, não tenha dúvidas.

Sr. Ministro, há precisamente um século, a situação da Inglaterra, segundo J. H. Clapham, o maior historiador inglês da atualidade, em "The Cambridge Modern History", era assim descrita:

"O recenseamento" dêsse ano veio revelar que a população deixara praticamente de crescer.

Informes sôbre a situação chegavam ao conhecimento do governo, a um tempo através dos seus prepostos, das comissões encarregadas de estudá-la, da imprensa, da agitação das ruas e do ruído das rebeliões.

Em fevereiro de 1841, Nassan Senior assinava, com outros colegas de comissão, um relatório em que descrevia a interminável tragédia dos tecelões. No ano seguinte aparecia

uma memória ainda mais negra a respeito das mulheres e crianças nas minas de ferro e carvão, seguida logo de outra igualmente triste sôbre o trabalho das crianças em todos os ramos das manufaturas. Comissários especiais da *poor-law* revelavam a presença de criança de tôdas as idades e ambos os sexos nos bandos de trabalhadores ambulantes que faziam as colheitas nas grandes fazendas de *East-England* e da região pantanosa.

Edwin Chadwick escreveu coisas inarráveis sôbre as moradias urbanas.

Um relatório de 1844 menciona que em um distrito do Manchester 7 mil pessoas dispunham apenas de trinta e três latrinas para a satisfação das suas necessidades.

O preço do trigo a subir sempre. O comércio exterior em completa estagnação. Em muitas indústrias o trabalho era intermitente e em nenhuma subiam os salários. As *Workhouses*, apelidadas de "bastilhas" pelo povo, estavam repletas. Na pequena cidade de Paisly, de oito a nove mil pessoas viviam da caridade pública. As desordens tinham-se tornado endêmicas. Em uma mesma carta, dirigida pelo ministro do interior à rainha, referia-se êle a "vigorosas medidas" em Preston; a "nenhuma vida sacrificada", em Blackburn; a "paz preservada" em Manchester; a "incêndios" nas cerâmicas; a "agressões de embuçados" em Huddersfield; e a "algum dísturbio" em Warwnick.

De cada cem ingleses, um era mendigo; de cada quinhentos, um era delinqüente. O crime a seguir de perto a miséria como sói acontecer".

Pois bem, Sr. Ministro: a Inglaterra saiu dêsse estado lamentável, a que a levára o protecionismo, pelo caminho da liberdade de comércio. Foi Robert Peel, aquêle estadista, aquêle homem que não teve dúvidas em abandonar seu partido, partidário da intervenção do Estado e do protecionismo, e, rompendo com os postulados do seu partido, sacrificou a sua carreira política, mas abriu, para a Inglaterra, com a liberdade de comércio, com o livre câmbio, a era vitoriana, que fêz dela a maior Nação do mundo.

Senhor Ministro, tenha coragem, caminhe no sentido da liberdade e seja o nosso Robert Peel. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o Deputado Carmelo d'Agostino.

INTERPELAÇÕES DO DEPUTADO SR. CARMELO D'AGOSTINO AO SR. MINISTRO DA FAZENDA NA SESSÃO DO DIA 30-10-1953,

O SR. CARMELO D'AGOSTINO:

Sr. Presidente, Sr. Ministro e Senhores Deputados. Sinto-me constrangido por estar nesta tribuna, para arguir V. Exa., Sr. Ministro, sobre assunto em que há pouco V. Exa. se revelou mestre consumado, no conhecimento de seus meandros, pois acredito que, nesta Casa, em face das contradições que pretendo opor e explicar em relação ao plano de Vossa Excelência, seria eu, talvez, a única ovelha negra, sem alusão à indole subserviente, ou à humildade natural do ovino.

Ao dirigir a V. Exa. solicitações de esclarecimentos sobre o seu plano, como a respeito de afirmações por V. Exa. agora feitas na tribuna desta Casa, bem ainda concernentes aos efeitos já averiguados de sua iniciativa através das licitações de câmbio, faço-o, Sr. Ministro, sob a imposição de uma convicção diferente da que anima o seu espirito. Reconheço o louvável mérito da iniciativa de Vossa Excelência delineando esse plano, de cujo bom êxito se acha V. Exa. seguro e convencido, de acôrdo com o que acaba de afirmar, com o brilho tribunicio que lhe é habitual, nesta Casa. Mas permita V. Exa. a enunciação de objeções.

V. Exa., Sr. Ministro, mais do que eu, sabe que é na estabilidade dos valores que se fundamenta a certeza da prosperidade dos povos. Nada importa ser maior ou menor este valor como nada importa o confronto do valor antigo com o valor atual, para apurar a desvalia do valor anterior, ou o aumento do valor presente, ou inversamente para averiguar a valorização passada e a desvalia vigente, no estudo dos números índices. O que importa é a estabilidade dêsse valor no processo de sua apuração. Só nessa estabilidade pode o povo colher e usufruir as vantagens do seu trabalho, com ela obtendo a segurança de sua prosperidade. O dinheiro é um dos elementos do processo de apuração como

instrumento de permuta dos produtos do trabalho, os quais constituem as utilidades de uso e de consumo dos povos. Nêle se fixa o princípio básico da estabilidade dos valores.

De conformidade com pronunciamientos de V. Exa., sei que é apolo-gista da potencialidade financeira. Em entrevista à imprensa, V. Exa. fêz referências a essa potencialidade como sendo essencial ao nacionalismo. Mas acontece que, nos delineamentos do plano de V. Exa., como na sua execução, não há margem nem possibilidade para a estabilização, inuito menos para fomentar a potencialidade financeira alicerçadora do nosso nacionalismo, tal como V. Exa. deseja, consciente, seguro e respeitável.

Verifiquei, Sr. Ministro, que, malgrado o processo executivo do plano adotado, o dólar americano, pelos cotijos sofridos nos leilões, está ainda na casa dos 50 cruzeiros. Mal assumira V. Exa. a direção da pasta da Fazenda, foi essa moeda, graças a certas providências ministeriais, arastada à cotação de 38 cruzeiros. Pôsto em execução o novo plano de V. Exa., imediatamente o dólar americano se elevou, em média, nos diferentes pregões, a 50 cruzeiros. A média menor, relativa ao dólar misto, isto é, ao dólar correspondente às moedas fracas, não ao dólar americano, essa foi de 46 cruzeiros. E manifesta a oscilação brusca, a condição elementar, portanto, da instabilidade.

Insisto neste ponto: — Ao assumir V. Exa. a direção da Fazenda Pública, encontrou o dólar, no mercado livre, na base de 53 cruzeiros. Imediatamente, V. Exa. fêz reduzir essa cotação a 38 cruzeiros. V. Exa. mesmo declarou, em seu discurso, que essa cotação, no mercado livre, se prestava à mobilização de capitais das empresas que aqui exploravam, em moeda estrangeira, a renda deles, para serem drenados para o exterior os lucros auferidos. V. Exa. verificara que mesmo ao câmbio de 53 cruzeiros por dólar era objeto de exportação essa moeda, mercê do grave erro cometido ao se fazer a regulamentação da lei do mercado livre. O Congresso votara essa lei para favorecer a exportação dos produtos ditos gravosos, de modo a fixar, em cada produto, aquela taxa de câmbio que lhe permitisse a exportação. A regulamentação da lei transformou-a em um diploma legal cambista, de fundo argentinário. Em consequência, o dó-

lar americano ascendeu à cotação de 53 cruzeiros, com desprezo total das finalidades mercantis para as quais a lei havia sido elaborada e votada no Congresso. Esse fato erradíssimo possibilitou a realização de operações especulativas de câmbio e a exportação dos saldos e dos lucros de capitais até então congelados em nossa terra, tornando realidade a elevação do câmbio do dólar de Cr\$ 34,00, no mercado negro, para Cr\$ 53,00, no mercado livre.

V. Exa., Sr. Ministro, de fato condenou o mercado livre. Viu nêlo um processo puramente especulativo e cambista; um processo especulativo por excelência da moeda; e repudiou-o. Mas, esquecendo-se de que o câmbio ainda de Cr\$ 53,00 se prestava à saída de capitais do país, reduziu-o a Cr\$ 38,00, tornando ainda mais fácil a exportação desses capitais. Em seguida, V. Exa. pôs em vigência o plano cuja execução ora estamos apreciando, com o auxílio dos esclarecimentos de Vossa Excelência. Faça votos por que eu esteja errado e que V. Exa. tenha a glória de ver coroado de bom êxito o seu plano, sem fumar o charuto pela parte acesa.

Mas, de acôrdo com esse plano, tivemos para o dólar americano a cotação média de Cr\$ 50,00; para o dólar misto, isto é, correspondente às moedas fracas dos outros países, a média de Cr\$ 46,00; para a exportação do café a taxa de câmbio de Cr\$ 23,00. Os ágios nos leilões de venda de cambiais têm sido grandes. Computa-se, só nos dois primeiros leilões, em cerca de 193 milhões de cruzeiros. Há, pois, como é evidente, irrecusável instabilidade de valores, como há, dignas de registro e de ponderação, essas alarmantes oscilações bruscas de cotações. Entretanto, é admirável a fé, a confiança que Vossa Excelência, ilustrado, capaz e lucido, como é, deposita e revela nos resultados desse plano e no bom êxito de sua execução.

V. Exa. disse, Sr. Ministro — e aqui vai a primeira pergunta a Vossa Excelência — que nos últimos pregões sobraram alguns milhões de dólares, sem licitantes. Pergunto, então, a V. Exa.:

— Por que se obtiveram ainda ágios tão altos na venda da moeda, se a procura foi menor que a oferta? Por que se não instituiu a venda por menores preços e menor ágio, de forma

a valorizar o nosso cruzeiro para êle ser trocado?

O SR. OSWALDO ARANHA — No regime de liberdade não pode haver imposição. Não posso torçar ninguém a comprar. Registro apenas o fato de que, tendo oferecido a liberdade dos preços e das licitações, houve moeda recusada e, entre estas, justamente, não os dolares mistos, como V. Exa. chama, mas os dólares tidos como procurados e raros, os dólares americanos. E' preciso tenha V. Exa. presente que, no Estado de São Paulo, na última licitação na primeira categoria, o dólar americano foi comprado com um ágio de Cr\$ 10,50.

O SR. CARMELO D'AGOSTINO — Então, se me permite V. Exa. voltar ao assunto, diria que era de toda a conveniência insistir nos pregões. Nos dias seguintes e consecutivos, dever-se-iam fazer novos pregões, forçando a venda; assim também se forçaria a baixa e alcançar-se-ia o verdadeiro preço do nosso dinheiro contra a moeda estrangeira.

O SR. OSWALDO ARANHA — Peço licença a V. Exa. para declarar que o meu desejo é não ser forçado, nem forçar. Quero que, pela ação conjuntural da economia, pelo jogo da oferta e da procura, se assente o equilíbrio real do valor do cruzeiro.

O SR. CARMELO D'AGOSTINO — Mas permita-me V. Exa.: Se estabelecemos um hiato no processo da oferta e da procura, dispondo de saldos para serem vendidos, estaremos reforçando justamente o contrário daquilo que deveria concorrer para o barateamento do dólar em proveito da nossa moeda.

O SR. OSWALDO ARANHA — E' o que está fazendo o Governo: — vendendo todos os dias mais e mais dólares ou seu equivalente em outras moedas, de tôdas as espécies, de todos os países, oferecendo-os ao publico que, segundo se dizia, ansiava pela sua oferta. Está-se assistindo a êsse fenômeno, a retração dos compradores o que faz com que o Governo renove e aumente a oferta sem cessar. O Governo está cada dia oferecendo mais divisas. E o fato, para o qual desejo chamar a atenção dos técnicos, dos homens que se aprofundam no estudo da economia, é que o Governo nem sequer, como se supôs poderia transformar a Carteira cambial numa nova CEXIM, porque é

obrigado a vender os dólares nos leilões, sem o que não terá como pagar os ágios aos exportadores.

Se eu amanhã comprar 80 mil dólares e vender em Bolsa apenas 40 mil, como vou pagar o ágio de 80 mil, se estou recebendo ágios de Cr\$ 10,50 na mais rica das categorias, naquela em que se verificaria, segundo a impressão dos pessimistas, o maior impacto inflacionário, porque se somarmos os valores, acrescidos do café e do algodão, que foi justamente no Estado de São Paulo...

O SR. CARMELO D'AGOSTINO — Permita-me V. Exa. ponderar. Mas V. Exa. teve a habilidade de produzir a baixa do dólar de 53 para 38 cruzeiros, logo que assumiu a direção da Fazenda...

O SR. OSWALDO ARANHA — Peço apenas a V. Exa. que me diga se o dólar é comprado a 18,50; se é tem ágio de 10,50 e onde é possível vendê-lo a 53 cruzeiros. São apenas 29 cruzeiros. E, de futuro — esta é a certeza e o objetivo da Instrução — irá justamente descendo o ágio dos dólares nas licitações, por maneira a que o cruzeiro encontre o seu valor real, que servirá de base ao trabalho e à atividade dos brasileiros, ao comércio, à indústria e à lavoura. (*Muito bem; Palmas*).

O SR. CARMELO D'AGOSTINO — Estou de acordo com V. Exa.; mas permita-me que insista. Eu asseverei que, quando V. Exa. assumiu a direção da Fazenda, encontrou o mercado de câmbio na casa de 53; prodigiosamente, V. Exa. o reduziu a 38 cruzeiros. Foi até abaixo disso. Vossa Excelência vai desculpar-me estes arroubos que tenho na tribuna, e que não devem ser levados à conta de inimizade ou desprezo a V. Exa.; mas apenas à minha maneira de expressão. V. Exa. me pague na mesma maneira, que me considerarei honrado pela consideração de Vossa Excelência.

Queria dizer que ao assumir Vossa Excelência a Fazenda, encontrou o mercado de câmbio a 53 e que prodigiosamente, milagrosamente o reduziu a 32 e 34 cruzeiros. O objetivo era louvável, embora eu entenda que se estava desse modo favorecendo a maior saída de capitais do País. Vossa Excelência próprio reconheceu e declarou que, desvirtuada a finalidade, na respectiva execução, da lei que

aqui votáramos para favorecer a exportação dos produtos gravosos, o dólar chegara, realmente, a 53 cruzeiros e dessa cotação se aproveitaram aquelas companhias e empresas que pretendiam descongelar os seus capitais e lucros, drenando-os para o exterior. Assim, nessa ordem de considerações, não há motivos nem razões, neste momento, para reduzirmos a trinta e poucos cruzeiros esse dólar, porque as ensanchas de exportação de capitais e lucros se tornam maiores. Admitindo, entretanto, que V. Exa. o fizesse com espírito patriótico, que lhe é habitual, e que pretendesse elevar o valor do nosso dinheiro, o que agora se verifica, com a vigência do novo plano, não é a existência nem do dólar do mercado negro, a Cr\$ 34,00, nem o dólar prodigiosamente por V. Exa. reduzido a Cr\$ 38,00, senão o dólar da média de Cr\$ 50,00 para o americano e de Cr\$ 46,00 para o misto. As contradições estão em parelha com as oscilações bruscas e perniciosas.

Por outra parte, V. Exa. fez referências aos saldos obtidos, findos os pregões. Pergunto: — não seria mais acertado insistir nos pregões, perseverar nas ofertas, de sorte a colocar as cambiais disponíveis, evitando os saldos e os remanescentes? Não teríamos com essa providência alcançado preços mais baratos para a nossa importação? Não tenderia assim a desaparecer a diferença entre o câmbio da exportação do café, na base de Cr\$ 23,00 por dólar, e o preço por quanto é vendida a disponibilidade da cambial oriunda dessa exportação?

Acredito que a execução do plano de V. Exa. irá provocar uma descida lenta na cotação da moeda estrangeira. Não só lenta, como constante. Mas essas consequências do plano imporão uma oscilação permanente e incerta do preço do nosso dinheiro, fora da normalidade das cotações cambiais, isto é, à margem das oscilações naturais nessas cotações. Esse fato tem concorrido dominantemente para o encarecimento de nossas importações acarretando todos os efeitos prejudiciais de nosso conhecimento, Vossa Excelência sabe disso. Na minha terra, a qual V. Exa. há pouco aludiu, companhias fabricantes ou industriais dependentes da importação de matérias primas, ou de materiais indispensáveis, como a Ford, a General Motors e outras, se viram na contingência de suspender as suas

vendas. Não fazem mais entrega de seus produtos, porque compreenderam que a execução do plano de V. Exa., como o próprio plano, no seu efeito de fixar a taxa do cruzeiro sôbre o dólar, vêm encarecer os materiais e matérias primas de suas atividades, dependentes de importação.

O SR. OSWALDO ARANHA — Deve o Brasil lamentar o fechamento, mas nada poderemos fazer pelos que não se ajustaram às forças naturais do Mercado. Permita-me V. Exa. que faça uma afirmação, perante o meu país, a respeito dessa classe de indústria como a que V. Exa. acaba de invocar: ela apenas fez com que esta pobre nação, em longos e repetidos anos de sacrificio e de trabalho, pagasse pelo automóvel muito mais do que paga o americano nos Estados Unidos... (*Palmas*).

O SR. CARMELO D'AGOSTINO — Não me refiro ao automóvel.

O SR. OSWALDO ARANHA — ... muito mais do que pagam os outros povos, comprando-o acrescido, pelo menos de mais mil dólares, pelas pinturas e montagens feitas nessas falsas indústrias que se instalaram em nosso País... (*Muito bem; Palmas*).

O SR. CARMELO D'AGOSTINO — Não faço referência a automóvel. Começo pela geladeira.

O SR. OSWALDO ARANHA — E' o mesmo processo usado para os automóveis. Posso demonstrar com números os lucros fantásticos, elevadíssimos, que nem mesmo o mais rico país do mundo suportaria, arrancados à economia brasileira, por processos que estou decidido a combater (*Palmas*), ainda que se diga e se propale que não sou pelos Estados Unidos do Brasil, mas pelo Brasil dos Estados Unidos (*Palmas*).

O SR. CARMELO D'AGOSTINO — Veja V. Exa. que declarei que seria a ovelha negra ao dizer o que penso sôbre o assunto. Veja os aplausos que V. Exa. recebe da Casa. Mas não importa. V. Exa. é merecedor dêles, e não por certo eu. Oxalá o destino venha confirmar exatamente isso mesmo! Sinceramente desejo que V. Exa. venha a ser o homem predestinado a realizar a restauração econômica do nosso povo, êsse povo que vive miseravelmente, que se mantém, como V. Ex.^a bem sabe, de sa-

lários mínimos, que mal chegam para a alimentação deficiente.

Mas devo dizer a V. Exa. que essas companhias que V. Exa. pretende sufocar com o seu plano e que disse serem indesejáveis em nosso país são aquelas mesmas que nos venderão caro, são exatamente aquelas que, tenho a certeza, nos vão obrigar a consumir os seus produtos pelos preços que quiserem, se o plano de V. Exa. assim se encaminhar, o que desejo não aconteça.

Há, por outra parte, certa anomalia de ordem técnica, advinda da execução do plano e que os assessores técnicos de V. Exa. deveriam ter evitado por um estudo mais cuidadoso do assunto. Tivemos uma diferença de taxas entre as praças do Rio de Janeiro e de São Paulo de cerca de 23 milhões de cruzeiros. Ora, Sr. Ministro, não se concebe, salvo por motivos especiais, como a satisfação de juros ou interesses por interferência de prazos, que entre as cotações, nos leilões efetuados no Rio e em São Paulo, se houvesse apurado uma diferença de 23 milhões de cruzeiros, na soma das operações. Ou no Rio se estava comprando mais caro as cambiais em detrimento dos seus interesses, ou em São Paulo se expuseram à oferta maiores quantidades. Neste último caso, a execução do plano estaria em contradição com o escopo da redução gradativa da taxa do câmbio e viria contribuir para maior diversidade de cotações, logrando-se o objetivo final da estabilidade dos valores.

V. Exa., por outra parte, informou que os lucros do câmbio não são do Governo. Poderia então informar a quem se destinam êsses lucros?

O SR. OSWALDO ARANHA — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carmelo D'Agostino, é necessário, no alto interesse do debate que estamos travando e que visa única e exclusivamente esclarecer e ser esclarecido em termos de um problema vital para o nosso país, que na boa e vulgar expressão, exige acertemos os nossos relógios de amigos...

O SR. CARMELO D'AGOSTINO — Estou à disposição de V. Exa.

O SR. OSWALDO ARANHA — ... de homens acostumados ao trato dos negócios e sempre visando os altos interesses do Brasil, e examinemos os problemas fundamentais de sua

economia, em que V. Exa. é versado pela cultura e pela experiência...

O SR. CARMELO D'AGOSTINO — Obrigado a V. Exa.

O SR. OSWALDO ARANHA — Sou apenas um homem público, chamado pelo dever à função de entendê-los e resolvê-los.

O SR. CARMELO D'AGOSTINO — Chamo a V. Exa. o gênio do homem público.

O SR. OSWALDO ARANHA — Agradecido a V. Exa.

Os nossos pontos de vista, Deputado Carmelo D'Agostino, divergem apenas nas bases originais, digamos, nas noções elementares em que se fundamentam as nossas concepções econômicas e políticas. Para mim, a moeda não é, como para V. Ex.^a, um objeto capaz de ser manipulado mediante prestidigitações, à nossa vontade, mas, ao contrário, superior a todas as imposições que os homens lhe queiram fazer.

Um dos maiores juristas de todos os tempos, Savigny, contrariando os economistas, dizia que a moeda estava entre as coisas misteriosas que escapavam à nossa vã indagação. Eu, ao contrário de merecer o elogio de Vossa Excelência nada fiz para baixar o dólar; nada fiz para elevar o cruzeiro. Meu ilustre antecessor, o Ministro Horácio Láfer, foi vítima justamente desse regime que desejo rogo, porque dele não seremos vítimas nós os homens, mas sim o próprio Brasil. A verdade é que, às vésperas de deixar S. Exa. o Ministério da Fazenda, depois de receber 60 milhões de dólares do empréstimo americano para pagar os atrasados comerciais daquele país e tendo empregado religiosamente esses 60 milhões, foi surpreendido por um estranho fato que tinha todos os aspectos da desonestidade no trato dos povos: — a vida comercial do Brasil, nos Estados Unidos, ao invés de diminuir com a contribuição de 60 milhões, se acrescera, se tornara maior.

Por que? Qual a causa? Quais os motivos? Era que, em consequência das famosas licenças, dadas pela CEXIM, pelos mandados de segurança, que enchem um volume inteiro de concessões (*muito bem*), ou por outros processos que floresciam à sombra daquele regime, os compromissos e a honra do Brasil via-se

comprometidos pelo volume, pela avalanche, pela incontrolável massa de novos compromissos comerciais, a despeito de qualquer ação governamental. Eis o que, meu caro e ilustre Deputado Carmelo D'Agostino, neste transe, depois de reconhecer essa realidade, procura o Governo evitar e corrigir. Não tenho títulos por haver baixado o valor do dólar. Apenas, recomposta a realidade, tendo eu explicado, ao assumir minhas funções, ao Governo americano, como se processaram os fatos e afirmado que oporia uma barreira firme a esses abusos, foi restabelecido o empréstimo e o dólar, não por milagres meus, ou de meu ilustre e incomparável assistente — o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Marcos de Souza Dantas — não pela ação pessoal de nenhum de nós, nem por superior capacidade nossa, o dólar, repito, procurou seus níveis normais, descendo de Cr\$ 53,00 da hora do alarme, para a média de Cr\$ 34,00 a Cr\$ 35,00. E, agora, queira V. Ex.^a fazer justiça: — a média na primeira categoria, que é a essencial e a mais volumosa, tem estado e está abaixo de Cr\$ 30,00. Melhorou, portanto, o preço do dólar.

Não é somente isso. V. Ex.^a se há de surpreender, como economista e financista: como, no câmbio livre, se explica esteja o dólar, hoje a Cr\$ 43,00, quando deveria estar, provavelmente, segundo todos os nossos cálculos e até minhas próprias previsões, acima de Cr\$ 80,00? Sabe V. Ex.^a por que? Porque o cruzeiro está recuperando o seu valor, porque os brasileiros tinham, nos Estados Unidos, através das manobras da CEXIM e outras, 350 milhões de dólares, conforme indicam balanços autênticos do Federal Reserve Bank Americano.

Agora, pergunto: — Quê está alimentando o câmbio livre e o está mantendo, pois, que é um lago sem afluentes?

É justamente aquele grupo de manipuladores que dominava o intercâmbio brasileiro com o exterior, o mesmo que guardava os ágios que vamos agora restituir à lavoura que se achavam retidos nos Estados Unidos. Estão agora sem cruzeiros, impossibilitados de obtê-los, forçados a vender seus dólares no próprio Brasil, para poderem licitar em Bolsa (*Palmás*). Não é mais possível, meu caro e ilustre amigo, não é mais possível

voltar aos tempos em que éramos todos — Governo e povo — ludibriados por firmas e pessoas que impetraram mais de 6 mil mandados, enquanto apenas 4 pagaram o imposto de renda ao Tesouro Nacional (*Palmas*).

O SR. CARMELO D'AGOSTINO — Estou com V. Ex.^a quanto ao desejo de corrigir as lacunas de nossa economia e do fisco do País; estou também naquilo que julgo prejudicial na ação aproveitadora dessas companhias, pelo absolutismo de suas vendas, impondo-nos preços sem concorrência e, na maioria, de produtos de nossa necessidade, ainda que seja o automóvel, que dêle precisamos para atender às exigências do transporte de pessoas e de mercadorias. Referia-me no caso da suspensão de vendas por parte de empresas estrangeiras, como há pouco citei a V. Ex.^a, a outros produtos, que não a automóveis, como geladeiras, motores e demais apetrechos de uso imprescindível. Estou igualmente com V. Ex.^a, Sr. Ministro, no ardor e na sinceridade de como se dedica à tarefa dos consertos desses fatos. V. Ex.^a, como eu, se altera ao pensar na injustiça de que somos vítimas por parte dessas grandes firmas e verbera o seu procedimento com as ameaças e invectivas de que só um coração patriota, como o de V. Ex.^a, seria capaz de fazer, notadamente quando revela o nosso errado passado de administração cambial, todo êle exposto ao sabor dos aproveitadores de nossa miséria de moedas, o que quer dizer que estava êle entregue — permita-me V. Ex.^a a irreverência do termo — ao roubo. Realmente, o Brasil estava sendo roubado devido à inércia dos homens aos quais estava entregue a defesa do seu dinheiro, no cotejo com as demais moedas. Não sabiam êsses defensores ineptos como trançar as portas aos ladrões, porque nem técnica nem cientificamente agiam no sentido de acautelar-nos economicamente no processo de seu câmbio. Assim só me resta fazer côro aos aplausos que V. Ex.^a vem recebendo nesta Casa. No caso do plano de V. Ex.^a, contudo, permita-me que faça desta tribuna um reparo. As oscilações admitidas por V. Ex.^a e pelo presidente do Banco do Brasil, o honrado Sr. Marcos de Souza Dantas, as quais vimos observando, fixadas como estavam à taxa de Cr\$ 18,60 no câmbio oficial e que atingiram a Cr\$ 34,00 no câmbio livre, hoje, pelo esquema de

V. Ex.^a, atingiram proporções maiores, assumindo no câmbio leiloado, em média os valores de Cr\$ 46,00 e de Cr\$ 50,00.

Essas oscilações são prejudiciais ao País. Tudo indicava que do esforço e da capacidade de V. Ex.^a não teríamos reação pejorativa; antes, da ação fecunda de V. Ex.^a, na forma como compreende e ataca os elementos discordantes da nossa economia, derivaria a valorização do nosso cruzeiro para os efeitos estáveis nos valores de nosso trabalho.

O plano de V. Ex.^a, contrariamente ao que se esperava, nesse sentido, provocou maiores oscilações e maior depressão do nosso dinheiro. A forma como se distribuem em categorias as mercadorias de importação incide, a meu ver, num equívoco, pretendendo que pague mais quem pode consumir coisas de luxo, ou prescindíveis ao consumo geral. O equívoco está em quem paga é sempre o povo, o povo pobre, aquelas classes que vivem de parcos salários, o tributário da riqueza alheia. Quem consome mercadorias caras, as que se agravam com os dólares da 5.^a Categoria, frui a riqueza do meio em que vive; mas quem paga, embora indiretamente, o seu consumo é esse povo pobre de quem o rico aufere os meios com que adquire as mercadorias caras. Se isso não bastasse, Sr. Ministro, teríamos ainda o fato de que, em economia social, os valores de consumo se resumem na média de seus preços, tudo se afunila nessa média, tributo do povo. Quem sustenta o bem estar do rico é o pobre, que, por ser pobre, tem no rico a sua causa, o tributo à sua prosperidade. Espírito esclarecido, como V. Ex.^a, o tem, generoso na interpretação dos fatos públicos, verificará que estou com a razão. Concentre V. Ex.^a num só cadinho tôda essa variável disposição do seu plano e verá que do resultado sairá mais caro o custo de vida para o nosso povo.

O SR. PRESIDENTE — Agradeço ao Sr. Ministro da Fazenda o comparecimento e tenho a honra de felicitar S. Exa. pelo brilho e pela elevação que manteve nos debates.

O SR. OSWALDO ARANHA — Muito obrigado a V. Ex.^a Sr. Presidente. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é vivamente cumprimentado*).

Bibli^{ca} 499-1977 330.4

499-1977 330.4

A662

Aranha, Oswaldo

P2

AUTOR

Política econômica e financeira

TÍTULO

Devolver em

Número do Leitor

20 ABR 1980

4534

^{276 1977}
499-1977

330.4

A662

P2

Aranha, Oswaldo

Política econômica e financeira

ASC.

Bolso de Livros - D.M.F. - 1.369



